

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais

50

Neste número:

Política Regulatória
Violência, Criminalidade, Segurança
Pública e Justiça Social
Teoria Econômica e Religião
Estudantes Brasileiros no Exterior

RELUME  DUMARÁ

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Comissão Editorial

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Eli Diniz (UFRJ)

Maria Alice R. de Carvalho (IUPERJ)

Roberto Kant de Lima (UFF)

Conselho Editorial

Breno A. Souto Maior Fontes (UFPe)

Carlos Alberto Cardoso Soares (UFBa)

Cecília Loreto Mariz (UERJ)

Dulce Pandolfi (FGV-RJ)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Leandro Piquet Carneiro (USP)

Leila Maria da Silva Blass (PUC-SP)

Maria Lúcia Maciel (UnB)

Raymundo Heraldo Maués (UFPa)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, sala 116

05508.900 – São Paulo, SP

Tel.: (11)818-4664 – Fax: (11)818-5043

Direitos reservados para esta edição

RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular

21020-220 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2564-6869 Fax: (21) 2590-0135

Editoração

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

Sumário

Nota Editorial	3
Política Regulatória: Uma Revisão da literatura	7
Marcus Andre Melo	
Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia	45
Roberto Kant de Lima	
Michel Misse	
Ana Paula Mendes de Miranda	
Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?	125
Alejandro Frigerio	
Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França	145
Angela Xavier de Brito	
Trabalhos publicados pelo BIB 1975 – 2000	163

Colaboraram neste número:

Alejandro Frigerio é pesquisador independente do CONICET e professor do Departamento de Sociologia, da Universidade Católica da Argentina.

Ana Paula Mendes de Miranda é professora de Sociologia Jurídica da Universidade Cândido Mendes.

Angela Xavier de Brito é pesquisadora do Centre de Recherche sur les Liens Sociaux CNRS-Université René Descartes.

Marcus André Melo é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

Michel Misse é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Roberto Kant de Lima é professor do programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense.

Copidesque:

Beth Cobra

Tema Pechman

Tradutores:

Marcela Coelho Stockler

Christopher Peterson

Revisão:

Mariflor B. Rial Rocha

Marina Fonte Pessanha

Digitação

Claudia Boccia

Nota Editorial

Ao completar cinquenta números publicados, a Editoria da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica registra um agradecimento aos fundadores, autores(), avaliadores e revisores que contribuíram para o desenvolvimento da publicação. São eles:*

Abílio Baeta Neves	Bolivar Lamounier	Fabio Wanderley Reis
Adélia Engrácia de Oliveira	Breno Souto Maior Fontes	Fabíola Rohden
Ademir Figueiredo	Carlos Alberto Cardoso Soares	Fernanda Wanderley
Aidyl de Carvalho Preis	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Fernando Limongi
Alba Zaluar	Carlos Benedito Martins	Fernando Uricoechea
Alejandro Frigerio	Carlos Eduardo Calaça	Flávia de Campos Mello
Alexandrina Saldanha S. de Moura	Carlos Pereira	Gerson Moura
Alfredo Wagner Berno de Almeida	Cecília Loreto Mariz	Gilberto Velho
Aloísio Ruschinsky	Cecília Monteiro	Gildo Marçal Brandão
Amaury de Souza	Celina Souza	Giralda Seyferth
Ana Paula Mendes de Miranda	Celina Vargas Amaral Peixoto	Glauca Villas Bôas
Anette Goldberg	Cesar Guimarães	Glauco Dillon Soares
Angela Alonso	Christian Azais	Gracia Marina Rozental
Angela de Castro Gomes	Christina de Rezende Rubim	Guillermo Palacios
Angela M. C. Araújo	Clarice Ehlers Peixoto	Guita Grin Debert
Ângela Xavier de Brito	Claudia Boccia	Gustavo Sorá
Anita Brumer	Cláudia Fonseca	Helena Bomeny
Anthony Seeger	Cláudia Fonseca	Helena Hirata
Antonio Augusto Prates	Claudio Beato Filho	Heraldo Souto Maior
Antonio Seara	Delma Pessanha Neves	Ilse Scherer
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães	Diane Grosklaus	Ilza Araújo Leão de Andrade
Arabela Campos Oliven	Dulce Pandolfi	Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Ariana Timbó Mota	Edmundo Campos Coelho	Jairo César Marconi Nicolau
Ary Minella	Eduardo C. Marques	Janice Monte-Mór
Aspásia Camargo	Eduardo G. Noronha	Jawdat Abu-El-Haj
Berta G. Ribeiro	Eduardo Viveiros de Castro	Jorge Osvaldo Romano
Beth Cobra	Eli Diniz Cerqueira	Jorge R. B. Tapia
Bila Sorj	Elina Pessanha	Jorge Ventura de Moraes
	Elisabeth Souza Lobo	José Cesar Gnacarini
	Emília Viotti da Costa	José Guilherme C. Magnani
	Esther Bertolleti	
	Eunice Ribeiro Durham	

(*) A lista dos trabalhos publicados encontra-se no final desta edição

José Maurício Domingues	Maria Cecília Spina Forjaz	Paulo J. Krischke
José Murilo de Carvalho	Maria Célia Paoli	Pedro Jacobi
José Ricardo Ramalho	Maria Celina d'Araújo	Priscila Faulhaber
José Sávio Leopoldi	Maria D'Alva Gil Kinzo	Rafael de Menezes Bastos
José Sergio Leite Lopes	Maria da Glória Bonelli	Raymundo Heraldo Maués
José Vicente Tavares dos Santos	Maria Denise Fajardo Grupioni	Renato R. Boschi
Julia Silvia Guivant	Maria Helena Guimarães de Castro	Richard Morse
Julio Cesar Melatti	Maria Hermínia Tavares de Almeida	Roberto Kant de Lima
Karl Monsma	Maria Inês Paulillo	Rogério Augusto Schmitt
Laís Abramo	Maria Julia Carozzi	Ronald H. Chilcote
Laura da Veiga	Maria Ligia de Oliveira Barbosa	Ronaldo Noronha
Leandro Piquet Carneiro	Maria Lucia Maciel	Roque Aparecido da Silva
Leila Maria da Silva Blass	Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna	Roque de Barros Laraia
Lia F. G. Fukui	Maria Lygia Barbosa	Rosa Acevedo
Licia do Prado Valladares	Maria Regina Soares de Lima	Rosa Maria do Prado Carneiro
Lilia Moritz Schwarcz	Maria Rosilene Alvim	Rosa Maria Godoy Silveira
Lourdes Gonçalves Furtado	Maria Suzana A. Soares	Rubem Cesar Fernandes
Lourdes Sola	Maria Sylvia Porto Alegre	Ruben George Oliven
Lucia Hippolito	Maria Teresa Sadek de Souza	Ruth Cardoso
Lúcia Lippi Oliveira	Maria Valéria Junho Pena	Sérgio Adorno
Lúcio Rennó	Marieta de Moraes Ferreira	Sérgio Costa
Luís Donisete Benzi Grupioni	Mariflor B. Rial Rocha	Sérgio de Azevedo
Luis Fernandes	Marina Fonte Pessanha	Sérgio Lamarão
Luiz Antonio Castro Santos	Mario Fuks	Silke Weber
Luiz Antonio Cunha	Mario Grynszpan	Silvana Donatoni
Luiz Antonio Machado da Silva	Mariza Corrêa	Sonia Draibe
Luiz Fernando Dias Duarte	Martha T. S. Arretche	Sonia Nahas de Carvalho
Luiz Werneck Vianna	Mauro Guilherme Pinheiro	Tania Salem
Magda Neves	Koury	Tema Pechman
Magda Prates Coelho	Michel Misse	Teresa Pires do Rio Caldeira
Manuel Palacios Cunha Melo	Miguel W. Chaia	Terry Mulhall
Marcela Coelho Stockler	Myrthes Freire	Thais Caldeira Henriques
Márcia Blumm	Nadya Araujo Castro	Theodore Lowi
Marcia Borges	Neuma Aguiar	Thomas Skidmore
Marcia de Paula Leite	Olavo Brasil de Lima Junior	Tomaz Aroldo da Mota Santos
Márcia Rinaldi de Mattos	Ondina Fachel Leal	Valentina da Rocha Lima
Marco A. C. Cepik	Otavio Guilherme Velho	Vera Feitosa
Marco Antonio Gonçalves	Paola Cappellin	Vera Pereira
Marcos Chor Maio	Patrícia Birman	Vilma Figueiredo
Marcos Coimbra	Patrícia Campos de Souza	Wanderley Guilherme dos Santos
Marcos Luiz Bretas	Paula Monteiro	Wilma Mangabeira
Marcus André Melo	Paulo Freire Vieira	
Margarida Moura	Paulo Henrique Martins	Charles Pessanha
Maria Alice Rezende de Carvalho		Editor, BIB
Maria Aparecida Prederigo		

Introdução

Este texto discute a literatura internacional sobre política regulatória, identificando as questões centrais da agenda de pesquisa na área. Grande parte dessa literatura foi produzida por economistas e não por cientistas políticos. A relevância do tema das agências regulatórias na agenda de pesquisas na Europa e na América Latina é crescente em um quadro no qual o conhecimento sobre o tema entre cientistas sociais é escasso e a centralidade política dessas instituições cada vez maior. Trata-se, de fato, de uma área fortemente interdisciplinar. Um dos objetivos dessa revisão bibliográfica é discutir essa literatura, e contribuir para a formação de uma agenda de pesquisa em torno do tema.

O texto está organizado em uma introdução e outras oito seções. A seção 2 discute as agências regulatórias independentes nos EUA e sua criação recente no quadro europeu, e contrasta as experiências históricas da regulação endógena via propriedade pública e via agência ou comissão independente.

A seção 3 examina as transformações recentes da intervenção regulatória do es-

tado no contexto dos anos 90, no que se refere ao processo de globalização, às várias dimensões que a liberalização e a re-regulação assumem e às bases do processo de difusão internacional de paradigmas de reforma regulatória. A quarta seção examina a teoria normativa da regulação que constituiu-se na base conceitual da ação regulatória do Estado e a paralela criação de agências regulatórias em vários países. O final dessa seção também discute brevemente os modos específicos que a regulação econômica assume (as questões normativas que enfrenta e os instrumentos que utiliza). A quinta seção discute as chamadas teorias positivas da regulação que informaram teoricamente a onda de desregulação da década de 70 e 80 em alguns países como os Estados Unidos. A sexta seção apresenta as contribuições recentes oriundas do chamado neo-institucionalismo econômico, além de uma introdução ao paradigma principal-agente e alguns conceitos da nova economia da informação. A agenda de pesquisas recentes em torno do processo político da mudança de política regulatória é o objeto específico da seção 7, enquanto a seção seguinte discute o processo político da reforma regulatória. Ambas as seções focali-

* Uma versão anterior deste trabalho foi elaborada nos marcos do Módulo Regulação do Projeto Reforsus, apoiado pelo CNPq/BID e coordenado por Nilson do Rosário Costa (Fiocruz). O autor agradece os comentários e sugestões valiosos ao texto feitos por Carlos Pereira, Nilson Costa, Maria Rita Loureiro e Eduardo Kugelmas.

zam um ponto que tem atraído grande interesse analítico: a questão do *commitment problem* da regulação enfocada a partir da interação da governança regulatória (a interface da questão regulatória está ancorada no marco institucional de um país) com a estrutura de incentivos regulatórios (os instrumentos específicos de intervenção regulatória em um contexto setorial determinado). A questão da integração entre abordagens positivas e normativas à luz das discussões anteriores é retomada na seção final, tendo como tema geral alguns aspectos do desenho político da política regulatória.

Mecanismos Institucionais de Regulação Pública

Nas últimas décadas, assiste-se a uma nova onda de inovação institucional no ambiente econômico e social dos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos — OCDE, assim como na América Latina, e especialmente no Brasil. Em certo sentido, essa onda assinala o processo de difusão de uma forma institucional peculiar: a agência regulatória independente, que tem origem nos EUA, como é amplamente conhecido. Embora outros formatos institucionais existam nesse país, é definitivamente a agência regulatória independente que singulariza a experiência regulatória norte-americana.

Ao contrário da experiência norte-americana, em que apenas um padrão prevaleceu, as formas regulatórias tradicionais nos quadros europeu e latino-americano eram de três tipos: em primeiro lugar, a propriedade pública de firmas ou setores inteiros da economia; em segundo lugar, o exercício de atividades regulatórias diretamente por departamentos ou órgãos da burocracia executiva — nesse sentido, os órgãos reguladores estavam sob o comando direto dos governos; em terceiro lugar, as várias formas de

auto-regulação através de arranjos corporativistas.¹

No Brasil, o programa de desestatização iniciado em 1990 culminou na criação de agências regulatórias independentes em meados da década. A implementação das primeiras agências ocorreu a partir de outubro de 1997 e o modelo observado para a Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL e a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL foi reproduzido para as demais agências. Está sendo proposta a criação de agências em várias outras áreas setoriais (transportes, recursos hídricos, setor financeiro, dentre outras) e até mesmo a fusão do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência — CADE e da Secretaria de Direito Econômico — SDE, gerando uma agência de defesa do consumidor e da concorrência. Essas novas entidades da administração pública estão espelhadas no modelo americano e sua caracterização jurídica é peculiar no direito administrativo brasileiro (Cavalcanti, 1999). Tais agências apresentam certo isomorfismo organizacional, mas na realidade há diferenças marcantes entre elas, ao mesmo tempo em que operam conforme regras informais bastante variadas (Mueller e Pereira, 2000a).²

A literatura permanece relativamente inconclusa em relação às virtudes da propriedade pública *vis-à-vis* a propriedade privada. Mais que o regime de propriedade, o que efetivamente determina os níveis de eficiência alocativa e produtiva é a estrutura de incentivos com que os agentes econômicos se deparam. No que se refere às formas de regulação, ambas — propriedade pública e propriedade privada reguladas por agência independente — apresentam falhas regulatórias importantes (cf. Quadro 1).

Assim, em certo sentido, monopólios públicos e empresas privadas com forte regulação pública, como nós EUA, seriam equivalentes funcionais. Esta visão é contestada por autores como Majone (1996) para

Quadro 1
Falhas dos Dois Tipos de Regulação Pública

Regulação por Agência Regulatória	Regulação pela Estatização
Captura dos reguladores pelas empresas reguladas	Captura das empresas públicas por políticos e sindicatos
Supercapitalização	Excesso de pessoal
Regulação não-competitiva	Monopólio público
Objetivos difusos (regular em nome do interesse público)	Orientação dos gestores públicos por metas ambíguas e inconsistentes
Coordenação débil entre diferentes reguladores	Coordenação débil entre diferentes empresas públicas
Insuficiente responsabilização política das agências regulatórias independentes	Nenhum controle efetivo das empresas públicas pelo Congresso, tribunais ou ministério gestor

Fonte: Majone (1996).

quem o regime regulatório americano é superior. Majone (1996, p. 23) aponta para o paradoxo da estatização: o fato de que a propriedade pública, estabelecida com o objetivo de elevar o controle público sobre o mercado, enfraqueceu, em vez de aumentar, a capacidade regulatória dos Estados. Ao confundir os papéis de regulação e gerenciamento, a regulação por propriedade pública promoveu rigidez organizacional, baixa capacidade de responder a mudanças tecnológicas e, sobretudo, pouca capacidade de promover o interesse dos consumidores.

A crítica fundamental ao modelo de agência regulatória independente baseia-se, essencialmente, no seu "déficit democrático". Nesse sentido, sua autonomia e independência representam uma ameaça ao interesse público na medida em que agentes não-eleitos tomam decisões relevantes para a sociedade.³

As Transformações da Regulação Pública: Desregulação, Re-regulação e Delegação

Esta seção discute a literatura que surgiu nos anos 80 e 90 sobre desregulação.

Nos anos 90 observa-se, como assinalado, um processo intenso de retirada do Estado de suas funções produtivas, acompanhado de transformações importantes nas atividades regulatórias do mesmo, de desregulamentação dos setores financeiros e liberalização do comércio exterior. Tradicionalmente essa questão tem sido tratada como desregulação, mas, na realidade, trata-se de processos simultâneos de liberalização e re-regulação (Vogel, 1996). A liberalização implica, fundamentalmente, a permissão de entrada de firmas em setores anteriormente protegidos da competição e nos quais um monopolista ou poucas firmas dominavam. Esta se faz acompanhar, em muitos casos, de processos de re-regulação que assumem formas variadas, como será discutido a seguir.

As transformações nas atividades regulatórias dos Estados têm sido analisadas com base em quatro fatores (Vogel, 1996). O primeiro, refere-se a mudanças estruturais nos mercados que alteram os preços relativos da atividade regulatória, tornando os custos da regulação maiores que os seus benefícios. Por outro lado, avanços tecnológicos elevaram os custos sociais da regulação (*deadweight losses*). O argumento téc-

nico freqüentemente invocado é que avanços na tecnologia reduziram os custos do capital de investimento, elevando a elasticidade da oferta e da demanda em muitos setores. Conseqüentemente, mesmo distorções regulatórias pequenas podem afetar substancialmente a demanda e obstaculizar o crescimento do setor.

O segundo fator são as mudanças provocadas pelas novas tecnologias. Na área financeira tais mudanças reduziram significativamente os custos de transação, tornando obsoletas as regulamentações baseadas na distinção entre corretagem e operações financeiras propriamente ditas. Da mesma forma, avanços na tecnologia de telecomunicações tornaram obsoleta a regulação baseada em redes terrestres. O terceiro fator refere-se ao processo de globalização que debilitou os controles nacionais sobre mercados específicos (p. ex., financeiro). O quarto fator, intimamente vinculado a este último, é que a integração de mercados tem levado a uma "corrida competitiva para baixo". Nesse processo, os governos são levados a reduzir seus controles regulatórios de forma a tornar seus mercados nacionais atraentes para os investidores externos.

Embora corretas em linhas gerais, as análises que enfatizam esses fatores ignoram o fato de que em lugar de convergência, têm-se observado fortes divergências nacionais em termos de respostas a eles. Em muitos países, verificam-se iniciativas de desregulação e re-regulação, inteiramente distintas, o que sugere que outras variáveis relevantes influenciam o processo geral de transformação. Vogel (1996) sustenta que entre as variáveis mais importantes se destacam os governos, os legados institucionais e as burocracias. Em outras palavras, os governos respondem às questões colocadas pelos mercados de formas distintas em função de variáveis internas aos próprios governos (às quais se refere em

termos de *regime orientation* e *regime organization*).

Vale ressaltar que o processo de globalização também potencializa o impacto dos fatores citados. O processo de globalização financeira e intensificação das interdependências dos sistemas produtivos converte a questão da credibilidade regulatória em questão central da governança econômica. Em outras palavras, a credibilidade com que o governo regula a atividade econômica é variável crucial na capacidade que ele tem de atrair investimentos para setores de infra-estrutura e utilidade pública, os quais, por serem monopólios naturais, requerem regulação. Parte importante das reformas regulatórias tem-se voltado, portanto, para garantir credibilidade à regulação.

No âmbito nacional, existe um *trade off* entre credibilidade e coerção: uma política sem credibilidade pode ser implementada, com custos variados conforme o setor, através de medidas coercitivas e unilaterais por parte dos governos nacionais, mas isso não é possível no plano supranacional. A globalização muda a natureza desse *trade off* na medida em que o recurso à coerção implica custos muito altos ou é simplesmente impossível. A delegação de autonomia a agências independentes é uma forma de resolução do problema — porque a independência das agências é garantia de credibilidade regulatória. No entanto, essa delegação provoca um déficit de legitimidade, porque implica transferência de poder a atores não-eleitos.⁴

Afora as instituições regulatórias, a matriz institucional de um país — as relações Executivo-Legislativo, o processo judicial de resolução de disputas, a capacidade organizacional — é um elemento central da questão da credibilidade (Levy e Spiller, 1996b). Estes pontos — a questão da credibilidade regulatória, a lógica da delegação e a governança regulatória — são discutidos em detalhes nas seções 5 e 6.

O processo de re-regulação tem ocorrido com matizes distintos nos EUA (Baron, 1995), na Europa (Vogel, 1996; Eberlein, 1999) e na América Latina (Snyder, 1998; Templitz-Semplitzky, 1990; Nafn e Tulchin, 1999). Eberlein critica duramente aqueles que, como Majone, têm sugerido uma certa convergência na direção de um modelo único de Estado regulador no quadro europeu. Vogel, por sua vez, apresenta uma tipologia sugestiva dos processos de reforma regulatória, distinguindo as dimensões de reregulação e liberalização (cf. Quadro 2). Como assinala esse autor, as reformas regulatórias estão

associadas a situações ou cenários bastante heterogêneos. Apenas um pequeno número de medidas no contexto de reformas regulatórias visa restringir o controle estatal sobre as firmas (célula do topo à esquerda do Quadro 2).

Elas objetivam solapar a hegemonia de empresas hegemônicas (monopolistas), ajudar competidores, facilitar a operação efetiva de mercados e fortalecer a legislação antitruste ou seu *enforcement*. Outros tipos de medidas se voltam para a re-regulação, embora restrinjam o espaço discricionário da ação dos reguladores na medida em que

Quadro 2
Tipologia de Reformas Regulatórias com Exemplos Selecionados

	Ênfase na liberalização	Ênfase na re-regulação
	<i>Re-regulação pró-competitiva</i>	<i>Re-regulação jurídica</i>
Restringe o controle estatal sobre as firmas	(a) Regulação usada para reduzir o controle de empresas hegemônicas (monopolistas) ou ajudar competidores (b) Uso da regulação para facilitar a operação efetiva de mercados (c) Fortalecer a legislação antitruste ou seu <i>enforcement</i>	(a) Transformação de regras informais em forma jurídica (judicialização) (b) Conversão de regras tácitas em forma escrita (codificação) (c) Formalização de consultas/aperfeiçoamento de procedimentos para garantir <i>accountability</i>
	<i>Re-regulação estratégica</i>	<i>Re-regulação expansiva</i>
Aumenta o controle estatal	(a) Conferir vantagens regulatórias a firmas domésticas (b) Uso da regulação para retirar vantagens comparativas de firmas estrangeiras (c) Promoção/proteção de firmas domésticas de forma que elas possam enfrentar a liberalização	(a) Criação de novas regulações para aumentar o controle burocrático (b) Substituir velhas regulações por novas de forma a preservar o controle regulatório (c) Extensão da regulação para novas áreas

Fonte: Vogel (1996, p. 17).

estabelecem instrumentos mais precisos de intervenção (judicialização, codificação e formalização de instrumentos). O conjunto de medidas que implicam expansão do controle público envolve, fundamentalmente, a defesa de interesses domésticos em processo de liberalização e/ou expansão efetiva dos controles burocráticos dos governos.

Uma das áreas em que se verifica maior expansão da re-regulação é a de regulação social. Esta área — que compreende os setores de saúde ocupacional, meio ambiente, proteção do consumidor e relações de trabalho, entre outros —, se expandiu rapidamente (Jacobs *et alii*, 1997; OECD, 1999), traduzindo-se em um movimento amplo de juridificação das relações sociais e codificação de direitos.⁵ Para Baron, a perspectiva de rerregulação é potencialmente muito alta, em virtude de o desempenho dos setores regulados ter fortes implicações redistributivas. Para além da expansão da regulação social, a agenda pública nos países da OCDE tem privilegiado as questões relativas à qualidade regulatória. A agenda da desregulação, na realidade, deu lugar a uma agenda centrada na reforma regulatória em que este aspecto é fundamental (Armstrong, Cowan e Vickers, 1995, p. 3; Jacobs *et alii*, 1997).

O paradoxo da re-regulação também tem sido apontado empiricamente para o caso brasileiro por Botelho (1999) e Amman e Baer (2000), no que se refere especificamente à ampliação da regulação pública para assegurar capacidade nacional nas áreas de pesquisa e desenvolvimento. Segundo estes últimos, “Com a privatização destes setores um novo arranjo institucional surgiu que pode garantir a continuidade da capacidade do Brasil de inovar em áreas específicas de relevância para os serviços de utilidade pública” (Amman e Baer, 2000, p. 16).

Na década de 90 assiste-se a um processo importante de inovação regulatória na América Latina.⁶ Em forte contraste com o ocorrido na experiência americana, e mantendo

apenas algumas similitudes com o caso europeu, esse processo está fundamentalmente associado ao de globalização financeira e ao *boom* de investimentos diretos vinculados à privatização.

Vale assinalar que a criação de instituições de novo tipo — com forte autonomia gerencial e flexibilidade — nas áreas de regulação e provisão de serviços, inscreve-se em um processo mais amplo de difusão do paradigma gerencialista de reforma do setor público, associado ao New Public Management. Na difusão, as agências multilaterais e as empresas internacionais de consultoria têm cumprido um papel central (Saint-Martin, 1998).

Assim, é possível identificar alguns padrões diferenciados que esse processo assume concretamente (Hood, 1996). Embora essas agências e empresas tenham cumprido um papel muito importante, há forte variabilidade nos graus de influência exercidos. Saint-Martin (1998) identifica duas variáveis centrais para explicar a notável influência das grandes empresas de consultoria nesse processo: o desenvolvimento organizacional do setor (medido por indicadores como tamanho das firmas, mercado, padrão associativo etc.) e o grau de permeabilidade da estrutura institucional dos países.⁷

Há mecanismos de difusão diferenciados entre os países: na França, os governos locais foram pioneiros na criação de agências de novo tipo, contratando consultorias externas para isso, em contraste com outros países, como a Inglaterra (ou, certamente, o Brasil) onde as reformas se iniciaram na esfera central de governo).⁸

A despeito dos padrões distintos que o processo de difusão assume em cada contexto, o resultado final tem sido um certo isomorfismo organizacional do setor público em vários países. Tradições e legados institucionais, no entanto, também cumprem um papel importante. Vogel (1986; 1993; 1997) inaugurou um programa de pesquisas bas-

tante influente sobre estilos nacionais de regulação (*national styles of regulation*) (cf., também, Shapiro, 1998; Majone, 1996; Wilks, 1997; Doener e Wilks, 1998). Essa literatura identifica pelo menos três estilos de regulação: o “estilo adversarial” americano em que o Judiciário cumpre um papel destacado mediante o recurso ao *judicial review*; o estilo flexível centrado na “barganha” (*bargained regulation*), distintivo da Inglaterra, e um estilo corporativista centrado no consenso, encontrado na Escandinávia, cujo traço mais característico é a ausência de padrões e procedimentos detalhados nos regulamentos. É interessante observar que embora a literatura aponte para uma “americanização da política regulatória europeia” (Shapiro, 1997), em virtude da criação das agências independentes, ela também destaca essa especificidade quanto ao padrão de relacionamento regulador-indústria.

A Teoria Normativa da Regulação

Esta seção e a seguinte discutem as contribuições da economia da regulação em suas duas vertentes: a teoria normativa (que informou historicamente a intervenção regulatória do Estado nas esferas econômica e social, e que era apresentada nos livros-textos de economia até a década de 70) e as chamadas teorias positivas da regulação, que buscam explicar as bases de ação do Estado. Em virtude de sua importância na história do campo da política regulatória, e da fusão de elementos normativos e positivos nas contribuições recentes, essa duas abordagens serão examinadas aqui em detalhe.

A teoria normativa da regulação assumiu forma acabada no pós-guerra a partir de subsídios importantes de um conjunto de economistas, com destaque para Paul Samuelson. Essas contribuições identificam e analisam, fundamentalmente, as situações de falhas de mercado nas quais caberia ao Estado intervir para assegurar a operação

Pareto-eficiente dos mercados. O pressuposto básico é que mercados competitivos asseguram uma alocação eficiente de recursos. Este pressuposto se assenta nos dois teoremas fundamentais da economia do bem-estar segundo os quais a) a condição de eficiência paretiana seria atingida quando nenhuma mudança na alocação de recursos (na produção ou consumo) poderia ser realizada de forma a melhorar o bem-estar de um indivíduo sem implicar a redução do bem-estar de outro; b) em condições ideais, mercados competitivos produzem uma situação Pareto-ótima na alocação de recursos.

As falhas de mercado identificadas pela teoria são: bens públicos, falhas de competição (monopólios), externalidades, mercados incompletos e informação assimétrica. Os mercados não são eficientes na provisão de bens públicos puros pelas suas características de não-exclusividade de consumo (não se pode excluir outros do consumo do bem) e não-rivalidade do consumo (o custo marginal para a provisão do bem para outrem é zero). As conseqüências dessas características são que mercados não irão se formar e, conseqüentemente, o bem será subproduzido ou não produzido.

Quando certas firmas detêm poder de mercado, os preços de mercado se distanciam dos custos marginais de produção. Essa situação pode resultar de uma variedade de fatores:

- da magnitude do *market share* por parte de algumas firmas;
- da presença de retornos crescentes à escala (caso conhecido como situações de monopólio natural);⁹
- da importância dos custos de transporte em certos setores (gerando monopólios territoriais);
- da existência de barreiras significativas à entrada, e conseqüente baixa contestabilidade em certos setores.

Nessas situações, duas classes de ineficiência são geradas: ineficiência alocativa

(quando os preços se distanciam dos custos marginais) e ineficiência produtiva (porque os monopólios não têm incentivos para reduzir custos ou introduzir inovações).

A existência de externalidades na produção (ou consumo) de bens produz ineficiência alocativa porque, como os indivíduos não arcam com os custos das externalidades que produzem, eles tendem a se engajar excessivamente nas atividades que as produzem. Como parte do custo de produção é externalizado ou socializado, o custo privado é inferior ao custo social de produção do bem.

Muitos mercados de bens e serviços não se formam, embora os custos de provisão do bem sejam inferiores aos custos que os consumidores estão dispostos a pagar. Essa situação ocorre em muitos mercados, sobretudo nos de capitais e seguros. Várias razões para a existência de mercados incompletos estão associadas à presença de assimetrias de informação. Esses aspectos passaram a fazer parte da explicação canônica de manuais de economia a partir da década de 70. A ausência de informações relevantes por parte dos consumidores sobre qualidade, condições ou risco de produtos e/ou serviços que adquirem provoca graves ineficiências nos mercados. Da mesma forma, investidores incorrem em decisões ineficientes quando se deparam com problemas de informação incompleta sobre mercados, produtos financeiros e consumidores. No mercado de seguros ou de trabalho, as empresas enfrentam situações nas quais a assimetria de informação provoca profundas distorções alocativas. Problemas de *seleção adversa* e *risco moral* são os problemas resultantes da assimetria de informação que tipicamente afetam esses setores. No limite, mercados podem não apenas não operar eficientemente, mas até desaparecer em virtude desses problemas.¹⁰ A seleção adversa refere-se a situações em que ocorre *informação oculta* que algum agente possui e que um segundo agente, contratante ou consumidor

de serviços (denominado principal na literatura especializada), não dispõe. O risco moral descreve situação em que ocorre *comportamento ou ação oculta* que não é observado pelo contratante ou consumidor de serviços. As implicações dessas situações para a política regulatória serão exploradas em seções subsequentes.

Essas situações de falha de mercado produzem a *rationale* para a ação regulatória do Estado. Elas fornecem uma base normativa para a intervenção do Estado, mas não uma análise da prática regulatória de governos.¹¹ Mesmo enquanto base normativa, tais justificativas são objeto de intenso debate teórico que envolve questões tratadas em termos de Teorias de Justiça.¹²

A literatura existente sobre desenho regulatório mantém forte relação com a tradição de pesquisa revisada acima e centra-se nas questões do *optimal second best*.¹³ Ou seja, refere-se às questões de intervenção regulatória em um ambiente que apresenta muitos constrangimentos, no qual o *optimal first best* não pode ser alcançado.

O Quadro 3 exhibe algumas questões normativas típicas com as quais o regulador se depara na regulação econômica. As questões básicas da regulação econômica de serviços de utilidade pública ou indústrias cuja provisão ocorre em redes (telecomunicações, gás residencial, eletricidade, água etc.) relacionam-se à discussão 1) da regulação da operação de redes de infra-estrutura que apresentem características de monopólio natural; 2) das áreas ou atividades potencialmente competitivas, como a provisão de serviços através dessas redes, que podem ou não ser competitivas, para as quais o acesso à rede é uma condição básica.

Dois classes de política regulatória podem ser identificadas: a regulação de firmas monopolistas e a regulação pró-competição. O Quadro 4 apresenta a interface das questões normativas e positivas, permitindo que se discuta essas duas classes de política.

Quadro 3
A Agenda Normativa da Regulação Econômica: Questões de Base
 (firma hipotética M)

Integração vertical	A firma que desfruta de um monopólio natural (firma M) pode ter permissão também para operar nas atividades potencialmente competitivas do setor?
Liberalização	A firma tem direito exclusivo de operar nas áreas potencialmente competitivas, e portanto, desfrutar do monopólio sobre toda a indústria, ou há entrada livre de competidores? No caso de liberalização, essa entrada deveria ser restringida, facilitada ou nenhuma das alternativas anteriores?
Estrutura horizontal	Se a firma M opera em áreas potencialmente competitivas, seus ativos deveriam ser divididos em várias unidades, concorrendo entre si?
Estrutura regional	Nas áreas de monopólio, a firma M pode desfrutar de monopólio nacional, ou deveria haver monopolistas regionais?
Regulação de preço de produto	Que produtos de um setor industrial devem ter preços finais aos consumidores regulados, e que forma essa regulação deve assumir?
Regulação de preço de acesso	Sob que condições as firmas em áreas potencialmente competitivas do setor têm acesso aos serviços do monopolista natural? (p. ex. operadores de longa distância utilizando a rede fixa.)
Regulação de <i>nonprice behaviour</i>	Como se dá a regulação de aspectos como qualidade?

Fonte: Armstrong, Cowan e Vickers (1995, pp. 3-4).

Quadro 4
Interface entre a Agenda Positiva e a Normativa

		<i>A concorrência é desejável</i>	
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Sim</i>		<i>Mercado concorrencial Normal</i>	<i>Cream skimming</i>
<i>A concorrência é viável</i>		<i>Barreiras impostas por firmas dominantes ou ex-monopolistas</i>	<i>Monopólios naturais severos</i>
<i>Não</i>			

Na maioria dos casos (célula esquerda superior) a concorrência é benéfica, e ocorre naturalmente nos marcos do mercado ou segundo os parâmetros gerais da política de defesa da concorrência. No caso das indústrias de utilidade pública, a situação é distinta. No caso extremo de monopólios naturais severos, mesmo quando há liberalização da entrada, não se cria uma situação concorrencial. Nesse caso, a regulação pública através do controle de preços é a única opção. Nos casos, no entanto, em que a concorrência não é viável em virtude da prática anticoncorrencial de firmas dominantes, mas a competição é desejável, a regulação pró-competição se faz necessária. O mesmo aplica-se para o caso simétrico, no qual a competição predatória pode levar a uma captura excessiva de rendas em um dos segmentos do negócio (*cream skimming*), por uma nova firma, ameaçando a sustentabilidade do negócio como um todo.

As questões centrais da agenda da regulação social são muito distintas, e a literatura, comparativamente, bastante reduzida em relação à regulação econômica. Na realidade, como afirma Baron, “a expansão dramática da regulação social, a partir do início dos anos 70, não gerou um corpo de pesquisa sobre regulação proporcional à sua importância” (1995, p. 11).

Teorias Positivas da Regulação

Como assinalam Armstrong, Cowan e Vickers (1995, p. 7), a subdisciplina da economia da regulação seria um assunto relativamente simples se os reguladores fossem oniscientes, benevolentes e seus compromissos tivessem forte credibilidade, mas, na prática, existem problemas de assimetria de informação, questões de credibilidade e o perigo da “captura” regulatória. As teorias positivas da regulação focalizam esses aspectos, permitindo um tratamento muito mais complexo das questões. Seu desenvolvi-

mento está fundamentalmente associado a dois desenvolvimentos: à mudança no ambiente político e econômico dos anos 70 e à evolução da ciência econômica, inicialmente pela aplicação de modelos neoclássicos para modelagem do mercado da regulação, e posteriormente pelas contribuições oriundas das áreas de economia da informação e economia institucional.¹⁴

As primeiras teorias positivas da regulação foram desenvolvidas no marco da crítica ao Estado keynesiano de Bem-Estar Social e no bojo da onda desregulatória que teve início nos anos 70 e 80 nos EUA. A contribuição mais influente dessa perspectiva, que veio a ser conhecida como a teoria econômica da regulação ou teoria da captura (ou ainda teoria da regulação da Escola de Chicago), foi a de Stigler (1975). Stigler modelou a regulação como um mercado em que políticos individuais e interesses organizados interagem estrategicamente. À semelhança de uma situação de mercado, políticos e elites regulatórias “ofertam” e os interesses organizados “demandam” a política regulatória. Stigler parte de evidências empíricas que sinalizariam que, em muitos casos, os efeitos da política regulatória seriam contrários àqueles previstos pela teoria normativa. Nos setores regulados, o número de firmas reduziu-se e os preços aumentaram em relação ao período anterior à introdução da regulação. Nesse sentido, tais setores ou firmas individuais lucraram com a regulação. Os políticos que controlam a oferta da legislação regulatória são atores que buscam maximizar seus interesses (que, fundamentalmente, consistem no sucesso na arena eleitoral, expansão de poder político e acumulação privada de riquezas). As empresas, por sua vez, controlam recursos para financiamento de campanha de forma que é do interesse dos políticos barganhar tais recursos em troca de legislação regulatória.

Stigler identifica dois mecanismos importantes que explicam por que os interes-

ses organizados das empresas tendem a prevalecer no processo político. O primeiro, diz respeito aos custos de mobilização ou ação coletiva: os custos da regulação incidem de forma difusa sobre os consumidores em geral (os supostos beneficiários da teoria normativa), e seus benefícios distribuem-se de forma concentrada, favorecendo os produtores (firmas e empresas). O segundo mecanismo tem a ver com os custos de informação (a respeito da própria ação regulatória, do processo político e a dimensão legal da regulação), menores para as firmas e maiores para o consumidor/eleitor médio.¹⁵ O argumento é similar àquele desenvolvido por Downs (1957) sobre a ignorância racional dos eleitores: estes se deparam com um desincentivo para buscar informação sobre programas eleitorais e candidatos porque a probabilidade de a sua decisão individual alterar o resultado final é muito baixa. Nesse sentido, os consumidores também têm pouco incentivo para buscar informação sobre os efeitos das decisões regulatórias dos governos e agir, lançando mão dos mecanismos eleitorais, punindo ou recompensando candidatos a cargos eletivos.

O modelo de Stigler teve fortíssima influência na agenda de governo dos EUA e da OCDE em geral. Vários autores, como Peltzman (1989) e Becker (1983), expandiram as idéias centrais do modelo, incorporando uma série de complexidades à análise. No entanto, diversas questões não foram adequadamente explicadas pela teoria. Segundo Peltzman, a idéia de que apenas os interesses de firmas e empresas se beneficiam da regulação não encontra ancoragem empírica. Na realidade, uma das dimensões da atividade regulatória são os subsídios cruzados que formam *constituencies* importantes de beneficiários que não podem ser desconsiderados na análise. Em uma versão mais complexa da teoria, os políticos/elites regulatórias buscam combinar os interesses de consumidores e produtores. Em sua oferta de regulação, os

políticos procuram maximizar os ganhos políticos. No entanto, os custos marginais do serviço político variam para os dois grupos.

Becker, por sua vez, propôs uma teoria que em certa medida unifica aspectos da teoria positiva, com sua ênfase na distribuição de rendas, e a teoria normativa, cujo foco recai sobre os aspectos da eficiência. Em seu modelo, toda transferência de renda que ocorre em benefício de produtores e grupos de consumidores, implica perdas de eficiência social (*deadweight losses*). Essas perdas operam como uma restrição ao recurso crescente a políticas regulatórias. As perdas de eficiência não são nada mais que os ganhos dos vencedores, menos as perdas dos perdedores, que resultam de decisões regulatórias de mudança no *output*. Elas funcionam como uma restrição porque, conforme a política regulatória se desloca do nível de eficiência, tais perdas se elevam a taxas crescentes. Nesse sentido, cada benefício marginal a ser distribuído aos vencedores tem custos políticos marginais crescentes. As elites regulatórias têm interesse em aumentar as rendas a serem distribuídas politicamente e, portanto, buscam maximizá-las. Em outras palavras, é do seu próprio interesse que elas busquem eficiência na atividade regulatória.

Peltzman sumariza os achados da teoria econômica da regulação:

- “Grupos compactos e bem organizados tenderão a se beneficiar mais da regulação do que grupos extensos e difusos. Isto cria um viés em favor de grupos de produtores, porque eles são bem organizados em relação aos consumidores. Mas a coalizão dominante também inclui subconjuntos de consumidores.
- A política regulatória vai procurar preservar uma distribuição politicamente ótima de recursos nos interior dessa coalizão. Assim, ao longo do tempo, a política vai procurar compensar mudanças na distribuição ótima causadas por alterações nos

custos ou na demanda. Em qualquer momento, a estrutura de preços vai transferir subsídios aos consumidores de alto custo com as rendas obtidas com os preços cobrados a outros grupos.

- Como os ganhos políticos de regulação derivam da distribuição de riqueza, o processo regulatório é sensível aos *deadweight losses*. As políticas que reduzem a riqueza total a ser distribuída serão evitadas, porque, na ausência de outras mudanças, elas diminuem os ganhos associados à regulação” (Peltzman, 1989, p. 13).

A teoria prediz um comportamento regulatório crescente e sustentado, por parte dos governos, o que, no entanto, foi flagrantemente invalidado pelo fortíssimo movimento de desregulamentação a que se assistiu nos EUA nos anos 80 (Derthick e Quirk, 1985). O problema mais importante da teoria — sua refutação empírica pela onda de desregulamentação — foi objeto de discussão de vários autores e mereceu um esforço analítico especial de Peltzman (1989). Este autor procura identificar as razões que explicam por que o processo de desregulamentação ocorreu em alguns setores, mas não em outros. Suas evidências, como ele próprio reconhece, são, em grande parte, inconclusivas. A resposta mais geral dos defensores da teoria é que variáveis exógenas produziram mudanças que tornaram proibitivos os custos de perpetuação do sistema regulatório. Esses autores argumentam que os setores perderam suas rendas em virtude de duas razões: ou o custo de manutenção da coalizão de suporte tornou-se muito elevado, ou as mudanças nos custos e/ou demandas do setor tornaram a renda que poderia ser extraída menor do que os custos de manutenção do sistema regulatório.

Teorias Neo-Institucionalistas da Regulação

Os argumentos da teoria positiva são consistentes com o suposto geral da teoria

de que mudanças na estrutura de oportunidades para o uso do poder coercitivo do Estado para a extração de rendas levam à mudança institucional (Noll, 1989b). Essa visão restrita da mudança institucional é criticada pelo neo-institucionalismo presente nas análises contemporâneas. Um corolário importante dessa perspectiva é que as instituições econômicas, em seu sentido amplo, levam intrinsecamente a soluções crescentemente eficientes. Assume-se que instituições ineficientes produzem rendas potenciais que não são apropriadas pelos agentes econômicos, e que uma mudança para uma situação Pareto superior — ou seja que aumente o bem-estar de um sem reduzir o bem-estar de outros — seria em princípio viável (Noll, 1989b).

O principal problema das teorias positivas da regulação é que elas assumem que a interação dos atores no jogo da regulação é feita em um vácuo institucional. Inexistem regras formais, instituições, custos de transação, oportunismo ou interação estratégica entre atores.¹⁶

O neo-institucionalismo econômico tem se constituído na escola intelectual que recentemente tem trazido os aportes mais fecundos para a análise das instituições em geral e das agências burocráticas em particular (Moe, 1997; Doner e Schneider, 1999). Desenvolvendo instrumentos analíticos para a análise das transações sociais em situações de mercado e fora dele — como é o caso de contextos organizacionais e hierárquicos (privados ou públicos) —, o neo-institucionalismo supera a dicotomia tradicional Estado x mercado, e desloca a análise para a estrutura de incentivos que produz resultados racionais do ponto de vista coletivo.

Nesse quadro analítico, adota-se um paradigma contratualista para examinar as instituições e a interação de indivíduos ou grupos de indivíduos nessas instituições. As transações — na realidade qualquer transa-

ção econômica que não seja “à vista” — podem ser representadas como contratos entre duas partes em um contexto intertemporal. Essa intertemporalidade abre a possibilidade de não-cumprimento de promessas ou contratos. As instituições cumprem o papel essencial de garantir tais contratos, conferindo credibilidade às relações sociais em uma economia de mercado.

As questões organizacionais e institucionais — organização econômica, formas de propriedade, controle e oportunismo nas relações contratuais —, desconsideradas na teoria tradicional (que enfatiza em particular a tecnologia), adquirem grande centralidade na construção analítica do neo-institucionalismo econômico (Williamson, 1975; 1985).

O neo-institucionalismo econômico desenvolveu-se, inicialmente, na área de teoria da firma e organização industrial, para se expandir nas áreas de economia do trabalho, teoria do mercado de capitais e teoria do desenvolvimento econômico. Coase foi um dos pais fundadores desta abordagem, tendo contribuído para o desenvolvimento da teoria em dois artigos pioneiros: o primeiro, sobre a teoria da firma; o segundo, sobre a análise das externalidades.

A contribuição de Coase na área da teoria da firma na década de 30, foi no sentido de mostrar que a firma existe como uma forma de economizar custos de transação (Gibbons, 1999). Neste sentido, uma estrutura hierárquica (uma firma) emerge de modo a superar não só falhas de mercado, mas também o oportunismo nas relações de mercado. Igualmente, a integração vertical de firmas é um mecanismo para internalizar informações (sobre preços privados, mercados e *asset specificity*) antes não-disponíveis e que tornavam a firma vulnerável ao comportamento oportunista de fornecedores e, ao mesmo tempo, substituir uma relação de mercado por uma relação de autoridade. A mudança nos direitos de propriedade nos casos de *take over* permite superar aquilo

que os neo-institucionalistas denominam “falhas de organização”.

As implicações deste tipo de análise para a análise da regulação vincula-se, sobretudo, com a questão da modelagem do relacionamento estratégico entre atores em situações pós-contratuais e com um conjunto amplo de questões pertinentes, tais como:

- a capacidade de um ator (firma, governo, agência regulatória) de fazer promessas críveis em relação ao seu comportamento futuro;
- efeito de estruturas de incentivos distintas sobre o comportamento desses atores;
- os efeitos mais amplos do desenho regulatório sobre o comportamento estratégico dos atores.

A contribuição de Coase também foi decisiva para o estabelecimento do papel da política regulatória no controle de externalidades. Coase demonstrou que, na ausência de custos de transação, o mercado desenvolve soluções eficientes para o problema das externalidades entre dois agentes econômicos. Em outras palavras, se houver possibilidade de ganhos mútuos, pode-se obter, na ausência de custos de transação, soluções Pareto-eficiente, independente de como estejam distribuídos os direitos de propriedade, e sem intervenção pública. A alocação de ganhos dependerá, evidentemente, de como os direitos de propriedade estejam distribuídos. A essência do argumento do Teorema de Coase — como essa formulação veio a ser conhecida — é que os mercados podem garantir eficiência mesmo se defrontados com problemas de falhas de mercado, se os custos de transação não forem proibitivos. Desloca-se a análise, portanto, em última instância, para a questão dos custos de transação. As implicações deste argumento para a teoria normativa da regulação são bastante contundentes. No entanto, o debate de caráter normativo so-

bre a relação entre direitos e eficiência econômica é recorrente. Como assinala Baron:

“Uma tensão permanente na regulação é gerada por duas filosofias contrastantes. A maioria dos economistas vê a regulação pela perspectiva da eficiência econômica. Muitos ativistas, no entanto, vêem a regulação a partir de uma perspectiva centrada em direitos, os quais independem de custos e benefícios [...]. O processo político não tem conseguido conciliar estas duas perspectivas. Na ausência de custos de transação, o Teorema de Coase mostra que essas duas perspectivas não são incompatíveis, mas a fonte do conflito é clara. Na ausência de custos de transação, a eficiência é obtida para qualquer distribuição dos direitos de propriedade, mas a incidência dos custos e benefícios irá depender diretamente da distribuição desses direitos. O Teorema de Coase trata a distribuição de direitos de propriedade como exógena, embora ela seja endógena. Seja na presença ou ausência de custos de transação, as partes afetadas irão agir politicamente visando capturar uma parte maior das rendas, e a distribuição desses direitos vai ser o instrumento nessa direção. Essa competição por rendas pode distorcer a eficiência” (1995, p. 38).

Análise Principal-Agente, Economia da Informação e Teoria dos Jogos

No âmbito das relações hierárquicas, em organizações e burocracias, no mercado, ou ainda no quadro de instituições políticas, as transações sociais podem ser modeladas em termos de agente e principal. No âmbito de organizações e burocracias, o agente representa o empregado contratado pelo principal para realizar uma tarefa pré-especificada. No âmbito do mercado, o fornecedor representa o agente que é contratado para produzir bens e serviços para uma empresa conforme estipulado por um contrato. No âmbito do sistema político, os políticos recebem uma delegação do grupo de cidadãos-principal para agir em seu nome. No moderno mundo corporativo, em que há uma separação entre propriedade e controle gerencial, os acionistas representam o princi-

pal e os executivos os agentes. Em todos esses casos pode-se identificar uma situação *ex ante* — pré-contrato ou delegação — e uma situação *ex post* — pós-contrato ou delegação.

Contratos quase sempre são incompletos, ou seja, não possibilitam a estipulação de uma ampla gama de contingências futuras que podem vir a afetar a interação das partes. Daí a possibilidade de exploração oportunista de mudanças nessa interação. O oportunismo representa a discrepância entre o comportamento dos indivíduos *ex ante* e *ex post* em uma situação contratual. Como os indivíduos e firmas têm *asset specificity* e, ao mesmo tempo, há uma assimetria de informação entre agente e principal, surge espaço para o oportunismo. Como já assinalado, na ausência de oportunismo, as instituições (contratos) poderiam ser substituídas por promessas, pois estas seriam tão boas quanto os atos das pessoas. Na ausência de racionalidade constrangida, as atividades humanas assumiriam a forma de planejamento, uma vez que a vida socioeconômica seria previsível.

No quadro da política regulatória, a análise principal-agente fornece os instrumentos metodológicos para a análise da relação entre agência regulatória e firmas reguladas, e entre agências regulatórias e a esfera de poder que lhes delega autonomia (Executivo ou Legislativo).

As situações de manifestação de oportunismo *ex post* são descritas pelos conceitos de *moral hazard* e seleção adversa que foram desenvolvidos pela moderna economia da informação. O exemplo típico é a situação do seguro em suas várias formas, em que o preço da apólice é calculado com base na expectativa de que o comportamento do contratante em termos de aversão a risco se mantenha no mesmo nível da situação pré-contratual. Uma vez realizada a transação, o seguro passa a representar um “risco moral” — um incentivo perverso — para que o indi-

víduo se exponha a riscos maiores do que usualmente se expunha na situação pré-contratual.

A aplicabilidade do conceito é ampla, e ele pode descrever arranjos institucionais e práticas de governo. Tecnicamente, *moral hazard* refere-se a situações em que há incentivos para que o custo marginal privado de uma ação se afaste do custo marginal social. Enquanto o conceito de *moral hazard* resulta da não-observabilidade do comportamento do agente em uma situação pós-contratual, *adverse selection* resulta da não-observabilidade da informação, valores e objetivos que norteiam as decisões do agente. No caso de recrutamento de pessoal, o principal tenderá a atrair um grande número de candidatos não-qualificados para o cargo e terá dificuldade em distinguir o indivíduo qualificado daqueles que alegam, oportunisticamente, dispor das mesmas qualificações. Da mesma maneira, indivíduos com riscos (e custos) mais altos são os mais prováveis de contratar seguro para cobrir tais riscos.

Na política regulatória, um aspecto importante da não-observabilidade do agente refere-se a seus custos privados de provisão de serviços que não são observados pelo órgão regulador. Parte da estratégia do órgão regulador envolve, fundamentalmente, o desenho de uma política regulatória que leve a firma a revelar informações privadas sobre seus custos (Laffont e Tirole, 1994).

As chamadas análises positivas da regulação da década de 70 utilizam-se do instrumental analítico da economia neoclássica. Tipicamente, as análises baseiam-se em modelos sobre os mercados de oferta e demanda de regulação que envolvem interesses organizados, agências regulatórias, burocratas e políticos. Assume-se um comportamento maximizador para tais atores e introduzem-se restrições de custos (políticos, econômicos etc.). Mediante estática comparativa, estabelece-se analiticamente condições de equilíbrio.

As análises contemporâneas modelam a interação estratégica dos atores de forma inteiramente distinta. A partir do instrumental da teoria dos jogos, os modelos consideram um conjunto de variáveis tais como a reputação, as incertezas, as regras institucionais etc. A interação das agências regulatórias com firmas reguladas é tipicamente modelada como um jogo repetido com informação incompleta (Baron, 1995). Os modelos incorporam a possibilidade de os jogadores "atualizarem suas crenças" em processos de aprendizagem, e em jogos de sinalização e barganha seqüencial.

Em alguns modelos, a incerteza cumpre um papel crucial no exercício de modelagem. Na área de regulação social desenvolveu-se uma literatura relativamente extensa sobre inércia regulatória que busca explicar as baixíssimas taxas de mudança (ou de desregulação) no aparato regulatório. Os modelos baseiam-se em pressupostos de comportamento de aversão ao risco em ambientes carregados de incerteza. Na área de regulação social tais incertezas localizam-se nas bases epistêmicas dos mecanismos de causa-efeito, em áreas de conhecimento como meio ambiente, epidemiologia etc. (Baron, 1995, p. 36).

Como assinalado, a análise principal-agente também foi aplicada ao contexto da delegação de poderes entre o Legislativo e o Executivo. A mais elaborada extensão desse tipo de análise foi desenvolvida por Epstein e O'Halloran (1999). Os autores elaboraram um modelo para explicar as condições que presidem a delegação de poderes do Legislativo para o Executivo em diferentes áreas temáticas (*issue areas*). Na realidade, os autores criticam a polarização existente na literatura entre aqueles que defendem o controle do Congresso sobre as agências do Executivo e os que asseguram que a burocracia se mantém fora do controle congressional, em outras palavras, a polarização entre a efetividade dos controles por "alarme de incêndio" versus "patrulha de

polícia” (ou na realidade a falta dela). A partir de uma análise sobre a produção legal do Congresso americano desde o pós-guerra até a década de 90, os autores demonstram que o grau de delegação de poder presente nos atos legais varia consistentemente conforme as áreas temáticas. O modelo desenvolvido pelos autores baseia-se em um *signalling game* entre congressistas e o Executivo e tem forte capacidade preditiva sobre a variação no grau de delegação observado. A conclusão básica a que os autores chegam é que o Congresso delegará poderes nas áreas onde as “perdas advindas da delegação” forem menores do que aquelas que ocorreriam (em virtude, entre outros fatores discutidos, dos custos políticos das decisões e da falta de expertise em certas áreas) se o próprio Congresso retivesse poder decisório.

O Processo Político da Política Regulatória: *Regulatory Commitment*, *Veto Players* e Controle de Agenda

A literatura contemporânea tem contribuído para a análise da *mudança* de política regulatória. Nesse caso, o foco desloca-se da consideração do comportamento ordinário das agências em suas atividades cotidianas para uma discussão da mudança de *regime* regulatório e, mais amplamente, para a questão da *governança regulatória*. Parte substancial dessa literatura aborda a questão a partir do chamado *commitment problem* da regulação. Este refere-se à necessidade e à capacidade das autoridades governamentais de assegurarem que contratos serão honrados no futuro e que não haverá mudanças no jogo ou, no limite, “expropriação administrativa” de rendas, nas várias formas que isso pode assumir: congelamento de preços, reestatização etc.

Vale ressaltar, antes de aprofundar a questão que, em última instância, a credibilidade assenta-se no fato de que decisões

políticas não podem, por definição, ser inalteráveis ou irrevogáveis (Shepsle, 1991). Mais especificamente, a questão é que uma maioria parlamentar em uma legislatura não pode, por definição, fixar decisões para outras legislaturas: em uma democracia, a vontade da maioria é soberana. A única exceção a tal princípio são os dispositivos constitucionais sobre as regras do jogo que, tipicamente, exigem supermaiorias e procedimentos complexos para serem alterados. Os problemas de *commitment* na política regulatória envolvem algumas dimensões de natureza constitucional, mas na maioria dos casos os dispositivos que podem garantir credibilidade não têm natureza constitucional, e, portanto, esta tem que se ancorar em mecanismos distintos.¹⁷

Um ponto adicional que se refere à questão da credibilidade é o reconhecimento crescente de que esta se funda essencialmente na obediência a regras, e não no exercício da discricção. O argumento tradicional é que a discricção e a flexibilidade de um regulador são requisitos importantes para o manejo de políticas em ambientes carregados de incertezas. Tecnicamente, este ponto tem sido discutido no debate a respeito das inconsistências temporais na condução de políticas de governo. O argumento consensual é que a adesão a regras, mesmo que em princípio elas estejam associadas a decisões que produzam potencialmente soluções apenas *second or third best*, e a credibilidade em fazê-lo, produzem resultados, do ponto de vista dinâmico, superiores àqueles provenientes de medidas potencialmente *first best*. A razão é que os agentes econômicos ajustam suas expectativas ao comportamento discricionário, anulando os efeitos desejados. No caso da manutenção de uma regra, esse ajuste não acontece e a efetividade de uma medida é potencialmente maior.¹⁸

Tipicamente, investimentos em setores que possuem características de monopólio natural e que são regulados por agências

governamentais apresentam *sunk costs* bastante significativos. Tais investimentos têm alta *asset specificity*, ou seja, os ativos fixos não são facilmente transferidos para outras atividades. Além disso, um amplo espectro da população consome os serviços das *utilities*, o que confere alta politização ao setor.¹⁹ Como assinala Baron,

"[...] a criação dos incentivos necessários para uma regulação eficiente requer compromissos críveis com políticas de longo prazo, de forma que as firmas podem ter garantias que as políticas regulatórias não serão mudadas oportunisticamente após terem revelado informações sobre sua capacidade ou terem incorrido em *sunk costs*. A captura oportunista de rendas ou quase-rendas pode distorcer os incentivos para a eficiência e reduzir o bem-estar agregado. A credibilidade dos compromissos em políticas regulatórias multiperíodo deve ser uma preocupação quando, por exemplo, o oportunismo direcionado para a eliminação de rendas de informação não pode ser evitado. O grau de credibilidade de compromissos, dessa forma, deve ser uma consequência endógena da ação política oportunista motivado pelas consequências distributivas da política regulatória e voltado para a revisão ou preservação dessa política" (1995, p. 29).

O programa de pesquisa mais ambicioso sobre a questão da credibilidade regulatória foi desenvolvido por Spiller e associados (Levy e Spiller, 1996b; Spiller, 1995). Levy e Spiller (1996b) formularam um quadro de referências centrado, fundamentalmente, em três aspectos ou dimensões: as restrições *relativas à ação discricionária* por parte do regulador, as restrições formais e informais *relativas à mudança de regime regulatório*, e instituições que garantam esse conjunto de restrições. O argumento básico dos autores é que não existe um desenho regulatório ótimo padrão, mas sim uma variedade de alternativas que dependem do contexto institucional de cada país. Trata-se, basicamente, do grau de consistência entre a governança regulatória e os incentivos regulatórios. A estrutura de go-

vernança refere-se ao conjunto de mecanismos que uma sociedade utiliza para restringir a abrangência da ação discricionária dos órgãos reguladores e para resolver os conflitos daí resultantes. A estrutura de incentivos regulatórios compreende o conjunto de instrumentos da regulação microeconômica: o conjunto de regras para a formação de tarifas (inclusive definições quanto a reajustes etc.) e subsídios cruzados, regras quanto à competição e entrada, regras quanto à conectividade entre provedores de serviços etc. Em termos da regulação de preços, três modelos têm sido largamente utilizados: *rate of return*, *price cap* e *benchmark regulation* (cf. Quadro 5).

Como assinalam Levy e Spiller (1996b, p. 4), os incentivos regulatórios têm sido a preocupação central de, virtualmente, quase todo trabalho teórico sobre regulação, em detrimento da questão da governança regulatória. No entanto, a efetividade de uma estrutura de incentivos regulatórios depende, fundamentalmente, da estrutura de governança regulatória. Tanto a estrutura de governança como a de incentivos são variáveis de escolha dos reguladores, mas ambas são tolhidas pela estrutura institucional do país. Essa estrutura é composta, segundo a literatura neo-institucionalista, das instituições do Legislativo, Executivo e Judiciário, de regras informais que são tacitamente aceitas pelos atores sociais e da capacidade institucional do país.

As instituições políticas influenciam a estrutura de governança regulatória em função dos limites que estabelecem para a ação discriminatória dos governantes. Tais limites são estabelecidos por uma variedade de mecanismos, como a separação de poderes, regras constitucionais limitando o poder legislativo de presidentes, federalismo, estabelecendo competências distintas para níveis específicos de poder, além do presidencialismo e legislativos bicamerais.

Quadro 5

Natureza das restrições à interferência oportunista na regulação	Alternativas que garantem credibilidade segundo características institucionais dos países
Restrições relativas à <i>ação discricionária</i> por parte do regulador	a) <i>uso de regras e legislação detalhada</i> i) alta capacidade administrativa uso de licenciamento altamente complexo ii) baixa capacidade administrativa uso de mecanismos regulatórios simples, mas ineficientes b) uso de instrumentos mais flexíveis i) regras informais que limitam a discricionariedade (Inglaterra) ii) uso de direito administrativo, ao estilo americano, por comissões altamente autônomas
Restrições formais e informais relativas à <i>mudança de regime regulatório</i>	a) possibilidade de mudança é especificada apenas em leis (por governos com credibilidade) b) possibilidade de mudança é especificada nos contratos de licença (por governos sem credibilidade)
Instituições que garantem o <i>enforcement</i> de restrições	a) países com Judiciário independente b) países sem Judiciário independente i) recorrem a garantias internacionais para ganhar credibilidade (p. ex. Banco Mundial)

A credibilidade regulatória é maior em países que apresentam fortes restrições à discricionariedade por parte do Legislativo e Executivo. As escolhas relativas ao desenho regulatório, em geral, implicam um *trade off* entre credibilidade e flexibilidade. Os mecanismos que garantem credibilidade e durabilidade às instituições regulatórias são os mesmos que dificultam a instituição de novas regras que podem ser necessárias em virtude de inovações tecnológicas.

Em sistemas parlamentaristas, o Executivo dispõe de forte controle sobre a agen-

da legislativa, conferindo instabilidade aos arranjos regulatórios existentes. Forte volatilidade nas maiorias parlamentares, com alternância de forças políticas com agendas muito distintas, produz igualmente baixa credibilidade aos arranjos regulatórios porque mudanças de governantes podem significar mudanças nas leis. Judiciários dependentes do Executivo também são fonte de instabilidade, inviabilizando o uso do direito administrativo de estilo americano como fonte de estabilidade regulatória. Judiciários independentes, e fortes tradições de uso do

direito administrativo, por outro lado, ampliam o leque de opções de governança regulatória, permitindo procedimentos administrativos monitorados pelo Judiciário (como é a prática corrente nos EUA).²⁰ Judiciários independentes, em países que apresentam forte tradição de respeito aos contratos, abrem a possibilidade de recurso a esse instrumento (contratos de concessão) mesmo nos casos em que o Executivo domina o Legislativo.²¹

As instituições políticas também influenciam a estrutura regulatória. Um exemplo claro são os constrangimentos resultantes da escassa capacidade administrativa para a adoção de estruturas regulatórias complexas como aquelas associadas à adoção de comissões independentes de estilo americano, ou à adoção de taxas de retorno com *benchmarks* (cf. Quadro 6 para uma síntese). Em caso de baixa capacidade administrativa, seria desejável a adoção de mecanismos regulatórios mais simples. Essa questão, de natureza normativa, assume um caráter positivo para autores como Levy e Spiller (1996c) que argumentam que, de fato, a escolha de incentivos regulatórios em muitos casos é uma escolha racional determinada pelas características da estrutura institucional do país.

Spiller e Vogelsang (1996; 1997) exploraram as especificidades da política regulatória em um contexto parlamentarista, examinando o caso do Reino Unido. O sistema parlamentarista tipo westminsteriano apresenta problemas típicos de credibilidade regulatória uma vez que se trata de um sistema de governo unificado, sem elementos de fragmentação característicos de sistemas presidencialistas e parlamentaristas de coalizão.²² Decisões de governos anteriores são facilmente revertidas e novas resoluções são implementadas sem dificuldades típicas de regimes federativos. Embora o Judiciário seja independente, as leis podem ser facilmente modificadas em seu conteúdo por uma

maioria parlamentar. Dessa perspectiva, o sucesso inglês com a privatização representa um paradoxo. Autores explicam o sucesso inglês em razão de três normas da cultura institucional britânica: o papel exercido pela burocracia que pelo seu profissionalismo confere forte estabilidade ao sistema político; as características próprias do sistema de decisão público britânico cujos procedimentos básicos (a discussão de *White Papers* precede iniciativas importantes de governo, permitindo consulta aos afetados pelas decisões) contra-arrestam a instabilidade potencial do sistema; a delegação de forte autonomia aos agentes reguladores (no caso ao *director general of the Regulatory Office*) contrabalança a autonomia ministerial no processo regulatório.²³ Fatores adicionais também contribuíram, tais como a pulverização do controle acionário das empresas privatizadas, engendrando uma coalizão de suporte às empresas resistente a tentativas de expropriação regulatória, e o uso de mecanismos regulatórios consistentes com o marco institucional do país (contratos de concessões — e não leis — que os tribunais têm tradição de honrar).

A questão do impacto de variáveis institucionais sobre o padrão regulatório também foi discutida por outros autores. Vogel (1993), p. ex., examinou a regulação ambiental em países parlamentaristas e presidencialistas e concluiu que outras variáveis não-institucionais — conteúdo e intensidade da opinião pública, por exemplo — explicam melhor a variação de resultados de política encontrados. Sua conclusão é consistente com aquelas do programa de estudos comparativos coordenado por Weaver e Rockman (1993) do qual esse estudo setorial faz parte. No programa de pesquisa, os efeitos das variáveis institucionais são tratados como contingentes, operando na presença ou ausência de outras variáveis e não como vantagens ou desvantagens institucionais uniformes e invariantes. A questão da pes-

Quadro 6
Mecanismos Regulatórios: Características e Requisitos Institucionais

Mecanismos Regulatórios	Pré-requisitos Institucionais	Comentários
<i>Rate cap</i> ("RPI-X" – índice de preço no varejo menos fator de ajuste)	Alta capacidade administrativa p. ex.: Inglaterra, telecomunicações	Estabelece apenas teto tarifário para um pacote de serviços; permite livre entrada de firmas no mercado.
<i>Rate of return</i>	Alta capacidade administrativa p. ex.: Jamaica, telecomunicações	Garante uma taxa de lucro especificada, desincentivando a eficiência.
<i>Benchmark regulation</i>	Alta capacidade administrativa p. ex.: Chile, telecomunicações	Sistema altamente ineficiente: <ul style="list-style-type: none"> • Pressupõe a restrição de novas firmas, porque levaria à redução da taxa de retorno. • Exige o monitoramento detalhado das receitas, custos e estoque de capital para garantir que a firma não ultrapasse o teto da taxa estipulada.
<i>Yardstick regulation</i>	Alta capacidade administrativa p. ex.: Inglaterra, água	Estabelece taxa de retorno (revisada periodicamente) para firmas do setor, baseada em um modelo hipotético de custo marginal de longo prazo em um mercado competitivo. Permite entrada livre de firmas. Estabelece um parâmetro pelo provedor mais eficiente. Utilizada para a regulação de monopólios territoriais (bacias) sem competição.

quisa básica para Vogel (1993) é sob que formato institucional — relativo à separação de poderes etc. — os interesses difusos em nome dos quais a regulação ambiental é exercida podem ser mais facilmente avançados. Vogel argumenta que Judiciários

e Legislativos independentes continuam a influenciar o processo decisório mesmo quando *issues* de interesse difuso não têm grande centralidade na agenda pública nem influenciam as eleições nacionais. Sistemas parlamentaristas caracterizados por repre-

sentação proporcional e governos de coalizão possibilitam maior acesso a interesses difusos do que outros tipos de regimes parlamentaristas. Uma conclusão adicional é que o controle do Legislativo e do Executivo por partidos distintos facilita o acesso de interesses difusos. O autor também argumenta que o federalismo ajuda a preservar o acesso por parte de atores com interesses difusos quando a importância da questão na agenda pública está em declínio e um nível de governo se mostra pouco permeável.

A questão da credibilidade que se constitui no ponto central da discussão da regulação econômica não é tão relevante no caso da regulação social — como a discussão acima revela —, embora seja importante. No caso da regulação econômica, a questão da garantia dos investimentos e dos *sunk costs* adquire grande centralidade; já no caso da regulação social, a credibilidade de regras ambientais e sua reversibilidade tem implicações econômicas importantes, porque os custos de cumprimento de exigências ambientais podem ser muito altos.

Para além dos poderes legislativos do Executivo — e seu papel em minar a credibilidade regulatória dos governos —, sua atuação na *regulação das leis* aprovadas pelo Legislativo tem sido destacada. Em uma discussão comparativa dos sistemas legais norte-americano e latino-americanos, Spiller (1995, p. 67) sublinhou aspectos essenciais do processo político de regulação. Segundo ele, os sistemas presidencialistas na América Latina asseguram grande poder discricionário ao Executivo. A razão básica para essa delegação é que as Constituições latino-americanas estipulam a regulamentação presidencial das leis, ou seja, para que uma lei entre em vigor é necessário uma norma do Executivo que as regule. A não ser em casos de desvio grosseiro em relação ao espírito da lei, essa regulamentação nunca é objeto de contestação legal. Considerando

que o Executivo pode alterar as leis de alguma forma, os legisladores deparam-se com três alternativas: elaborar leis detalhadas que permitam pouca margem discricionária ao Executivo; elaborar leis vagas e gerais que permitam ampla margem discricionária ao Executivo; não elaborar leis de tal forma que o Executivo não possa exercer nenhuma influência legislativa. Como os serviços de utilidade pública são essenciais e de grande complexidade, os Legislativos latino-americanos delegaram ao Executivo o poder de escolher os marcos regulatórios, em vez de subtrair do Executivo o poder de exercer essa discricionariedade.

“Como a regulação das leis é feita através de um decreto presidencial e não pela agência regulatória, qualquer limitação ao processo pelo qual o presidente regula as leis seria contrária à disposição constitucional de separação de poderes. Dessa forma, questionamentos sobre o decreto presidencial só podem basear-se em sua constitucionalidade. Assim, os tribunais na América Latina tenderam a especializar-se em garantir contratos em vez de supervisionarem a implementação das leis pelo Executivo. Nos Estados Unidos [...] não há tal regulação de leis. As leis são implementadas pelas agências do governo e não por decretos presidenciais. Além disso, o Congresso regula como as agências tomam decisões. Esta regulação do processo decisório das agências não foi entendida pelos tribunais como infringindo a divisão constitucional de poderes” (Spiller, 1995, p. 67).

Parte importante da literatura tem discutido as inovações ocorridas na regulação econômica em contextos pós-privatização. Heller e McCubbins (no prelo) propõem um modelo analítico para a análise da política regulatória. Nesse modelo, os principais fatores ou variáveis considerados são a distribuição do controle da agenda sobre mudanças na política regulatória, a definição da política regulatória de “reversão” (isto é, a política que prevalece na ausência de mudança na política) e o número de pontos de veto (isto é, pontos no processo institucional em que é possível bloquear a política).

Um conjunto de previsões é deduzido a partir dessas variáveis:

“Primeiro, se um ator de veto [*veto player*] com um interesse na reversão tem controle da agenda, então o investidor terá certeza de um *veto ex ante*. Segundo, quanto mais extrema a política de reversão, tudo o mais mantido constante, mais provável será a mudança de política. De forma simétrica, se a reversão representa o ponto ideal de um ator de veto, então a mudança de política, em circunstâncias normais, é altamente improvável. Com relação à terceira característica [atores de veto], quanto maior o número de atores que controla *veto gates*, maior a probabilidade de a política se manter estável. Essa observação depende de uma premissa importante: uma política não pode ser legalmente mudada a menos que exista alguma alternativa de política que todos os atores de veto têm preferência em relação à política de reversão” (Heller e McCubbins, no prelo).

Uma outra análise, em larga medida similar à de Heller e McCubbins, foi proposta por Mueller (2000). As variáveis centrais para esses autores são o poder de agenda do Executivo em relação ao Legislativo, a capacidade do governo em fazer compromissos críveis (sinalizada pelo grau de independência do Judiciário que é, na realidade, assumido pelo autor, no caso brasileiro, com base em Pinheiro (1999) e a estrutura institucional das agências e seus determinantes).

Com relação à independência do Judiciário, Mueller afirma que “porque é possível que as leis e outras regras procedimentais sejam mudadas por outros poderes, há sempre a possibilidade de que o efeito inibidor do Judiciário possa ser evitado. Portanto, outras salvaguardas devem estar presentes, além de um Judiciário independente” (2000, p. 15). Ele conclui que fatores adicionais contribuam para assegurar que o Executivo não recorra a decisões arbitrárias contra empresas concessionárias, dentre essas, a percepção de que tais atos poderiam afetar sua credibilidade, pondo em risco privatizações futuras, além das rendas geradas por essas privatizações. O alto estoque

de empresas públicas que ainda não foram privatizadas contribuiu para elevar a credibilidade do governo. Outras salvaguardas contra a “expropriação administrativa” pelos governos existem e referem-se à estrutura institucional do próprio processo regulatório:

“Uma salvaguarda que foi analisada no contexto do perigo potencial criado pela mudança no Executivo é a estrutura e o processo das agências regulatórias. As agências foram criadas por uma coalizão específica que, se argumenta, definiu seus regulamentos e estrutura de forma a garantir resultados favoráveis aos grupos dessa coalizão. Dessa forma, um novo Executivo enfrentaria restrições em termos de quanto a política regulatória pode ser alterada. Outra força que dá credibilidade ao sistema é a forma pela qual a privatização ocorreu, gerando uma base de apoio com interesses nos novos setores que se formaram (que inclui investidores, consumidores, empregados, fornecedores, governos municipais e estaduais etc.). Esta questão não é analisada, mas é fácil observar que ela contribuiu para estabelecer salvaguardas” (Mueller, 2000, p. 16).

Mueller endossa o argumento de que os modelos utilizados para as privatizações no início dos anos 90 (aço e mineração) foram escolhidos porque geravam um grande número de “ganhadores” e podiam levar à formação de uma grande coalizão a favor do programa (cf. Velasco Jr., 1997a; 1997b). Nesse contexto, uma situação favorável foi criada junto à opinião pública de tal forma que quando a privatização das empresas de utilidade pública foi colocada na agenda (setores de eletricidade e telecomunicações), houve menor resistência e o governo desfrutou de maior flexibilidade na escolha dos modelos de venda. Um fator adicional que teria ainda contribuído foi o fato de que quando a competição foi introduzida nesses setores, o papel da regulação econômica se reduziu, diminuindo dessa forma a discrição do Executivo.

Mueller e Pereira (2000b) propuseram um modelo de comportamento do Executivo

em termos de propensão para interferir na autonomia das agências. Usando dados empíricos recentes para o padrão de relacionamento entre o Executivo e os dirigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVS, Agência Nacional de Saúde — ANS, ANATEL e ANEEL, os autores concluíram que as tentativas de interferência observadas para o caso das agências na área social podem ser explicadas pela ausência de custos associados a perdas de investimento externo.

Uma análise distinta foi apresentada por Pereira e Costa (no prelo) para explicar o grau de delegação e autonomia concedido à ANS quando da sua criação. Inspirados em Epstein e O'Halloran (1999), os autores centram-se na questão do padrão de relacionamento Executivo-Legislativo no que refere à lógica da delegação. Segundo esses autores, pode-se distinguir pelo menos três tipos ou desenhos de regulação: no primeiro, a regulação é realizada diretamente pelo Congresso, principalmente através do seu sistema de comissões; no segundo, ocorre um processo de delegação de autoridade para agências executivas regulatórias; no terceiro tipo, observa-se um modelo híbrido de divisão de autoridade e função. Além da diferença em relação a quem é delegada a autoridade de regular, o processo de delegação também difere com respeito à quantidade de poder discricionário que é delegada pelo Congresso às respectivas agências para que estas funcionem. O Congresso tanto pode estabelecer um desenho institucional com uma legislação extremamente detalhada que deixa as agências com pouca ou nenhuma amplitude para agir, como pode simplesmente propor um desenho institucional vago em que o poder discricionário delegado é extremamente amplo.

Parte-se da premissa de que os parlamentares agem orientados pela maximização de seus interesses políticos, dentre os quais o mais importante é garantir a sua reeleição.

Como no sistema político brasileiro os recursos políticos, econômicos e financeiros são extremamente centralizados nas mãos do Executivo e dos líderes partidários, os parlamentares não têm outra saída a não ser colaborar com o presidente ou seguir as orientações de seus líderes, com o objetivo de ter acesso aos referidos recursos e, assim, ter condições de utilizá-los em suas respectivas arenas eleitorais. Dessa forma, a hipótese defendida é a de que os parlamentares preferirão regular diretamente uma determinada área ou política desde que os custos desse processo de regulação não ultrapassem os seus possíveis benefícios políticos, pois de outra forma, eles preferirão delegar essa função para agências regulatórias. Uma vez que o Executivo tenha explicitado quais as suas preferências em relação a uma determinada política (no caso específico, regular o sistema de saúde suplementar através da delegação de poderes para uma agência reguladora), os parlamentares, principalmente os que fazem parte da base de sustentação do governo, se comportarão no sentido de apoiar tais preferências, pois só assim poderão ter acesso aos recursos políticos (ocupar presidências e relatorias de comissões permanentes e especiais; executar emendas individuais no orçamento; ter acesso à mídia; garantir financiamento para as próximas disputas eleitorais; viabilizar obras e políticas que beneficiem suas bases eleitorais etc.) necessários às suas reeleições.

O Desenho Político da Política Regulatória

As seções anteriores iluminaram a dimensão política da política regulatória, e deixam entrever a centralidade do desenho político de uma política para a taxa de sucesso de sua implementação. As questões normativas a respeito do desenho regulatório estão profundamente associadas à sua dimensão política. A literatura contemporânea sobre regulação tem se concentrado,

crescentemente, nas questões institucionais e políticas, deslocando-se da ênfase anterior nas falhas de mercado.

“A ação política molda a política regulatória e influencia sua evolução. Ela se faz presente não só quando as políticas são formuladas e as leis promulgadas, mas também quando elas são implementadas. No caso de políticas implementadas sob informação incompleta, o desempenho pode revelar informação relevante sobre a adequabilidade *ex post* da política. O desempenho pode ser observado não só pelos órgãos reguladores, mas por todos os interesses afetados pela regulação. As pressões para mudança podem vir de fora da estrutura regulatória, ou de dentro. Na medida em que as pressões políticas podem ser previstas, elas podem ser levadas em consideração no *design ex ante*, isto é, no desenho político da política. O desenho da política deve incorporar a ação política subsequente, o *lobbying*, e as pressões que os interesses produzem ao longo da experiência com a política e com a base em seu desempenho” (Baron, 1995, p. 27).

Como assinalam Hill e Abdala (1996), a relação entre o processo de criação de agências regulatórias e outros processos, tais como a privatização, cria *path dependency*, produzindo uma certa irreversibilidade na evolução da governança regulatória no tempo. Essa dimensão de *timing* deve ser um elemento central do desenho regulatório.

Observações Finais

Este texto examina de forma seletiva contribuições da literatura sobre política regulatória, identificando as questões centrais da agenda de pesquisa na área. Trata-se de uma incursão tentativa e, decerto, bastante

parcial em uma área de forte tradição de pesquisa no mundo anglo-saxão e que só recentemente no Brasil, e mesmo na Europa, tem adquirido centralidade, sobretudo em virtude da enorme visibilidade que as agências regulatórias vêm assumindo na arena política.

O texto reconstitui a evolução das agências regulatórias independentes nos EUA e sua criação recente no quadro europeu, e discute as abordagens normativas, positivas e neo-institucionais da regulação. Remete também para alguns aspectos centrais da agenda de pesquisa sobre regulação em contextos pós-privatização, especificamente a questão do *commitment problem* da regulação. Como foi amplamente discutido, trata-se de uma literatura tradicionalmente produzida na disciplina da ciência econômica, e que só recentemente vem recebendo contribuições de cientistas políticos e sociólogos. Este viés disciplinar explica por que questões centrais da discussão da ciência política permanecem pouco exploradas.²⁴ As principais dizem respeito ao déficit democrático das agências e aos problemas de *accountability*. Embora essa discussão tenha se expandido em relação ao Judiciário, e em alguma medida em relação aos Bancos Centrais, no Brasil e na América Latina a discussão ainda é incipiente na literatura.

(Recebido para publicação
em novembro de 2000)

Notas

1. Como se sabe, no Brasil, também prevaleceu um padrão corporativista de intermediação de interesses, cuja análise é tema clássico na ciência política brasileira. Para uma abordagem da mudança de padrão de regulação de endógeno para autônomo, cf. Almeida (1999b; 1999c) e Goldstein (1999).
2. A literatura brasileira sobre as agências é bastante reduzida (cf. Nunes, 1998). O único estudo aparentemente disponível sobre o processo decisório de criação de uma agência é Pereira e Costa (no prelo), o qual será discutido no final deste texto.
3. No caso americano, essa posição foi defendida por Ted Lowi em inúmeros trabalhos. No contexto americano, a crítica principal era que o Judiciário e o Congresso não dispunham de mecanismos de controle efetivo sobre a burocracia pelo fato de não possuírem informações relevantes nem instrumentos de supervisão adequados. Subjacente à idéia de delegação de poder decisório estava a de renúncia ou abdicação ao exercício de controle e responsabilização (Kiewit e McCubbins, 1991). Essa interpretação dominante na literatura das décadas de 60 e 70 deu lugar a um consenso em torno da idéia de que ambas as instituições exercem considerável poder de monitoramento. As formas de exercício do controle, no entanto, são indiretas e bastante distintas daquelas identificadas pelas teorias tradicionais de controle. Elas baseiam-se em controle indireto através de um repertório de instrumentos que, na linguagem da análise principal-agente, o principal pode utilizar-se para reduzir *agency losses*. Sobre a questão da *accountability* de agentes não-eleitos, cf. Dunn (1999).
4. A literatura trata das agências como pertencendo ao gênero “instituições não-majoritárias”, juntamente com os tribunais, Bancos Centrais, militares etc. Como assinala Majone (1999), esse déficit pode ser minimizado se uma adequada estrutura de governança for criada e permitir a responsabilização das decisões (através de revisão judicial, requisitos procedimentais, supervisão por comitê, participação pública e pelo exercício dos poderes de nomeação pelo Executivo).
5. Na área da regulação social, observa-se um deslocamento gradativo da *regulação de produto* (voltada para as características de um produto, e cuja ação está centrada no controle de barreiras comerciais e articulada com políticas de comércio exterior) para a *regulação de processo* (p. ex., padrões de emissão de efluentes, onde a definição de *standards* e as questões ambientais, ocupacionais etc. adquirem maior centralidade, justificando-se por si mesmas) (Majone, 1996, p. 58).
6. Para a difusão internacional do processo de privatização, cf. Ikenberry (1990) e Manzeti (2000).
7. Assim, na França, o baixo nível organizacional das empresas de consultoria e o forte insulamento da burocracia pública explicariam a menor — embora ainda bastante significativa — influência dos consultores, em contraste com a Inglaterra. Neste país, o alto nível organizacional das empresas e a maior porosidade da estrutura institucional produziram situação oposta. Especificidades institucionais e organizacionais do setor de consultoria na França — a proibição de empresas de auditoria de atuarem no setor de consultoria gerencial, fazendo com que as empresas se especializassem em consultoria de engenharia — afastou as empresas da área de gerenciamento privado e público. Na Inglaterra, de onde surgiram as “big 6”, as empresas de auditoria que detêm enorme conhecimento do funcionamento interno das empresas em que atuam, expandiram-se rapidamente para a área de *management consultancy*, liderando o *boom* que o setor vem experimentando desde a década de 80.

8. A criação das agências reguladoras tem obedecido a padrões distintos de Estado para Estado como sugere a incipiente literatura sobre o assunto (Costa, Melo, Pereira e Mueller, 2000). A criação recente da Associação Nacional de Agências Regulatórias Estaduais sugere uma tendência possível em direção à convergência.
9. Tecnicamente, verifica-se a existência de economias de escala tais que fazem com que apenas uma única empresa seja capaz de suprir a demanda pelo produto ou serviço, com custos inferiores aos que ocorreriam se houvesse mais de uma empresa atuando no mercado. Se os serviços ou produtos forem fornecidos por mais de uma empresa, o custo médio para cada uma delas poderá ser superior ao verificado para apenas uma. Este fato implica custos decrescentes (economias de escala) e a impossibilidade física de existir mais de uma empresa na prestação do serviço.
10. Uma situação que se tornou clássica na literatura é o de carros de segunda mão, em que os compradores não têm condições de aferir a qualidade de um bom carro, e portanto *distingui-lo de um carro em mau estado, e tampouco o comprador tem condições de diferenciar o seu carro (em bom estado) dos demais*. Nesse caso, nenhuma transação pode ser realizada (o mercado falha!), embora teoricamente existam compradores interessados em pagar o preço ofertado, desde que tivessem segurança a respeito da qualidade do veículo. Nesse caso extremo de seleção adversa, o mercado pode simplesmente desaparecer.
11. No período recente, essa literatura se tornou muito mais sofisticada, e observa-se uma fusão importante de elementos positivos e normativos em uma teoria unificada. Mesmo na literatura mais prescritiva, um dos supostos da análise é um “regulador não-benevolente”, ou seja, reconhece-se que o ambiente da regulação é um ambiente carregado de incertezas e oportunismo.
12. Por razões de espaço, essa literatura não será resenhada aqui. Para uma brilhante discussão dessa interface, cf. Sunstein (1990).
13. Um dos aspectos técnicos mais complexos do desenho regulatório diz respeito à existência de firmas multiproduto que contêm linhas produtivas diversas, algumas sujeitas à regulação e outras não. Em outros casos, alguns setores regulados estão em competição ou utilizam *inputs* de outros setores não-regulados. Na área de regulação social também se observa forte interdependência entre política regulatória (imposição de padrões etc.) e a legislação que estabelece os parâmetros para a responsabilidade civil (indenização por perdas e danos, conhecida na literatura anglo-saxã como *liability law*). Em muitos casos, as firmas internalizam os custos da adoção de padrões, tendo em vista os custos de possíveis ações por perdas e danos. A existência desse efeito acumulado dificulta a avaliação microeconômica dos efeitos da regulação (Baron, 1995, pp. 44-46).
14. Excelentes sínteses da literatura podem ser encontradas em Noll (1985; 1989a) e Viscusi, Vernon e Harrington Jr. (1997).
15. Um tratamento distinto para a dinâmica política da regulação foi dado pelo cientista político James Wilson que elaborou uma conhecida tipologia de arenas decisórias em termos do grau concentrado ou difuso dos custos e benefícios gerados pelas decisões de governo, que guarda alguma similitude com o argumento stigleriano. Assim, quando grupos de consumidores se deparam com grandes firmas produtoras em um conflito em torno de uma decisão regulatória, temos uma arena de custos difusos e interesses concentrados, com grande probabilidade de falta de contestação, a não ser pela ação de

political entrepreneurs que os mobilizem (cf. Wilson, 1980). Embora partisse de pressupostos distintos, a literatura produzida por vários cientistas políticos (Wilson, Quirk, Hecló), nesse contexto, também apontava para a resultante captura dos órgãos regulatórios pelos interesses organizados setoriais de produtores e firmas, em arranjos referidos como “triângulos de ferro” compostos de comitês do Congresso, interesses organizados e burocratas (cf. Quirk, 1981, dentre outros).

16. Embora assinala que o institucionalismo econômico seja a abordagem mais rica do ponto de vista analítico, Baron (1995) argumenta que, no limite, é possível combinar paradigmas e estilos de análise de forma profícua. Com relação à área de regulação de medicamentos. Segundo ele, “A regulação dos produtos farmacêuticos pode ser estudada usando a teoria normativa (o desenho de mecanismos de controle de preços, amarrado aos custos e gastos com pesquisas e desenvolvimento), teoria positiva (a ação política de ativistas para reduzir o preço do AZT e acelerar o processo de aprovação de drogas) e economia política (o desenho de um mecanismo de controle de preço que limite a ação política para reduzir oportunisticamente os preços de drogas que são bem-sucedidas)” (Baron, 1995, p. 49).
17. A análise do *commitment problem* da regulação tem também implicações normativas importantes e elas, de fato, têm informado as estratégias de desenho regulatório. Como afirma Baron (1995, p. 51): “O desenho de mecanismos de incentivos nos casos de compromissos limitados é uma característica central do desenho político dos mecanismos regulatórios.”
18. Cf. a exposição desse ponto no marco da teoria principal-agente em Dixit (1998, pp. 44-46).
19. Levy e Spiller (1996b) argumentam que existe forte inter-relação entre tecnologia e política. Setores com reduzidos *sunk costs* ou depreciação rápida de ativos apresentam baixa probabilidade de serem objeto de alguma forma de “expropriação”. As empresas, nesses casos, têm maior mobilidade e podem migrar para outro país ou setor. Da mesma forma, as firmas têm pouca probabilidade de ser afetadas no curto prazo quando a demanda pelos serviços de utilidade pública estiver crescendo rapidamente, porque o custo político de se retardar investimentos pode ser proibitivo.
20. O direito administrativo americano é bastante peculiar pela existência de procedimentos que devem ser obedecidos pelas agências e que dizem respeito à exigência de justificativas por escrito para decisões administrativas (normas etc.), notificação das partes interessadas potenciais, consulta etc. Tais procedimentos são complexos e monitorados pelo Judiciário. Cavalcanti (1999) refere-se “à proceduralização do direito administrativo brasileiro” em relação à introdução de alguns desses mecanismos no Brasil recentemente.
21. Levy e Spiller utilizam dois indicadores para mensurar a independência do Judiciário: a reputação de probidade e o número de vezes que os tribunais decidem contra os interesses do Executivo.
22. Estes últimos resultam, fundamentalmente, da adoção de sistemas eleitorais com representação proporcional.
23. Spiller e Vogelsang argumentam que a utilização de comissões independentes altamente autônomas, no caso inglês, não teria produzido resultados satisfatórios porque inexistia nesse país a revisão judicial de decisões regulatórias com base em uma lei de procedimentos administrativos, tal como nos EUA. Na prática, uma concessão de canal a cabo na

- Inglaterra não poderia ser contestada judicialmente porque, entre outras coisas, a autoridade concedente não tem que justificar por escrito uma decisão desse tipo, enquanto nos EUA tais justificativas podem ser contestadas judicialmente.
24. Dentre os cientistas políticos que analisam a questão estão Stephen Wilkis e G. Majone. Vale assinalar que no debate público britânico essa tem sido a questão central.

Bibliografia

- Almeida, Maria Hermínia T. de.
1999a As Novas Fronteiras do Estado: Processo de Privatização em Perspectiva Comparada. Relatório de Pesquisa, USP.
1999b La Política de las Privatizaciones de las Telecomunicaciones en Brasil. USP. Mimeo.
1999c Negociando a Reforma: A Privatização de Empresas Públicas no Brasil. USP. Mimeo.
- Amman, Edmund e Baer, Werner
2000 The Changing Nature of Technological Dependence: Brazil's Public Utilities Before and After Privatisation. Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association — LASA, Miami, Flórida, 16-18 de março.
- Armstrong, Mark; Cowan, Simon e Vickers, John
1995 *Regulatory Reform: Economic Analysis and British Experience*. Cambridge, MIT.
- Ayres, Ian e Braithwaite, John
1992 *Responsive Regulation: Transcending the Deregulation Debate*. Oxford, Oxford University Press.
- Baer, Werner e McDonald, Curt
1998 "A Return to the Past? Brazil's Privatization of Public Utilities: The Case of the Electric Power Sector". *Quarterly Review of Economics and Finance*, vol. 38, nº 3, Fall, pp. 503-523.
- Ball, Howard
1984 *Federal Administrative Agencies*. New York, Prentice Hall.
- Baron, David P.
1995 "The Economics and Politics of Regulation: Perspectives, Agendas and Approaches", in J. S. Banks e E. A. Hanushek (eds.), *Modern Political Economy*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 10-62.
- Baumann, R. (ed.)
2000 *Brasil: Uma Década em Transição*. Brasília, Editora Campus/CEPAL.
- Becker, Gary
1983 "A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence". *Quarterly Journal of Economics*, nº 98, pp. 371-400.
- Botelho, Antônio
1999 Globalização, Regulação e Neonacionalismo. Trabalho apresentado no XXI En-

contro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs. Caxambu, MG, outubro.

Castro, M. F.

1997a “O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, n° 12, pp. 147-155.

1997b “The Courts, Law, and Democracy in Brazil”. *International Social Science Journal*, n° 152, pp. 241-252.

Cavalcanti, Francisco Q. B.

1999 As Agências Reguladoras no Direito Administrativo Brasileiro. Tese para Professor-Titular, Faculdade de Direito da UFPE.

Costa, Nilson; Melo, Marcus; Pereira, Carlos e Mueller, Bernardo

2000 Reforma do Estado e Governança Regulatória no Brasil: O Caso das Agências Regulatórias Independentes. Mimeo.

Deighton-Smith, Rex

1997 “Regulatory Impact Analysis: Best Practices in OECD Countries”. Paris, OECD.

Demarigny, F.

1996 “Independent Administrative Authorities in France and the Case of the French Council for Competition”, in G. Majone (ed.), *Regulating Europe*. London, Routledge, pp. 157-179.

Derthick, Martha e Quirk, P.

1985 *The Politics of Deregulation*. Washington, The Brookings Institution.

Dixit, Avinash

1998 *The Making of Economic Policy: A Transaction-cost Politics Approach*. Boston, MIT Press.

Doener, B e Wilks, Stephen

1998 *UK-North American Regulatory Institutions: Politics and Paths to Reforms*. Toronto, University of Toronto Press.

Doner, Richard e Schneider, Ben R.

1999 “The New Economic Institutionalism, Business Associations and Development”. *Working Paper*, International Institute for Labour Studies, Geneva.

Downs, Anthony

1957 *An Economic Theory of Democracy*. New York, Harper and Row.

Dunn, Delmer

1999 “Mixing Elected and Nonelected Officials in Democratic Policy-making: Fundamentals of Accountability and Responsibility”, in A. Przeworski, S. Stokes e B. Manin (eds.), *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 297-326.

Eberlein, Burkard

1999 “L’État Régulateur en Europe”. *Revue Française de Science Politique*, vol. 49, n° 2, pp. 205-230.

- Epstein, David e O'Halloran, Sharyn
 1999 *Delegating Powers: A Transaction Cost Politics Approach to Policy-making under Separate Powers*. Nova York, Cambridge University Press.
- Farina, E. M. M. et alii
 1997 "A Reestruturação dos Setores de Infra-estrutura e a Definição dos Marcos Regulatórios: Princípios Gerais, Características e Problemas", in: F. Rezende e T. B. de Paula (orgs.), *Infra-estrutura, Perspectivas de Reorganização: Casos Estaduais*. Brasília, IPEA, pp. 11-52.
- Ferreira, C. K. L.
 1999 "Privatizing the Electric Power Sector in Brazil", in A. C. Pinheiro e K. Fukasaku (eds.), *Privatization in Brazil: The Case of Public Utilities*. Rio de Janeiro, BNDES.
- Foster, C.
 1992 *Privatization, Public Ownership and the Regulation of Natural Monopoly*. Oxford, Blackwell.
- Frischtak, Cláudio
 1990 "Regulatory Policy and Investment Incentives in Brazil". Washington, World Bank, IENIN.
- Galal, Ahmed
 1996 "Chile: Regulatory Specificity, Credibility of Commitment and Distributional Demands", in B. Levy e P. T. Spiller (eds.), *Regulations, Institutions and Commitment*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 121-145.
- Gely, R. e Spiller, P. T.
 1992 "The Political Economy of Supreme Court Constitutional Decisions — The Case of Roosevelt's Court-packing Plan". *International Review of Law and Economics*, vol. 12, nº 1.
- Giambiagi, F. e Moreira, M. M. (eds.)
 1999 *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES.
- Gibbons, Robert
 1999 Taking Coase Seriously. Cornell University. Mimeo.
- Gibney Frank (ed.)
 1998 *Unlocking the Bureaucrat's Kingdom: Deregulation and the Japanese Economy*. Washington, The Brookings Institution.
- Goldstein, Andrea
 1999 "Brazilian Privatization: The Rocky Path from State Capitalism to Regulatory Capitalism". *Industrial and Corporate Change*, vol. 8, nº 4, dezembro.
- Gomes, Frederico Birchal de M. e Monnerat, Suely Barbosa
 1999 "A Questão Regulatória nas Privatizações da Ligth e da Escelsa". *Revista do BNDES*, nº 11.
- Harris, Richard e Milkis, S. M.
 1996 *The Politics of Regulatory Change*. Oxford, Oxford University Press.

- Heller, William B. e McCubbins, Matthew D.
 No prelo "Political Institutions and Economic Development: The Case of Electric Utility Regulation in Argentina and Chile", in S. Haggard e M. D. McCubbins (eds.), *Presidents, Parliaments and Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hill, Alice e Abdala, Manuel
 1996 "Argentina: The Sequencing of Privatization and Regulation", in B. Levy e P. T. Spiller (eds.), *Regulations, Institutions and Commitment*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 202-250.
- Hood, C.
 1996 "Exploring Variations in Public Management Reform of the 1980s", in H. Bekke (ed.), *Civil Service Systems in Comparative Perspective*. Bloomington, Indiana University Press.
- Horn, Murray
 1995 *The Political Economy of Public Administration: Institutional Choice in the Public Sector*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ikenberry, G. John
 1990 "The International Spread of Privatization Policies: Inducements, Learning, and 'Policy Bandwagoning'", in E. Suleiman e J. Waterbury (orgs.), *The Political Economy of Public Sector Reform and Privatization*. Boulder, CO., Westview, pp. 88-110.
- Jacobs, Scott H. *et alii*
 1997 "Regulatory Quality and the Public Sector Reform", in *The OECD Report on Regulatory Reform* (vol. 2: Thematic Studies). Paris, OECD.
- Kiewiet, D. Roderick e McCubbins, M. D.
 1991 *The Logic of Delegation: Congressional Parties and the Appropriations Process*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Knill, C.
 1999 "Explaining Cross National Variance in Administrative Reform: Autonomous versus Instrumental Bureaucracies". *Journal of Public Policy*, n° 19.
- Laffont, J. e Tirole, Jean
 1994 *A Theory of Incentives in Procurement and Regulation*. Boston, MIT Press.
- Lane, Jan-Erik
 1997 *Public Sector Reform: Rationale, Trends and Problems*. London, Sage.
- Leal Ferreira, Carlos Kawall
 1999 "Privatizing the Electric Power Sector in Brazil", in A. C. Pinheiro e K. Fukasaku (eds.), *Privatization in Brazil: The Case of Public Utilities*. Rio de Janeiro, BNDES, pp. 133-162.
- Levy, Brian e Spiller, Pablo T.
 1994 "The Institutional Foundations of Regulatory Commitment: A Comparative Analysis of Telecommunications Regulation". *Journal of Law, Economics, and Organization*, vol. 10, n° 2, pp. 201-246.

- 1996a *Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1996b "A Framework for Resolving the Regulatory Problem", in B. Levy e P. T. Spiller (eds.), *Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-36.
- Lowi, T. e Ginsberg, B.
1992 *American Government*. New York, Norton.
- Majone, Giandomenico
1996 *Regulating Europe*. London, Routledge.
1999 "The Regulatory State and its Legitimacy Problems". *West European Politics*, vol. 22, n° 1, pp. 1-24.
- Manzetti, Luigi (ed.)
2000 *Regulatory Policy in Latin America: Post-privatization Realities*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- McCubbins, M. D. et alii
1987 "Administrative Procedures as Instruments of Political Control". *Journal of Law, Economics and Organization*, n° 3, pp. 234-277.
1989 "Structure and Process, Politics and Policy: Administrative Arrangements and Political Control of Agencies". *Virginia Law Review*, n° 75, pp. 431-482.
- Moe, Terry
1987 "Interests, Institutions, and Positive Theory: The Politics of the NLRB", *Studies in American Political Development*, n° 2, pp. 236-299.
1997 "The Positive Theory of Public Bureaucracy", in D. Mueller (ed.), *Perspectives on Public Choice: A Handbook*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Mueller, Bernardo
2000 Institutions for Commitment in the Brazilian Regulatory System. Trabalho apresentado no 2º Encontro do Grupo de Economia Política da Latin American Studies in Econometrics Association – LASEA, Cartagena, Colômbia.
- Mueller, Bernardo e Pereira, Carlos
2000a Institutional Change and the Design of Regulatory Agencies in Brazil. Trabalho apresentado na 4ª Conferência Anual da International Society for New Institutional Economics. Tübingen, Alemanha, 22-24 de setembro.
2000b Credible Commitments and the Design of Regulatory Agencies in Brazil. University of Oxford. Mimeo.
- Naín, Moisés e Tulchin, J. (eds.)
1999 *Competition Policy, Deregulation and Modernization in Latin America*. Boulder, Co., Lynne Rienner.
- Noll, Roger G.
1985 "Government Regulatory Behavior: A Multidisciplinary Survey and Synthesis", in R. G. Noll (ed.), *Regulatory Policy and the Social Sciences*. Berkeley, University of California Press.

- 1989a "Economic Perspectives on the Politics of Regulation", in R. Schmalensee (ed.), *Handbook of Industrial Organization* (vol. II), pp. 1255-1287.
- 1989b "Comments to Peltzman". *Brookings Papers on Economic Activity*, pp. 48-59.
- Noll, Roger G. e Owen, Bruce
 1983 "The Political Economy of Deregulation: Interest Groups in the Regulatory Process". Washington, American Enterprise Institute.
- North, Douglass
 1990 *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1996 "Foreword", in B. Levy e Pablo T. Spiller, *Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Novaes, A.
 1999 "The Privatization of the Brazilian Telecommunications Sector. Privatization in Brazil: The Case of Public Utilities", in A. C. Pinheiro e K. Fukasaku (eds.), *Privatization in Brazil: The Case of Public Utilities*. Rio de Janeiro, BNDES, pp. 111-141.
- Nunes, Edson
 1998 Reforma Administrativa, Reforma Regulatória: A Nova Face da Relação Estado/Economia no Brasil. Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs, Caxambu, MG.
- OECD
 1999 *The OECD Review of Regulatory Reform in Japan*. Paris, OECD.
- Peltzman, Sam
 1989 "The Economic Theory of Regulation after a Decade of Deregulation". *Brookings Papers on Economic Activity*, pp. 1-60.
- Pereira, Adriano *et alii*
 1996 Regulação na Infra-estrutura e nos Serviços Públicos: Conceitos, Experiência Internacional e a Regulação no Brasil. ENAP. Mimeo.
- Pereira, Carlos
 2000 What Are the Conditions for the Presidential Success in the Legislative Arena? The Brazilian Electoral Connection. Ph.D. Thesis, Department of Political Science/The New School University, New York.
- Pereira, Carlos e Costa, Nilson
 no prelo "O Processo Decisório da Regulação da Saúde Suplementar no Brasil: Análise dos Interesses e do Processo Decisório na Arena Legislativa". *Novos Estudos Cebrap*.
- Pinheiro, Armando Castelar
 1999 "Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?", in F. Giambiagi e M. Moreira (eds.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*, Rio de Janeiro, BNDES, pp. 147-182.
- 1996 "Impactos Microeconômicos da Privatização no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 26, n° 3, pp. 357-398.
- 1997 *Judicial System Performance and Economic Development*. São Paulo, mimeo.

- Pinheiro, Armando Castelar e Cabral, C.
1998 "Mercado de Crédito no Brasil: O Papel do Judiciário e de Outras Instituições". *Ensaio BNDDES*, nº 87, dezembro.
- Pinheiro, Armando Castelar e Giambiagi, F.
1999 "The Macroeconomic Background and Institutional Framework of Brazilian Privatization", in A. C. Pinheiro e K. Fukasaku (eds.), *Privatization in Brazil: The Case of Public Utilities*. Rio de Janeiro, BNDES.
- Pires, J. C. L.
1999a Políticas Regulatórias no Setor de Telecomunicações: A Experiência Internacional e o Caso Brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES. Mimeo.
1999b "A Regulação dos Setores de Infra-estrutura no Brasil. A Economia Brasileira nos Anos 90", in F. Giambiagi e M. M. Moreira (eds.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, pp. 217-260.
1999c "A Reestruturação do Setor de Telecomunicações no Brasil". *Revista do BNDDES*, nº 11, pp. 1-34.
- Possas, M. L.; Pondé, J. L. e Fagundes, J.
1997 "Regulação da Concorrência nos Setores de Infra-estrutura no Brasil: Um Enfoque Alternativo". *Anais do XXII Congresso da ANPEC*, Recife, pp. 1446-1465.
- Quirk, Paul
1980 *Industry Influence in Federal Regulatory Agencies*. Princeton, Princeton University Press.
- Saint-Martin, Denis
1998 "The New Managerialism and the Policy Influence of Consultants in Government: A Historical-institutionalist Analysis of Britain, Canada and France". *Governance*, vol. 11, nº 3.
- Santana, E. A.
1995 "Teoria do Agente Principal, Regulação e Performance da Indústria de Energia Elétrica". *Textos para Discussão*, nº 3, UFSC, outubro.
- Scholz, John T. e Wei, F. H.
1986 "Regulatory Enforcements in a Federalist System". *American Political Science Review*, vol. 80, pp. 1249-1270.
1991 "Cooperative Regulatory Enforcement and the Politics of Administrative Effectiveness". *American Political Science Review*, vol. 85, pp. 115-136.
- Shapiro, Martin
1988 *Who Guards the Guardians: Judicial Control of Administration*. Athenes, University of Georgia Press.
1997 "The Problems of Independent Agencies in the United States and the European Union". *Journal of European Public Policy*, vol. 4, nº 2, pp. 276-291.
- Shepsle, Kenneth
1991 "Discretion, Institutions and the Problem of Government Commitment", in P. Bourdieu e J. Coleman (eds.), *Social Theory for a Changing Society*. Boulder, Co., Western Press.

- Snyder, Richard
1998 "After Neoliberalism: The Politics of Reregulation in Mexico". *World Politics*, n° 51, pp. 173-204.
- Spiller, Pablo
1995 "Regulatory Commitment and Utilities Privatization, Implications for Future Comparative Research", in J. S. Banks e E. A. Hanushek (eds.), *Modern Political Economy*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 63-79.
- Spiller, P. T. e Gely, R.
1990 "A Rational Choice Theory of Supreme Court Statutory Decisions with Application to the State Farm and Grove City Cases". *Journal of Law Economics and Organization*, n° 6, pp. 263-301.
- Spiller, P. T. e Martorell, Luis Viana
1994 How Should it Be Done? Electricity Regulation in Argentina, Brazil, Uruguay and Chile. Typescript, Berkeley, University of California, Mimeo.
- Spiller, P. T. e Vogelsang, Ingo
1996 "The United Kingdom: A Pacesetter in Regulatory Incentives", in B. Levy e P. T. Spiller (eds.), *Regulations, Institutions and Commitment*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 79-121.
1997 "The Institutions Foundations of Regulatory Commitment in the UK". *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, n° 153.
- Spiller, P. T. e Tiller, E. H.
1996 "Invitations to Override: Congressional Reversals of Supreme Court Decisions". *International Review of Law and Economics*, vol. 16, n° 4, pp. 503-522.
1997 "Decision Costs and the Strategic Design of Administrative Process and Judicial Review". *Journal of Legal Studies*, n° XXVI.
- Stigler, G. T.
1975 *The Citizen and the State: Essays on Regulation*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Stone, Andrew; Levy, Brian e Paredes, Ricardo
1996 "Public Institutions and Private Transactions: A Comparative Analysis of the Regulatory Environment for Business Transactions in Brazil and Chile", in L. Alston et alii (eds.), *Empirical Studies in Institutional Change*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Sunstein, Cass R.
1990 *After the Rights Revolution: Reconceiving the Regulatory State*. Cambridge, Harvard University Press.
- Templitz-Semptizky, W.
1990 "Regulation, Deregulation or Reregulation – What Is Needed in the LDCs Power Sector?", *World Bank Energy Series Paper*, n° 30, Washington, DC, The World Bank.
- Tirole, J.
1988 *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge, The MIT Press.

- Velasco Jr., L. J.
- 1997a "A Economia Política das Políticas Públicas: As Privatizações e a Reforma do Estado". *Texto para Discussão*, nº 55, BNDES.
- 1997b "A Economia Política das Políticas Públicas: Fatores que Favoreceram as Privatizações no Período 1985-94". *Texto para Discussão*, nº 54, BNDES.
- 1999 "Privatização: Mitos e Falsas Percepções. A Economia Brasileira nos Anos 90", in F. Giambiagi e M. M. Moreira (eds.), *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, pp. 183-217.
- Vickers, J. e Yarrow, G.
- 1988 *Privatization: An Economic Analysis*. London, MIT.
- Viscusi, W.; Vernon, J. e Harrington Jr., J. E.
- 1997 *Economics of Regulations and Antitrust*. Boston, MIT Press.
- Vogel, David
- 1986 *National Styles of Regulation: Environmental Policy in Britain and the United States*. Ithaca, Cornell University Press.
- 1993 "Representing Diffuse Interests in Environmental Policy-making", in K. Weaver e B. A. Rockman (eds.), *Do Institutions Matter: Government Capabilities in the United States and Abroad*. Washington, The Brookings Institutions.
- 1997 *Trading Up: Consumer and Environmental Regulation in a Global Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Vogel, Steven
- 1996 *Freer Markets, More Rules – Regulatory Reform in Advanced Industrial Countries*. Ithaca, Cornell University Press.
- Weaver, K. e Rockman, Bert A. (eds.)
- 1993 *Do Institutions Matter: Government Capabilities in the United States and Abroad*. Washington, The Brookings Institutions.
- Weingast, Barry
- 1981 "Regulation, Reregulation, and Deregulation: The Political Foundations of Agency Clientel Relationships". *Law and Contemporary Problems*, nº 44, pp. 147-177.
- Weingast, Barry e Moran, Mark
- 1984 "Bureaucratic Discretion or Congressional Control? Regulatory Policy-making by the Federal Trade Commission". *Journal of Political Economy*, nº 91, pp. 642-664.
- Wilks, Stephen
- 1997 Accountability and the Growth of the Regulatory State in Britain. Trabalho apresentado no XVII Congresso Mundial da IPSA, Seul, agosto.
- Williamson, Oliver
- 1975 *Markets and Hierarchies*, New York, Free Press
- 1985 *The Economic Institutions of Capitalism*. New York, Free Press.
- Wilson, James Q.
- 1980 *The Politics of Regulation*. New York, Basic Books.

Resumo

Política Regulatória: uma revisão da literatura

Este texto discute a literatura internacional sobre política regulatória identificando as questões centrais da agenda de pesquisa na área. O texto discute as agências regulatórias independentes e sua difusão internacional, e os processos recentes de desregulação e re-regulação. A revisão da literatura examina as chamadas teorias normativas e positivas, e as análises neo-institucionalistas sobre a questão (em torno de lógica da delegação de poder a agentes independentes, e o chamado *commitment problem* da regulação). O texto conclui que a literatura produzida por cientistas políticos ainda é bastante reduzida, e que a discussão da *accountability* da política regulatória constitui uma lacuna na agenda de pesquisas.

Palavras-chave: política regulatória; agências regulatórias, *accountability*

Abstract

Regulatory Policy: a literature review

This article discusses the international literature on regulatory policy, identifying the central issues on the respective research agenda. The text discusses the independent regulatory agencies and their international dissemination, as well as recent deregulation and re-regulation processes. The literature review examines the so-called normative and positive theories and neo-institutionalist analyses concerning the logic of delegating power to independent agents as well as the so-called commitment problem in regulation. The article concludes that the literature produced by political scientists is still quite limited, and that the discussion of accountability in regulatory agencies constitutes a gap in the research agenda.

Key words: regulatory policy; regulatory agencies; accountability

Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia

Roberto Kant de Lima

Michel Misse

Ana Paula Mendes de Miranda

Introdução

Já é possível propor uma abordagem sistêmica, na bibliografia brasileira das Ciências Sociais, sobre as áreas temáticas da violência, da criminalidade, da segurança pública e da justiça criminal. Após vinte anos de produção acadêmica relativamente regular, essas áreas temáticas ocupam, hoje, uma posição importante nos debates entre cientistas sociais brasileiros, seja pela crescente compreensão de sua complexidade e interesse público, seja pelo acúmulo de interpretações de materiais empíricos e análises que estão a exigir alguma sistematização comparativa.

Indicadores sobre essas áreas temáticas podem ser encontrados nos Diretórios dos

Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, em suas várias versões. Se tomarmos como critério os “setores de atividade” em que se distribuem os grupos e linhas de pesquisa das grandes áreas e áreas principais da classificação de pesquisadores registrados no CNPq, verificaremos que mais de 2/3 dos pesquisadores do setor de “segurança pública e criminalidade” concentram-se na área de humanidades. Nesta, mais de 60% das linhas de pesquisa incluem-se nas Ciências Humanas, especialmente nas Ciências Sociais (ver tabela):

Essa concentração temática do setor de “segurança e criminalidade” nas Ciên-

Total de Grupos e Linhas de Pesquisa por Área de Conhecimento no Setor de Atividades de Segurança Pública e Criminalidade em 2000 – CNPq

	<i>Grupos/ Total</i>	<i>Grupos/ Setor</i>	<i>% S/T</i>	<i>Linhas/ Total</i>	<i>Linhas/ Setor</i>	<i>% S/T</i>
Sociologia	187	19	10	668	35	5,2
Antropologia	113	10	8,8	431	16	3,7
Ciência Política	72	12	16,7	342	14	4
Ciências Sociais*	372	41	11	1.441	65	4,5
Ciências Humanas	1.711	52	3	4.843	81	1,7
Humanidades	3.218	85	2,6	8.798	122	1,4
Todas as Áreas	11760	115	1	41.539	158	0,4
Todas as Áreas, exceto Humanidades	8542	30	0,35	32.741	36	0,1

* Estão agrupadas em “Ciências Sociais” as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

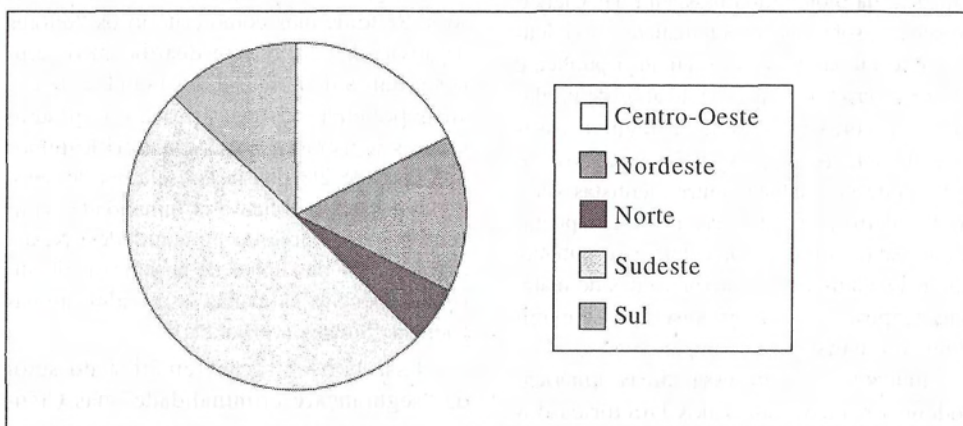
S/T — percentual do setor sobre o total de grupos e de linhas de pesquisa.

Fonte: www.cnpq.br/dgp/4/site/plano_tabular/index.html

cias Humanas, especialmente nas Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) é crescente na década de 90. No ano 2000, ela está representada em cerca de 10% dos grupos de pesquisa em Ciências Sociais. Na área de Sociologia, passa-se de 12 para 35 linhas de pesquisa no período de 1995 a 2000, e na Ciência Política,

de 9 para 14 linhas, mantendo-se estável na Antropologia (16 linhas de pesquisa no mesmo período). Em 2000, existiam 52 grupos de pesquisa, em todo o país, na área de Ciências Humanas, que se incluíram neste setor de atividades do CNPq, 41 dos quais nas Ciências Sociais. A distribuição geográfica desses grupos é a seguinte:

Distribuição Geográfica dos 41 Grupos de Pesquisa em Ciências Sociais incluídos no Setor de Atividades “Segurança Pública e Criminalidade” do CNPq – Ano 2000



Praticamente a metade dos grupos de pesquisa, nessa área temática, localiza-se na Região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, metrópoles urbanas que mantêm altas taxas de criminalidade violenta há mais de duas décadas. Mas, a presença significativa de grupos de pesquisa nessa mesma área em todas as demais regiões do país aponta para a nacionalização dessa temática, o que não ocorria antes de 1995. Há, hoje, em todo o país, cerca de 450 pesquisadores registrados nos diretórios de pesquisa do CNPq, em todas as áreas científicas, que se incluíram no setor de atividades de “segurança pública e criminalidade”. Desses pesquisadores, mais da metade são sociólogos, cientistas políticos e antropólogos.

Este levantamento bibliográfico concentra-se na produção das Ciências Sociais neste setor, mas abre exceções para alguns autores de outras áreas que vêm sendo muito citados pelos pesquisadores em Ciências Sociais. O período abarcado remonta à década de 70, quando aparecem as primeiras pesquisas sociológicas sobre essa temática, embora inclua referências à produção esparsa e ainda muito pequena das décadas anteriores. A produção é relativamente crescente nos anos 80, e se consolidou na década de 1990.

A pesquisa bibliográfica a que se procedeu para este trabalho considerou as seguintes variáveis seletivas: a) autores mais citados nas resenhas até agora; b) autores mais citados entre os autores selecionados

no item a; c) indicação de bibliografia própria pelos selecionados nos itens a e b; d) indicação de teses e trabalhos de autores novos pelos autores mais citados; e) classificação dos temas em subáreas; f) recortes específicos nas subáreas temáticas que excluam os trabalhos não-acadêmicos e os trabalhos de outras áreas de conhecimento que não as Ciências Sociais (com algumas exceções para autores muito citados). Não foram incluídos também os trabalhos sobre a violência política durante o regime militar e os trabalhos sobre violência nos conflitos agrários. Esses dois últimos itens são, geralmente, contemplados em outras bibliografias e não consideramos que devam ser tratados sob a rubrica “segurança pública e criminalidade”, exceto nos casos que se enquadrem nessa classificação (pistolagem, por exemplo). Fizemos também uma pesquisa junto aos autores mais citados, junto ao Urbandata e junto aos principais programas de pós-graduação que incluem esta linha de pesquisa. O resultado, evidentemente, não é o mais completo que desejaríamos, mas procura ser mais abrangente e atualizado que as resenhas bibliográficas anteriores já publicadas nessa área temática.

Embora a produção brasileira sobre violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal remonte ao início do século, a contribuição especificamente sociológica só começa nos anos 70, e só alcança institucionalização durante os anos 80. Com algumas poucas exceções, como um breve estudo de Roger Bastide sobre cor e criminalidade em São Paulo, apresentado em 1960 (Bastide, 1968), ou análises de estatísticas da justiça criminal feitas por técnicos do IBGE nos anos 50 (IBGE, 1955-59) ou, ainda, os estudos de Paulo Duarte sobre as penitenciárias de São Paulo, publicados no início dos anos 50 na revista *Anhembi* (Duarte, 1950/51; 1952), pode-se dizer que as primeiras pesquisas publicadas, que inauguram o campo temático no Brasil, ocorreram apenas na pri-

meira metade dos anos 70: duas pesquisas sobre jovens infratores, uma no Rio de Janeiro (Misse *et alii*, 1973) e outra em São Paulo (Cebrap, 1973) — ambas citadas no primeiro estudo latino-americano sobre o assunto (Rico, 1978). Além destas, foram produzidas duas pesquisas não publicadas sobre o mesmo tema no Rio de Janeiro (Galvão *et alii*, 1968; Figueira, 1973). Ainda na primeira metade dos anos 70, foram também publicadas pesquisas sobre a polícia em São Paulo (Fernandes, 1973), sobre comportamentos desviantes ou divergentes (Velho, 1974, 1975) e uma pesquisa sobre ecologia do crime no Rio de Janeiro realizada em 1976 (Coelho, 1978).

Na segunda metade dos anos 70 há um incremento relativo de artigos, livros e estudos, mas ainda é muito reduzida a pesquisa publicada ou apresentada em teses. Pode-se mencionar pesquisas sobre o sistema penal no Rio de Janeiro (Miralles *et alii*, 1978; Lemgruber, 1979), sobre o perfil social e os estereótipos de/sobre indiciados pela justiça e penitenciários (Coelho, 1978; Rimalho, 1979), sobre concepções de justiça e direito em uma favela carioca (Santos, B., 1977), sobre representação social dos comportamentos de desvio (Cerqueira Filho, Miralles e Miranda Rosa, 1979), sobre populações marginais e estereótipos criminalizadores (Paoli, 1977; Perlman, 1977); sobre o jogo do bicho (Machado da Silva e Figueiredo, 1978), sobre meninos de rua em São Paulo (Fischer, 1997), além de estudos críticos ou ensaios polêmicos (Pinheiro, 1979; Misse e Motta, 1979; Velho, 1976). Nos anos 80, finalmente, o volume de publicações consolida a área temática ao mesmo tempo em que, na SBPC e na Anpocs, grupos de trabalho e comunicações coordenadas começam a ser organizados para tratar especificamente desses temas.

Procuraremos, nos próximos capítulos, classificar a principal produção de todo o período 1970-2000 em áreas e subáreas te-

máticas, e detectar suas principais perspectivas analíticas, localizando-as, quando possível, em suas conjunturas teóricas e político-sociais específicas. Ao final, apresentaremos a listagem mais completa que obtivemos da produção das Ciências Sociais, no Brasil, sobre essas áreas temáticas.

A Temática da Delinquência e da Criminalidade Violenta

Apenas para propósitos analíticos, separamos a temática da delinquência e da criminalidade das temáticas da justiça criminal, da segurança pública e das representações da violência urbana. Muitas vezes elas são encontradas reunidas nas abordagens aqui consideradas. No entanto, há razões para separá-las. Abordagens que enfatizam um tema ou outro seguem, muitas vezes, recortes que nem sempre podem ser reunidos analiticamente, a não ser em um nível de abstração muito elevado. A temática da criminalidade, em uma perspectiva que enfatiza o objeto em seus vínculos societários e não apenas institucionais, tende a ser tratada sob três recortes: o da chamada delinquência infanto-juvenil, com sua categoria de “menor infrator”; o do aumento e mudança de padrões da criminalidade convencional, com o incremento do uso da violência e as mudanças no perfil social de indiciados e penitenciários; e o do chamado “crime organizado”, geralmente associado ao tráfico de drogas. As demais temáticas que poderiam ou não incluir a categoria de criminalidade, são geralmente arroladas no objeto mais geral da violência urbana, da segurança pública e da administração da justiça criminal.

a) Delinquência Infanto-juvenil e a Categoria de “Menor”

A construção do objeto “delinquência infanto-juvenil” em articulação com as

questões sociais que envolvem a infância e a adolescência remonta ao início do século XX e se desenvolve principalmente na literatura jurídica e médica. Os primeiros estudos sociológicos só aparecerão no início dos anos 70 e concentram-se na caracterização do perfil social dos infratores (Misse *et alii*, 1973), no funcionamento da justiça de menores (Figueira, J., 1973) e na marginalização social da infância e adolescência nas grandes cidades (Cebap, 1973; Marques, J. B., 1976; Ferreira *et alii*, 1979). Nos anos seguintes, aparecem os estudos sobre instituições de internamento e identidade deteriorada (Guirado, 1980; Passeti *et alii*, 1982; Violante, 1985; Queiroz, 1984, 1985; Altoé, 1985, 1990; Alvim e Maia, 1989; Adorno, 1991a) e desenvolve-se uma perspectiva crítica sobre os usos da categoria jurídica de “menor infrator” (Altoé, 1990; Alvim e Maia, 1989; Rizzini (org.), 1993) cuja construção social (e de seu respectivo personagem social, o “menor”) remontaria ao início do século (Viana, 1999). Em 1988, uma primeira resenha bibliográfica demarca o campo temático da “infância e adolescência no Brasil” (Alvim e Valladares, 1988).

Nos anos 90, aparecem novos estudos sobre o perfil social das crianças e adolescentes acusados de infratores (Nascimento, D., 1997; Batista, V., 1998), pesquisas sobre assassinatos de crianças e adolescentes (Alvim, 1992; OAB, 1993), sobre a situação violenta da infância no Brasil (Martins, 1991; Fausto e Cervini, 1996), etnografias dos “meninos de rua” (Silva, H. e Milito, 1995) e pesquisas sobre fatores de risco nas adesões ao “mundo do crime”, comparando irmãos e primos infratores e não-infratores (Assis, 1999) ou estudando os jovens infratores em suas ligações com o tráfico de drogas (Zaluar, 1990; Moreira, 2000). Aparecem também, no final dos anos 90, pesquisas sobre gangues e “galeras” que incluem jovens de classe média (Diógenes, 1998; Zaluar, 1997; Ceccheto, 1997; Souto, 1997) e

sobre a violência nas escolas (Guimarães, E., 1998; Cardia, 1997). De um modo geral, todos esses estudos interligam, *sob diferentes perspectivas*, ambientes sociais de pobreza urbana, subculturas desviantes ou divergentes, construção de personagens sociais vinculados a esses ambientes, com sua estigmatização na sociedade mais ampla, e políticas públicas que reproduzem, nas práticas e representações da polícia e dos internatos, em condições ampliadas, os fatores de risco que especificamente atuariam nas escolhas criminais.

b) Aumento da Criminalidade Urbana, Mudanças de Padrão e Perfil Social dos Acusados e seus Efeitos de Violência

A maior parte dos estudos tende a localizar, entre meados e o final dos anos 70, uma mudança de padrão na criminalidade urbana, especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte: aumento generalizado de roubos e furtos a residências, veículos e transeuntes, um grau maior de organização social do crime, incremento da violência nas ações criminais; aumento acentuado nas taxas de homicídio e de outros crimes violentos e o aparecimento de quadrilhas de assaltantes de bancos e instituições financeiras. Essa mudança de padrão se consolidaria e se expandiria nos anos 80, com a generalização do tráfico de drogas, especialmente da cocaína, e com a substituição de armas convencionais por outras, tecnologicamente sofisticadas, com alto poder de destruição (Coelho, 1978, 1980, 1987, 1988; Velho, 1980; Paixão, 1983, 1988; Zaluvar, 1985, 1989, 1990; Caldeira, T., 1989, 1992; Adorno, 1991; Machado da Silva, 1993; Soares *et alii*, 1996; Misse, 1997, 1999).

A questão que se colocou, então, não foi tanto reconhecer essa mudança de padrão, mas o modo de interpretá-la. As diferentes perspectivas que se desenvolveram

buscaram recortar o objeto, seja acentuando, em um pólo, sua *especificidade criminal*, seja, no outro pólo, dissolvendo essa especificidade, absorvendo-a na dimensão mais abrangente da violência nas enormes desigualdades sociais do Brasil (Carvalho, G., 1999). A ênfase no primeiro pólo enfatizaria a dimensão especificamente criminal das escolhas individuais e sua *impunidade*, enquanto a ênfase no segundo deslocaria o recorte para as estratégias aquisitivas ou os modos de operar o poder nas condições de *pobreza urbana e desigualdade social*, com sua conhecida acumulação de desvantagens (Misse, 1995a e b). No entanto, entre um pólo e outro, cruzam-se perspectivas diversas, que dificultam qualquer simplificação (Caldeira, T., 1992; Coelho, 1980, 1987a; Paixão, 1994; Soares *et alii*, 1996; Velho, 1996; Adorno, 1998; Machado da Silva, 1999; Zaluvar, 1985, 1995, 1999; Misse, 1995 e 1995a, 1999). Além disso, a consolidação das redes de tráfico, sua estruturação em moldes econômicos relativamente racionais (ou mesmo empresariais), seu poder de atração sobre a força de trabalho adolescente e jovem, e todos os efeitos de violência que suas transações incorporam (Zaluvar, 1985, 1994d, 1997, 1999; Souza, M., 1994, 1995; Fausto Neto, 1995; Leeds, 1998; Rafael, 1998; Alvito, 1998; Moreira, 2000; Misse, 1997, 1999, 2000a), obrigaram a novas inflexões analíticas, mesmo nas perspectivas que antes poderiam estar polarizadas.

Finalmente, a dispersão de recortes e de construção de objetos e sua afinidade com variados campos temáticos complexifica e fragmenta de tal maneira este campo que o torna vulnerável a interpretações de todo tipo. Diferentes núcleos subtemáticos desenvolveram-se relacionando gênero e violência, cor e justiça criminal, violência doméstica, violência contra homossexuais, violência contra mulheres, violência contra crianças, violência policial, violência

nas prisões, violência nas escolas, violência de torcedores de futebol, disseminação de armas de fogo entre a população em geral, violência na mídia, violência no trânsito, violência de gangues de jovens de classe média etc. Esta variedade de estudos e pesquisas é produzida sob o título abrangente de “violência urbana”, geralmente vinculado a questões de outros campos temáticos. Neste sentido, introduzem a necessidade de se produzir abordagens analiticamente mais abrangentes, como as que sugerem uma “crise na reciprocidade” (Velho, 1996), o “esgotamento dos modelos convencionais de controle social” (Adorno, 1998), um “retrocesso civilizatório” (Zaluar, 1999c), a emergência de uma “sociabilidade violenta”, baseada em um novo tipo de individualismo (Machado da Silva, 1999), ou uma “acumulação social da violência”, com base na “desnormalização do individualismo” (Misse, 1999). Esse processo, diversamente apreciado pelos autores acima citados, compreenderia tanto as transformações recentes, em andamento, do capitalismo tardio e da globalização, quanto as dimensões especificamente nacionais de uma modernização incompleta sob um capitalismo agudamente contraditório e socialmente predatório.

c) A Questão do Crime Organizado e do Tráfico de Drogas

O núcleo mais antigo e polêmico em torno do qual se desenvolveram as principais perspectivas desde meados dos anos 80, pode, no entanto, ser localizado na questão do tráfico de drogas, da organização social do crime urbano e das suas relações, seja com as populações locais, seja com a polícia (e desta com as populações locais). Aqui, o debate polarizou-se em torno do caráter mais ou menos organizado do varejo do tráfico nas favelas cariocas (quadrilhas ou empresas?), ou dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense e em

São Paulo; da ruptura dos padrões da criminalidade convencional antes e após a chegada da cocaína ao varejo do tráfico; da maior ou menor ruptura na oposição entre trabalhador e bandido e, portanto, do possível apoio de parte dos moradores aos traficantes (ou, ao contrário, sua submissão pelo terror e pelo medo); da “ausência do Estado”, nas áreas urbanas pobres, como uma das principais causas do aumento da violência; do caráter proto-político (ou, ao contrário, apenas criminal) da organização social do tráfico nas favelas e morros cariocas; e da conexão entre o tráfico e o aumento de crimes violentos (seqüestros, assaltos, latrocínios, estupros, homicídios).

De todo modo, a grande maioria dos estudos, desde a pesquisa pioneira de Alba Zaluar na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro (Zaluar, 1985; 1995), tende a confirmar e deslindar um complexo dispositivo de produção da violência nas grandes cidades brasileiras, envolvendo delinquência convencional, tráfico de drogas, grupos de extermínio, corrupção policial e de agentes penitenciários, arbitrariedade e violência da polícia e práticas de justicamento em acertos de conta entre traficantes, de traficantes com informantes da polícia ou com delinquentes convencionais e de policiais com delinquentes convencionais ou traficantes. Como a maior parte dessa produção da violência envolve indivíduos e grupos relativamente jovens e pertencentes às camadas urbanas mais pobres, seja como autores ou como vítimas, e como é esta também a área preferencial de atuação da polícia, torna-se, para alguns, sociologicamente espinhosa uma perspectiva exclusivamente universalista e igualitária da responsabilidade individual (e, portanto, da demanda de políticas redistributivas mais eficientes), quando confrontada com a perspectiva que acentua a prevalência tradicional de práticas particularistas-patrimonialistas dos agentes do Estado e com a resistente

desigualdade social e de direitos civis que caracterizam a sociedade brasileira. Para essas perspectivas críticas, o universalismo das leis exigiria, antes, políticas distributivas (principalmente orientadas para atender às infância e juventude urbanas pobres) e punibilidade dos crimes cometidos por indivíduos e grupos pertencentes às elites do Estado e da sociedade civil, aos quais são atribuídos, inclusive, a lavagem de dinheiro e o controle do fornecimento atacadista de drogas e armas ao varejo vulnerável das áreas urbanas pobres. Finalmente, parece consensual, na grande maioria dos estudos, a centralidade do “problema da polícia” para a compreensão sociológica dos novos problemas de legitimação do monopólio da força pelo Estado, no Brasil.

A Temática da Polícia e do Sistema de Justiça Criminal

Os estudos de cientistas sociais sobre organização policial, prisões e justiça criminal no Brasil, podem, ou não, estar ligados ao contexto particular em que se organiza e articula nossa cultura jurídica. Quer dizer, ora se enfatizam as características peculiares do nosso sistema jurídico, através de análises comparativas que buscam dar conta de suas equivalências e especificidades em relação a outros sistemas judiciários e/ou não-judiciários de administração de conflitos e produção de verdades (Kant de Lima, 1983, 1985, 1992a, 1995a, 1995c, 1997c, 1998a, 1998b, 1999, 1999c); ora se reduzem tais equivalências a semelhanças e diferenças irreduzíveis, em um quadro que exercita a comparação com referenciais preestabelecidos.

De qualquer maneira, é bastante consensual entre os principais autores o caráter hierárquico de nosso sistema judicial e/ou judiciário, mais próximo de tradições mediterrâneas do que das francesas e anglo-saxônicas, as quais, teoricamente, definem nossas tradições políticas republicanas

(Schwartz, 1973, 1979; Falcão Neto, 1979; Flory, 1981; Kant de Lima, 1983, 1986, 1989, 1994, 1995, 1995a, 1995c; Shirley, 1987; Thompson, 1992a).

Este é, provavelmente, um dos fatores que afastou a reflexão dos cientistas sociais contemporâneos, durante bom tempo, das etnografias dos sistemas judicial e policial brasileiro. Sendo esses sistemas considerados como meros reflexos de uma ordem opressora e injusta, nada havia para ser especialmente estudado neles, a não ser, provavelmente, seus modos de extinção. Tal perspectiva em muito difere daquela responsável pela investigação sistemática, por parte das Ciências Sociais, daqueles da tradição anglo-saxônica, supostamente voltados para a proteção dos direitos dos cidadãos e das garantias do sistema democrático (Kant de Lima, 1995d).

Além disso, o caráter dogmático e legalista — dito positivista — de nossa cultura jurídica, tornava — e torna até hoje — o sistema muito opaco e auto-(in)explicável para seus próprios operadores, sempre presos a sistemas cognitivos muito próprios e voltados para um mundo do dever ser que não se realizará, nunca, na prática. Daí a insistente esquizofrenia desses operadores, compelidos a acreditar e descrever o que deve ser, e a praticar o que não é. Não será surpresa, assim, a pequena demanda, por parte dos sistemas judicial e policial, para ser compreendido e estudado, uma vez que suas práticas se constituem em distorções cognitivas sistemáticas de um dever ser conhecido e idealizado.

Historicamente, nossas organizações policiais foram pioneiramente estudadas nos trabalhos de Fernandes, H. (1973), Flory (1981), Brandão, Mattos e Carvalho (1981), Rodrigues, Falcon e Neves (1981), e Neder, Naro e Silva (1981). Mais recentemente, APERJ (1994), Bretas (1985, 1990, 1992, 1993, 1995, 1996a, 1996b, 1996c, 1997, 1997a, 1997b, 1998, 1998a, 1999), Cancelli

(1993), Holloway (1987, 1989, 1993, 1997), e Neder (1994) compõem razoável quadro explicativo, embora haja evidentes lacunas a serem preenchidas.

Em parte devido às transformações políticas e jurídicas advindas da democratização do país, que incluíram um maior e mais livre trânsito dos pesquisadores nas instituições, com o correspondente contato com perspectivas distintas de análise do sistema de justiça criminal, começa a desenvolver-se, a partir da década de 1980, uma sociologia da organização policial contemporânea, com os trabalhos pioneiros de Pinheiro (1981a, 1981b, 1983, 1985), Paixão (1982, 1985), Lemgruber (1985, 1987), Lemgruber (org.) (1985) e Oliveira, L. (1985, 1985a).

Uma primeira etnografia das práticas policiais e judiciais criminais no Rio de Janeiro (Kant de Lima, 1986, 1989, 1994, 1995) instituiu uma abordagem comparativa para esta investigação, do ponto de vista da antropologia contemporânea: demonstra-se que as chamadas distorções ou desvios, observáveis nas práticas da polícia e da justiça criminal, no Brasil, representam não casos pontuais de mau funcionamento do sistema ou eventuais desvios de conduta de seus operadores, mas a adesão maciça, ainda que implícita, a um outro sistema de administração de conflitos e produção da verdade, de caráter inquisitorial, próprio de sociedades segmentadas, holistas e hierárquicas. Este sistema é assemelhado àquele dos procedimentos penais vigentes no reino português, em que crime e pecado se confundiam e no qual era sempre preciso aplicar particularmente a lei geral, desigualmente aos desiguais, para se fazer justiça (Lima, L. L., 1990, 1996, 1996 a, 1997, 1999; Campos, P. 1997). Esta compreensão, certamente, teve efeitos em algumas análises das práticas policiais criminais contemporâneas, de que são exemplos Silva J. (1997), Souza, L. A. (1998) e Figueira, L. (2000).

Para esta vertente, o sistema de justiça

criminal representa uma referência jurídica relevante de um universo simbólico em que a desigualdade é naturalizada, por oposição ao explícito discurso político democrático, republicano, igualitário e individualista, em que se aplicam universalmente, por igual, a todos os diferentes, leis locais e que, por sua vez, naturaliza a igualdade, caracterizando mais um caso do conhecido dilema brasileiro (DaMatta, 1979; Kant de Lima, 2000).

Em número ainda reduzido, dada a amplitude das questões que se apresentam à investigação, merecem menção outros estudos em relação à própria organização policial, seja do ponto de vista de suas práticas (Paixão, 1995; Paixão e Beato Filho, 1997; Brandão, E., 1996; Bretas, 1997c; Bretas e Poncioni, 1999; Cano, 1997, 1997a, 1998, 2000; Cardia, 1997; Cerqueira, C. M., 1997, 1998, 1999; Kant de Lima, 1996, 1997a, 1999a, 1999c; Mingardi, 1992; Mota, 1995; Muniz, 1996, 1999; Muniz e Larvie, 1995; Muniz *et alii*, 1997; Muniz e Musumeci, 1998; Musumeci *et alii*, 1996; Neme, 1999; Vargas, 1997), seja do ponto de vista das violações de direitos humanos que elas produzem (Human Rights Watch/Americas, 1996, 1997; Kahn, 1993b; Kahn e Vilhena, 1993), das políticas públicas que encarnam (Moraes (coord.), 1990; Pinheiro, 1997, 1998; Pinheiro *et alii*, 1991; Tavares dos Santos, 1997; Silva, J., 1985, 1990, 1996; Soares, 2000a, 2000b; Souza, E., 1998), ou de suas relações com diferentes segmentos da sociedade brasileira (Alvito, 1996, 1998, 1998a; Brandão, 1996; Diógenes, 2000; Freitas, 1984; Heringer, 1994; Shirley, 1997; Zaluar, 1989b; Silva, J., 1998; Souza, E., 1998).

Do ponto de vista da justiça criminal, também podem ser identificados estudos que se ocupam do tema em uma perspectiva contextualizadora dessas instituições, como presa aos valores da cultura jurídico-política brasileira. Neste sentido, novamente a etnografia realizada sobre o sistema de justiça

criminal do Rio de Janeiro (Kant de Lima, 1995) constata a existência de uma tradição inquisitorial na produção de verdades jurídicas, no sistema processual penal, claramente em oposição ao sistema constitucional vigente na República. Assim, enquanto este consagra a presunção da inocência e, a partir de 1988, o direito a não se incriminar — embora não se penalize o perjúrio — aquele pende claramente para a presunção da culpa, apoiado nos procedimentos de investigação sigilosa e secreta do inquérito policial, posteriormente legitimados no interrogatório do réu e no seu direito de mentir, quando não confessa, arrependido! A presença dessas características processuais, *sui generis* nos sistemas de produção da verdade ditos modernos, cria oportunidades paradoxais para o estabelecimento de procedimentos éticos na profissão legal, pois o direito de mentir do acusado tem como corolário a sustentação necessária de sua mentira por seu diligente defensor (Kant de Lima, 1994b, 1999a, 2000b).

Mais ainda, há uma falsa complementaridade de formas de produzir verdades em um mesmo processo, que pode encerrar até três lógicas mutuamente excludentes, permitindo uma enorme dose de arbítrio por parte dos julgadores, sejam eles juízes ou jurados. À lógica puramente inquisitorial do inquérito policial, juntam-se a do “contraditório” no processo criminal e a da “prova legal”, por ocasião dos debates a que se submetem, no Tribunal do Júri, os crimes intencionais contra a vida humana (Kant de Lima, 1998b, 1999a, 1999c, 2000b).

De todos esses paradoxos decorrem a desqualificação recíproca das peças processuais produzidas e dos operadores que as produziram, dificultando, para eles mesmos, uma visão sistêmica das instituições e do papel da justiça criminal. Estão, claramente, em oposição, os sistemas de administração de conflitos, vinculados a distintas representações jurídicas do espaço público pre-

sentes na legislação processual penal e constitucional (Kant de Lima, 2000). Nesta perspectiva, destacam-se os trabalhos de Carreteiro (1998), Misse (1999), Ribeiro (1995), Singer (2000), Sinhoretto (1998, 2001) e Souza, L. (1998).

Mas, também existem trabalhos direcionados para a interpretação de outros aspectos e segmentos do sistema, como a administração da justiça criminal (Adorno, 1994, 1996c; Coelho, 1986; Couto, 1972; Donnici, 1976, 1980, 1984; Thompson, 1983, 1987, 1997, 2000; Saporì, 1995, 2000) e suas relações com outros segmentos do sistema (Sanches Filho, 2000) e da sociedade (Adorno, 1994b, 1995c, 1996c, 1996d, 1996e; Corrêa, 1981, 1983; Ardaillon e Debert, 1987; Frateschi e Silveira, 1990; Silva, J., 1998; Thompson, 1992a; Vargas, 2000). Além destes, pontuam trabalhos sobre juizados especiais criminais (Vianna *et alii*, 1999) e manicômios judiciários (Carrara, 1988, 1991, 1999; Carreteiro, 1998, Santos, R., 2000).

Com relação a outro aspecto do tema, registrem-se os trabalhos sobre o sistema penitenciário. Também nesta temática, a “juridicização da desigualdade”, anteriormente mencionada e criticamente presente nas condições especiais a que têm direito os membros de certos segmentos da sociedade brasileira, antes da condenação definitiva, produz seus conhecidos efeitos perversos. Infindáveis e inumeráveis protelações de julgamentos definitivos são articulados pelos que têm bons advogados, o que resulta, na prática, no fato de que jamais vão para a prisão comum até adquirirem o direito de passarem a outros regimes menos severos de pena: o exemplo mais gritante disto é o caso dos “fraudadores do INSS”, presos até hoje em prisão especial porque seus processos, depois de anos, ainda não tiveram sentença definitiva, ainda não “transitaram em julgado”.

Por outro lado, a população em geral, desprovida dos privilégios legais, seja em

cadeias de delegacias, seja em penitenciárias e presídios, é lançada em verdadeiras masmorras medievais, que nada têm de semelhante com as prisões do modelo disciplinar a que se referiram os estudiosos das penas de supressão da liberdade. Extrajudicialmente, mas não sem a conivência oficiosa das autoridades, outras penas, presentes no ideário clássico das punições, são diuturnamente aplicadas pelos agentes institucionais encarregados da segurança pública e, mesmo, pela população em geral: exposição ao ridículo, banimento, tortura, morte etc., são castigos aplicados aos considerados criminosos, antes e/ou depois de suas condenações oficiais à prisão (Singer, 2000). De certa forma, é como se a essa população — e à mídia e à opinião pública — não bastasse a privação da liberdade como pena (Miranda, 1999); freqüentemente, seus carcereiros referem-se à “boa vida” que os apenados teriam na prisão, “com casa, comida e roupa lavada, luxo que eles não têm em casa” (Kant de Lima, 1995). Seriam resquícios das representações de uma sociedade escravocrata sobre a ineficácia dos efeitos das penas de restrições de direitos na situação de ausência de direitos civis, identificados a privilégios legais, das suas classes populares?

De qualquer maneira, o quadro terrível dos estabelecimentos onde se depositam os presos, sem prévia triagem, para avaliação e classificação por tipos de infrações, forçando a convivência promíscua de primários e de reincidentes, de condenados e aqueles ainda *sub judice* etc., faz com que surja, das pesquisas realizadas, um quadro candente de desrespeito aos direitos civis dos cidadãos presos, cuja permanência se afirma pela inexistência de vontade política — recentemente explicitada em projeto do Ministério da Justiça que manteve os privilégios da prisão especial, no “caso” do juiz Nicolau — para se extinguirem as condições do privilégio legal da citada “pri-

sação especial”, atribuído desigualmente a segmentos específicos da sociedade, como portadores de curso superior, professores, religiosos, dirigentes sindicais etc., e que parecem reproduzir os tratamentos legais diferenciados propostos pelas Ordenações do Reino (Thompson, 1976, 1992a), em uma sociedade que se pretende juridicamente republicana.

Aqui, são precursores os estudos de Thompson (1980), Miralles *et alii* (1978), Lemgruber (1979, 1983) e a pesquisa qualitativa de Ramalho (1979). A seguir, estudos de Lemgruber (1989, 2000, 2000a), Coelho (1987, 1988, 1988b), Coelho e Paixão (1984), Paixão (1987a), Abreu e Bordini (1985, 1987, 1989), Abreu *et alii* (1984, 1984a), Adorno (1991d, 1991f, 1991g), Fischer e Adorno (1987), Kahn (1999a) e Salla (1997), analisam as características das políticas públicas penitenciárias e das estatísticas sobre a população e condições das prisões dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul também tem estatísticas sobre sua população carcerária investigada (Fandiño *et alii.*, 1999; Teitelbaum e Oliveira, 1999), assim como avaliações estatísticas mais gerais são realizadas (Kahn, 1998a, 1998b). Temas como a discussão sobre reincidência criminal (Adorno, 1986, 1986a, 1987, 1989a, 1991b; Abreu e Bordini, 1985, 1989; Abreu *et alii.*, 1984, 1984a; Lemgruber, 1989), prisões femininas (Pinto, M., 1990), penas alternativas (Lemgruber, 1996), medidas de segurança (Serra, 1981) e outros (Goifman, 1998; 1998a; Silva, E. A., 1998) também se fazem pontualmente presentes.

A Temática das Políticas Públicas de Segurança

Até pouco tempo a segurança pública era um tema tratado quase que exclusivamente sob as óticas jurídica — os criminalistas — e militar, em uma perspectiva normativa e fragmentada (Silva, J., 1990, 1996,

1997; Kant de Lima, 1999a). No entanto, constituiu-se em um objeto privilegiado de estudo para as Ciências Sociais, pois é provavelmente a única esfera de atuação do Estado acerca da qual há algum consenso quanto à legitimidade do monopólio, já que é uma atividade revestida de dinâmicas próprias e orientada na perspectiva da garantia da ordem. Embora se possa afirmar que o Estado moderno tenha estabelecido que a lei é o limite da sua autoridade, não se pode assegurar que haja um consenso de que as formas de intervenção sejam efetivamente legitimadas nas diferentes sociedades.

Em primeiro lugar, faz-se necessário apontar que esta temática ainda não se consolidou como uma área de pesquisa, quando comparada às temáticas da delinquência, da criminalidade violenta, do sistema policial e da justiça criminal. Porém, considera-se que o levantamento das posições assumidas frente ao tema constitui também um campo de pesquisa. Ou seja, trata-se de considerar as propostas de segurança pública não apenas como um confronto de opiniões ou de posições político-partidárias, mas de valores profundamente interiorizados na sociedade, que se explicitam através de imagens de ordem e de modelos de atuação das autoridades públicas (Caldeira, C., 1998a; Kant de Lima *et alii*, 1985; Kant de Lima, 1989, 1992, 1996; Paixão, 1985, 1988, 1994; Paixão e Andrade, 1996; Paixão e Beato Filho, 1997; Sento-Sé, 1998).

O debate acerca das políticas públicas de segurança ainda não se distanciou muito das veementes discussões sobre como “exterminar” a violência, continuando sob a forte pressão das percepções sociais de insegurança e medo, bem como das taxas, muitas vezes crescentes, de criminalidade urbana. Trata-se, então, de considerar a temática das políticas públicas como um objeto de estudo através do qual se pode enfrentar a questão da segurança, entendida como um fenômeno complexo, que envolve grupos

sociais distintos, visando o controle negociado das várias violências, às quais os diferentes grupos são submetidos, inclusive as praticadas pelo próprio Estado (Adorno, 1991f, 1991g; Gullo, 1998; Kahn e Vilhena, 1993; Human Rights Watch, 1997; Mingardi, 1992; Pinheiro, 1997).

As posições assumidas dividem-se em políticas públicas de segurança repressivas ou preventivas (Paixão, 1987a). Porém, como nem sempre estão vinculadas a políticas sociais, acaba-se por confundir, no nível do discurso, as políticas orientadas pelos direitos humanos com políticas de direitos sociais. Esta confusão explicaria a dificuldade de criação de uma cultura de direitos humanos no Brasil (Adorno, 1999; Caldeira, T., 1991; Cardia, 1995; Kant de Lima, 1989, 1998; Paixão, 1991; Pinheiro, 1994, 1998).

Por outro lado, a utilização de uma abordagem qualitativa nos estudos da criminalidade violenta no Brasil representa, ainda, a tentativa de captar o fenômeno não-vinculado a uma formulação de políticas públicas, buscando não tratá-lo apenas como uma razão prática, mas sim como uma representação social, através da qual se pode perceber uma realidade social específica (Da Matta, 1993).

Esta tentativa revela a articulação de dilemas cruciais do ponto de vista da institucionalização das liberdades civis. O processo de “individualização” da sociedade brasileira se deu sem a ampliação efetiva da cidadania, que prevê direitos em múltiplas esferas. Assim, uma nova reciprocidade teria sido construída com base na solidariedade dos segmentos marginais (Zaluar, 1994). Por outro lado, as políticas de segurança, tradicionalmente, têm sido aplicadas não visando à negociação de conflitos, mas sim à sua domesticação/pacificação (Kant de Lima, 1996, 1997); a isso se somam os problemas “modernos”, postos pela privatização da segurança (Paixão, 1991a), que tem crescido muito nos últimos anos.

A temática das políticas de segurança pública, em uma breve digressão histórica, foi tratada durante o regime militar como uma das principais prioridades, constituindo-se como objeto de debate e preocupação nacionais, caracterizando-se pelo aprofundamento do modelo institucional autoritário, voltado para o total controle da informação e para a segurança nacional, na luta contra o inimigo interno — as organizações políticas de esquerda. A tortura, prática rotineira nas delegacias de todo país, tornou-se visível à sociedade nacional ao atingir os diferentes grupos sociais, em especial os grupos de classe média, o que favoreceu o fortalecimento de campanhas posteriores contra o regime militar (Pinheiro, 1981a).

Paralelamente, o Rio de Janeiro, durante os anos 70, vivenciava uma série de crises internas nas duas corporações policiais e nas relações entre elas. A Baixada Fluminense freqüentava os relatórios de organizações internacionais com o título de uma das áreas urbanas mais violentas do mundo. De um lado, consolidava-se na sociedade o reconhecimento de que os órgãos de segurança contribuíam para o agravamento dessa situação; por outro lado, havia uma crescente opinião favorável à pena de morte (Caldeira, T., 1991; Kahn e Adorno, 1993; Kahn e Gregori, 1993).

Ao final do período militar, a percepção da violência revelou-se mais aguda, e tornou-se institucionalizada com a criação, pelo então ministro da Justiça, Petrônio Portella, de um grupo de trabalho para analisar o fenômeno do crime e da violência e propor políticas públicas para combatê-los, dando início a um novo campo de estudo — a violência urbana (Ministério da Justiça, 1980; Carvalho, G., 1999). Assim, os anos 80 caracterizaram-se pela rejeição da concepção militarizada da ação policial, por setores da sociedade ligados às posturas políticas de “esquerda”, que era identificada “como resíduo do sistema autoritário que se preten-

dia banir do cenário público nacional” (Sento-Sé, 1998:49). Pode-se dizer que esses setores, com diversas orientações partidárias, demandavam a remodelação e modernização das instituições policiais, bem como a adoção de estratégias de ação que fossem pautadas pelo respeito aos direitos dos cidadãos.

Há que se destacar, nesse período, a influência de Foucault nos estudos sobre a violência, no que diz respeito às abordagens das instituições, através das quais se tentava compreender o sentido das coisas, das pessoas e da administração das organizações do sistema penitenciário (Coelho, 1987; Adorno, 1992; Lemgruber, 1983).

O debate em torno do problema da segurança pública, que se iniciou na década de 1980, marcado por um embate entre duas concepções políticas antagônicas, ou seja, entre os discursos autoritário e reformista, ganhou mais autonomia quando a organização policial passou a ser estudada como detentora de uma cultura própria, independente do contexto político da transição democrática (Kant de Lima, 1986, 1995; Paixão, 1982).

A Constituição de 1988 representou uma reforma na concepção ideológica e doutrinária da segurança pública. Além de “dever do Estado”, como está postulado no art. 144 da Constituição, a segurança pública passou a ser também responsabilidade de todos, o que significa, formalmente, o reconhecimento de um Estado democrático, no qual a concepção de ordem está diretamente relacionada às atitudes e valores do cidadão, quer isoladamente, ou em coletividade. Porém, a estrutura do sistema de segurança pública não foi alterada, cada polícia cumprindo parte das funções previstas para o ciclo completo de atividades policiais. À Polícia Militar cabe a atividade do policiamento administrativo da ordem pública, através da prevenção e repressão aos crimes; já a Polícia Civil tem o

papel do policiamento judiciário, realizando a apuração de infrações pessoais e auxiliando o Poder Judiciário.

O discurso dos direitos humanos na área de segurança pública foi incorporado às políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro durante os dois mandatos do governador Leonel Brizola. Paradoxalmente, foi também nesta cidade que surgiram movimentos de apoio ao recrudescimento da lei e da ordem, durante a primeira metade da década de 1990, novamente inspirados em uma concepção militarizada de segurança pública, que se concretizou através de ações mais rígidas contra a população pobre, tornando-se pública através das chamadas “premiações por bravura” — ou “gratificações faroeste” —, implementadas pelo então secretário de Segurança Pública do governo Marcello Alencar, gal. Nilton Cerqueira.

Os efeitos dessa política foram dramaticamente representados, por um lado, pelo incremento da mortalidade entre os policiais e, pelo outro, pela constatação de sua mira certa pois, em “confronto” com os supostos “bandidos”, conseguem sempre atirar para matar (Muniz, 1999; Cano, 1997, 1998). Desse processo de “remilitarização” da segurança pública merece destaque a chamada “Operação Rio”, que resultou em uma quase intervenção das Forças Armadas, notadamente o Exército, quando se permitiu que essas organizações assumissem, de certo modo, o papel das polícias estaduais ao ocupar as favelas, cuidar da repressão aos traficantes e de operações de policiamento de ruas (Cerqueira, C., 1996; Caldeira, C., 1996).

A “Operação Rio” foi antecedida de debates sobre a possibilidade de intervenção do Exército, suscitada pela realização da ECO-92, quando a sensação de “ordem” foi atribuída à presença do Exército nas ruas, fazendo o policiamento ostensivo em lugares estratégicos da cidade — em especial as favelas. Esta ação acabou por confundir os papéis das forças públicas ao

permitir que o Exército, a quem cabe prover a segurança do Estado e lutar contra os virtuais “inimigos” externos, desempenhasse as funções de segurança dos cidadãos, papel atribuído constitucionalmente às polícias.

Uma justificativa possível para o recrudescimento da ação está relacionada ao processo de legitimação da sociedade — em especial das classes média e alta — que, em função do aumento da criminalidade, sentiu-se insegura e temerosa, e clamava por uma intervenção do Estado. Porém, Sento-Sé (1998) questiona a viabilidade dessa explicação e, aprofundando o debate, levanta como hipótese que, mesmo frente às deficiências e à “incapacidade” do Estado de dar respostas satisfatórias aos problemas da segurança, permanece sem resposta o porquê dessa insegurança ter se materializado em apelo ao uso da força.

A “crise da segurança pública” do Rio de Janeiro (1991-1994), que teve como epicentro a expansão do tráfico de drogas e do crime organizado, abalou nacionalmente a imagem da cidade, transformou-se em objeto de pesquisa, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), com financiamento da FAPERJ, buscando analisar os indicadores da criminalidade urbana no período de 1985 a 1992 (Soares *et alii*, 1996) e deu origem a vários movimentos como o Viva-Rio e o Disque-Denúncia. Alguns anos depois, crise semelhante atingiu São Paulo e resultou em um debate que tentou conciliar os meios acadêmicos e demais setores da sociedade, resultando no movimento “São Paulo, sem Medo” (Pineiro *et alii*, 1998). Esses dois movimentos foram marcados pela participação de diferentes grupos da sociedade civil, em especial as organizações não-governamentais, que passaram a participar de modo ativo no processo de formulação de políticas públicas (Dias, 1996; Fernandes, R., 1994; Impelizeri, 1995).

A atuação das ONGs merece ser também discutida: se, por um lado, há uma enorme demanda social que o Estado não consegue atender, por outro, essas ações podem significar uma privatização da política de direitos humanos, pois o Estado não tem exercido nenhum controle efetivo dessas ações. Neste sentido, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), publicado em 1996, poderia estar servindo apenas para criar uma imagem "politicamente correta" do país, já que teria implementado, em média, ao longo do seu primeiro ano, apenas 20% das 226 metas traçadas (Oliveira, I., 1998; Pinheiro e Mesquita Neto, 1998).

Concomitantemente, tem-se verificado que, para a formulação de políticas de segurança, é preciso um diagnóstico tecnicamente orientado sobre a criminalidade e a violência, a partir de dados consistentes sobre as diferentes atividades criminais e violentas que afetam o cotidiano dos cidadãos. Tornou-se, então, uma questão central o processamento das estatísticas oficiais das instituições de segurança para a efetividade das políticas públicas (Beato Filho, 1998; Soares e Sento-Sé, 1996).

Para o alcance mais efetivo de dados estatísticos, têm sido realizadas as pesquisas de vitimização, que surgiram nos Estados Unidos na década de 60 como uma tentativa de estimar a quantidade de crimes sofridos e não comunicados aos órgãos governamentais (Thompson, 1980). Essas pesquisas são realizadas com amostras da população para avaliar qual o diferencial existente entre as estatísticas oficiais e a criminalidade existente, considerando-se que, por motivos diversos, os dados oficiais nem sempre refletem fielmente a situação real da criminalidade na sociedade (CPDOC-FGV/ISER, 1997; ILANUD, 1998; Kahn, 1999).

A importância de uma base de dados organizada está formalmente expressa no Plano Nacional de Segurança, anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardo-

so, em 2000, que tem como objetivo aperfeiçoar o sistema de segurança pública brasileiro por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade do cidadão brasileiro. O Plano condiciona a concessão de recursos à apresentação de resultados positivos em relação a criminalidade e violência. O programa confere maior ênfase aos direitos civis, principalmente aos que se relacionam mais diretamente à integridade física e à cidadania.

No que diz respeito à segurança pública, a única base de dados que possibilita comparações entre diferentes regiões (nacionais e internacionais) é a que se refere às taxas de homicídios dolosos, já que outros tipos de crime variam em função das formas de definição e registro.

Cabe, por último, refletir sobre as propostas de políticas de segurança pública em vigor atualmente no Rio de Janeiro, das quais diversos cientistas sociais têm participado, atuando com contribuições teóricas e práticas (Silva, J. 1990; Garotinho e Soares, 1998; Soares, 2000a, 2000b).

As propostas formuladas apontavam diversas medidas para melhorar a imagem e a atuação das instituições policiais através de intervenções que articulavam a inteligência investigativa com uma reforma das Polícias Civil e Militar, das quais destacam-se: a criação de um policiamento comunitário; o investimento em pesquisas e na formação dos policiais; a criação de centros de referência e redes de serviços para atendimentos a setores específicos da população vitimados pela violência (minorias raciais, sexuais, e meio ambiente); os projetos de criação do Instituto de Segurança Pública e das Delegacias Legais.

Deve-se considerar que, do ponto de vista formal, desde a década de 80 as propostas de políticas públicas contemplam os

temas considerados problemáticos, tais como a violência racial (Adorno, 1995; Silva, J., 1997, 1998); violência doméstica (Assis e Souza, 1995; Azevedo e Guerra, 1993); e contra a mulher (Barsted, 1994; Brandão, 1996; Carrara *et alii*, 1996; Gregori, 1993; Izumino, 1998). Nesta época, foram criadas as Delegacias de Atendimento à Mulher, com o objetivo de oferecer às vítimas um atendimento mais respeitoso (Soares, B., 1999; Muniz, 1996; Soares, Musumeci e Piquet Carneiro, 1996). No entanto, não foram estabelecidas as condições necessárias para que se alcançasse um funcionamento eficaz, e, até hoje, não existem ainda, em condições suficientes, abrigos especializados para atendimento às vítimas.

O mesmo problema manifesta-se no que diz respeito às políticas voltadas para as crianças e adolescentes infratores, pois, embora tenham seus direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069 de 13 de julho de 1990), há um consenso sobre a precariedade das instituições destinadas ao cumprimento de medidas determinadas pelo Estatuto (Altoé, 1990, 1993; Alvim, 1992, 1993, 1995; Gregori e Silva, 2000; Gregori, 1997).

Outro ponto importante para a eficácia das políticas de segurança é a compreensão do medo e da insegurança (Adorno, 1996, 1999; Soares *et alii*, 1996), que são experiências/sentimentos subjetivos que, paradoxalmente, são concebidos como reais; são fenômenos cuja dimensão subjetiva e objetiva se constituem a partir de percepções diferenciadas da violência. Concretamente, percebe-se que há uma ligação entre o sentimento de insegurança e o papel do Estado frente ao monopólio do combate à criminalidade. A forma como este tem exercido sua tarefa repressiva não tem sido percebida pela sociedade como eficaz, tanto na proteção das pessoas, quanto das propriedades, o que tem levado ao crescimento da segurança privada (Paixão, 1991a). Entretanto, o sen-

timento de insegurança também está ligado à integração social e às redes de sociabilidade dos indivíduos, e não apenas às experiências de vitimização, ou às políticas públicas nessa área.

Nesse sentido, a finalidade das políticas de segurança é estimular expectativas favoráveis, considerando que a sua eficiência não deve ser medida pelo número de mortos ou feridos, mas sim pela premissa de que os maus meios destroem até os melhores fins.

A Temática da Violência Urbana (Imagens, Práticas e Discursos)

É preciso considerar a importância da mídia na discussão sobre a segurança pública. As opiniões sobre o tema são controversas, mas pode-se argumentar que se a mídia não cria a realidade, ela não só faz parte dela como é um instrumento forte para sua reprodução, já que atua de modo privilegiado na divulgação dos atos de violência, construindo um discurso e/ou uma imagem do transgressor como um Outro que é estranho, não pertence à sociedade, vivendo quase na animalidade, a quem se deve temer e, portanto, afastar do convívio social (Benevides, 1981; Cardia, 1994; Minayo, 1999; Ramos, 1994; Rondelli, 1997).

Um trabalho interessante trata das imagens que a população faz em relação à violência, a partir da análise de cartas enviadas aos jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*, no período de julho/93 a julho/94, que antecede a intervenção do Exército (Luçan, 1998). A autora reflete sobre a relação existente entre a emergência de uma cultura do medo e a difusão de imagens da violência, e conclui que predomina, entre os leitores, uma visão orientada por uma separação radical entre ordem e desordem, em que o ideal da ordem se caracteriza pela negação da violência e, assim, do conflito, o que revela uma visão conservadora da vida social, já identi-

ficada em outros segmentos do sistema de justiça criminal e segurança pública (Kant de Lima, 1999a, 2000, 2000a, 2000b)

Essa visão conservadora predomina nas análises sobre a violência, tendo como uma rara exceção o trabalho organizado por Pereira *et alii* (2000), que sustenta não ter a violência necessariamente uma conotação negativa, podendo ser uma forma de expressar o descontentamento diante da realidade, e até de deflagrar processos de renovação social, constituindo-se, assim, em um fenômeno de caráter polissêmico, para o qual as análises normativas e morais não se adequam. Ou seja, trata-se de compreender o papel e o sentido que tem a violência, ou suas formas de manifestação, a partir do ponto de vista da dinâmica cultural de uma dada sociedade (Nunes, 2000).

Nesse sentido, a violência no Brasil deve ser pensada em uma dupla perspectiva: “por um lado, surge como uma realidade alheia e hostil à realização mais plena das tentativas democratizantes da sociedade em todos os níveis, da marginalização do pequeno criminoso até a repressão militar de conflitos trabalhistas. Por outro, a violência aparece como expressão limite de articulações culturais dinâmicas, a opção para reivindicar exigências sociais justas, a forma de representar novas identidades culturais ou ressimbolizar a situação de marginalidade, dando, assim, início a uma tentativa de superação da exclusão social” (Pereira *et alii*, 2000:14-15).

A imagem de um país “cordial” — que não tinha o sentido de bondade para Sérgio Buarque —, abençoado por Deus, habitado por um povo pacífico, fruto da famosa fusão das três raças, começou a ser desmontada na década de 1960, quando o cinema revolucionário de Glauber Rocha trouxe à tona a violência no cenário nacional. Tema que se tornou mais presente nos anos 80, quando passou a dominar a mídia, ao deixar as colunas

policiais e passar para as manchetes das primeiras páginas.

Deixando a “cidade maravilhosa”, chegamos à “cidade partida”. A mídia que outrora fizera a apologia da malandragem e do samba, é a mesma que demoniza o *funk* e o *hip-hop* (Ceccheto, 1997; Diógenes, 1997, 1998, 2000; Herschmann, 2000), reforçando e legitimando a exclusão social. Paradoxalmente, o feitiço vira contra o feiticeiro, pois, ao tornar os grupos urbanos marginalizados visíveis, a mídia explicita novas identidades sociais e abre espaço para a instauração de novas formas de relação de poder.

Imagens de guerra, como a que mobilizou recursos da Forças Armadas durante a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro, associadas aos *fait divers* da criminalidade convencional e à violência policial em bairros de classe média (como no caso do ônibus 174, no Rio), ou nos bairros populares (onde sempre foi constante), e aos conflitos permanentes entre redes de quadrilhas que atuam no varejo do tráfico de drogas, misturam-se a variadas formas de violência para produzir discursos políticos sobre a violência urbana. Ao examinar uma ampla reportagem publicada pela revista *Veja*, de grande circulação no país, Machado da Silva (1995) detecta um “núcleo temático” (comum também a muitas abordagens especializadas) que “explicaria” o problema a partir da concepção de uma “ausência do Estado” nas áreas urbanas pobres. Ao criticar essa concepção, Machado da Silva propõe que não se confunda “representações” da violência urbana, que participam do objeto, com os operadores analíticos que pretendem examiná-lo e sugere que os cientistas sociais devem investir mais nas dimensões societárias do objeto que em suas dimensões institucionais.

Luis Eduardo Soares e Leandro Piquet Carneiro, ao examinarem as respostas a ampla pesquisa de opinião realizada em 1985 no Rio de Janeiro, refletem sobre os quatro

principais tipos de discursos populares sobre o tema, entre os quais o que preconiza um tratamento autoritário (violento) do problema (Soares e Carneiro, 1996). Michel Misse reflete sobre a produção de um “fantasma” consistente, a violência urbana associada às áreas pobres das grandes cidades, para examinar seus indicadores e propor hipóteses para sua acumulação social (Misse, 1995a, 1999). Alba Zaluar já há muitos anos vem insistindo sobre os vínculos entre discursos e práticas machistas, consumismo orgiástico de ganho fácil e a sedução de um “*ethos guerreiro*” entre os jovens pobres ou de classe média que personificam grande parte do que é incluído no rol da violência urbana brasileira (Zaluar, 1985; 1994d; 1999). Sérgio Adorno, refletindo sobre os variados discursos a respeito do incremento da violência urbana, propõe que se invista na pesquisa das trans-

formações dos “modos de assujeitamento” e na retração das formas modernas de controle social (Adorno, 1998).

De um modo geral, as imagens, representações e discursos da violência urbana delineiam uma nova problemática sobre os escombros da problemática clássica do controle social, e que poderia ser resumida nas questões: quais as condições sociais que favorecem a emergência em massa de um individualismo descontrolado ou desnormalizado, produtor de incivilidades, exclusão e violências? Quais as barreiras sociais que se constroem em reação a esse individualismo e como elas podem negá-lo, sem negarem simultaneamente a prevalência e a legitimidade do conflito, em uma sociedade tão desigual como a nossa?

(Recebido para publicação em dezembro de 2000)

Notas

1. As principais análises da bibliografia produzidas até agora já indicam essa possibilidade. Sérgio Adorno, em 1993, apresenta uma sistematização da bibliografia até o início dos anos 90 sob o recorte temático da “criminalidade urbana violenta” (Adorno, 1993). Também em 1995, Michel Misse discute a bibliografia sob o recorte da “relação” pobreza-crime (Misse, 1995a) e, em outro artigo, aborda as principais críticas a essa relação (Misse, 1995b). Alba Zaluar, mais recentemente, oferece uma análise abrangente e complexa dos temas “violência e crime” na bibliografia brasileira das Ciências Sociais (Zaluar, 1999c). Também em 1999, são discutidas, de um ângulo crítico, as principais abordagens teóricas da “violência criminal” (Carvalho, G. S., 1999). Na área de Saúde Pública, um amplo e pioneiro levantamento bibliográfico foi produzido pelo CLAVES (Fiocruz) sobre o tema da “violência e saúde” (Minayo e Souza, 1990), cuja reatualização deve ser publicada este ano. Na historiografia brasileira, existe a resenha bibliográfica de Marcos Bretas (Bretas, 1992a). Uma das principais fontes bibliográficas que oferece dados para essas análises tem sido o URBANDATA, organizado por Licia Valladares no final dos anos 80, com sede na Universidade Candido Mendes (UCAM), do Rio de Janeiro, a quem agradecemos pela disponibilização de uma parte importante dos dados incluídos neste trabalho.
2. As indicações foram feitas pelos autores por solicitação nossa. Agradecemos àqueles que responderam, enviando suas indicações bibliográficas. Quanto àqueles que não puderam colaborar, nossa pesquisa procurou suprir esta lacuna da melhor maneira possível; por este esforço, e pela dedicação na elaboração da lista bibliográfica, agradecemos à equipe de bolsistas do NUFEP/UFF.

3. Incluímos, por exemplo, um romance de Paulo Lins, *Cidade de Deus* (1996), por oferecer grande interesse etnográfico.
4. Evidentemente, estamos desconsiderando também os estudos brasileiros influenciados pelas escolas penais européias e pelas teorias eugenistas e lombrosianas, como os de Nina Rodrigues e de sua geração.
5. Esta listagem foi feita com base no Banco de Dados Bibliográficos que está sendo construído pelo NUFEP/UFF e NECVU/UFRJ para o “Sistema de Informação em Violência, Criminalidade e Justiça Criminal”, uma rede de dados que está se formando com apoio da FAPERJ e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A presente bibliografia será regularmente revisada e atualizada nos *sites* que serão criados para essa rede.
6. Não se pode deixar de frisar que o sistema judicial criminal brasileiro contemporâneo continua a legitimar juridicamente a desigualdade em seu ordenamento processual penal, através do reconhecimento explícito de tratamentos jurídicos diferenciados a pessoas consideradas especiais, como é o caso do direito à “prisão especial”, da “competência por privilégio de função” e das imunidades parlamentares, por exemplo, em uma atualização conveniente de instituições jurídicas aristocráticas (Kant de Lima, 1999a; Thompson, 1976).
7. Recentemente, um outro desafio tem sido colocado aos cientistas sociais, em especial aos antropólogos, em suas relações com o Judiciário, na administração judicial de conflitos sobre a propriedade de terras: trata-se da elaboração de laudos periciais, objeto de discussões atualmente ainda inconclusivas e de publicação especializada pela Associação Brasileira de Antropologia (Silva, O. *et alii* (orgs.), 1993). Além disso, vale mencionar alguns trabalhos recentes voltados para a análise das instituições judiciais, ainda que não especificamente voltados para a justiça criminal, como aqueles versando sobre o Judiciário (Adorno, 1994c; Bonelli, 1995, 1998; Bonelli e Aguiar, 1994; Caldeira, C., 1995; Castro, Marcus, 1993; Lopes, 1994; Sadek, 1995, 1995a, 1999; Castilho e Sadek, 1998; D’Araújo, 1995, Vianna *et alii*, 1996, 1996a; Arantes, 1997; Koerner, 1998; Leite, 1999; Castelar, 2000) e Ministério Público (Sadek, 1997, 2000; Sadek (org.), 2000; Arantes, 1999, 2000, 2000a; Silva, C. A., 1999).
8. Merece destaque que o general durante o período militar participou de ações de repressão aos movimentos de oposição ao regime.
9. Por exemplo, o curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública da Polícia Militar, realizado pelo NUFEP-UFF e o curso de extensão em Segurança Pública da UERJ.
10. O crescimento da segurança privada não é um fenômeno exclusivamente nacional, tendo ocorrido também na França e nos Estados Unidos. Ver, a título de exemplo, Lévy (1997) e Ocqueteau (1997).

Bibliografia

- Abramo, Helena Wendel
1994 *Cenas Juvenis – Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo, Scritta.
- Abranches, Sérgio
1994 “A Alienação da Autoridade: Notas sobre a Violência Urbana e Criminalidade”. In: Reis Velloso, J. P. dos (coord.), *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio.

- Abreu, Sérgio e Bordini, Eliana
- 1985 "Estimativa da Reincidência Criminal: Variações Segundo Estratos Ocupacionais e Categorias Criminais". *Temas IMESC*, vol. 2, nº 1, pp.11-29.
- 1987 "Migração e Criminalidade". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 1, nº 2, pp.36-38.
- 1989 "Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo: 1974- 1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 9, nº 3, pp. 70-94.
- Abreu, Sérgio *et alii*
- 1984 "Estimativa da Reincidência Criminal". *Temas IMESC*, vol. 1, nº 1, pp. 49-69.
- 1984a "Preso Um Dia, Preso Toda a Vida: A Condição de Estigmatizado do Egresso Penitenciário". *Temas IMESC*, vol. 1, nº 2, pp.101-117.
- Adamo, Samuel
- 1983 *The Broken Promise. Race, Health and Justice in Rio de Janeiro (1890-1940)*. Tese de Doutorado, Universidade do Novo México.
- Adiala, Júlio C.
- 1986 "A Criminalização dos Entorpecentes". *Papéis Avulsos*, nº 1, pp. 58-87 (Seminário Crime e Castigo, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa).
- 1996 *A Criminalização dos Entorpecentes*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Adorno, Sérgio F.
- 1986 "Homens Persistentes, Instituições Obstinadas: A Reincidência na Penitenciária de São Paulo". *Temas Imesc: Sociedade, Direito, Saúde*, vol. 3, nº 1, pp. 87-109.
- 1986a "Estimativa da Reincidência Criminal: Variações Segundo Estratos Ocupacionais e Categorias Criminais". *Ciência e Cultura* (Suplemento), vol. 38, nº 7.
- 1987 "Homens Persistentes, Instituições Obstinadas: A Reincidência na Penitenciária de São Paulo". *Ciência e Cultura* (Suplemento), vol. 39, nº 7.
- 1989 "Violência Urbana e Justiça Criminal: O Ponto de Vista dos Cientistas Sociais". *Travessia, Revista do Migrante*, vol. 2, nº 4, pp.17-20.
- 1989a "Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo: 1974-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 9.
- 1990 "Violência Urbana, Justiça Criminal e Organização Social do Crime". São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência – NEV, Universidade de São Paulo.
- 1990a "Criança Menorizada: Banco de Dados Bibliográficos". *Dossiê NEV*, nº 3, São Paulo.
- 1991 "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: O Ponto de Vista dos Cientistas Sociais". Paris, Deuxième Conference sur la Sécurité.
- 1991a "Experiência Precoce da Punição". In: Martins, J. S. (org.), *Massacre dos Inocentes: A Criança sem Infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- 1991b "Socialização na Delinquência: Reincidentes Penitenciários em São Paulo". *Cadernos CERU*, nº 3, pp. 113-47, série 2.
- 1991c "Violência Urbana, Justiça Criminal e Organização Social do Crime". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, vol. 33, pp. 145-156.
- 1991d "O Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e Desafios". *Revista Direitos Humanos*, Olinda, vol. 4, nº 9, pp. 23-32.

- 1991e "A Socialização Incompleta: Os Jovens Delinquentes Expulsos da Escola". *Cadernos de Pesquisa*, nº 79, pp. 76-80, Fundação Carlos Chagas.
- 1991f "Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e Desafios". *Revista da USP*, nº 9, pp. 65-78.
- 1991g "Prisão sob a Ótica de Seus Protagonistas: Itinerário de uma Pesquisa". *Tempo Social*, vol. 3, nº 1-2, pp. 7-40, São Paulo.
- 1992 "Sujeito, História e Poder: A Presença de Michel Foucault na Pesquisa Brasileira em Ciências Sociais". *Textos e Estudos de Sociologia 2*, São Paulo, FFLCH/USP.
- 1992a Violência Criminal na Moderna Sociedade Brasileira: O Caso do Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no Simpósio Polícia Militar, Estado e Sociedade, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- 1992b "Democracia e Pena de Morte: As Antinomias de um Debate". *Travessia, Revista do Migrante*, vol. 5, nº 13, pp. 18-26.
- 1993 "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 35, 2º semestre, pp. 3-24.
- 1994 "Cidadania e Administração da Justiça Criminal". In: Diniz, E.; Lopes, J. S. L. e Prandi, R. (orgs.), *Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo, Hucitec, pp. 304-327.
- 1994a "Violência: Um Retrato em Branco e Preto". In: Alves, M. L. (coord.), *Violência, um Retrato em Preto e Branco*. São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, pp. 17-26.
- 1994b "Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: As Mortes que se Contam no Tribunal do Júri". *Revista da USP*, vol. 3, nº 21, pp. 132-151.
- 1994c "Dossiê Judiciário". *Revista da USP*, vol. 3, nº 21, pp. 6-11.
- 1995 "A Violência na Sociedade Brasileira: Um Painel Inconcluso em uma Democracia Não Consolidada". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, pp. 299-342, Brasília.
- 1995a "Violência, Ficção e Realidade". In: Souza, M. W. (org.). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo, Brasiliense, pp. 181-188.
- 1995b *Violência, Estado e Sociedade*. São Paulo, Edusp/Estação Ciência, pp. 255-75.
- 1995c "Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo". *Novos Estudos Cebrap*, nº 43, pp. 45-63.
- 1996 A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Contemporânea. Tese de Livre Docência, São Paulo, FFLCH-USP.
- 1996a "Contemporaneidade, Poder e Novos Ilegalismos". *Revista Direito e Perspectivas Jurídicas*, nº 1, pp. 137-147, São Paulo.
- 1996c "Racismo, Criminalidade Violenta e Justiça Penal: Réus Brancos e Negros em Perspectiva Comparativa". *Estudos Históricos*, vol. 9, nº 18, pp. 283-300.
- 1996d "Violência, Justiça Penal e Organização Social do Crime". Seminário Lei e Liberdade, Rio de Janeiro.
- 1996e "Violência e Racismo: Discriminação no Acesso à Justiça Penal". In: Schwarcz, L. K. M. e Queiroz, R. S. (orgs.), *Raça e Diversidade*. São Paulo, Edusp/Estação Ciência, pp. 255-275.
- 1998 "Conflitualidade e Violência: Reflexões sobre a Anomia na Contemporaneidade". *Tempo Social*, vol. 10, nº 1, pp. 19-47.
- 1998a "Consolidação Democrática e Políticas de Segurança Pública no Brasil: Rupturas e Continuidades". In: Zaverucha, J. (org.), *Democracia e Instituições Políticas Brasileiras no Final do Século XX*. Recife, Bagaço, pp. 149-189.

- 1998b "O Gerenciamento Público da Violência Urbana: A Justiça em Ação". In: Pinheiro, P. S. *et alii*, *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond, pp. 227-246.
- 1999 "Insegurança versus Direitos Humanos: Entre a Lei e a Ordem". *Tempo Social*, vol. 11, nº 2, pp.129-153.
- Adorno, Sérgio F. *et alii*
1995 *O Jovem e a Criminalidade Urbana em São Paulo*. São Paulo, Seade-NEV-USP.
- Adorno, Sérgio F. e Cardia, Nancy
1999 "Dilemas do Controle Democrático da Violência: Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989". In: Santos, J. V. T. dos (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 66-90.
- Adorno, Sérgio F. e Izumino, Wânia P.
2000 "Fontes de Dados Judiciais". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.) *Fórum de Debates. Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/Cesec-UCAM.
- Adorno, Sérgio F. e Pinheiro, P. S.
1993 "Violência Contra Crianças e Adolescentes, Violência Social e Estado de Direito". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 7, nº 1, pp. 106-118.
- Almeida, Alfredo Wagner B. de
1997 "Linchamentos: Atos de Justiça Camponesa entre a Humanização da Pena e a Desumanização do Indígena". In: Andrade, M. P. (ed.), *Justiça Privada e Tribunal: Camponeses no Banco dos Réus*, em *Direito e Campesinato*. São Luís, v. 2.
- Almeida, Suely S. de
2000 "Violência Urbana e Constituição de Sujeitos Políticos". In: Pereira, C. A. M. *et alii*, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 97-112.
- Altoé, Sonia
1985 "Os Processos Disciplinares nos Internatos de Menores". *Espaço Cadernos de Cultura USU*, nº 11, Rio de Janeiro.
1990 "Internato de Menores: Educar para 'de' Formar?". *Fórum Educacional*, vol.14, nº 2, Rio de Janeiro.
1990a *Infâncias Perdidas: O Cotidiano nos Orfanatos-Prisão*. Rio de Janeiro, Xenon.
1993 *Menores em Tempo de Maioridade: Do Internato Prisão à Vida Social*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária Santa Úrsula.
1993a *De "Menor" a Presidiário: Trajetória Inevitável*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária Santa Úrsula
- Alves, Alaôr Caffé
1998 "A Violência Oculta na Violência Visível: A Erosão da Lei numa Ordem Injusta". In: Pinheiro, Paulo S. *et alii*, *São Paulo sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond.

- Alves, José Cláudio S.
1998 *Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, FFCLH-USP.
- Alvim, Maria Rosilene B.
1992 *Da Violência Contra o "Menor" ao Extermínio de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro, CESPI/USU.
1993 *Candelária 93: Um Caso-Limite da Violência Social*. Rio de Janeiro, CESPI/USU.
1995 "A Infância Negada: Meninos e Meninas de Rua no Brasil". In: Villas-Boas, Gláucia e Gonçalves, Marco A. (orgs.). *O Brasil na Virada do Século: O Debate dos Cientistas Sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Alvim, Maria Rosilene B. e Maia, Eliane D.
1989 *A Infância Violada*. Rio de Janeiro, NEPI/LPS/UFRJ.
- Alvim, Maria Rosilene B. e Valladares, Licia
1988 "Infância e Adolescência no Brasil: Uma Análise da Literatura". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 26, pp. 3-37.
- Alvito, Marcos
1996 "A Honra de Acari". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
1998 "Um Bicho de Sete Cabeças". In: Zaluar, A. e Alvito, M. (orgs.) *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
1998a *As Cores de Acari*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Americas Watch Committee
1987 *Violência Policial no Brasil. Execuções Primárias e Tortura em São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP.
1989 *Condições das Prisões no Brasil*. São Paulo, OAB-SP/NEV-USP.
1991 *Violência Rural no Brasil*. São Paulo, NEV-USP/Comissão Teotônio Vilela.
1992 *Injustiça Criminal X Violência Contra a Mulher no Brasil*. São Paulo: Américas Watch.
1992a *The Struggle for Land in Brazil. Rural Violence Continues*. Washington, Américas Watch.
1993 *Violência Policial Urbana no Brasil. Mortes e Tortura pela Polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro nos Últimos Cinco Anos, 1987-1993*. New York/São Paulo, Américas Watch.
- Amorim, Carlos
1993 *Comando Vermelho*. Rio de Janeiro, Record.
- Andrade, Luciana T. de
1986 "Aventureiros e Vadios". *Papéis Avulsos*, nº 1, pp. 37-57 (Seminário Crime e Castigo, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa).
- Andrade, Mônica Viegas e Lisboa, Marcos de Barros
2000 "Desesperança de Vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no Período 1989/1997". In: R. Henriques (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 347-384.

- Antunes, Eduardo M.
1988 "Reflexões sobre a Batalha no Morro Dona Marta". *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, nº 43-48, pp. 15-23, São Paulo.
- Arantes, Rogério B.
1997 *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
1999 "Direito e Política: O Ministério Público e a Defesa dos Direitos Coletivos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº 39.
2000 Ministério Público e Política Pública no Brasil. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.
2000a "Ministério Público e Corrupção Política em São Paulo". In: Sadek, Maria Teresa (org.). *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Ardailon, Danielle e Debert, Guita
1987 *Quando a Vítima é a Mulher: Análise de Julgamentos de Crimes de Estupro, Espancamento e Homicídio*. Brasília, CNDM, Cedac.
- Arruda, Reinaldo S. V.
1983 *Pequenos Bandidos*. São Paulo, Global.
- APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
1994 Os Arquivos das Polícias: Reflexos de Nossa História Contemporânea. FAPERJ, 44p.
- Assis, Simone G. de
1991 Quando Crescer é um Desafio Social: Estudo Sócio-Epidemiológico sobre Violência em Escolares de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ..
1994 *Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*. Petrópolis, Vozes.
1994a "Crianças e Adolescentes Violentados: Passado, Presente e Perspectiva para o Futuro". *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10.
1995 "Violência Doméstica. Estudo Epidemiológico sobre a Vitimização Física dos Adolescentes de Duque de Caxias". *Revista de Medicina*, vol. 28, nº 1, Ribeirão Preto.
1995a Trajetória Sócio-Epidemiológica da Violência Contra Crianças e Adolescentes: Metas de Prevenção e Promoção. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.
1997 *Crescer Sem Violência: Um Desafio para Educadores*. Brasília, Série Superando a Violência.
1999 *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta. A Vida de Jovens Infratores e de seus Irmãos Não Infratores*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/Unesco.
- Assis, Simone G. de e Souza, Edinilsa R. de
1995 "Morbidade por Violência em Crianças e Adolescentes no Município do Rio de Janeiro". *Jornal de Pediatria*, vol. 77, nº 6, Rio de Janeiro.
- Associação Cultural do Arquivo Edgar Leuenroth
1990 *Trabalhadores. Classes Perigosas*. Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth.
- Augras, Monique
1997 "Zé Pelintra, Patrono da Malandragem". *Revista do Patrimônio Artístico e Cultural*, nº 25, pp. 43-49, Rio de Janeiro.

- Azevedo, Maria Amélia
 1985 *Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada*. São Paulo, Cortez.
- Azevedo, Maria Amélia e Guerra, Viviane N.
 1993 “As Políticas Sociais e a Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: Um Desafio Recusado em São Paulo?” *In: Azevedo, Maria Amélia e Guerra, Viviane N. (eds.). Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo, Cortez.
- 1997 *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento* (2ª ed.). São Paulo, Cortez.
- Barreira, César
 1988 “Direitos e Obrigações”. *Revista de Ciência Política*, vol. 31, nº 4, Rio de Janeiro.
- 1992 “Le Pistoler et la Politique”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 17, pp. 35-52, Paris.
- 1996 “Os Pactos na Cena Política Cearense”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 40.
- 1998 *Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- 1999 “Punições, Crimes, Denúncias: A Dinâmica do Campo Jurídico. São Paulo (Brasil), 1980-1989”. *In: Santos, José V. T. dos (org.). Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 443-455.
- Barreira, César (org.).
 1996 *Poder e Violência*. Fortaleza, EUFC.
- Barros, José Manuel de A.
 1980 “A Utilização Político-Ideológica da Delinquência”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 20, pp. 11-19.
- 1984 “O Reino do Crime”. *Presença: Política e Cultura*, nº 4, pp. 96-194, Rio de Janeiro.
- Barroso Filho, Geraldo
 1985 *Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: O Caso do Recife (1880-1940)*. Dissertação de Mestrado em História, Recife, UFPE.
- Barsted, L. Linhares
 1994 “Violência Contra a Mulher e Cidadania: Uma Avaliação das Políticas Públicas”. *Cadernos do Cepia*, nº 1, Rio de Janeiro.
- Bastide, Roger
 1968 “A Criminalidade Negra em São Paulo”. *In: Nascimento, Abdias do (org.), O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro, GRD.
- Batista, Nilo
 1990 “Alternativas à Prisão no Brasil”. *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 1, vol. 1, nº 4, pp. 73-77, Porto Alegre.
- Batista, Nilo *et alii*
 1980 “Violência e Criminalidade Urbana”. *Revista de Ciência Política*, vol. 23, nº 3, pp. 163-222, Rio de Janeiro.
- Batista, Vera Malaguti
 1996 “Drogas e Criminalização da Juventude Pobre no Rio de Janeiro”. *Discursos Sedi-ciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 2, pp. 233-240, Rio de Janeiro.

- 1998 *Difíceis Ganhos Fáceis. Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ Inst. Carioca de Criminologia.
- Battitucci, Eduardo C.
 1998 "O Homicídio em Quatro Regiões Metropolitanas Brasileiras: Dados do SIM". Trabalho apresentado no XXVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- Beato Filho, Claudio C.
 1992 "Suicídio ou Homicídio: A Definição de um Fato". *Análise e Conjuntura*, vol. 7, nº 2, Fundação João Pinheiro.
 1992a A Etnometodologia do Suicídio. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, IUPERJ.
 1993 "A Constituição de um Fato: Suicídio ou Homicídio?". *Análise e Conjuntura*, vol. 7, nº 2, Fundação João Pinheiro.
 1998 "Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, nº 37.
 1998a "Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e *Accountability*". *Seminário Reforma do Estado*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
 2000 "Fontes de Dados Policiais em Estudos Criminológicos: Limites e Potenciais". In: Cerqueira, Daniel; Lemgruber, Julita e Musumeci, Leonarda (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CeSEC-UCAM.
- Beato Filho, Cláudio e Reis, Ilka Afonso
 2000 "Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime". In: R. Henriques (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 385-404.
- Beloch, Israel
 1986 *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Calvalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro, Record.
- Benevides, Maria Victória de M.
 1981 *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo, Queros.
 1981a "A Violência através da Imprensa: Os Linchamentos e a Justiça Popular". *Espaço & Debates*, Ano 1, nº 3.
 1982 "Linchamentos: Violência e Justiça Popular". In: *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
 1983 *Violência, Povo e Polícia: Violência Urbana no Noticiário de Imprensa*. São Paulo, Brasiliense.
 1985 "A Violência Policial Pode Conviver com a Democracia?". *Lua Nova*, vol. 1, nº 4.
 1985a "No Fio da Navalha: O Debate sobre a Violência Urbana". *Temas IMESC*, vol. 2, nº 2, pp.71-76, São Paulo.
 1996 "A Polícia sob Controle da Sociedade a que Serve". In: Pinheiro, P. S. et alii, *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
 1998 "Cidade e Direitos Humanos". *Cadernos de Pesquisa*, nº 104, Fundação Carlos Chagas.
- Benevides, Maria Victória e Fischer, Rosa M.
 1983 "Respostas Populares e Violência Urbana: O Caso de Linchamento no Brasil". In: Pinheiro, Paulo S. (org.), *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.

- Bierrenbach, Maria Inês *et alii*
 1987 *Fogo no Pavilhão. (Uma Proposta de Liberdade para o Menor)*. São Paulo, Brasiliense.
- Bicudo, Hélio
 1978 *O Direito e a Justiça no Brasil*. São Paulo, Símbolo.
 1982 *Direitos Cíveis no Brasil, Existem?* São Paulo, Brasiliense.
 1990 "A 'Mão Armada' da Classe Dominante". *Travessia: Revista do Migrante*, vol. 2, nº 4, pp. 5-12.
 1994 *Violência: O Brasil Cruel e Sem Maquiagem*. São Paulo, Moderna.
- Birman, P.; Novaes, R. e Crespo, S. (orgs.)
 1997 *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora da UERJ.
- Bonelli, Maria da Glória
 1995 "Os Condicionantes da Competição Profissional no Campo da Justiça: A Morfologia da Magistratura". In: Sadek, M. T. (org.). *Uma Introdução ao Estudo do Judiciário*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
 1998 "A Competição Profissional no Mundo do Direito". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 10, nº 1, pp. 185-214.
- Bonelli, Maria da Glória; Aguiar, M. M. e Donatoni, S.
 1994 "A Dinâmica Profissional no Campo da Justiça". *Teoria & Pesquisa*, nº 9, Departamento de Ciências Sociais, UFSCAR.
- Bordini, Eliana Blumer T.
 1987 *Migração e Criminalidade*. São Paulo, vol.1, nº 2.
- Boschi, R. (ed.)
 1981 *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Brandão, Berenice Calvalcante; Mattos, Ilmar R. e Carvalho, Maria Alice R. de
 1981 "A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro: Estudo das Características Histórico-Sociais das Instituições Policiais Brasileiras, Militares e Paramilitares, de Suas Origens até 1930". *Série Estudos*, nº 4, PUC-Rio, 277p.
- Brandão, Eliane R.
 1996 *Nos Corredores da DEAM: Um Ensaio Etnográfico sobre Mulheres e Violência Conjugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social/UERJ, Rio de Janeiro.
- Brant, Vinicius Caldeira
 1984 *O Trabalho Encarcerado*. Rio de Janeiro, Forense.
 1989 *São Paulo: Trabalhar e Viver*. São Paulo, Brasiliense.
- Brant, Vinicius Caldeira e outros
 1986 *O Trabalhador Preso no Estado de São Paulo*. São Paulo, Cebrap.
- Bretas, Marcos L.
 1985 "Policiar a Cidade Republicana". *Revista da OAB-RJ*, nº 22, pp. 45-60.
 1986 *Crime e Castigo*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1-2.
 1988 *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

- 1989 "Navalhas e Capoeiras: Uma Outra Queda". *Ciência Hoje*, vol.10, nº 59, pp. 56-64.
- 1990 *Police Practices in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- 1991 "A Queda do Império da Navalha e da Rasteira: a República e os Capoeiras". *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20, pp.239-255.
- 1992 "La Démocratie et l'Avenir des Polices Militaires au Brésil". *Les Cahiers de la Sécurité Interieure*, nº 11, pp. 167-172.
- 1992a "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 32, pp.49-61.
- 1993 "Police and Prosecution in Rio de Janeiro". *IAHCCJ Bulletin*, nº 18, pp. 143-151.
- 1995 You Can't! The Daily Exercise of Police Authority in Rio de Janeiro: 1907-1930. Tese de Doutorado, The Open University, 266p.
- 1996 "What the Eyes Can't See: Stories from Rio de Janeiro's Prisons". In: Salvatore, R. D. e Aguirre, C. (eds.), *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform and Social Control, 1830-1940*, Austin, University of Texas Press, pp.101-122.
- 1996a "Slaves, Free Poor, and Policemen: Brazil". In: Emsley, C. e Knafla, L. A. (eds.), *Crime History and Histories of Crime. Studies in the Historiography of Crime and Criminal Justice in Modern History*. Langley, Greenwood Press, pp. 253-270.
- 1996b "O Cotidiano das Delegacias Cariocas na República Velha 1907-1930". *Lei e Liberdade*, ano 15, nº 47, Rio de Janeiro.
- 1996c "O Informal no Formal: A Justiça nas Delegacias Cariocas da República Velha". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, ano 1, nº 2, pp. 213-222.
- 1997 *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- 1997a *Ordem na Cidade: O Exercício Cotidiano da Autoridade Policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco.
- 1997b "Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos Anos 1920". *Arquivo & História*, nº 3, pp. 25-34, Rio de Janeiro.
- 1997c "Observações sobre a Falência dos Modelos Policiais". *Tempo Social. Revista de Sociologia da Usp*, vol. 9, nº 1, pp. 79-94.
- 1998 "The Sovereign's Vigilant Eye? Daily Policing and Women in Rio de Janeiro". *Crime, Histoire & Sociétés*, vol. 2, nº 2, pp.55-71.
- 1998a "A Polícia Carioca no Império". *Estudos Históricos*, vol. 12, nº 22, pp. 219-234.
- 1999 "Police and Community in Rio de Janeiro: An Historical Overview". In: Mendes, E. P.; Zuckerberg, J.; Lecorre, A. G. & Clark, J. (eds.), *Democratic Policing and Accountability. Global Perspectives*. Aldershot, Ashgate.
- Bretas, Marcos L. e Poncioni, Paula
- 1999 "A Cultura Policial e o Policial Civil Carioca". In: Pandolfi, D. C. et alii (orgs.), *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp.149-164.
- Buoro, Andréa B.
- 1997 *Negociando a Dignidade Humana: Os Familiares de Presos e a Percepção de Direitos Humanos*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, São Paulo, FFLCH-USP.
- 1998 "A Cabeça Fraca: Familiares de Presos Frente aos Dilemas da Percepção dos Direitos Humanos". *Revista USP*, nº 37, pp. 46-47, mar./mai.

- Caiafa, Janice
 1989 *Movimento Punk na Cidade: A Invasão dos Bandos Sub.* Rio de Janeiro, Zahar.
- Caldeira, César
 1989 "Human Rights and the New Brazilian Constitution". *Human Rights Internet Reporter*, vol. 13, nº 1.
 1992 "Entidades Representativas e Poder Local: A Participação Social Institucionalizada". *Arché*, Ano 1, nº 2, Rio de Janeiro.
 1994 "Segurança Pública e Cidadania: As Instituições e suas Funções no Brasil Pós-Constituinte". *Archè*, Ano 3, nº 9, pp. 5-26.
 1995 "Operação Rio e Cidadania: As Tensões entre o Combate à Criminalidade e a Ordem Jurídica". In: Reis, E.; Almeida, M. H. e Fry, P. (orgs.) *Ciências Sociais Hoje. Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, pp. 50-74.
 1995a "Judiciário, um Poder que Continua na Berlinda". *Monitor Público*, Ano 2, nº 4, Rio de Janeiro.
 1996 "Seqüestro no Rio". *Archè*, Ano V, nº 13, pp. 101-125.
 1997 "Segurança Pública e Seqüestro no Rio de Janeiro: 1995-1996". *Tempo-Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, pp. 115-153, maio.
 1998 "Segurança Pública e Seqüestro no Rio de Janeiro: 1995-1996". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20.
 1998a "Políticas de Segurança Pública no Rio: Apresentação de um Debate Público". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp.13-37.
 1999 "Caso Carandiru: Um Estudo Sócio-Jurídico". *Archè*, nº 24.
 2000 "Caso Carandiru: Um Estudo Sócio-Jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29.
 2000a "Caso Carandiru: Um Estudo Sócio-Jurídico (2ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 30.
 2000b "El Crime Organizado en Brasil". *Nueva Sociedad*, nº 167, Caracas, Venezuela.
- Caldeira, Teresa P. do R.
 1984 *A Política dos Outros*. São Paulo, Brasiliense.
 1989 "Ter Medo em São Paulo". In: Brant, V. C. (org.), *São Paulo. Trabalhar e Viver*. São Paulo, Brasiliense, pp. 151-167.
 1991 "Direitos Humanos ou 'Privilégios de Bandido'? : Desventura da Democratização Brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, nº 30.
 1992 *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia, Berkeley, Universidade da Califórnia.
 1992a "Crime and Individual Rights: Re-flaming the Question of Violence in Latin America. Trabalho apresentado no Seminário Derechos Humanos, Justicia y Sociedad, Buenos Aires.
 1993 *O Ciclo da Violência*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
 1993a "Comentários a Partir do Artigo 'A Violência Política na América Latina'". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 8, nº 21, pp. 44-47.
 1997 "Enclaves Fortificados: A Nova Segregação Urbana". *Novos Estudos Cebrap*, nº 47.
- Camargo, Maria S. de
 1984 *Terapia Penal e Sociedade*. Campinas, Papyrus.

- 1989 "A Prisão na Sociedade Industrial". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 1, vol. 1, nº 1, pp. 33-41, Porto Alegre.
- 1989a "Vigiar e Punir: A Reforma Penal e a Pastoral Carcerária Católica". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 1, vol. 1, nº 2, pp. 77-86, Porto Alegre.
- Campos, Andreilino de O.
- 1998 Do Quilombo à Favela: O Tráfico de Drogas Enquanto Estratégia de Sobrevivência Ilegal nos Marcos de Ordem Segregacionista. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, UFRJ.
- Campos, Pedro M. P.
- 1997 "A Violência Oculta: Uma Análise da Importância do Segredo no Processo Inquisitorial". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 2, nº 3, pp. 167-172, 1º sem., Rio de Janeiro.
- Cancelli, Elizabeth
- 1993 *O Mundo de Violência: A Polícia da Era Vargas*. Brasília, Ed. da UnB.
- Cândido, Antônio
- 1978 "Dialética da Malandragem". In: Almeida, M. A. de, *Memórias de um Sargento de Milícias* (edição crítica de Cecília de Lara). São Paulo, LTC.
- Cano, Ignacio
- 1997 *Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER.
- 1997a *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER.
- 1998 "Uso da Força Letal pela Polícia do Rio de Janeiro: Os Fatos e o Debate". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 201-229.
- 2000 "Registros Criminais da Polícia no Rio de Janeiro: Problemas de Confiabilidade e Validade". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESec-UCAM.
- Capeller, Wanda de L.
- 1995 "L'Engrenage de la Répression". *Droit et Societé*, vol. 13, Paris.
- Cardia, Nancy
- 1994 "Mídia e Violência". *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 2, pp. 63-73, dez.-mar., Rio de Janeiro.
- 1994a "Percepção dos Direitos Humanos: Ausência de Cidadania e Exclusão Moral". In: Spink, M. J. (ed.), *A Cidadania em Construção*. São Paulo, Cortez.
- 1995 "Direitos Humanos e Exclusão Moral". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, pp. 343-390, jul.-dez., Brasília.
- 1997 "O Medo da Polícia e as Graves Violações dos Direitos Humanos". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, pp. 249-265, maio.
- 1997a "A Violência Urbana e a Escola". *Contemporaneidade e Educação*, nº 2, Rio de Janeiro.
- 1998 "A Violência Urbana e os Jovens". In: Pinheiro, P. S. et alii, *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond.
- 1999 Pesquisa sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violência em Dez Capitais Brasileiras. Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria do Estado de Direitos Humanos.

- Cardoso, Fernando H.
1980 "Violência e Reação". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 24, pp. 211-213.
- Cardoso, Ruth C. L.
1987 "A Violência dos Outros". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28, pp. 4-6, jan.-fev.
- Carlsson, Ulla e Feilitzen, Cecilia von
1999 *A Criança e a Violência na Mídia*. São Paulo, Cortez.
- Carneiro, Leandro P.
1995 Monitoramento Quantitativo da Violência em Copacabana: Primeiro Relatório. Rio de Janeiro, NPE/ISER, junho.
1996 Cultura Política e Violência no Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- Carneiro, Leandro P. *et alii*
1997 *Attitudes and Cultural Norms Toward Violence in the Americas*. Washington, DC, Pan-American Health Organization.
1998 *Magnitude e custos econômicos da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER
- Carneiro, Leandro P. e Phebo, Luciana
1998 Magnitude, Custos Econômicos e Políticas de Controle da Violência no Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, ISER
2000 Violent Crime in Latin America Cities: Rio de Janeiro and São Paulo. *Research Report*, World Bank, jan.
- Carrara, Sérgio
1986 "Os Mistérios de Clarice: Cenografia de um Crime na Avenida". *Papéis Avulsos*, nº 1, pp. 39-63, Fundação Casa de Rui Barbosa.
1988 Crime e Loucura: O Aparecimento do Manicômio na Passagem do Século. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.
1989 "Casos e Acasos: O Crime de um Certo Custódio e o Surgimento do Manicômio Judiciário no Brasil". *Cadernos IMS*, vol. 3, nº 1, pp. 71-107, Rio de Janeiro, UFRJ.
1990 "A Ciência e Doutrina da Identificação no Brasil: Ou do Controle do Eu no Templo da Técnica". *Religião e Sociedade*, vol. 15, nº 1, pp. 82-105.
1991 "O Crime de um Certo Custódio e o Surgimento do Manicômio Judiciário no Brasil". *Dados- Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 2.
1991a "Singularidade, Igualdade e Transcendência: Um Ensaio sobre o Significado Social do Crime". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 16, pp. 80-88.
1999 *Crime e Loucura: O Aparecimento do Manicômio*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- Carrara, Sérgio *et alii*
1996 "A Violência Contra a Mulher no Rio de Janeiro". *Lei e Liberdade – Fórum*, nº 2, Rio de Janeiro.
- Carretero, Rosane O.
1998 A Loucura no Manicômio Judiciário: A Prisão como Terapia, O Crime como Sintoma, O Perigo como Verdade. Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGACP/UFF.

- Carvalho, Glauber S. de
 1996 "Sob o Domínio do Medo: Os Seqüestros na Sociedade Brasileira (1895-1990)". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 14, pp. 321-341, abr.-jun., São Paulo.
- 1999 *Abordagens Teóricas da Violência Criminal: Respostas das Ciências Sociais a um Momento Político*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Carvalho, José M. de
 1987 *Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Carvalho, Maria Alice R. de
 1985 "Contra o 'Espantelho da Repressão': A Polícia e a Construção da Ordem Burguesa no Brasil". *Revista da OAB*, nº 22 (A Instituição Policial), Rio de Janeiro.
- 1988 "Guerra no Rio". *Presença. Política e Cultura*, nº 11, pp. 88-101, Rio de Janeiro.
- 1994 *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras.
- 1995 "Cidade Escassa e Violência Urbana". *Série Estudos*, nº 91, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 1999 "Violência ou Democracia. Mas Qual Democracia?". In: Messeder, C. A. e Herschman, M. (orgs.), *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- 2000 "Violência no Rio de Janeiro: Uma Reflexão Política". In: Pereira, C. A. M. et alii (org.), *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 47-74.
- Castelar, Armando (org.)
 2000 *Judiciário e Economia no Brasil*. São Paulo, Sumaré.
- Castilho, Ela W. de e Sadek, Maria Tereza
 1998 *O Ministério Público Federal e a Administração da Justiça no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Castro, Marcus F. de
 1993 "Política e Economia no Judiciário: As Ações Diretas de Inconstitucionalidade dos Partidos Políticos". *Caderno de Ciência Política da UnB*, nº 7.
- Castro, Myriam M. P. de
 1991 "Ciranda do Medo: Controle e Dominação no Cotidiano da Prisão". *Revista USP*, nº 9, pp. 57-64.
- 1991a "Estado e Sociedade – A Violação do Direito à Vida". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 33, pp.157-170, Coimbra.
- 1993 "Assassinato de Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 36, pp. 81-102, Coimbra.
- Catão, Yolanda
 2000 "Pesquisas de Vitimização". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- Catão, Yolanda e Sussekind, Elizabeth
 1979 *Os Direitos do Preso*. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Penais

- Cavalcante, Berenice
 1985 A Polícia e a Nação: A Necessidade de Segurança Interna e Tranquilidade Pública. *Revista da OAB*, nº 22 (A Instituição Policial), Rio de Janeiro.
- Cavalcanti, Maria Laura V. de C.
 1994 "Carnaval Carioca. Dos Bastidores ao Desfile". Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Funarte.
- Ceccheto, Fátima
 1997 Galeras Funk Cariocas: O Baile e a Rixa. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, PPCIS-UERJ
 1997a "Galeras Funk Cariocas: Entre o Lúdico e o Violento". In: Vianna, H. (ed.), *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Celem, Rosângela
 1983 *As Relações Sociais em Prisão do Tipo Semi-Aberta: Uma Experiência em Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
 1973 *A Criança, o Adolescente e a Cidade*. São Paulo, Cebrap.
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
 1994 *Favelas e Organizações Comunitárias*. Petrópolis, Vozes.
- Cerqueira, Carlos M. N.
 1996 "Remilitarização da Segurança Pública: A Operação Rio". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 1, pp. 141-169, 1º sem., Rio de Janeiro.
 1996a "Políticas de Segurança Pública para um Estado de Direito Democrático Chamado Brasil". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 2, pp.191-211, 2º sem., Rio de Janeiro.
 1997 "O Futuro de uma Ilusão: O Sonho de uma Nova Polícia". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 2, nº 3, pp. 115-140, 1º sem., Rio de Janeiro.
 1998 "Outros Aspectos da Criminalidade da Polícia". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 3, nº 5-6, pp.179-194, 1º-2º sem., Rio de Janeiro.
 1998a "As Políticas de Segurança Pública do Governo Leonel Brizola". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 75-113, Rio de Janeiro.
 1999 *Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
- Cerqueira, Carlos M. N. e Dornelles, João R. W. (orgs.)
 1998 *A Polícia e os Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
- Cerqueira, Nilton de A.
 1998 "Realizações em Três anos de Administração". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 115-137, Rio de Janeiro.
- Cerqueira Filho, Gisálio
 1993 *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro, Ceuep.
 1995 "State, Democracy and Social Control Strategies". Trabalho apresentado na Reunião Annual do Research Committee on Sociology of Law.
 1996 "Megacidades e Segurança Cidadã". *Arrabalde*, Niterói.

- 1996a "Faca Amolada & Estampidos Secos". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 1, Rio de Janeiro.
- 1997 *Mediadores o Asesinos*. Paris, Sources/Fuentes/Unesco.
- Cerqueira Filho, Gisálio e Neder, Gizlene
- 1978 "Conciliação e Violência na História do Brasil: Uma Interpretação dos Aspectos Ideológicos da Literatura Didática do 1º Grau". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 2.
- 1983 "Violência na Boca do Povo". *Direito e Avesso*, Ano 2, nº 3.
- 1987 *Brasil: Conciliação e Violência no Dia-a-Dia*. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor.
- 1995 *Street Children in Rio de Janeiro*. Paris, Unesco.
- 1996 "Quando o "Eu" é um Outro". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 2, Rio de Janeiro.
- 1997 *Emoção e Política: (A)Ventura e Imaginação Sociológica para o Séc. XXI*. Porto Alegre, Fabris Editor.
- Cerqueira Filho, Gisálio e Miranda Rosa, F. A.
- 1979 "Conflict Settlement: A Brazilian Theoretical Statement". Rio de Janeiro, CEJUR/FINEP.
- Cerqueira Filho, Gisálio; Miranda Rosa, F. A. e Miralles, Teresa
- 1979 *Law and Dispute Treatment: About Ideology in Brazil*. Rio de Janeiro, CEJUR/FINEP.
- Chakro, Cilene R. de S. L. *et alii*
- 1998 "A Construção da Noção de Direitos Humanos em Crianças e Adolescentes". *Cadernos de Pesquisa*, nº 104, julho, Fundação Carlos Chagas.
- Chaloub, Sidney
- 1986 *Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense.
- Chinelli, Filipina
- 1995 "Violência, Mercado de Trabalho e Cidadania: O Projeto Pedagógico das Escolas de Samba". In: Villas-Boas, G. e Gonçalves, M. A. (orgs.), *O Brasil na Virada do Século: O Debate dos Cientistas Sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Chinelli, Filipina e Machado da Silva, L. A.
- 1993 "O Vazio da Ordem: Relações Políticas e Organizacionais entre o Jogo do Bicho e as Escolas de Samba". *Revista do Rio de Janeiro*, UERJ.
- Coelho, Edmundo C.
- 1978 *Ecologia do Crime na Guanabara*. Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz / Educam.
- 1978a "A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade". *Revista de Administração Pública*, vol. 12, nº 2.
- 1980 "Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime". *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 3.

- 1986 "A Administração da Justiça Criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 29, nº 1, pp. 61-81.
- 1987 *A Oficina do Diabo: Crise e Conflito no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ/ Espaço e Tempo.
- 1987a "A Criminalidade Urbana Violenta". *Série Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 1988 "Da Falange Vermelha a 'Escadinha': O Poder das Prisões". *Presença, Política e Cultura*, nº 11, Rio de Janeiro.
- 1988a "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, nº 2, pp. 145-183.
- 1993 "Estudo Descritivo do Censo Penitenciário do Rio de Janeiro, 1988". *Textos e Pesquisas*, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do ISER.
- Coelho, Edmundo C. e Paixão, Luiz A.
1984 *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- Coelho, Edmundo C.; Magalhães, Geraldo E. e Ferreira, Lilian M.
1978 *A Ecologia do Crime; a Fusão; Política de Dispêndio*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Justiça e Paz/EDUCAOR.
- Coelho, Magda P.
1992 "Crime Organizado e Pobreza: Uma Nova Associação". In: *Policia Militar, Estado e Sociedade: Os Desafios da Modernidade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, pp. 55-69.
- Comparato, Fábio Konder
1996 "A Polícia e a Ética na Segurança Pública". In: Pinheiro, P. S. et alii, *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
- Correa, M.
1986 "Bolero de Machão Só Se Canta na Prisão". *Lua Nova*, vol. 2, nº 4.
- Corrêa, Mariza
1981 *Os Crimes da Paixão*. São Paulo, Brasiliense.
1983 *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
1997 "A Cidade de Menores: Uma Utopia dos Anos 30". In: Freitas, M. C. de (org.), *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.
1998 *As Ilusões da Liberdade*. Bragança Paulista, Fapesp/ CDAPH-IFAN.
- Costa, J. F.
1986 "Sobre a 'Geração AI-5': Violência e Narcisismo". In: *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal, pp. 177-188.
- Costa, Márcia R. da
1998 "A Constituição do Esquadrão da Morte. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- Costa, Maria Regina
2000 *Os Carecas do Subúrbio*. São Paulo, Musa.

- Costa, Maria Tereza
 1992 *Justiça em Ondas Médias: O Programa Gil Gomes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- 1997 *Lei, Justiça e Cidadania: Direitos, Vitimização e Cultura Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Sinopse dos resultados da pesquisa CPDOC-FGV/ISER, Rio de Janeiro.
- 1997a *Lei, Justiça e Cidadania: Cor, Religião, Acesso à Informação e Serviços Públicos*. Sinopse dos resultados da pesquisa CPDOC-FGV/ISER, Rio de Janeiro.
- Couto, José E. do
 1972 "O Juiz Criminal e a Polícia Judiciária". *Brasil Jovem*, vol. 6, nº 23, pp.76-79.
- Cruz, Hermes B.
 1992 "O Policial Militar e os Meninos de Rua". *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, vol.10, nº 33, pp.11-17.
- Cruz Neto, Otávio
 1995 *Corpos e Sonhos Destruídos. Relações entre Violência, Pobreza e Exclusão Social*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública-Fiocruz.
- Cruz Neto, O. e Minayo, Maria Cecília de S.
 1994 "Extermínio: Violentação e Banalização da Vida". *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10, pp. 199-212, Suplemento 1.
- Cunha, Olívia M. G. da
 1996 "Cinco Vezes Favela. Uma Reflexão". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/ Editora da FGV.
- Cunha, Luciana G.
 2000 "Ouvidoria de Polícia em São Paulo". In: Sadek, M. T. (org.), *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, IDESP/Sumaré.
- Cury, Munir; Amaral e Silva, Antônio F. do e Garcia Mendez, Emílio (coords.)
 1992 *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários Jurídicos e Sociais*. São Paulo, Malheiros.
- Cusinato, Ricardo
 1982 *O Espaço da Penitenciária de Araraquara*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, São Paulo, USP.
- D'Araújo, Maria Celina
 1995 "Juizados Especiais de Pequenas Causas: Notas sobre a Experiência no Rio de Janeiro". *Estudos Históricas*, vol. 9, nº 18, Rio de Janeiro.
- Dallari, Dalmo de Abreu
 1996 "A Polícia e as Garantias de Liberdade". In: Pinheiro, P. S. et alli, *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
- DaMatta, Roberto
 1979 *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

- 1982 "As Raízes da Violência no Brasil: Reflexões de um Antropólogo Social". In: Da Matta, R., *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- 1985 *A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- 1993 "Os Discursos da Violência no Brasil". In: Da Matta, R., *Conta de Mentiroso. Sete Ensaios de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DaMatta, Roberto e Soárez, Elena
- 1999 *Águias, Burros e Borboletas. Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Dellasoppa, Emilio
- 1995 "Violência, Estrutura de Relações Sociais e Interação: Relações de Conluio na Sociedade Brasileira". *Série Estudos*, nº 91, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Dellasoppa, Emilio; Bercovich, Alcía M. e Arriaga, Eduardo
- 1999 "Violência, Direitos Cívicos e Democracia no Brasil na Década de 80: O Caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 39.
- Deslandes, Suely F.
- 2000 *Violência no Cotidiano dos Serviços de Emergência Hospitalar: Representações, Práticas, Interações e Desafios*. Tese de Doutorado em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública-Fiocruz.
- Deslandes, S. F.; Gomes, R. e Silva, C. M. F. P.
- 2000 "Caracterização dos Casos de Violência Doméstica Contra a Mulher Atendidos em Dois Hospitais Públicos do Rio de Janeiro". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 16, nº 1, pp. 129-137.
- Dias, Paulo
- 1996 *Os Novos Quadros Profissionalizados das ONGs*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, IFCS-UFRJ.
- Di Franco, Carlos Alberto
- 1996 "A Polícia e os Órgãos de Comunicação". In: Pinheiro, P. S. et alii, *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
- Dimenstein, Gilberto
- 1990 *A Guerra dos Meninos: Assassinatos de Menores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- 1992 *Meninas da Noite: A Prostituição de Meninas-Escravas no Brasil*. São Paulo, Ática.
- Diógenes, Glória M.
- 1995 "Direitos Sociais, Exclusão e Violência: O Caso das Gangues". Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- 1997 "Rebeldia Urbana: Tramas da Exclusão e Violência Juvenil". In: Herschmann, M. (org.), *Abalando os Anos 90: Funk e Hip-Hop. Globalização, Violência e Estilo Cultural*. Rio de Janeiro, Rocco.
- 1998 *Cartografias da Cultura e da Violência: Gangues, Galeras, e o Movimento Hip-Hop*. São Paulo, AnnaBlume.

- 1999 "Grupos Identitários e Fragmentação Social: A Violência como 'Marca'". In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 164-182.
- 2000 "Gangues e Polícia: Campos de Enfrentamento e Estratégias de Diferenciação". In: Pereira, C. A. M. et alii, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 197-220.
- Donnici, Virgílio
- 1976 *A Criminologia na Administração da Justiça Criminal* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense.
- 1978 "Criminalidade e Estado de Direito". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 5, pp. 201-235.
- 1980 *Polícia, Guardiã da Sociedade, ou Parceira do Crime? Um Estudo de Criminologia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- 1984 *A Criminalidade no Brasil (Meio Milênio de Repressão)*. Rio de Janeiro, Forense.
- Dornelles, João R. W.
- 1986 "Violência Urbana, Criminalidade e Controle Social no Brasil". *Temas IMESC*, vol. 3, nº 2, pp. 207-213, São Paulo.
- 1997 "Violência Urbana, Direitos de Cidadania e Políticas Públicas de Segurança no Contexto de Consolidação das Instituições Democráticas e das Reformas Econômicas Neoliberais". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 2, nº 4, 2º sem., pp.103-120, Rio de Janeiro.
- Duarte, Adriano L.
- 1992 "Domesticação e Domesticidade: A Construção das Exclusões". *Tempo Social*, vol. 4, nº 1-2, pp. 183-198, São Paulo.
- Duarte, Luiz Fernando D.
- 1986 *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Duarte, Paulo
- 1950/51 "Penitenciária de São Paulo: Uma Burla Trágica". *Anhemi*, vol. 4, nº 13; vol. 5, nº 14; vol. 5, nº 15; vol. 6, nº 16, vol. 6, nº 17; vol. 6, nº 18; vol. 7, nº 19.
- 1952 "Ilha Anchieta: Uma Burla Sórdida". *Anhemi*, vol. 7, nº 21; vol. 8, nº 22.
- Emediato, Luis Fernando
- 1982 *Geração Abandonada* (3ª ed.). São Paulo, Global.
- Escobar, Carlos H. de
- 1973 "As Instituições e o Poder". *Tempo Brasileiro*, nº 35, pp. 3-33.
- Esteves, Martha de A.
- 1986 "Em Nome da Moral e dos Bons Costumes: Discursos Jurídicos e Controle Social". *Papéis Avulsos*, nº 1, pp. 1-20, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Evangelista, Maria Dora R.
- 1989 *Prisão Aberta: Volta à Sociedade*. São Paulo, Cortez.
- Faleiros, Vicente de P.
- 1995 "Infância e Processo Político no Brasil". In: Rizzini, I. e Pilotti, F. (orgs.). *A Arte de Governar Crianças*. Rio de Janeiro, Amais.

- 1995a "Violência Contra a Infância". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, pp. 475-490, jul.-dez., Brasília.
- Falcão Neto, Joaquim A.
1979 "Lawyers in Brazil: Ideals and Praxis". *International Journal of the Sociology of Law*, vol. 7, pp. 335-375.
- 1998 "Violência Urbana ou a Necessidade de se Reinventarem Instituições". In: Pinheiro, P. S. *et alii*, *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Fandiño, Juan Mario M. *et alii*
1999 "O Sistema Prisional do Rio Grande do Sul: Análise do Censo Penitenciário de 1994". In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 485-502.
- Faria, J. E. (org.)
1989 *Direito e Justiça: A Função Social do Judiciário*. São Paulo, Ática.
- Fausto, Ayrton e Cervini, Ruben (orgs.)
1996 *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos 80* (2ª ed.). São Paulo, Cortez.
- Fausto, Boris
1984 *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense.
- Fausto Neto, Ana M. Q.
1993 "Os Centros Urbanos e a Internalização da Violência". *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém: UFPA/Naga, pp. 148-164.
1995 "Violência e Dominação: As Favelas Voltam à Cena". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 417-438.
- Fausto Neto, Ana M. Q. e Quiroga, Consuelo
2000 "Juventude Urbana Pobre: Manifestações Públicas e Leituras Sociais". In: Pereira, C. A. M. *et alii*, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 221-235.
- Feiguin, Dora
1985 "Criminalidade Violenta: Algumas Hipóteses Explicativas". *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, vol. 1, nº 2, pp. 23-26, São Paulo.
- Feiguin, Dora e Bordini, Eliana
1987 "Reflexões sobre a Violência Contra a Mulher". *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE*, vol. 1, nº 2, pp. 39-44, São Paulo.
- Fernandes, Antonio S.
1995 "Crime Organizado e a Legislação Brasileira". In: Penteado, J. de C. (org.), *O Crime Organizado (Itália e Brasil). A Modernização da Lei Penal*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- Fernandes, Heloisa R.
1973 *Política e Segurança. A Força Pública do Estado de São Paulo, Fundamentos Históricos e Sociais*. São Paulo, Alfa-Omega.
1992 "Violência e Modos de Vida: 'Os Justiceiros'". *Tempo Social*, vol. 4, nº 1/2.

- Fernandes, Rubem C.
 1994 *Público, Porém Privado*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
 1994a “Viva Rio: Reconstruindo a Cidadania a Partir de Participação Individual”. *Archè*, Ano 3, nº 9, pp.136-141, Rio de Janeiro.
 1997 *Violência e Convivência Urbana*. Rio de Janeiro, Magis, Centro Loyola.
- Fernandes, Rubem C. e Carneiro, Leandro P.
 1995 *Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER.
 1996 “Criminalidade, Drogas e Perdas Econômicas no Rio de Janeiro”. *Lei e Liberdade*, Ano 15, nº 7, Rio de Janeiro.
- Ferreira, Maria Inês C.
 1998 Homicídios na Periferia de Santo Amaro: Um Estudo sobre a Sociabilidade e os Arranjos de Vida num Cenário de Exclusão. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Ferreira, Rosa M. F. et alii
 1979 *Meninos de Rua: Valores e Expectativas de Menores Marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Cedec.
- Figueira, Josefina
 1973 Menores Infratores no Rio de Janeiro: 1964-1971. Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa, IUPERJ.
- Figueira, Luiz E. de V.
 2000 A Produção da Verdade nas Práticas Judiciárias Criminais Brasileiras: Uma Perspectiva Antropológica de um Processo Criminal. Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGACP/UFF.
- Fischer, Rosa M.
 1985 *O Direito da População à Segurança: Cidadania e Violência Urbana*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/ Cedec.
 1997 “A Mídia como Espaço Formativo do Sujeito Adolescente”. *Veritas*, vol. 42, nº 2, pp. 333-348.
- Fischer, R. M. e Adorno, Sérgio
 1987 “Políticas Penitenciárias, Um Fracasso?”. *Lua Nova*, vol. 3, nº 4, abr./jun., pp. 70-79.
- Flory, Thomas
 1981 *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808-1871. Social Control and Political Stability in the New State*. Austin/London, University of Texas Press.
- Fonseca, Claudia
 1984 “La Violence et la Rumeur: Le Code d’Honneur dans um Bidonville Brésilien”. *Le Temps Modernes*, Ano 40, nº 455.
 1995 *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Cortez.
- Fonseca, Guido
 1988 *Crimes, Criminosos e Criminalidade em São Paulo (1870-1950)*. São Paulo, Resenha Tributária.

- Fontana, Remy
1982. "A Radicalização das Desigualdades de Classe e a Produção da Violência". *Revista de Ciências Humanas*, nº 1, pp. 7-24, Florianópolis, UFSC.
- Franco, Maria Silvia de C.
1974 *Os Homens Livres na Sociedade Escravocrata*. São Paulo, Ática.
- Frateschi, Paulo e Silveira, Sérgio A. da (orgs.)
1990 *Questão de Segurança: O PT, a Polícia, as Prisões*. São Paulo, Brasil Urgente.
- Freitas, Renan S. de
1984 "Prostitutas, Cafetinas e Policiais: Dialética das Ordens Opostas". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 2.
1985 "Reversões Hierárquicas e Eclôsões de Conflitos em Prisões". *Revista de Administração Pública*, nº 19, pp. 27-37.
- Frontana, Isabel C. R. da C.
1999 *Crianças e Adolescentes nas Ruas de São Paulo*. São Paulo, Edições Loyola.
- Fry, Peter
1985 "Direito Positivo vs. Direito Clássico: A Psicologização do Crime no Brasil no Pensamento de Heitor Carrilho". In: Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicandálise*. São Paulo, Brasiliense, pp. 116-141.
- Fry, Peter e Carrara, Sérgio
1986 "As Vicissitudes do Liberalismo no Direito Penal Brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 2, pp. 48-54.
- Fukui, Lia
1991 "Estudo de Caso de Segurança nas Escolas Públicas Estaduais de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*, nº 79, pp. 68-76, São Paulo.
- Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)
1991 "Assistência Social: Sistema Carcerário". *Documentos de Trabalho DT/QS*, nº 4, São Paulo.
1991a "Infância e Adolescência Carentes". *Documentos de Trabalho DT/QS*, nº 7, São Paulo.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)
1987 *Um Retrato da Violência Contra a Mulher: 2038 Boletins de Ocorrência*. São Paulo: Fundação SEADE/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Galvão, D. *et alii*
1968 Estudos sobre o Problema do Menor Infrator na Guanabara. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social da UFRJ, Relatório de Pesquisa.
- Garotinho, Anthony
1998 "Uma Política de Segurança para o Rio de Janeiro". *Archè*, ano 7, nº 19, pp.139-157.
- Garotinho, Anthony e Soares, Luiz E.
1998 *Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: Diagnóstico e Propostas para uma Política Democrática de Segurança Pública*. Rio de Janeiro, Hama.

- Gigena, Olga M. P. de
1989 Relações Sociais e Prisionização: O Caso da Penitenciária de Florianópolis. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- Góes, Eda Maria
1991 Rebeliões Carcerárias: A Recusa das Grades. Estudo das Rebeliões Ocorridas nos Presídios Paulistas no Período de 1982/6. Dissertação de Mestrado, São Paulo, UNESP.
- Goifman, Kiko
1998 "Sobre o Tempo na Prisão". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 3, nº 5-6, 1º-2º sem., pp. 13-27, Rio de Janeiro.
1998a *Valetes em Slow Motion – A Morte do Tempo na Prisão: Imagens e Textos*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Goldman, Sara N.
1990 O Crime Organizado nas Prisões: Sua Trajetória e o seu Rebatimento no Serviço Social do Desipe. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ UFRJ.
- Gomes, R.
1998 "Da Denúncia à Impunidade: Um Estudo de Morbi-Mortalidade de Crianças Vítimas de Violência". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 14, nº 2, abr./jun., pp.301-311.
- Gonzales, Hector
1984 "Tratamento para Eles? (Formas de Relato da Violência Urbana)". *Temas IMESC*, vol.1, nº 1, pp. 25-37, São Paulo.
- Gregori, Maria Filomena
1993 *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e Prática Feminista*. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs.
1997 *Meninos nas Ruas: A Experiência da Viração*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Gregori, Maria Filomena e Silva, Cátia A.
2000 *Meninos de Rua e Instituições: Tramas, Disputas e Desmanche*. São Paulo, Contexto.
- Grossi, Miriam P.
1988 *Discours sur les Femmes Battues: Représentation de la Violence sur les Femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, Paris, Université de Paris V.
- Griza, Aínda et alí
1999 "Os Espaços Sociais da Criminalidade no Rio Grande do Sul: Um Estudo Microrregional, 1992-1998". In: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, *Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa.
- Guimarães, Alberto P.
1982 *As Classes Perigosas: Banditismo Rural e Urbano*. Rio de Janeiro, Graal.
- Guimarães, Eloísa
1998 *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

- Guirado, Marlene
 1980 *O Menor e FEBEM*. São Paulo, Perspectiva.
 1986 *Instituição e Relações Afetivas (O Vínculo com o Abandono)*. São Paulo, Summus.
- Gullo, Álvaro de A. e S.
 1998 “Violência Urbana: Um Problema Social”. *Tempo Social*, vol. 10, nº 1, maio, pp.105–119.
- Hassen, Maria de Nazareth A.
 1999 *O Trabalho e os Dias: Ensaio Antropológico sobre Trabalho, Crime e Prisão*. Porto Alegre, Tomo Editorial.
- Heilborn, Maria Luiza
 1987 “Cidadania para as Mulheres”. *Ciência Hoje*, vol.5, nº 28, pp.13-15.
- Heringer, Rosana; Buzanello, José C. e Mota, Adriana V.
 1994 *Voltar a Morrer: Negligência e Omissão da Polícia Civil e do MP na Investigação dos Homicídios Praticados Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Rio de Janeiro – 1991*. Rio de Janeiro, Ibase.
- Herkenhoff, João B.
 1979 “Os Direitos Humanos e Sua Proteção Jurisdicional”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 7, pp. 229-259.
 1987 *Crime, Tratamento sem Prisão*. Petrópolis, Vozes.
- Herman, Anthony
 1986 *Dianha Saabamba: Coletânea de Textos sobre a Maconha*. São Paulo, Ground.
- Herschmann, Micael
 1995 “Música, Juventude e Violência Urbana: O Fenômeno Funk e Rap”. *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro.
 1995a “Nova Iorque Não é Aqui: Funk e Rap na Cultura Carioca”. *Tempo e Presença*, Ano 17, nº 281.
 2000 “As Imagens das Galeras Funk na Imprensa”. In: Pereira, C. A. M. et alii, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 163-196.
- Hikiji, Rose S. G.
 1999 *Imagem. Violência: Mimesis e Reflexividade em Alguns Filmes Recentes*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, São Paulo, FFLCH-USP.
- Holloway, Thomas H.
 1987 “The Brazilian ‘Judicial Police’ in Florianópolis, Santa Catarina, 1841-1871”. *Journal of Social History*, vol. 20, nº 4.
 1989 “A ‘Health Terror’: Police Repression of Capoeiras in Nineteenth Century Rio de Janeiro”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 69, nº 4.
 1989a “O ‘Saudável Terror’: Repressão Policial aos Capoeiras e Resistência dos Escravos no Rio de Janeiro no Século XIX”. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16, pp. 129-140.
 1993 *Policing Rio de Janeiro: Repression and Resistance in a 19th-Century City*. Stanford, University of California Press.
 1997 *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

- Huggins, Martha K.
 1992 “O Vigilantismo e o Estado: Uma Vista para o Sul e para o Norte”. *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, nº 11, pp. 18-39.
 1992a “O Direito e a Transição para a Democracia na América Latina”. *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, vol. 10, pp. 21-33.
- Human Rights Watch/Americas
 1996 *Violência x Violência: Violações aos Direitos Humanos e Criminalidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Human Rights Watch.
 1997 *Brutalidade Policial Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Human Rights Watch.
- Ibase e Comissão de Justiça e Paz
 1990 “A Gente Enterra o Morto, Silencia e se Conformam. A Violência em Nova Iguaçu e Nilópolis, na Visão dos seus Moradores”. *Cadernos Ibase*, nº 8.
- IBGE
 1955-1959 *Estudos sobre a Criminalidade no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.
 1990 *Participação Político-Social, 1988*. Rio de Janeiro, IBGE. Vol.1: Justiça e Vitimização.
- ILANUD
 1998 “Pesquisas de Vitimização”. *Revista do Ilanud*, nº 10, São Paulo.
- Impelizeri, Flávia
 1995 “Crianças de Rua e ONGs no Rio. Um Estudo do Atendimento Não-Governamental”. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Izumino, Wânia P.
 1998 *Justiça e Violência Contra a Mulher: O Papel do Sistema na Solução dos Conflitos de Gênero*. São Paulo, AnnBlume.
- Jesus, Damásio E. (org.)
 1980 *Violência e Criminalidade: Propostas de Solução*. Rio de Janeiro, Forense.
- Jorge, Maria Helena P. de M.
 1998 “Os Adolescentes e Jovens como Vítimas da Violência Fatal em São Paulo”. In: Pinheiro, P. S. et alii, *São Paulo sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond.
 2000 “Acidentes e Violências no Brasil: Breve Análise de suas Fontes de Dados”. In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- Kahn, Túlio
 1993 “Dossiê Neonazismo nº 2”. *Revista de História*, nº 129, USP.
 1993a “Pena de Morte: para Que e para Quem Serve Este Debate”. *Cultura-Vozes*, nº 3.
 1993b “Segurança Pública e Violência Policial”. In: Machado, M. L. e Marques, J. B. de A. (orgs.), *História de um Massacre*. São Paulo, Ed. Cortez/ OAB.
 1993c “A Volta de um Velho Debate”. In: Machado, M. L. e Marques, J. B. de A. (orgs.), *História de um Massacre*. São Paulo, Ed. Cortez/ OAB.

- 1994 "Dossiê Neonazismo nº 2". *Revista de História*, nº 131, USP.
- 1994a "Pobreza, Violência e Direitos Humanos". *Novos Estudos Cebrap*, nº 39.
- 1995 *O Caso Genny Gleizer*. Petrópolis, Vozes.
- 1995a *Os Direitos Humanos no Brasil*. NEV/CTV.
- 1998 "Índice de Criminalidade". *Revista do Ilanud*, nº 2, São Paulo.
- 1998a "Sistema Prisional Brasileiro. Algumas Comparações Internacionais e Perspectivas para os Próximos Anos". *Revista do Ilanud*, nº 3, São Paulo.
- 1998b "Sistema Penitenciário: Mudanças de Perfil dos Anos 50 aos Anos 90". *Revista do Ilanud*, nº 6, São Paulo.
- 1999 "Pesquisas de Vitimização". *Revista do Ilanud*, nº 9, São Paulo.
- 1999a "Incidentes Prisionais". *Revista do Ilanud*, nº 10, São Paulo.
- 1999b *Ensaio sobre Racismo. Manifestações Modernas do Preconceito na Sociedade Brasileira*. São Paulo, Conjuntura.
- 2000 "Medindo a Criminalidade: Um Panorama dos Principais Métodos e Projetos Existentes". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- Kahn, Túlio e Adorno, Sérgio
- 1993 "Pena de Morte: Para Que e para Quem Serve este Debate". *Cultura*, Petrópolis, Vozes, 3.
- Kahn, Túlio e Gregori, Maria Stella
- 1993 "A Volta de um Velho Debate". In: Marques, João P. B. de Azevedo (org). *Reflexões sobre a Pena de Morte*. São Paulo, Cortez/OAB.
- Kahn, Túlio e Vilhena, Oscar
- 1993 "Segurança Pública e Violência Policial". In: Machado, Marcello L. & Marques, João B. de Azevedo, *História de um Massacre*. São Paulo: Cortez/ OAB.
- Kant de Lima, Roberto
- 1983 "Por uma Antropologia do Direito, no Brasil". In: Falcão, J. A. (org.), *Pesquisa Científica e Direito*. Recife, Ed. Massangana.
- 1985 *A Antropologia da Academia: Ou Quando os Índios Somos Nós*. Petrópolis/Niterói, Vozes/ EdUFF.
- 1986 *Legal Theory and Judicial Practice: Paradoxes of Police Work in Rio de Janeiro City*. Tese de Doutorado, Harvard University. Ann Harbor: University Microfilms International.
- 1989 "Cultura Jurídica e Práticas Policiais: A Tradição Inquisitorial". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, nº 10, pp. 66-84.
- 1990 "Constituição, Direitos Humanos e Processo Penal Inquisitorial: Quem Cala, Converte?". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 3, pp. 471-483.
- 1991 "Ordem Pública e Pública Desordem: Modelos Processuais de Controle Social em uma Perspectiva Comparada (inquérito e jury system)". *Anuário Antropológico*, nº 88, pp. 21-44, Brasília, UnB.
- 1992 "Confissões, Verdades e Mentiras em uma Perspectiva Comparada". *Anais do V Encontro Regional de História*. Niterói, novembro.

- 1992a “Tradição Inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: Da Devassa ao Inquérito Policial”. *Religião e Sociedade*, pp. 94-113.
- 1992b “The Anthropology of the Academy: When We are the Indians”. *Knowledge and Society: the Anthropology of Science and Technology*, vol. 9, pp.191-222.
- 1993 “Verdade ou Mentira? Uma Perspectiva Comparada do Processo (Brasil/EUA)”. *Revista de Direito Alternativo*, nº 2, pp. 60-73, São Paulo.
- 1994 *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro, PMERJ.
- 1994a “Conciliação e Julgamento, ‘Negociation’ e ‘Trial’: A Produção da Ordem em uma Perspectiva Comparada (Brasil/EUA)”, In: Giucci, G. e David, M. D. (orgs.), *Brasil-EUA, Antigas e Novas Perspectivas sobre Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro, Leviatã Publicações, pp. 85-108.
- 1994b “Sistemas de Resolução e Sistemas de Punição de Conflitos: O Direito ao Silêncio em uma Perspectiva Comparada”. *Anais do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, julho, 243-256.
- 1995 *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense.
- 1995a “Sincretismo Jurídico ou Mera Esquizofrenia? A Lógica Judicial da Excludência e a Organização Judiciária Brasileira”. In Rodrigues, H. W. (org.), *Lições Alternativas de Direito Processual*. SP, Editora Acadêmica, pp. 159-197.
- 1995b “Bureaucratic Rationality in Brasil and in the United States: Criminal Justice Systems in Comparative Perspective”. In: DaMatta, R. e Hess, D. (orgs.), *The Brazilian Puzzle: Culture on the Borderlands of the Western World*. New York, Columbia University Press, pp. 241-269.
- 1995c “Complementaridade e Inquisitorialidade, Oposição e Acusatorialidade. A Tradição Jurídica da Punição de Conflitos e a Tradição Processual da Resolução de Conflitos no Brasil”. *Série Estudos*, nº 91, IUPERJ, pp. 67-85.
- 1995d *Da Inquirição ao Júri, do ‘Trial by Jury’ a ‘Plea Bargaining’: Modelos para a Produção da Verdade e a Negociação da Culpa em uma Perspectiva Comparada (Brasil/EUA)*. Tese de Professor Titular de Antropologia, Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- 1996 “A Administração dos Conflitos no Brasil: A Lógica da Punição”. In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV.
- 1997 “Estado Mínimo, desde que com Repressão Máxima?”. *Insight Inteligência*, vol. 1, nº 1, pp. 47-53, Rio de Janeiro.
- 1997a “Polícia e Exclusão na Cultura Judiciária”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, maio, pp. 169-183.
- 1997b “Práticas Judiciárias e Violência no Brasil, Hoje”. *Anais do VII Encontro Regional da ANPHU (História e Violência)*, pp. 67-71.
- 1997c *A Antropologia da Academia: Ou Quando os Índios Somos Nós* (2ªed.). Niterói, EdUFF.
- 1998 “Comissão de Direitos Humanos”. *Boletim da ABA*, vol. 30, p. 31-43.
- 1998a “Espaço Público, Segurança e Democracia: A Administração de Conflitos em uma Perspectiva Comparada”. *Caderno de Estudos ISAPE/FESP-RJ*, nº 1, pp. 64-81

- (Estado e Sociedade: Refletindo a Transição/Políticas de Segurança Pública), Rio de Janeiro, Editor Ivo Torres.
- 1998b "Pluralismo Jurídico e Construção da Verdade Judiciária, no Brasil: Inquirição, Inquérito, Júri". *Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais sobre Territórios da Língua Portuguesa: Culturas, Sociedades, Políticas*, Rio de Janeiro, UERJ, pp. 65-171.
- 1999 "Acesso ao Saber na Cultura Jurídica do Brasil e dos EUA, Cidadania e Justiça". *Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros*, Ano 3, nº 6, pp. 113-132.
- 1999a "Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma Abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço Público". *Revista de Sociologia e Política*, nº 13, nov., pp.22-38, Curitiba.
- 1999b "Religião, Direito e Sociedade em uma Perspectiva Comparada". *Cientistas do Nosso Estado*, vol. 1, p. 96, Rio de Janeiro.
- 1999c "Police, Justice et Societé: une Approche Comparative des Modeles d'Administration des Conflits dans L' Espace Public". *Annales de la Recherche Urbaine*, nº 83/84, pp. 72-80, Paris.
- 2000 "Carnavais, Malandros e Heróis: O Dilema Brasileiro do Espaço Público". In: Gomes, L. G., Barbosa, L. e Drummond, J. A. (orgs.), *O Brasil Não é para Principiantes*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 105-124.
- 2000a "Violência e Justiça: Uma Visão Antropológica das Formas de Administração de Conflitos no Brasil e nos EUA". *Mosaico: Revista de Ciência Sociais da UFES*, vol. 1, nº 1, Vitória.
- 2000b "O Sistema de Justiça Criminal no Brasil: Dilemas e Paradoxos". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- 2001 "A Comissão de Direitos Humanos da ABA: Um Histórico". In: Novaes, R. (org.), *Direitos Humanos: Temas e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Mauad, pp. 15-22.
- 2001a "Espaço Público, Sistemas de Controle Social e Práticas Policiais: O Caso Brasileiro em uma Perspectiva Comparada". In: Novaes, R. (org.), *Direitos Humanos: Temas e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Mauad, pp. 94-111.
- 2001b "Apresentação". In: Novaes, R. R. e Kant de Lima, R. (orgs.), *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói, EdUFF. Coleção Antropologia e Ciência Política, 30, pp. 7-8.
- Kant de Lima, Roberto *et alii*
- 1985 "Polícia e Democracia: Controle Social e Administração da Justiça" . *Revista da OAB/RJ (A Instituição Policial)*, nº 22, julho, pp. 279-288.
- Kant de Lima, Roberto e Lima, Magali A. de
- 1991a "Capoeira e Cidadania: Negritude e Identidade no Brasil Republicano". *Revista de Antropologia*, nº 34, pp. 143-182, São Paulo.
- Koerner, Andrei
- 1998 *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. São Paulo, Hucitec.

- Kowarick, Lucio
- 1975 *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Coleção Estudos Latino-Americanos, nº 3.
- 1980 *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1988 *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kowarick, Lucio e Ant, Clara
- 1981 "Violência: Reflexões sobre a Banalidade do Cotidiano em São Paulo". In: Boschi, R. (ed.), *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Kowarick, Lucio e Viviescas, Fernando
- 1985 "La Violencia Urbana: La Negación del Espacio Urbano Colectivo o de Control Político de la Ciudad Latinoamericana". *Ciudad y Sociedad*, nº 9, Equador.
- Leão, Tereza C. C.
- 1993 *Violência Contra Crianças e Adolescentes: Estudo do Processo de Vitimização*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, IMS/UERJ.
- Leeds, Elizabeth
- 1998 "Cocaína e Poderes Paralelos na Periferia Urbana Brasileira: Ameaça à Democratização em Nível Local". In: Zaluar, A. e Alvito, M. (orgs.), *Um Século de Favelas*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV.
- Leite, Angela F. M.
- 1999 *Em Tempo de Conciliação*. Dissertação de Mestrado, PPG em Antropologia e Ciência Política, Niterói, UFF.
- Lemgruber, Julita
- 1979 *Cemitério dos Vivos*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 1983 *O Cemitério dos Vivos. Análise Sociológica de uma Prisão*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- 1985 "O Policial Civil: Conflitos e Contradições". *Revista da OAB-RJ (A Instituição Policial)*, nº 22, julho, pp. 207-236.
- 1986 "Polícia, Direitos Humanos e Cidadania: Notas para um Estudo". *Papéis Avulsos*, nº 1, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- 1987 "A Face Oculta da Ação Policial". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28.
- 1989 "Reincidência e Reincidentes Penitenciários no Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro". *Revista da Escola de Serviço Penitenciário*, vol. 1, nº 2, pp. 45-76, Porto Alegre.
- 1994 "A Necessidade da Aplicação e Ampliação das Alternativas à Pena Privativa de Liberdade". *Anais da Conferência Alternativas à Pena de Prisão*, promovida pela Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pp. 35-47.
- 1995 "A Necessidade da Aplicação e Ampliação das Alternativas à Pena Privativa da Liberdade". *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, jan./jun., pp. 57-70.
- 1996 "Alternativas à Pena de Prisão". *Anais da Conferência promovida pela Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 2.

- 1996a "Os Riscos do Uso Indiscriminado da Pena Privativa de Liberdade". *Anais da Conferência Alternativas à Pena de Prisão*, promovida pela Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em outubro de 1994, pp. 50-63.
- 1996b "Pena Alternativa: Cortando a Verba da Pós-Graduação no Crime". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, FGV/UFRJ, pp. 69-88.
- 1996c "Os Riscos do Uso Indiscriminado da Pena Privativa de Liberdade". *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, jan./jun. p.19-28.
- 1999 Resenha do livro de Elliott Currie, *Crime and Punishment in America* (New York, Metropolitan Books, 1998). *Punishment & Society: The International Journal of Penology*, vol. 1, n° 2, Oct., pp. 252-254.
- 2000 "O Sistema Penitenciário Brasileiro". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESec-UCAM.
- 2000a "Problematizando Temas Relativos ao Sistema Penitenciário". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESec-UCAM.
- Lemgruber, Julita (org.)
1985 *Revista da OAB - A Instituição Policial*, vol. 22, julho, Rio de Janeiro.
- Lévy, René
1997 "A Crise do Sistema Policial Francês Hoje: Da Inserção Local aos Riscos Europeus". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, n° 1, maio, pp. 53-77.
- Lima, Elça Mendonça
1983 *Origem da Prisão Feminina no Rio de Janeiro. O Período das Freiras (1942-1955)*. Rio de Janeiro, OAB/RJ.
- Lima, Lana L. da G.
1990 A Confissão pelo Avesso: O Crime de Solicitação no Brasil Colonial. Tese de Doutorado, São Paulo, USP.
1996 "Tradição Inquisitorial Jurídica em Portugal e no Brasil: O segredo e a Construção da Verdade". *Anais do IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais sobre Territórios da Língua Portuguesa – Culturas, Sociedades, Políticas*, Rio de Janeiro, UFRJ.
1996a "Confissão e Sexualidade: A Medicina Teológica de Francisco de Mello e Franco". In: Parker, R. e Barbosa, R. M. (orgs.), *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/IMS-UERJ.
1997 "Violência e Práticas Judiciárias: Práticas Inquisitoriais". *Anais do VII Encontro Regional da Associação Nacional de História – Núcleo RJ*. ANPUH/CCS-UERJ.
1999 "O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: O Suspeito é o Culpado". *Revista de Sociologia e Política*, n° 13, Curitiba.
- Lima, Renato S.
1997 "Acesso à Justiça e Reinvenção do Espaço Público: Saídas Possíveis de Pacificação Social". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 11, n° 3, jul.-set., p.86-91, São Paulo.

- 2000 Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- 2000a “Sistemas de Informações Criminais: Construindo uma Metodologia de Integração de Dados e de Análise do Fluxo da Justiça Criminal do Estado de São Paulo”. In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESec-UCAM.
- Lima, William da S.
1991 *Quatrocentos Contra Um: Uma História do Comando Vermelho*. Petrópolis, Vozes/ISER.
- Lins, Paulo
1996 *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lins, Paulo e Souza, M. L.
1990 “Bandidos e Evangélicos: Extremos que se Tocam”. *Religião & Sociedade*, vol. 15, nº 1, pp. 166-173.
- Libona, Diane
1968 “Sobre o Sistema Penitenciário na Guanabara”. *Cadernos Brasileiros*, vol. 10, nº 49, pp. 82-97, Rio de Janeiro.
- Lopes, José Reinaldo de L.
1988 “A Função Política do Poder Judiciário”. In: Faria, J. E. (org.), *Direito e Justiça: A Função do Judiciário*. São Paulo, Ática.
1994 “Justiça e Poder Judiciário ou a Virtude Confronta a Instituição”. *Revista USP*, março-maio.
- Luçan, Solange
1995 “Violência no Rio de Janeiro. Desordem e Caos Social na Cidade Maravilhosa: Imagem & Leitores & Mídia. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ.
1998 Violência no Rio de Janeiro: Desordem e Caos Social na Cidade Maravilhosa: Imagem & Leitores & Mídia”. *Comunicação & Política*, vol. 5, nº 2, maio-ago., pp. 123-156.
- Luppi, Carlos Alberto
1979 *Araceli: Corrupção em Sociedade: Tóxico, Tráfico de Influência, Violência*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Macé, Eric
1999 “As Formas da Violência Urbana: Uma Comparação entre França e Brasil”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol.11, nº 1, maio, pp. 177-188.
- Macedo e Castro, João P.
1998 Não Tem Doutores da Favela, mas na Favela Tem Doutores. Padrões de Interação em uma Favela do Subúrbio Carioca nos anos 90. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.
- Machado da Silva, Luiz A.
1967 “A Política na Favela”. *Cadernos Brasileiros*, vol. 9, nº 3, pp. 35-47, Rio de Janeiro.

- 1971 Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.
- 1992 "Violência Urbana e Organização Social no Brasil". In: *Polícia Militar, Estado e Sociedade: Os Desafios da Modernidade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- 1993 "Violência Urbana: Representação de uma Ordem Social". In: Nascimento, E. P. e Barreira, I. A. F. (orgs.), *Brasil Urbano: Cenários da Ordem e da Desordem*. Rio de Janeiro, Notrya/Sudene/UFCE.
- 1993a Crime Organizado, Violência e Ordem Social. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- 1994 "Violência e Sociabilidade: Tendências da Conjuntura Urbana no Brasil". In: Ribeiro, L. C. de Q. e Santos Jr., O. (orgs.), *Globalização, Fragmentação, Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1995 "Um Problema na Interpretação da Criminalidade Urbana Violenta". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 493-51, Brasília.
- 1999 "Criminalidade Violenta: Por uma Nova Perspectiva de Análise". *Revista de Sociologia e Política*, nº 3, pp. 115-124, Curitiba.
- Machado da Silva, Luiz A. e Figueiredo, Ademir
- 1978 "A Partir de um Ponto do Jogo do Bicho". *Anais da 30ª Reunião Anual da SBPC*, São Paulo.
- Machado, E. e Tappareli, G.
- 1993 "Violência Juvenil, Inflação e Morte nas Quadrilhas de Salvador". *Cadernos do CEAS*, nº 165, Salvador.
- Marcílio, Maria Luiza
- 1998 "A Construção dos Direitos da Criança Brasileira. Século XX". In: Marcílio, M. L. e Pussoli, L. (coords.), *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, Editora LTR.
- 1998a "A Lenta Construção dos Direitos da Criança Brasileira". *Revista da USP*, nº 37, mar./maio, pp. 46-47.
- Maricato, Ermínia
- 1996 *Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo, Hucitec (Série Arte e Vida Urbana, nº 4).
- Marques, Fernanda T.
- 1997 A "Maldição" das Ruas – O Estigma do Pivete: Um Estudo da Infância Trabalhadora de Rua na Cidade de Santos/SP. Dissertação de Mestrado, UNESP.
- Marques, João B. de A.
- 1976 *Marginalização: Menor e Criminalidade*. São Paulo, McGraw-Hill.
- Marques Junior, Gessé
- 1991 A Vida no Fio: Crime e Criminalidade num Albergue de Campinas. Tese de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, Unicamp.
- Marques, João B. de A. e Machado, Marcelo L.
- 1993 *História de um Massacre. Casa de Detenção de São Paulo*. São Paulo/ Brasília, Cortez/OAB.

- Martins, José de S.
 1990 "Linchamentos – A Vida por um Fio". *Travessia*, Ano 2, nº 4, pp. 21-27, maio-ago., São Paulo.
 1991 "Lynchings - Life by a Thread: Street Justice in Brazil, 1979-1988". In: Huggins, M. K. (ed.), *Vigilantism and the State in Modern Latin America (Essays on Extralegal Violence)*. New York, Praeger Publishers, pp. 21-32.
 1992 *Subúrbio. Visão Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*. São Paulo, Hucitec.
 1993 *O Massacre dos Inocentes: A Criança sem Infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
 1995 "As Condições do Estudo Sociológico dos Linchamentos no Brasil". *Estudos Avançados*, nº 25, São Paulo.
 1996 "Linchamento, o Lado Sombrio da Mente Conservadora". *Tempo Social*, São Paulo
- Massena, Rosa M. R.
 1986 "A Distribuição Espacial da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 48, nº 3.
- Matos, Cláudia
 1982 *Acertei no Milhar: Samba e Malandragem no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Mattos, Marcelo B.
 1991 *Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados na Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, UFF.
 1993 "As Contravenções no Rio de Janeiro no Início do Século". *Revista do Rio de Janeiro*, UERJ.
- Meirelles, Z. V.
 1998 *Vida e Trabalho de Adolescentes no Narcotráfico numa Favela do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública-Fiocruz.
- Mello, Marcelo P. de
 1989 *A História Social dos Jogos de Azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Mello Jorge, Maria Helena P.
 1996 "Mortalidade de Jovens das Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo". *Revista de Saúde Pública*, vol. 30, nº 4, USP.
 1998 "Como Morrem Nossos Jovens". In: Berquó, E. (org.), *Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas*. Brasília, CNPq.
- Menandro, Paulo R. M.
 1984 "A Questão Carcerária: Um Problema Técnico?". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 36, nº 3, pp. 62-89, Rio de Janeiro.
- Menezes, Eduardo D. B. de
 1982 "A Violência da Cidade no Discurso Radiofônico". *Revista de Ciências Sociais*, vols. 12-13, nº 1-2, Fortaleza, UFCE.

- Menezes, Lená M.
- 1992 *Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- 1996 *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- Mesquita, Myriam
- 1996 "Homicídios de Crianças e Adolescentes". *Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Minayo, Maria Cecília de S.
- 1990 "A Violência na Adolescência: Em Foco a Adolescência 'Descamisada'". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 6, nº 3, pp. 278-292, Rio de Janeiro.
- 1990a "A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 6, nº 3, Rio de Janeiro.
- 1994 "A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública". *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10, Suplemento 1, Rio de Janeiro.
- 1997 "Violência, Direitos Humanos e Saúde". In: Canesqui, A. M. (org.), *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco.
- 1998 "Drogas Ilegais, Mercado e Violência". In: Baptista, M. e Inem, C. (orgs.), *Toxicomanias. Abordagem Interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Sette Letras.
- 1999 *Fala, Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/ Brasília, Garamond/Unesco.
- Minayo, Maria Cecília de S. e Assis, Simone G. de
- 1993 "Violência e Saúde na Infância e Adolescência: Uma Agenda de Investigação Estratégica". *Saúde em Debate*, nº 39, pp. 58-63, Rio de Janeiro.
- 1993a "Violência e Abuso Físico na Infância". In: Eisenstein, E. e Souza, R. P. de (orgs.). *Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro, Vozes.
- 1994 "Saúde e Violência na Infância e Adolescência". *Jornal da Pediatria*, vol. 70, nº 5, pp. 263-267, Rio de Janeiro.
- Minayo, Maria Cecilia de S. e Souza, E. R.
- 1990 *Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Saúde*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.
- 1998 "Violência e Saúde como Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva". *História, Ciência e Saúde*, vol. 4, nº 3, pp. 513-531, Rio de Janeiro.
- Minayo, Maria Cecília de S. et alii
- 1992 "O Ventre Perverso da Mãe de Rua. Meninos e Meninas de Rua: Expressão Paradigmática Antiecológica da Violência Social Brasileira". In: Leal, M. do C.; Sabroza, P. C.; Rodriguez, R. H. e Buss, P. M. (orgs.), *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: Processos e Conseqüência sobre as Condições de Vida*. Rio de Janeiro/São Paulo, Hucitec/Abrasco.
- 1993 *O Limite da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec/Abrasco.

- Minc, Carlos
 1998 "Crime Organizado e Política de Segurança Pública no Rio de Janeiro". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 177-197, Rio de Janeiro.
- Mingardi, Guaracy
 1992 *Tiras, Gansos e Trutas. Cotidiano e Reforma da Policia Civil*. São Paulo, Scritta Editorial.
 1996 Estado e o Crime Organizado. Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo, FFLCH-USP.
 1998 "O Que É Crime Organizado: Uma Definição das Ciências Sociais". *Revista do Ilanud*, nº 8, São Paulo.
- Ministério da Justiça
 1980 *Criminalidade e Violência*. Brasília, Relatório dos Cientistas Sociais, vol. 1.
 1980a *Criminalidade e Violência*. Brasília, Relatório e Conclusões da CPI sobre o Sistema Penitenciário, vol. 2.
- Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
 1988 "Sistema Penitenciário Brasileiro. As Prisões no Norte do País". *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, vol. 1, nº 1, pp. 6-68, Brasília.
 1988a "Sistema Penitenciário Brasileiro. As Prisões no Norte do País". *Revista de Política Criminal e Penitenciária*, vol. 1, nº 2, pp. 253-309, Brasília.
- Miralles, Tereza *et alii*
 1978 *O Sistema Penal na Cidade do Rio de Janeiro: Fator Criminógeno*. Rio de Janeiro: Liber Juris/Fac. Direito Candido Mendes.
- Miralles, T.; Miranda Rosa, F. A. e Cerqueira Filho, G.
 1979 *Alguns Comportamentos Sociais e sua Representação na Sociedade Urbana Brasileira (Reações Sociais a Comportamentos de Desvio)*. Rio de Janeiro, Cejur/Nepecs.
- Miranda, Ana Paula Mendes de
 1999 "Soltando o Leão: Observações sobre as Práticas de Fiscalização do Imposto de Renda". *Cadernos de Campo*, nº 8, pp. 29-44, USP.
- Miranda Rosa, Felipe A. de
 1966 *Patologia Social: Uma Introdução ao Estado da Desorganização Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
 1985 *Justiça e Autoritarismo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Miranda Rosa, Felipe A. de *et alii* (coords.)
 1979 *Alguns Comportamentos Sociais e sua Representação na Sociedade Urbana Brasileira (Reações Sociais e Comportamentos de Desvio)*. Rio de Janeiro, Cejur/Nepecs.
- Miranda Rosa, Felipe A. de *et alii*
 1981 *Direito e Conflito Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
 1982 *Direito e conflito Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Cejur/Nepecs-Finep.

Misse, Michel

- 1979 *O Estigma do Passivo Sexual. Um Símbolo de Estigma no Discurso Cotidiano.* Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.
- 1981 "Sobre o Conceito de Conflito Social". In: Miranda Rosa, F. A. de et alii, *Direito e Conflito Social.* Rio de Janeiro, Zahar.
- 1982 "Direito e Conflito Social em Nova Iguaçu", in Miranda Rosa, F. A. de et alii, *Direito e Conflito Social no Brasil.* Rio de Janeiro, Cejur/Nepecs-Finep.
- 1983 *A Reprodução das Práticas Criminais numa Situação de Marginalidade Social.* Rio de Janeiro, Socii/CNPq.
- 1985 "Sociologia e Criminalização" In: Sabina, M. (org.), *Maconha em Debate.* São Paulo, Brasiliense.
- 1987 *Direito ao Direito: Tipos de Organizações de Apoio ao Acesso Popular à Justiça no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, OAB-RJ/Interamerican Foundation.
- 1994 "Criminalidade Urbana Violenta: O Problema das 'Causas'". *Comunicação & Política*, nº 1, Nova Série, Rio de Janeiro.
- 1995 "Crime e Pobreza: Velhos Enfoques, Novos Problemas". In: Villas-Boas, G. e Gonçalves, M. A. (orgs.), *O Brasil na Virada do Século.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- 1995a "Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil: Uma Abordagem Crítica, Acompanhada de Sugestões para uma Agenda de Pesquisas". *Série Estudos*, nº 91, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 1997 "Cidadania e Criminalização no Brasil: O Problema da Contabilidade Oficial do Crime". In: Misse, M. (org.), *O Crime Violento no Rio: O Problema das Fontes* (Série Iniciação Científica, nº 9), Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ.
- 1997a "As Ligações Perigosas: Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e Violência no Rio de Janeiro". *Contemporaneidade e Educação*, Ano 2, nº 1, pp. 93-116, Rio de Janeiro.
- 1998 "O Final da Cadeia. Interpretações da Violência no Rio". In: Neves, L. F. B. e Castelo Branco, G. (orgs.), *Michel Foucault: Da Genealogia do Poder à Estética da Existência.* Rio de Janeiro, Editora Nau e CCBB; Londrina, Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- 1999 *Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro.* Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 2000 "Violência: O Mal que Ela Faz". *Rumos do Desenvolvimento*, vol. 24, nº 176, Rio de Janeiro, ABDE.
- 2000a "O 'Movimento' – A Consolidação das Redes de Varejo de Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro". Trabalho apresentado no III Simpósio Internacional sobre as Toxicomanias, Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ.

Misse, Michel et alii

- 1973 *Delinquência Juvenil na Guanabara. Uma Introdução Sociológica.* Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça da Guanabara e Juizado de Menores da Guanabara.

Misse, Michel e Motta, Dílson

- 1979 *Crime: O Social pela Culatra.* Rio de Janeiro, Achiamé/Socii.

Misse, Michel (org.)

- 1997 *O Crime Violento no Rio: O Problema das Fontes.* Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, (Série Iniciação Científica, nº 9).

- Montes, Maria Lúcia
 1996 "Cultura, Violência e Organizações Comunitárias". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ Editora FGV.
- Moraes, Bismael B. (coord.)
 1990 *O Papel da Polícia no Regime Democrático: Um Simpósio na Academia de Polícia de São Paulo*. São Paulo, Mageart.
- Morais, David
 1998 "A Criminalidade Urbana no Rio de Janeiro: Uma Abordagem Espaço Temporal". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 231-255.
- Morais, Régis
 1987 *O Que É Violência Urbana?* (2ª ed.). São Paulo, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos, nº 42).
- Morais Filho, Antônio Evaristo
 1988 "Principado da Rocinha: Apenas o Fio da Meada". *OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, São Paulo, n. 43, p. 24-39.
- Moreira, Marcelo R.
 2000 *Nem Soldados, Nem Inocentes: Jovens e Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Ciências, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.
- Mota, Paula P.
 1995 *A Polícia e os Pobres: Representações Sociais e Práticas em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro e o Serviço Social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Mott, Luiz
 1987 "Heranças da Inquisição". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28, pp. 15-16.
 1997 "Abuso Sexual Ritualístico". In: Azevedo, M. A. e Guerra, V. N. de A. (orgs.), *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento* (2ª ed.). São Paulo, Cortez.
 1997a "Crime Homofóbico: Viado Tem Mais é que Morrer!". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 2, nº 4, pp. 121-130, Rio de Janeiro.
- Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP)
 1991 *Vidas em Risco. Assassinato de Crianças e Adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, MNMMR/IBASE/NEV-USP.
- Muakad, Irene B.
 1984 *Prisão Albergue*. São Paulo, Cortez.
- Muniz, Jacqueline
 1996 "Os Direitos dos Outros e Outros Direitos: Um Estudo sobre a Negociação de Conflitos nas DEAMs/Rio de Janeiro". In: Soares, L. E. (ed.), *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
 1996a "A Central Disque-Denúncia no Rio de Janeiro". *Revista do 3º Seminário Nacional sobre Segurança, Justiça e Cidadania*. Rio de Janeiro, Viva Rio/Ministério da Justiça/PNUD.

- 1999 Ser Policial É, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 2000 “Registros de Ocorrência da PCERJ como Fonte de Informações Criminais”. In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- Muniz, Jacqueline e Larvie, Sean P.
1995 Um Ano de Policiamento Comunitário. A Experiência de Copacabana. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, ISER.
- Muniz, Jacqueline; Larvie, Sean P. e Musumeci, Leonarda
1998 “Imagem da Desordem e Modelo de Policiamento”. *Comunicações do ISER*, Ano 17, nº 49, Rio de Janeiro.
- Muniz, Jacqueline e Soares, Barbara M.
1998 Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ISER.
- Muniz, Jacqueline *et alii*
1997 “Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, maio, pp. 197-213.
- Muniz Sodré
1996 “A Sedução dos Fatos Violentos”. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 1, 1º sem., pp. 207-214, Rio de Janeiro.
- Musumeci, Leonarda *et alii*
1996 *Segurança Pública e Cidadania. A experiência do Policiamento Comunitário em Copacabana (1994-1995)*. Rio de Janeiro, ISER.
- Nascimento, Denise N. do
1997 “Continuidades sobre a Delinquência Juvenil no Rio de Janeiro”. In: Misse, M. (org.), *O Crime Violento no Rio: Um Exame Preliminar das Fontes*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ (Série Iniciação Científica, nº 8).
- Nascimento, Tânia M.
1991 “A Militarização do Sistema Penitenciário”. *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 2, vol. 2, nº 7, pp. 84-121, Porto Alegre.
- Neder, Gizlene
1986 Criminalidade, Justiça e Mercado de Trabalho no Brasil. Tese de Doutorado em História, São Paulo, FFLCH-USP.
1993 “Em nome de Tântos. Aspectos da História do Sistema Penitenciário no Brasil”. *Cadernos do CEUEP*, nº 1, Rio de Janeiro.
1994 “Instituição Policial e as Estratégias de Controle Social no Rio de Janeiro na República Velha”. *Arquivo & História*, nº 1, Niterói.
1994a *Violência e Cidadania*. Porto Alegre, Fabris.
1995 *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre, Fabris.
1998 “Os Estudos sobre Escravidão e as Relações entre a História e o Direito”. *Tempo*, vol. 3, nº 6, Departamento de História da UFF, Niterói.

- 2000 *O Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/ Instituto Carioca de Criminologia (Coleção Pensamento Criminológico).
- Neder, Gizlene; Naro, Nancy e Werneck da Silva, José L.
1981 "A Policia na Corte e no Distrito Federal: 1831-1930". *Série Estudos*, nº 3, Departamento de História, PUC-Rio.
- Neme, Cristina
1999 A Instituição Policial na Ordem Democrática: O Caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, São Paulo, FFLCH-USP.
- Novaes, Regina R.
1997 "Juventudes Cariocas: Mediações, Conflitos e Encontros Culturais". In: Vianna, H. (org.), *Galerias Cariocas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Novaes, Regina; Catela, Ludmila e Nascimento, Rozeclea
1996 *Caminhos Cruzados: Juventude, Conflitos e Solidariedade*. Rio de Janeiro, ISER.
- Novaes, Regina R. e Kant de Lima, Roberto (orgs.)
2001 *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói, EdUFF, Coleção Antropologia e Ciência Política, 30.
- Nunes, Edson
2000 *A Revolta das Barcas*. Rio de Janeiro, Garamond.
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Seção de São Paulo. Comissão dos Direitos Humanos
1993 *Execuções Sumárias de Menores em São Paulo*. São Paulo, OAB-SP.
- Ocqueteau, Frédéric
1997 "A Expansão da Segurança Privada na França: Privatização Submissa da Ação Policial ou Melhor Gestão da Segurança Coletiva?". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, maio, pp. 185-195.
- Oliveira, Dijaci D.; Geraldês, Elen C. e Lima, Ricardo B.
1988 *Primavera Já Partiu: Retratos dos Homicídios Femininos no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
1998 *A Cor do Medo: Homicídios e Relações Raciais no Brasil*. Brasília: Ed. UFG (Série Violência em Manchete).
- Oliveira, Isabel R. de
1998 "A Política de Direitos Humanos do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Reflexões para uma Avaliação". *Comunicação & Política*, vol. 5, nº 2, maio-ago., pp. 87-103.
- Oliveira, Luciano
1985 "Polícia e Classes Populares". *Cadernos de Estudos Sociais*, vol. 1, nº 1, pp. 85-96, Recife.
1985a "Práticas Judiciárias em Comissariados de Policia em Recife". *Revista da OAB-RJ (A Instituição Policial)*, nº 22, pp. 187-206.

- 1994 *Do Nunca Mais ao Eterno Retorno: Uma Reflexão sobre a Tortura no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- 1995 *A Dupla Face da Violência*. Coleção Oxente, Ano 3, nº 2, Recife, Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Nordeste.
- 1995a *Imagens da Democracia: Os Direitos Humanos e o Pensamento Político de Esquerda no Brasil*. Recife, Pindorama Editora.
- Oliveira, Luciano e Pereira, Afonso
- 1987 “A Polícia na Boca do Povo e a Percepção Social do Combate à Violência”. *Symposium*, vol. 29, nº 2, pp. 31-47, Recife, Universidade Católica.
- Oliveira, Marcelo J.
- 1997 O Lugar do Travesti em Desterro. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- Oliveira, Nelson de; Ribeiro, Lutz M. S. e Zanetti, José C. (orgs.)
- 2000 *A Outra Face da Moeda. Violência na Bahia*. Salvador, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador.
- Oliveira, Odete M. de
- 1984 *Prisão: Um Paradoxo Social*. Florianópolis, UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- Oliven, Ruben G.
- 1979 “Culture Rules OK: Class and Culture in Brazilian Cities”. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 3, nº 1, pp. 29-48, Londres.
- 1980 “Marginalidad Urbana en América Latina”. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, vol. 7, nº 19, pp. 49-62, Santiago, Chile.
- 1980a “A Violência como Mecanismo de Dominação e como Estratégia de Sobrevivência”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 3.
- 1981 “Aspectos Económicos, Políticos y Culturales de la Marginalidad Urbana en América Latina”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 43, nº 4, pp.1627-1643.
- 1981a “Chame o Ladrão: Vítimas da Violência no Brasil”. In: Boschi, R. (ed.), *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1989 *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Paiva, Leila M. L. de
- 2000 *Justiça pelas Próprias Mãos: Análise Social do Grupo de Extermínio Mão Branca na Cidade de Campina Grande, Paraíba (1978-1982)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campina Grande, UFPB.
- Paixão, Antônio L.
- 1982 “A Organização Policial numa Área Metropolitana”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 1, pp. 63-85.
- 1982a “Crimes e Criminosos em Belo Horizonte: Uma Exploração Inicial das Estatísticas Oficiais de Criminalidade”. In: Boschi, R. (ed.), *Violência e Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1983 “Crimes e Criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978”. In: Pinheiro, P. S. (org.), *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- 1984 “Uma Saga Carcerária”. *Temas IMESC*, vol. 2, nº 2, pp. 97-100, São Paulo.
- 1985 “A Distribuição da Segurança Pública e a Organização Policial”. *Revista da OAB-RJ (A Instituição Policial)*, nº 22, julho, pp. 167-186.

- 1987 Indicadores Sociais de Criminalidade. *Relatório Ministério da Justiça - Programa Ruas em Paz*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- 1987a *Recuperar ou Punir?: Como o Estado Trata o Criminoso*. São Paulo, Cortez (Coleção Polêmicas).
- 1988 "Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia: As Metáforas da Cidadania". In: Reis, F. W. e O'Donnell, G. (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo, Vértice, pp. 168-199.
- 1990 "A Violência Urbana e a Sociologia: Sobre Crenças e Fatos, Mitos e Teorias". *Religião e Sociedade*, vol. 15, nº 1, pp. 68-81.
- 1991 "Polícia e Segurança Pública". *Alferes. Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*, vol. 9, nº 30, pp. 27-41.
- 1991a "Segurança Privada, Direitos Humanos e Democracia". *Novos Estudos Cebrap*, nº 31, pp.130-141.
- 1994 "Problemas Sociais, Políticas Públicas: O Caso do Tóxico". In: Zaluar, A. (org.), *Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo, Brasiliense, pp. 129-145.
- 1994a "Violência Urbana e Políticas Públicas de Controle da Criminalidade". In: *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- 1995 "O Problema da Polícia". *Série Estudos*, nº 91, pp. 5-21, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- 1995a "Crime, Controle Social e a Cultura Oficial da Sociologia". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 513-521, Brasília.
- Paixão, Antônio L. e Andrade, Luciana T. de
1996 "Crime e Segurança Pública". In: Dulci, O. S. e Neves, M. de A. (orgs.), *Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte, C/Arte-FAFICH.
- Paixão, Antônio L. e Beato Filho, Cláudio C.
1997 "Crimes, Vítimas e Policiais". *Tempo Social*, vol. 9, nº 1, maio, pp. 233-248.
- Pandolfi, Dulce Chaves *et alii* (orgs.)
1999 *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Paoli, Maria Célia
1974 *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo, Pioneira.
1977 *Pólos de Agressão na Sociedade Urbana: Análise da Criminalidade Paulista e de suas Formas de Contenção*. São Paulo, FAPESP.
1982 "Violência e Espaço Civil". In: *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Pastore, José
1991 *Crime e Violência Urbana*. São Paulo, IPE/USP.
- Passeti, Edson *et alii*
1982 *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo, Cortez.
- Peppe, Atílio M.
1992 *Associativismo e Política na Favela Santa Marta*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP
- Peralva, Angelina
1996 "Démocratie et Violence: Le Cas de Rio de Janeiro". *Problèmes d'Amérique Latine*, nº 23, Paris.

- Pereira, Carlos A. M.
2000 "O Brasil do Sertão e a Mídia Televisiva". In: Pereira, C. A. M. et alii, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 113-162.
- Pereira, Carlos A. M. et alii
2000 *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Perlman, Janice
1977 *O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Perruci, Maud F. de A.
1983 *Mulheres Encarceradas*. São Paulo, Global.
- Pezzin, Lilian
1986 *Criminalidade Urbana e Crise Econômica*. São Paulo, IPE/USP.
- Pietá, Elói e Pereira, Justino
1993 *Pavilhão 9. O Massacre do Carandiru*. São Paulo, Página Aberta.
- Pimentel, Sílvia; Di Giorgi, Beatriz e Piovesan, Flávia
1993 *A Figura/Personagem Mulher em Processos de Família*. Porto Alegre, Fabris Editor.
- Pimentel, Sílvia; Schritzmeyer, Ana L. P. e Pandjarian, Valéria
1998 *Estupro: Crime ou "Cortesia"? Abordagem Sócio-Jurídica de Gênero*. Porto Alegre, Fabris Editor.
1998a "Estupro: Direitos Humanos, Gênero e Justiça". *Revista USP*, nº 37, mar./maio, pp. 46-47.
- Pinheiro, Paulo S.
1979 "Violência do Estado e Classes Populares". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 3, pp. 5-24.
1981 "Autoritarismo e Transição". *Revista USP*, nº 9, mar./maio, pp. 45-56.
1981a "Polícia e a Crise Política: O Caso das Polícias Militares". In: DaMatta, R. (org.), *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, pp. 57-92.
1981b "Violência e Cultura". In: Lamounier, Bolivar et alii (orgs.), *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo, Queroz, pp. 31-60.
1983 "Violência Sem Controle e Militarização da Polícia". *Núcleo de Estudos do Cebrap*, vol. 2, nº 1.
1984 *Escritos Indignados*. São Paulo, Brasiliense.
1985 "O Controle da Polícia no Processo de Transição Democrática no Brasil". *Temas Imesc: Sociedade, Direito, Saúde*, pp. 77-95, dez., São Paulo.
1986 *Município, a Violência e a Segurança Pública*. São Paulo, Cidade Press.
1987 *Repressão e Insurreição: Comunistas, Tenentes, e Violência do Estado no Brasil; 1922-1935*. Tese de Livre Docência, São Paulo, FFLCH-USP.
1987a "Dialética dos Direitos Humanos". In: Sousa Junior, J. G. (org.), *Direito Achado na Rua*. Brasília, Ed. da UnB, pp. 83-5.
1988 "Cotidiano e a Violência". *Tempo e Presença*, nº 229, abril, pp. 6-7, São Paulo.
1988a "Violência: A Tortura Resiste". *Humanidades*, vol. 5, nº 18, pp. 63-66, Brasília.

- 1990 "Notas sobre o Futuro da Violência na Cidade Democrática". *Revista USP*, nº 5, março/maio, pp. 43-46.
- 1991 "Autoritarismo e Transição". *Revista USP*, nº 9, pp. 37-56, São Paulo.
- 1992 "Pena de Morte e Violência". *Travessia - Revista do Migrante*, vol. 5, nº 13, maio./ago., pp.13-17, São Paulo.
- 1994 "Pobreza, Violência e Direitos Humanos". *Novos Estudos Cebrap*, nº 39, São Paulo.
- 1995 "Violência, Ficção e Realidade". In: Souza, M. W. (ed.), *Sujeito, o Lado Oculto Receptor*. São Paulo, Brasiliense.
- 1995a "Tráfico Não é Guerrilha". In: Faria, M. F. S. (coord.), *Meio Ambiente e Sociedade*. Rio de Janeiro, Senac/Dn/Dfp, pp. 47-49.
- 1996 "A Polícia e os Movimentos Sociais no Brasil". In: Pinheiro, P. S. et alii, *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
- 1997 "Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1, maio, pp. 43-52.
- 1998 "Polícia e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro". In: Pinheiro, P. S. et alii, *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond, pp. 175-190.
- 1998a "Diagnósticos da Violência". In: Pinheiro, P. S. et alii, *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond, pp. 13-17.
- 2000 "Democratic Governance, Violence, and the (Un)Rule of Law". *Daedalus*, vol. 129, nº 2, pp.119-143.

Pinheiro, Paulo S. et alii

- 1982 *A Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- 1983 *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- 1991 "Violência Fatal: Conflitos Policiais em São Paulo (81-89)". *Revista USP*, março-maio, pp. 95-112.
- 1996 *O Papel da Polícia no Regime Democrático*. São Paulo, MAGEART.
- 1998 *São Paulo Sem Medo: Um Diagnóstico da Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Garamond.

Pinheiro, Paulo S. e Adorno, Sérgio

- 1988 "A Tortura Resiste". *Humanidades*, nº 18, pp. 63-66, Brasília.
- 1993 "Violência Contra Crianças e Adolescentes, Violência Social e Estado de Direito. Trabalho apresentado no Congresso Internacional II Direito dei "Minori" in Brasile, Macerata.

Pinheiro, Paulo S. e Mesquita Neto, Paulo de

- 1998 "Direitos Humanos no Brasil: Perspectivas no Final do Século". In: *Cinqüenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pesquisas*, São Paulo – Fundação Konrad Adenauer, 11, pp. 53-70.
- 1999 *Primeiro Relatório de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Realizações e Desafios*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudo da Violência.

Pinheiro, Paulo S. e Braun, Eric (Comissão Teotônio Vilela)

- 1986 *Democracia x Violência: Reflexões para a Constituinte*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Coleção Pensamento Crítico, vol. 67).

- Pinheiro, Paulo S. e Sader, Emir
1985 "O Controle da Polícia no Processo de Transição Democrática". *Temas IMESC*, vol. 2, nº 2, pp.77-95, São Paulo.
- Pinto, Maria Dina N.
1990 "O Outro Lado do Mundo. As Presas do Talavera Bruce como Categoria Liminar". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, vol. 1, nº 5, pp. 9-68, Porto Alegre.
- Pinto, Rolando F. da S.
1984 Qualificação de Recursos Humanos para a Polícia Judiciária. Uma Nova Abordagem. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, ICHIF/UFF.
- Piovesan, Flávia; Jorge, Maria Helena P. de M. e Rasslan, Samir
1997/1998 "A violência no Trânsito: Da Indisciplina à Loucura. In: Lerner, Júlio (coord.). *Cidadania, Verso e Reverso*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Pires, Cecília
1985 *A Violência no Brasil*. São Paulo, Moderna.
- Porto, Maria Stela G.
2000 "A Violência entre a Inclusão e a Exclusão Social". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 12, nº 1, pp. 187-200, maio.
- Pussoli, Lafaiete
1998 "A Pessoa Portadora de Deficiência no Âmbito dos Direitos Humanos". In: Marcílio, M. L. e Pussoli, L. (coords.), *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, Editora LTR.
- Puty, Zinaldo C. B.; Barcellos, Cláudio F. e Daniel, Eduavaldo
1982 *Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Codrecri.
- Queirolo, Silvia
1984 "Periculosidade: Da Norma Médica à Norma Jurídica". *Temas IMESC*, vol.1, nº 2, pp. 93-100, São Paulo.
- Queiroz, José
1984 *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo, Cortez.
1985 *As Prisões, os Jovens e o Povo*. São Paulo, Paulinas.
- Queiroz, Maria Isaura P. de
1968 *Os Cangaceiros: Les Bandits d'Honneur Brésiliens*. Paris: Julliard. (tradução em português: São Paulo, Duas Cidades, 1972)
- Queiroz, Renato da S.
1998 "Nascemos para Matar? Notas sobre o Comportamento Agressivo". *Revista de Etnologia*, número especial, São Paulo.
- Rafael, Antônio
1998 *Um Abraço para Todos os Amigos*. Niterói, EdUFF.
- Ramalho, José Ricardo
1979 *O Mundo do Crime. A Ordem pelo Avesso*. Rio de Janeiro, Graal.
- Ramos, Silvia (org.).
1994 *Mídia e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, Faperj.

- Rech, Danil
1990 "A Violência, o Crime e a Justiça". *Travesia. Revista do Migrante*, vol. 2, nº 4, pp. 29-32, São Paulo.
- Resende, Juliana
1995 *Operação Rio*. São Paulo, Scritta.
- Ribeiro, Carlos A. C.
1995 *Cor e Criminalidade. Estudo e Análise da Justiça do Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Rico, José Maria
1978 *Crime et Justice en Amerique Latine*. Montréal e Paris, Presses Universitaires de Montréal e Librairie Vrin.
- Rios, José Artur
1989 "Motins em Prisões: Seus Fatores e Possibilidades de Preveni-los". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 1, vol. 1, nº 1, pp. 42-49, Porto Alegre.
1995 "Criminal Victimization in the Developing World". In: Vglesa, Z. e Frate, A. A. (eds.), *Interregional Crime and Justice*, 55, Research Institute, Roma, Unicri-UN.
- Rizzini, I.
1997 *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Usuário Editora Universitária.
- Rizzini, I. (org.)
1993 *A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro, Editora da USU.
- Rocha, Luis Carlos
1984 *Vidas Presas: Uma Tentativa de Compreender a Tragédia da Criminalidade junto a seus Personagens Oprimidos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Rodrigues, Antônio E. M.; Falcón, Francisco J. C. e Neves, Margarida de S.
1981 "A Guarda Nacional do Rio de Janeiro, 1831-1918". *Série Estudos*, nº 5, PUC-Rio.
- Rodrigues, José Augusto de S.
1993 *Imagens da Ordem e da Violência na Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ.
1996 "A Economia Política do Medo". *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Ano 1, nº 2, 2º sem., pp. 269-276, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, Nina
1957 *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador, Livraria Progresso.
- Romero, A.
1967 *Origem da Imoralidade no Brasil. História da Formação do Caráter Nacional*. Rio de Janeiro, Conquista.
- Rondelli, Elizabeth
1997 "Mídia e Violência: Ação Testemunhal, Práticas Discursivas, Sentidos Sociais e Alteridade". *Comunicação & Política*, vol. 4, nº 3, set.-dez., pp. 141-160.

- 2000 "Imagens da Violência e Práticas Discursivas". In: Pereira, C. A. M. *et alii*, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 144-162.
- Rubinger, Maria da Conceição M. e Von Smgay, Karin E.
1986 "Violência Contra a Mulher – Caso de Polícia?". *Ciência e Cultura*, vol. 38, nº 9, pp.1477-1633, São Paulo.
- Sá, Domingos B. S.
1999 "Projeto para uma Política de Drogas no País". In: Zaluar, A. (org.) *Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo, Brasiliense.
- Sadek, Maria Teresa
1995 *Uma Introdução ao Estudo do Judiciário*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
1995a *O Judiciário em Debate*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
1997 *O Ministério Público e a Justiça no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
1999 *O Sistema de Justiça*. São Paulo, Idesp.
2000 "Cidadania e Ministério Público". In: Sadek, M. T. (org.), *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Sadek, Maria Teresa (org.).
2000 *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Saffioti, Heleieth I. B.
1994 "Violência de Gênero no Brasil Atual". *Estudos Feministas*, número especial, 2º sem., pp. 443-461.
1994a A Vida por um Fio: A Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Contemporâneo. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
1997 "Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo". In: Saffioti, H. I. e Vargas, M. (eds.), *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos.
1999 "O Estatuto Teórico da Violência de Gênero". In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 142-163.
- Saffioti, Heleieth I. B. e Almeida, Suely S.
1995 *Violência de Gênero, Poder e Impotência*. Rio de Janeiro, Revinter.
- Salla, Fernando A.
1991 O Trabalho Penal: Uma Revisão Histórica e as Perspectivas Frente à Privatização das Prisões. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
1991a "A Questão das Privatizações das Prisões". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 3, vol. 2, nº 9, pp.145-151, Porto Alegre.
1997 O Encarceramento em São Paulo: Enxovias à Penitenciária do Estado. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Salvadori, Maria Angela B.
1990 Capoeiras e Malandros: Pedacos de uma Sonora Tradição Popular, 1890-1950. Dissertação de Mestrado em História, Campinas, Unicamp.
- Sanches Filho, Alvino O.
2000 "Ministério Público e Controle Externo da Polícia na Bahia". In: Sadek, M. T. (org.), *Justiça e Cidadania no Brasil*. São Paulo, Idesp/Sumaré.

- Santos, Boaventura de Souza
 1977 "The Law of Opressed: the Construction and Reproduction of Legality in Pasargada", *Law & Society Review*, v. 12, nº 1.
- Santos, Rivanildo M. dos
 2000 Estudo de Caso de uma "Instituição Total": O Manicômio Judiciário Henrique Roxo. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Santos, Roberto A. O.
 1986 "Com a Trave no Olho: A Criminalidade Policial no Pará". *Temas IMESC*, vol. 3, nº 1, pp. 49-79, São Paulo.
 1990 "Crime em Belém e Crime no Mundo. Por quê?". *Travessia - Revista do Migrante*, vol. 2, nº 4, pp.13-16, São Paulo.
- Santos, Wanderley G. dos
 1979 *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Forense.
 1993 *As Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Santos Jr., Belisário dos *et alii*
 1997/1998 "O Verso e o Reverso da Cidadania na Criação de um Plano de Direitos Humanos". In: Lerner, J. (coord.), *Cidadania, Verso e Reverso*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Sapori, Luís F.
 1995 "A Administração da Justiça Criminal numa Área Metropolitana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 10, nº 29.
 2000 "Uma Abordagem Organizacional da Justiça Criminal na Sociedade Brasileira". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs), *Fórum de Debates - Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM.
- Schilling, Flávia
 1997 *Corrupção: Ilegalidade Intolerável? Comissões Parlamentares de Inquérito e a Luta contra a Corrupção no Brasil (1980-1992)*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH-USP.
 1998 "Governantes & Governados, Público & Privado: Alguns Significados da Luta Contra a Corrupção, o Segredo e a Mentira na Política". *Revista USP*, nº 37, março/maio, pp. 46-47.
- Schritzmeyer, Ana L. P. *et alii*
 1997/1998 "Pequenos Assassinatos: A Violência Incorporada à Vida Cotidiana". In: Lerner, J. (coord.), *Cidadania, Verso e Reverso*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Schwartz, Stuart B.
 1973 "Magistracy and Society in Colonial Brazil". *Hispanic American Historical Review*, L, nov., pp. 715-730.
 1979 *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751*. São Paulo, Perspectiva.
- Schwartzman, Simon
 1980 "Da Violência dos Nossos Dias". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 3.

- Sento-Sé, João Trajano
 1998 "Imagem da Ordem, Vertigens do Caos. Debate sobre as Políticas de Segurança Pública no RJ nos Anos 80 e 90". *Archè*, Ano 7, nº 19, pp. 41-73.
- Serra, Antônio
 1980 *O Desvio Nosso de Cada Dia. A Representação do Cotidiano num Jornal Popular*. Rio de Janeiro, Achiamé.
 1981 "A Medida de Segurança como Dispositivo do Direito Penal Moderno". *CADERNOS DO SOCII*, nº 1, Rio de Janeiro.
- Shirley, Robert W.
 1987 *Antropologia Jurídica*. São Paulo, Saraiva.
 1997 "Atitudes com Relação à Polícia em uma Favela do Sul do Brasil". *Tempo Social - Revista de Sociologia da Usp*, vol. 9, nº 1.
- Silo, Mário R. C.
 1998 "O Que Acontece Hoje com os Direitos Humanos?". In: Marcílio, M. L. e Pussoli, L. (coords.), *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, Editora LTR.
- Silva, Cátia A. P.
 1999 *Novas Facetas da Atuação dos Promotores de Justiça: Um Estudo sobre o Ministério Público e a Defesa dos Interesses Sociais*. Tese de Doutorado em Ciência Política, FFLCH/USP.
- Silva, Edilson M. A. da
 2000 *Patrulhando a Cidade. O Valor do Trabalho e a Construção de Estereótipos em um Programa Radiofônico*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Niterói, ICH-UFF.
- Silva, Eduardo
 1986 "O Quarto Escuro da História". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 27, pp. 65-72.
 1988 *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Silva, Eneleo A.
 1998 *Natureza Cultural da Justiça: Por uma Multidisciplinaridade da Justiça, vista através do Ritual da Violência Sexual no Presídio Masculino de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Florianópolis. UFSC.
- Silva, Hélio R. S.
 2000 "Do Caráter Nacional à Língua-Geral da Violência". In: Arantes, A. A. (org.), *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus.
- Silva, Hélio R. S. e Milito, Cláudia
 1995 *Vozes do Meio-Fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Silva, Iara I.
 1985 *Direito ou Punição? Representação da Sexualidade Feminina no Direito Penal*. Porto Alegre, Movimento.
- Silva, Jair M. da
 1998 "A Consideração da Dignidade Humana com Critério de Formulação de Políticas Públicas". In: Marcílio, M. L. e Pussoli, L. (coord.), *Cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo, Editora LTR.

- Silva, Jenifer K. L. da e Rodrigues, Suzana S. M.
 1989 "Um Estudo sobre a Formação do Estigma do Presidiário Considerado de Alta Periculosidade". *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Ano 1, vol. 1, nº 1, pp. 54-103, Porto Alegre.
- Silva, Jorge da
 1985 "Polícia Militar: O Outro Lado". *Revista da OAB-RJ (A Instituição Policial)*, nº 22, pp. 27-45.
 1990 *Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense.
 1992 "Segurança Pública e Privada no Brasil". In: Vários autores, Polícia Militar, Estado e Sociedade: Os Desafios da Modernidade. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
 1994 *Direitos Civis e Relações Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Luam.
 1996 "Militarização da Segurança Pública e a Reforma da Polícia: Um Depoimento". *Ensaio Jurídico – O Direito em Revista*, pp. 497-519, IBAJ.
 1997 "Representação e Ação dos Operadores do Sistema Penal do Rio de Janeiro". *Tempo Social*, vol. 9, nº 1, pp. 95-114.
 1998 *Violência e Racismo no Rio de Janeiro*. Niterói, EdUFF.
 1998a "Mapa de Risco do Rio de Janeiro e Insegurança Subjetiva". In: Estado e Sociedade. Refletindo a Transição: Políticas de Segurança Pública. *Cadernos de Estudos*, junho, Rio de Janeiro, FESP-RJ e ISAPE.
 1999 "Law Enforcement with the Community". In: Mendes, Errol P. et alii, *Democratic Policing and Accountability: Global Perspectives*. England and USA, Ashgate Publishing.
 2000 "The Favelados in Rio de Janeiro, Brazil". *Policing and Society*, vol. 10, nº 1, pp. 121-130, Holanda.
 2000a "Meios, Fins e Ilusões do Combate ao Crime" ("Means, Ends, and Illusions of the Fight Against Crime"). *Update*, Ano 16, nº 360, Suplemento Especial nº 5.
- Silva, Marcos F. G.
 1996 "A Economia Política da Corrupção". *Estudos Econômicos da Construção*, vol. 2, pp. 71-96.
- Silva, Marina A. M. de
 1991 "As Tatuagens e a Criminalidade Feminina". *Cadernos de Campo*, Ano 1, nº 1, pp. 5-16.
- Silva, Marlise
 1992 *Violência Contra a Mulher: Quem Mete a Colher?* São Paulo, Cortez.
- Silva, Orlando; Luz, Lúcia e Helm, Cecília M. (orgs.)
 1993 *A Perícia Antropológica em Processos Judiciais*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- Silva, R.
 1997 *Os Filhos do Governo: A Formação da Identidade Criminosa em Crianças Órfãs e Abandonadas*. São Paulo, Editora Ática.
- Singer, Helena
 1998 "Direitos Humanos e Volúpia Punitiva". *Revista USP*, nº 37, março/maio, pp. 46-47.

- 2000 Discursos Desconcertados: Linchamentos, Punições & Direitos Humanos. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Sinhoretto, Jacqueline
- 1998 Linchamentos e Resoluções de Litígios: Estudos de Caso de Periferias de São Paulo. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.
- 2001 Os Justicadores e sua Justiça. Linchamento, Costume e Conflito. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo, FFLCH-USP.
- Soares, Antonio J. G.
- 1994 *Futebol, Malandragem e Identidade*. Vitória, SPDC/UFES.
- Soares, Barbara M.
- 1994-1995 "Drogas: Prevenção, Repressão ou Discriminação?". *Comunicação & Política*, vol. 1, nº 2, dez.-março, pp. 54-62.
- 1999 *Mulheres Invisíveis: Violência Conjugal e as Novas Políticas de Segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Soares, Carlos E. L.
- 1994 *A Negregada Instituição. Os Capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/DGDIC.
- Soares, Glaucio A. D.
- 1993 "A Violência na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 8, nº 21.
- 1995 "A Violência: Atos ou Processos? Uma ou Muitas?". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 523-525, Brasília.
- 2000 "Um Data Base sobre Violência no Brasil: Idéias para um Pré-Projeto Interinstitucional de Pesquisa". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESec-UCAM.
- Soares, Glaucio A. D.; D'Araújo, M. C. S. e Castro, C.
- 1994 *A Repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Soares, Luiz E.
- 1993 A Violência no Rio de Janeiro em 1993: Símbolos, Ícones e Índices. Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas do ISER.
- 1993a Violência Contra a Mulher: Levantamento e Análise de Dados sobre o Rio de Janeiro em Contraste com Informações Nacionais. Seminário Mídia e Violência, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas do ISER.
- 1994 *O Rigor da Indisciplina. Ensaios da Antropologia Interpretativa*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1994a *Vencer a Cultura do Medo. Comissão de Cidadãos. Relatório Final*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- 1996 "O Herói Serial e a Sensibilidade Pragmática: Alguns Comentários sobre a Violência e a Nova Sociedade Civil no Rio de Janeiro". In: Soares, L. E. et alii, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.

- 1996a "Rio de Janeiro, 1993: A Tríplice Ferida Simbólica e a Desordem como Espetáculo". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1996b "O Mágico de Oz e Outras Histórias sobre Violência no Rio de Janeiro". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1996c "Homicídios Dolosos Praticados Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, jan-91 a jul-93". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1996d "O Inominável, Nosso Medo". In: Soares, L. E. (ed.), *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 2000 "Uma Interpretação do Brasil para Contextualizar a Violência". In: Pereira, C. A. M. *et alii*, *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 23-46.
- 2000a "Segurança Pública e Direitos Humanos: Entrevista Concedida a Sérgio Adorno". *Novos Estudos Cebrab*, nº 57, julho, pp. 141-154.
- 2000b *Meu Casaco de General: Quinhentos Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Soares, Luiz Eduardo *et alii*
- 1996 "Uma Radiografia da Violência no Rio de Janeiro". In: Bingemer, M. C. L. e Bartholo Júnior, R. dos S. (orgs.), *Violência. Crime e Castigo*. São Paulo, Loyola.
- 1996a "Mapeamento da Criminalidade Letal". In: Soares, L. E. *et al.* *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1996b *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- 1996c "Criminalidade Urbana e Violência: O Rio de Janeiro no Contexto Internacional". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- Soares, Luiz E.; Musumeci, Barbara e Carneiro, Leandro P.
- 1996 "Violência Contra a Mulher: As DEAMs e os Pactos Domésticos". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- Soares, Luiz E. e Carneiro, Leandro P.
- 1996 "Os Quatro Nomes da Violência: Um Estudo sobre Éticas Populares e Cultura Política". In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- Soares, Luiz E. e Sento-Sé, João T.
- 1996 "O Que Aconteceu com o Rio de Janeiro em 93 e 94, Segundo os Dados sobre Criminalidade?" In: Soares, L. E. *et alii*, *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- Soares, Luiz E.; Soares, Barbara M.; Sento-Sé, João e Rodrigues, J. A. de S.
- 1993 *A Violência no Rio de Janeiro, em 1993: Ícones e Índices*. Núcleo de Pesquisa do ISER, Rio de Janeiro.
- Soares, Simone S. F.
- 1993 *O Jogo do Bicho, a Saga de um Fato Social Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- Soihet, Rachel
1989 *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres, Pobres e Ordem Urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Sousa, Josenildo A. de
1997 Os Grupos de Extermínio em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado de Sociologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.
- Sousa, Vera L. P. de
1998 Paixão, Sedução e Violência: 1960-1980. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Souto, Jane
1997 "Os Outros Lados do Funk Carioca". In: Vianna, Hermano (org.), *Galeras Cariocas: Territórios de Conflitos e Encontros Culturais*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Souza, Amaury de
1973 "O Cangaço e a Política de Violência no Nordeste Brasileiro". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, nº 10.
- Souza, Edinilsa R. de
1993 "Violência Velada e Revelada: Estudo Epidemiológico da Mortalidade por Causas Externas em Duque de Caxias". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 9, nº 1.
1994 "Brasil: O Grande Vilão da Saúde na Década de 80". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 9, nº 1.
1994a "Homicídio no Brasil: O Grande Vilão da Saúde na Década de 80". *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10, Suplemento 1, pp. 45-60.
- Souza, Edinilsa R. de e Assis, Simone G. de
1996 "Mortalidade por Violência em Crianças e Adolescentes no Município do Rio de Janeiro". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 45, nº 2, Rio de Janeiro.
- Souza, Edinilsa R. de; Assis, S. G. e Silva, C. M. F. P.
1997 "Violência no Município do Rio de Janeiro: Áreas de Risco e Tendência da Mortalidade entre Adolescentes de 10 a 19 Anos". *Pan American Journal of Public Health*, vol. 1, nº 5, pp. 389-398, Washington.
- Souza, Edinilsa R. de e Minayo, Maria Cecília de S.
1995 "O Impacto da Violência Social na Saúde Pública no Brasil: Década de 80". In: Minayo, M. C. de S. (org.), *Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*. São Paulo, Hucitec/Abrasco.
- Souza, Edinilsa R. de; Njaine, K. e Minayo, M. C. de S.
1996 "Qualidade da Informação sobre Violência: Um Caminho para a Construção da Cidadania". *Informare*, vol. 2, nº 1, pp. 104-112, Rio de Janeiro.
- Souza, Elenice de
1998 Polícia Comunitária em Belo Horizonte. Avaliação e Perspectivas de um Programa de Segurança Pública. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, FAFICH-UFMG.
- Souza, Fabiano C.
2000 Violência no Rio de Janeiro: A Produção Racional do Mal. A Produção Legal sobre Segurança Pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGACP/UFF.

- Souza, Luís Antonio A. F.
 1998 Poder de Polícia. Polícia Civil e Práticas Policiais em São Paulo (1889-1930). Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Souza, Marcelo J. L. de
 1994 "O Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro e seus Efeitos Negativos sobre o Desenvolvimento Sócio-Espacial". *Cadernos/UFRJ*, Ano 8, nº 2.
 1995 "O Narcotráfico no Rio de Janeiro. Sua Territorialidade e a Dialética entre 'Ordem' e 'Desordem'". *Cadernos de Geociências*, nº 3, pp. 161-171, UFRJ.
 1996 "Redes e Sistemas do Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro: Uma Tentativa de Modelagem". *Anuário do Instituto de Geociências*, nº 19, pp. 45-60.
 1996a "As Drogas e a 'Questão Urbana' no Brasil: A Dinâmica Sócio-Espacial nas Cidades Brasileiras sob Influência do Tráfico de Tóxicos". In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C. e Corrêa, R. L. (orgs.), *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 419-468.
 1997 "Revisitando a Crítica do 'Mito da Marginalidade': A População Favelada do Rio de Janeiro em Face do Tráfico de Drogas". *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*, Recife, pp. 1224-1234.
- Souza, Percival
 s/d. *A Prisão. História dos Homens que Vivem no Maior Presídio do Mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega.
 1980 *A Maior Violência do Mundo: Baixada Fluminense*. São Paulo, Traço.
 1980a *A Revolta dos Loucos*. São Paulo, Global.
 1983 *O Prisioneiro da Grade de Ferro*. São Paulo, Traço.
- Souza, Percival; Fagman, Marcos e Portela, Fernando
 1978 *Violência e Repressão*. São Paulo, Símbolo.
- Spósito, Marília P.
 1994 "A Sociabilidade Juvenil e a Rua: Novos Conflitos e Ação Coletiva na Cidade". *Tempo Social*, vol. 4, nº 1-2.
 1998 "A Instituição Escolar e a Violência". *Cadernos de Pesquisa*, nº 104, julho, São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- Streck, Lênio L.
 1999 "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e a Modernidade Tardia no Brasil". In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 456-476.
- Stroh, Paula Y. e Barreira, Irllys A. F.
 1984 "Saques e Desemprego". *Ciência Hoje*, vol. 1, nº 12.
- Sussekind, Elizabeth
 1987 "A Manipulação Política da Criminalidade". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28.
- Szwarcwald, Célia L. e Leal, Maria do Carmo
 1997 "Sobrevivência Ameaçada dos Jovens Brasileiros: A Dimensão da Mortalidade por Armas de Fogo. Brasília: CNPD, Vol.1. (Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas).

- Tavares dos Santos, José V.
- 1995 "A Violência como Dispositivo de Excesso de Poder". *Sociedade e Estado*, vol. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 281-298.
- 1997 "A Arma e a Flor: Formação da Organização Policial, Consenso e Violência". *In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, nº 1 maio., pp. 155-167.
- 1999 "Introdução. Por uma Sociologia da Conflitualidade no Tempo da Globalização". *In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 11-42.
- Tavares dos Santos, José V.; Didonet, Beatriz e Simon, Cátia
- 1998 "A Palavra e o Gesto Emparedados: A Violência na Escola". *In: Secr. Mun. de Educação de Porto Alegre (org.), Violência Não Está com Nada*. Porto Alegre, Imprensa Oficial.
- Tavares dos Santos, José V. (org.)
- 1999 *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec.
- Teitelbaum, Paulo O. e Oliveira, Otávio P. de
- 1999 "Delinqüência no RS: Um Estudo da População Carcerária (Prevalência de TASP e Outros Diagnósticos Psiquiátricos)". *In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 203-521.
- Telles, Vera da S.
- 1996 "Violência e Cidadania". *In: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, A Violência no Esporte*. São Paulo, Imesp.
- Thompson, Augusto
- 1976 *Escoço Histórico do Direito Luso-Brasileiro*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.
- 1980 *A Questão Penitenciária* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Forense.
- 1983 *Quem São os Criminosos?* Rio de Janeiro, Achiamé.
- 1987 "Justiça Penal e Classes Sociais". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28, jan.-fev., pp. 26-27.
- 1992 "Exercício de Criminologia sobre Ocupação Militar da Rocinha". *In: Thompson, A., O Advogado de Defesa II*. Rio de Janeiro, Forense, p.143-176.
- 1992a "Um Criminalista na Historiografia da Inconfidência Mineira". *In: Thompson, A., O Advogado de Defesa II*. Rio de Janeiro, Forense, pp.177-214.
- 1997 "Direito Alternativo (Ou Justiça Alternativa)". *Discursos Sediciosos*, nº 3, pp. 35-44.
- 2000 "Aplicação da Criminologia na Justiça Penal. A Criminalização da Pessoa Jurídica". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ano 8, nº 31, jul./set., pp. 27-227.
- Toledo, Luiz H.
- 1993 "Por que Xingam os Torcedores de Futebol?". *Cadernos de Campo*, Ano 3, nº 3, pp. 20-29, São Paulo.
- Tortima, Pedro
- 1988 *Polícia e Justiça de Mãos Dadas. A Conferência Judiciária-Policial de 1917: (Uma Contribuição aos Estudos sobre o Enfrentamento da "Questão Operária" pelas Classes Dominantes e pelo Estado)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF.

- Valla, Victor V.
 1986 *Educação e Favela. Políticas para as Favelas do Rio de Janeiro*. Petrópolis, Vozes/Abrasco.
- Valladares, Licia do P.
 1976 "Favela, Política e Conjunto Residencial". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, nº 12, pp. 74-85.
 1978 "Working the System: Squatter Response to Resettlement in Rio de Janeiro". *International Journal of Urban and Regional Research*, pp. 12-25.
 1981 "A Propósito da Urbanização de Favelas". *Espaço & Debates*, vol. 1, nº 2, pp. 5-18.
 1982 *Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica* (14ª ed.). Rio de Janeiro, s/e.
 1983 "Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais: Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado". *Espaços & Debates*, nº 8, pp. 64-77.
 1991 "Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil". In: Boschi, R. R. (ed.), *Corporativismo e Desigualdade: A Construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora/IUPERJ.
 1995 "Introduction to Urban Restructuring and Social Change in Brazil". *International Journal of Urban and Regional Research*. Special Issue, vol. 19, nº 3.
 1996 "Representações da Pobreza no Brasil Urbano: Da Vadiagem à Exclusão Social". *Vivência*, vol. 10, nº 1/2, pp. 129-141.
- Valladares, Licia do P. e Abreu, Estela dos S.
 1985 "Les Couches Moyennes, le Pouvoir et la Ville – Le Cas de Rio de Janeiro". *Tiers Monde*, pp. 143-153.
- Valladares, Licia do P. e Coelho, Magda P.
 1995 "Urban Research in Latin America. *Most Discussion Paper Series*, nº4, pp. 2-39.
 1995a *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Valladares, Licia do P. e Impelizeri, Flávia
 1991 *Ação Invisível: O Atendimento a Crianças Carentes e Meninos de Rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Valladares, Licia do P. e Ribeiro, Luiz C. de Q.
 1995 *Como Anda o Rio de Janeiro: Análise da Conjuntura Social*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal/IPUR/UFRJ.
- Valladares, Licia do P. e Ribeiro, Rosa
 1994 "The Return of the Favela: Recent Changes in Intrametropolitan Rio". *Urbana*, vol. 14-15, pp. 59-73.
- Valladares, Licia do P. e Stren, Richard
 1995 *Urban Research in the Developing World Latin America*. Toronto, University of Toronto, 298 pp.
- Vargas, Joana D.
 1997 Fluxo do Sistema de Justiça Criminal para Crimes Sexuais. A Organização Policial. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, Unicamp.

- 1997/8 "O Antropólogo no Campo da Justiça, o Investigador e a Testemunha Ocular". *Cadernos de Campo*, Ano 8, nº 7, pp. 33-52, São Paulo.
- 1999 "Indivíduos sob Suspeita: A Cor dos Acusados de Estupro no Fluxo do Sistema de Justiça Criminal". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 4.
- 1999a "Famíliares ou Desconhecidos? A Relação entre os Protagonistas do Estupro no Fluxo do Sistema de Justiça Criminal". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 40.
- 2000 *Crimes Sexuais e Sistema de Justiça*. São Paulo, IBCCRIM.
- 2000a "Uma Alternativa Metodológica para Uso e Interpretação das Fontes de Informações do Sistema de Justiça Criminal". In: Cerqueira, D.; Lemgruber, J. e Musumeci, L. (orgs.), *Fórum de Debates – Criminalidade, Violência e Segurança Pública: Uma Discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas*. Rio de Janeiro, IPEA/CESeC-UCAM
- Vargas, João H.
- 1997 *À Espera do Passado: Transformações Recentes em São Paulo, Vistas de seu Epicentro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, Unicamp.
- Velho, Gilberto
- 1973 *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1974 *Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1975 Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia. Tese de Doutorado em Antropologia Social, São Paulo, FFLCH-USP.
- 1976 "Favelas Cariocas: O Problema da Marginalidade". *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1980 "Violência e Cidadania". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 3, pp. 361-364.
- 1980a "Uma Perspectiva Antropológica do Uso de Drogas". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol. 29, nº 6.
- 1981 "Violência e Relações Sociais: A Questão da Diferença". *Revista de Ciências Sociais*, vol.12/13, nº 1/2.
- 1981a *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1985 "O Consumo da *Cannabis* e suas Representações Culturais". In: Sabina, M. (org.) *Maconha em Debate*. São Paulo, Brasiliense.
- 1987 "O Cotidiano da Violência: Identidade e Sobrevivência". *Boletim do Museu Nacional*, nº 56, UFRJ.
- 1987a "As Vítimas Preferenciais". *Ciência Hoje*, Encarte Especial.
- 1989 "Destino, Campo de Possibilidades e Províncias de Significado: Notas sobre a Violência". *Comunicação*, nº 16, Museu Nacional/UFRJ.
- 1991 "O Grupo e os seus Limites". *Revista da USP*, nº 9, Dossiê Violência.
- 1993 "Dimensão Cultural e Política do Mundo das Drogas". In: Inem, C. L. e Acselrad, G. (orgs.), *Drogas: Uma Visão Contemporânea*. Rio de Janeiro, Imago.
- 1994 *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1994a "A Dimensão Cultural e Política do Mundo das Drogas". In: Zaluar, A. (org.), *Drogas e Cidadania*. São Paulo, Brasiliense.

- 1994b "Sobre Homens Marginais". *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1996 "Violência, Reciprocidade e Desigualdade: Uma Perspectiva Antropológica". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- 1996a "Os Anos 90 e a Violência". Paço Imperial, Rio de Janeiro.
- 1997 "Drogas e Construção Social da Realidade". In: Batista, M. e Inem, C. (eds.), *Toxicomania: Abordagem Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, Nepad-UERJ/Sette Letras.
- 1997a "Drogas, Níveis de Realidade e Diversidade Cultural". In: Ribeiro, M. de M. e Seibel, S. D. (orgs.), *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina.
- 1998 *Nobres e Anjos*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- 2000 "Individualismo, Anonimato e Violência na MetrÓpole". *Horizontes Antropológicos*, nº 13, UFRGS.
- Velho, Gilberto e Alvito, Marcos (orgs.)
1996 *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Eds. UFRJ/FGV.
- Viana, Adriana de Resende B.
1999 *O Mal que se Adivinha. Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Viana, Paulo N.
1987 "A Violência e o Negro". *Symposium*, vol. 29, nº 2, Recife.
- Vianna, Hermano
1988 *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Zahar.
1990 "Funk e Cultura Popular Carioca". *Estudos HistÓricos*, vol. 3, nº 6, pp.151-60.
- Vianna, Hermano (org.)
1997 *Galerias Cariocas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- Vianna, Letícia
1999 *Bezerra da Silva – Produto do Morro. Trajetória e Obra de um Sambista que Não é Santo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vianna, Luiz Werneck
1983 "O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 3.
- Vianna, Luiz Werneck et alii
1996 *O Perfil do Magistrado Brasileiro*. Rio de Janeiro, Iuperj/AMB.
1996a "Poder Judiciário, Positivização do Direito Natural e Política". *Estudos HistÓricos*, vol. 9, nº 18, pp. 263-282.
1999 *A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- Vianna, Marilena
1988 "Mémórias de Sempre". *Presença*, nº 11, pp. 102-105, Rio de Janeiro.

- Vicentim, Maria Christina G.
 1992 *Fronteiriços: Uma Geopolítica da Delinquência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, São Paulo, PUC-SP.
- Vidal, Dominique
 1996 *La Politique au Quartier. Respect, Crise et Citoyenneté à Brasília Teimosa, Favela Urbanisée de Recife*. Tese de Doutorado em Sociologia, Paris, EHESS.
- Violante, Maria Lucia V.
 1984 "Para Além da Humanização". *Temas IMESC*, vol. 2, nº 2, pp.111-126, São Paulo.
 1985 *O Dilema do Decente Malandro. A Questão da Identidade do Menor – FEBEM* (4ª ed.). São Paulo, Cortez.
- Vogt, Carlos *et alii*
 1982 *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Brasiliense.
- Waiselfisz, J. J.
 1998 *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Rio de Janeiro, Garamond.
 1998a *Juventude, Violência e Cidadania: Os Jovens de Brasília*. São Paulo, Cortez.
- Xavier, Euthália de F.
 1998 *Fragmentos de um Discurso Interdito: Sobre a Voz do Homem no Conflito Conjugal*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
- Zaluar, Alba
 1983 "Condomínio do Diabo: As Classes Populares Urbanas e a Lógica do Ferro e Fumo". In: Pinheiro, P.S. (org.), *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
 1985 *A Máquina e a Revolta*. São Paulo, Brasiliense.
 1985a "O Diabo em Belíndia". *Religião e Sociedade*, vol. 12, nº 2.
 1985b "O Rio Contra o Crime". *Presença*, nº 5, Rio de Janeiro.
 1985c "Carnaval e Clientelismo Político". *Cadernos do Ceru*, Série 2, nº 1, maio, pp. 36-64.
 1986 "A Democracia Também Serve para os Pobres". *Presença*, nº 17, Rio de Janeiro.
 1986a "Crime e Trabalho: O Cotidiano das Classes Populares". *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28, pp. 21-24.
 1988 "Teleguiados e Chefes". *Religião e Sociedade*, vol. 14, nº 1.
 1989 "Nem Líderes, Nem Heróis". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 13, São Paulo.
 1989a "Criminalidade e Pobreza". *Tempo e Presença*, Ano 11, pp. 17-18.
 1989b "A Polícia e a Comunidade: Paradoxos da (In) Conveniência". *Presença – Revista de Política e Cultura*, nº 13, maio, pp.144-153.
 1989c "O Rio Contra o Crime. Imagens da Justiça e do Crime". Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 1.
 1990 "Prisão, Trabalho e Cidadania: O Censo Penitenciário". *Revista do Serviço Penitenciário*, vol.1, nº 5, pp. 69-74, Porto Alegre.
 1991 "Gênero, Justiça e Violência". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 12.
 1991a "Brasil na Transição – Cidadãos Não Vão ao Paraíso". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 5, nº 11, São Paulo.
 1991b *Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. Tese de Livre Docência, Campinas, Unicamp.
 1991c "Cultura da Violência". *Série Estudos Especial - Rio de Todas as Crises*. Rio de Janeiro, Iuperj.

- 1992 "Estado Atual da Pesquisa sobre Violência Urbana. Anotações para a Agenda Urbana". *Por uma Agenda da Pesquisa Urbana para os Anos 90*, Rio de Janeiro.
- 1992a "Exclusão Social e Violência". In: *Sociedade Civil e Educação*. Campinas/São Paulo, Papyrus/Cedes.
- 1993 "Relativismo Cultural na Cidade?". *Anuário Antropológico 90*. Rio de Janeiro/Brasília, Tempo Brasileiro/Ed. UnB.
- 1993a "Femme de Bandit". *Cahiers du Brésil Contemporain*, nº 19. Paris, Maison des Sciences de L'Homme.
- 1993b "A Criminalização de Drogas e Reencantamento do Mal". *Revista do Rio de Janeiro*, vol. I, nº 1, UERJ.
- 1993c "Mulher de Bandido: Crônica de uma Cidade Menos Musical". *Estudos Feministas*, vol.1, nº 1.
- 1993d "Urban Violence, Citizenship and Public Policies". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 17, nº 1, Editora da ISA.
- 1993e "Quando o Malandro Dança". *Cadernos de Sociologia*, vol. 4, número especial: Natureza, História e Cultura: Repensando o Social, pp. 157-167, Porto Alegre.
- 1994 *Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. Campinas, Ed. Unicamp/Escuta.
- 1994a "Crime e Diabo na Terra de Deus". In: Horta, L. P. (org.), *O Retorno do Demônio*. Rio de Janeiro, Agir.
- 1994b "Violência, Crime Organizado e Poder: A Tragédia Brasileira e seus Desafios". In: Velloso, J. P. dos R. (org.), *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- 1994c Crime e Castigo Vistos por uma Antropóloga". Encontro de Especialistas em Crime e Castigo. Friburgo, Ibrades.
- 1994d *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Revan.
- 1994e "Violência e Criminalidade", *Tempo e Presença*, Ano 16, nº 277, set./out., pp. 16-18.
- 1994f "Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional?" *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10 (supl.).
- 1995 "Crime, Medo e Política". *Sociedade e Estado*. v. 10, nº 2, jul.-dez., pp. 391-416, Brasília.
- 1995a "Pobreza Não Gera Violência". *Ciência Hoje*, vol. 20, nº 115.
- 1995b "Sociabilidade, Institucionalidade e Violência". In: Ryff, T. et alii, *O Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- 1996 "A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local". In: Velho, G. e Alvito, M. (orgs.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- 1996a *Da Revolta ao Crime S. A.* São Paulo, Moderna.
- 1997 "Exclusão e Políticas Públicas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 35.
- 1997a "As Imagens na e da Cidade: A Superação da Obscuridade". *Cadernos Antropológicos da Imagem*, nº 4, UERJ.
- 1997b *Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- 1998 "Para Não Dizer que Não Falei de Samba. Os Enigmas da Violência no Brasil". In: Schwartz, L. (org.), *História da Vida Privada*. São Paulo, Companhia da Letras, vol. 4.

- 1999 *Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo, Brasiliense.
- 1999a "A Criminalização das Drogas e o Reencantamento do Mal. In: Zaluar, A. (org.), *Drogas e Cidadania: Repressão ou Redução de Riscos*. São Paulo, Brasiliense.
- 1999b "A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local". In: Tavares dos Santos, J. V. (org.), *Violências no Tempo da Globalização*. São Paulo, Hucitec, pp. 91-100.
- 1999c "Violência e Crime". In: Micelli, S. (org.), *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, vol. 1: Antropologia. São Paulo, Sumaré/Anpocs.

Zaluar, Alba (org.).

- 1992 *Violência e Educação*. São Paulo, Livros do Tatu/Cortez.

Zaluar, Alba; Albuquerque, C. e Noronha, J. C.

- 1994 "Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional? *Cadernos de Saúde Pública*, nº 10, supl. 1, Fiocruz.

Zaluar, Alba e Alvito, Marcos

- 1998 *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.

Zaluar, Alba et alii

- 1994 "Essas Pessoas a Quem Chamamos População de Rua". *Cadernos do CEAS*, nº 151, mai./jun., pp. 22-41, Salvador.

Zaverucha, Jorge.

- 1994 "Rumor de Sabres". São Paulo, Ática.

Zylberberg, Sônia

- 1992 *Morro da Providência: Memórias da Favela*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura.

Resumo

Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia.

Esta resenha discute a bibliografia brasileira de ciências sociais nas áreas de criminalidade, violência urbana, justiça criminal e segurança pública, demonstrando, inicialmente, seu significativo aumento nos últimos anos, a grande variedade de subáreas temáticas envolvidas nesse crescimento e a complexidade de uma perspectiva analítica que busque integrar comparativamente as diferentes abordagens. Em seguida, discute-se as produções temáticas da criminalidade urbana, da justiça criminal e das políticas públicas de segurança, em sua relação com as representações urbanas, também veiculadas pela mídia, de uma violência crescente.

Palavras-chave: violência urbana, crime, polícia e justiça criminal no Brasil, segurança pública.

Abstract*Violence, Crime, Public Security, and Criminal Justice in Brazil: a bibliography*

This review discusses the Brazilian social sciences bibliography in the areas of crime, urban violence, criminal justice, and public security, initially demonstrating a significant increase in these themes in recent years, the wide variety of thematic sub-areas involved in this growth, and the complexity of an analytical perspective that seeks a comparative integration of the various approaches. The article then discusses the thematic production in urban crime, criminal justice, and public security policies and their relationship to urban representations of growing violence aired by the media.

Keywords: urban violence; crime; police and criminal justice in Brazil; public security

Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: em Direção a um Novo Paradigma?*

Alejandro Frigerio

Em um artigo que caminha para converter-se em um clássico, Stephen Warner (1993) chama a atenção para o desenvolvimento de um novo paradigma interpretativo no interior da sociologia da religião. Esse novo paradigma se distancia do antigo — representado principalmente pelos estudos de Peter Berger (1970, 1971) sobre a religião como “dossel sagrado” — sob vários aspectos (a) se inspira mais na história norte-americana que na experiência européia do desenvolvimento da religião (Warner 1993:1045); (b) vê a religião como propriedade não de toda a sociedade, mas de grupos específicos que a integram (Warner 1993:1046-1047); (c) tem uma visão crítica da teoria da secularização (Warner 1993:1048); (d) utiliza conceitos e imagens econômicas (Warner 1993:1051); (e) propõe ver a separação entre Igreja e Estado (*disestablishment*) como normal (Warner 1993:1053); (f) põe uma ênfase especial na oferta religiosa, mais do que na demanda (g) considera as mudanças que, numa situação de *pluralismo religioso*, se produzem dentro dos grupos religiosos, no mercado religioso e na afiliação dos indivíduos, como naturais (Warner 1993:1064-1065). A existência de grupos religiosos distintos competindo no mercado não é considerada uma degeneração da religião — algo negativo

para sua natureza, como afirma Berger (1971) — já que nos Estados Unidos, os grupos praticamente nasceram dentro de uma situação pluralista.

Neste trabalho, apresentarei uma resenha de algumas das principais idéias do novo paradigma, especialmente em sua formulação mais explícita, através das obras de Rodney Stark, Laurance Iannaccone e Roger Finke. Assinalarei os elementos mais positivos do novo paradigma, e sugerirei em que medida este pode ser aperfeiçoado à luz de outros desenvolvimentos contemporâneos no estudo da religião.

O Novo Paradigma: Principais Idéias

A grande quantidade de publicações de vários dos expoentes do novo paradigma dificulta um pouco a exposição sintética do mesmo. Sem dúvida, os autores que o propuseram mais vigorosamente — e que contribuíram com o maior número de idéias para sua elaboração e de dados para sua confirmação — foram, como mencionei, Rodney Stark, Laurance Iannaccone e Roger Finke, em publicações individuais ou conjuntas (ver bibliografia). Ademais, autores como Stephen Warner (1993, 1997), Mark Chaves (1996; Chaves e Cann 1992;

* Tradução de Marcela Coelho de Souza

Chaves, Schraeder e Sprindys 1994; Chaves e Montgomery 1996), Darren Sherkat (1997, Sherkat e Wilson 1995), Michael Hechter (1997) e Anthony Gill (1994, 1996, 1998), entre outros, sustentaram criticamente esse paradigma, colaborando na discussão e clarificação de seus principais conceitos — marcando suas diferenças com alguns deles — ou levantando dados empíricos em apoio a algumas de suas conclusões.

O novo paradigma — denominado “market theory of religion” (Warner 1993: 1051) ou “market model” (Finke e Iannaccone 1993: 28), “economics of religion” (Iannaccone 1998), “supply-side analysis” (Warner 1997: 91), “rational choice model of religion” (Warner 1997:88) ou “economic/rational choice approach to religion” (Stark & Iannaccone 1993) — resulta, como todos esse nomes sugerem, da aplicação de teorias econômicas e de escolha racional [*rational choice*] aos fenômenos religiosos. Além da utilização explícita de conceitos econômicos (“economia religiosa”, “firmas religiosas”, “monopólio”, “desregulação do mercado”, “consumidores”), o modelo inclui uma atenção mais focalizada na oferta que na demanda religiosa. Dessa maneira, obtém-se uma nova perspectiva quanto ao funcionamento dos mercados religiosos e aos efeitos do pluralismo, da concorrência e do monopólio religiosos sobre a atividade religiosa de uma sociedade (Stark e McCann, 1993:112).

a) Economias e Mercados Religiosos

Este novo paradigma entende todas as atividades religiosas de uma sociedade como constituindo uma “economia religiosa” (Stark, 1985).

“As economias religiosas são como as economias comerciais na medida em que consistem em um mercado constituído por um conjunto de clientes atuais e potenciais e por uma variedade de firmas (religiosas) que tentam satisfazer este mercado. Como com as economias comerciais, a principal variável de interesse é

seu grau de regulação. Algumas economias religiosas se encontram restringidas por monopólios impostos pelo Estado, outras estão virtualmente não-reguladas” (Stark e McCann 1993:112).

O pluralismo é a situação natural das economias religiosas

Uma diferença importante entre esse paradigma e o antigo estaria no fato de que, para esses autores, devido à segmentação natural das preferências (religiosas ou de outra índole) dos consumidores, o estado natural de uma economia religiosa é o pluralismo, isto é, a existência de um mercado religioso com diferentes firmas competindo por clientes.

“Na medida em que uma economia religiosa se encontre não-regulada, as leis da oferta e procura permitem deduzir que a economia religiosa será muito pluralista. Isto é, a condição ‘natural’ das economias religiosas é que uma variedade de firmas venha satisfazer as necessidades e gostos de segmentos específicos do mercado. [...] Esta variedade surge porque uma única forma de um produto não pode satisfazer apetites diferentes. Ou, para denotar os aspectos específicos das firmas religiosas e de seus produtos ‘intangíveis’, o pluralismo se desenvolve em mercados não-regulados porque uma única firma religiosa não pode ser ao mesmo tempo *worldly* e *otherworldly*, estrita e permissiva, exclusiva e inclusiva, expressiva e reservada, enquanto que o mercado será sempre composto por segmentos diferenciados de consumidores com fortes preferências por alguns destes aspectos da fé. Esses segmentos diferenciados de consumidores formam parte da condição humana, e derivam de variáveis tais como classe social, idade, gênero, saúde e experiências de vida” (Stark e McCann, 1993:113).

O pluralismo fortalece a economia religiosa

Outra diferença importante com relação ao paradigma tradicional estaria na consideração de que a existência de um mercado desregulado — conseqüentemente, pluralista — fortalece a economia religiosa em geral.

“Na medida em que uma economia religiosa é

pluralista, os níveis gerais de participação religiosa serão altos” (Stark e Iannaccone, 1993:253).

“Quanto mais firmas (e mais motivadas) possam entrar livremente no mercado, os níveis de compromisso religioso individual devem aumentar” (Stark e Iannaccone, 1993:255).

A visão desses autores é contrária, pois, ao paradigma sustentado por Berger, para quem

“...a situação pluralista submerge *ipso facto* a religião em uma crise de credibilidade. [...] a situação pluralista torna cada vez mais difícil manter ou construir novas maneiras de plausibilidade viáveis para a religião [...], multiplica o número de estruturas de plausibilidade que competem entre si. Por sua própria natureza, relativiza os conteúdos religiosos [...]. A religião já não legitima o mundo. Ao contrário, diferentes grupos religiosos tratam, por meios diferentes, de manter seus submundos particulares diante de uma pluralidade de submundos rivais” (Berger, 1971:183-185).

As religiões monopolistas são ineficientes

Com efeito, distanciando-se da idéia de que a quebra do “dossel sagrado” põe em dúvida a credibilidade da religião, os autores aqui considerados verificam que, pelo contrário, uma religião monopolista apoiada e subsidiada pelo Estado tenderá a ser ineficiente, já que, sem concorrência, os agentes religiosos teriam pouco incentivo para oferecer sua fé com vigor e eficientemente. Por esse motivo, a participação ou a mobilização religiosa diminuiriam:

“...na medida em que uma economia religiosa encontre-se regulada, e tenda a ser monopolizada por uma ou duas firmas, os níveis gerais de participação serão baixos” (Stark e Iannaccone, 1993:253).

Não há religiões efetivamente monopolistas, e sim mercados regulados

Para apoiar sua visão de que o mercado tende em direção à diversidade religiosa, os autores duvidam da capacidade de uma úni-

ca firma religiosa em alcançar um monopólio real ou efetivo do mercado religioso. A segmentação do mercado (em termos de preferências religiosas) torna difícil que alguma religião possa, como vimos, exercer um monopólio religioso:

“Como uma única firma religiosa não pode adaptar seu atrativo para atender as necessidades de um segmento do mercado sem sacrificar seu atrativo para outro, a oferta e a diversidade da religião aumentam na medida em que as regulações são levantadas [...] Devido à diferenciação subjacente às preferências dos consumidores, a concorrência religiosa e o pluralismo crescerão, a não ser que exista regulação por parte do Estado” (Finke, 1997a:51).

“Uma única firma religiosa pode monopolizar a economia religiosa apenas na medida em que pode empregar a força coercitiva do Estado para regular e restringir seus concorrentes” (Stark e Iannaccone, 1993:252).

Os autores questionam, inclusive, a suposição de que alguma vez tenha existido um monopólio católico *efetivo*:¹

“Porque estas preferências dos consumidores são fortes, as economias religiosas não podem nunca ser plenamente monopolizadas, nem sequer quando estão respaldadas pelo poder coercitivo total do Estado. Dessa maneira, mesmo quando se achava no ápice de seu poder temporal, a igreja medieval estava cercada de heresias e afetada por divergências internas” (Stark e McCann, 1993:113).

“As imagens de fé homogênea da Europa medieval, de aldeias camponesas em que todos aceitavam sem questionar o que dizia o sacerdote local, constituem a base do velho paradigma. Infelizmente, isto é história inexistente: a indiferença religiosa, e não a obediência, prevalecia na Europa medieval” (Stark e McCann, 1993:112).

Segundo esses autores, quando as forças repressivas são fortes, todas aquelas religiões que competem com a religião monopolista apoiada pelo Estado deverão operar de maneira oculta. Quando a repressão diminuir, o pluralismo vigoroso renascerá (Stark e McCann, 1993:113).

O mais importante são as variações na oferta religiosa

Esses autores enfatizam principalmente as variações no comportamento das firmas religiosas, mais que as variações nas necessidades religiosas dos indivíduos. A ênfase analítica deslocou-se, assim, do pólo da demanda para o pólo da oferta (Stark e McCann, 1993:114).

b) Religião e Escolha Racional

Sob essa visão do funcionamento dos mercados religiosos, existem certas pressuposições básicas quanto ao que constitui uma religião, e quanto às relações que os indivíduos estabelecem com essas religiões. Essas pressuposições derivam da definição de religião de Stark e Bainbridge (1996), bem como das idéias de Iannaccone acerca dos dilemas inerentes à produção coletiva dos bens religiosos.

Os bens religiosos são incertos

Os bens religiosos consistem, principalmente, em compensadores [*compensators*] oferecidos na forma de promessas de bens (*rewards*) que são escassos ou não podem ser conseguidos por meios naturais. Os compensadores religiosos se baseiam na existência de poderes sobrenaturais e não são, portanto, passíveis de uma avaliação precisa (Stark e Bainbridge, 1996). Oferecem a possibilidade de importantes recompensas (a salvação eterna, uma vida feliz) mas, como sua veracidade é difícil de estabelecer, são inerentemente arriscados (Stark e Iannaccone, 1993:244).

Os bens religiosos são produzidos coletivamente

Segundo Stark e Iannaccone, o valor de um compensador religioso se estabelece através da interação e dos intercâmbios sociais (1993:245). Como os compensadores religiosos (por serem promessas) são incertos, sua validade se verá aumentada se for

legitimada dentro do grupo com o qual o indivíduo interage. A religião é sempre um bem social, *um bem produzido e mantido coletivamente*. Muitas atividades religiosas requerem a participação grupal: liturgias, sermões, hinos ou testemunhos, por exemplo. Estes últimos são especialmente importantes, já que é freqüentemente através deles que se gera a fé nos compensadores e se enumeram os benefícios que o compromisso religioso acarreta. Dessa maneira, se apresentam evidências de que a religião funciona, e de que, portanto, suas premissas são verdadeiras (Stark e Iannaccone, 1993:246).

“[...] a religião é um bem inerentemente incerto. Os indivíduos dependem, portanto, de sua interação com outros para determinar se o valor das recompensas ou bens religiosos é maior que os riscos — isto é, para avaliar se o custo de se qualificar para a recompensa é menor do que o risco de que a recompensa não se materialize. Na medida em que outros indivíduos com os quais a pessoa interage mostram confiança no valor das recompensas religiosas futuras, o indivíduo também terá uma confiança maior” (Finke e Stark, 1992:252).

Os indivíduos avaliam os bens religiosos da mesma maneira que avaliam outros bens

Sendo a teoria da *rational choice* um dos principais sustentáculos do novo paradigma — na versão de Stark, Iannaccone e Finke — se afirma que os indivíduos avaliam os custos e benefícios que, presumem, resultarão de sua participação religiosa, e atuam com vistas a maximizar os benefícios antecipados:

“Suponhamos que os indivíduos avaliem as mercadorias religiosas da mesma maneira que avaliam todos os outros objetos que elegem. Avaliam seus custos e benefícios (incluindo os ‘custos de oportunidade’ que surgem quando uma ação é levada a cabo em detrimento de outras) e consomem as mercadorias que oferecem os maiores benefícios antecipados. Avaliam, especialmente, as recompensas propostas pelos compensadores religiosos em relação aos custos das condições postuladas para acceder às compensações e ao risco de que as re-

compensas prometidas não se materializem” (Stark e Iannaccone, 1993:244-245, ênfase minha).

Os produtos religiosos devem ser vigorosamente oferecidos no mercado

“Porque grande parte do ‘produto’ religioso é necessariamente intangível e tem a ver com o futuro, uma vigorosa atividade de marketing é necessária para manter níveis elevados de consumo” (Stark e McCann, 1993:113).

Os produtos religiosos não apenas são oferecidos no mercado, como esta oferta deve ser vigorosa. Dado que, como vimos, a religião é um bem que se produz coletivamente dentro de um grupo religioso — e o indivíduo elege entre alternativas avaliando os possíveis benefícios que obterá — é necessário alcançar um importante nível de compromisso entre os membros para lograr uma produção satisfatória do bem “religião”.²

Segundo a análise de Iannaccone (1994), em toda produção coletiva de bens existe o perigo de que indivíduos participem desses bens coletivos sem contribuir para sua produção. O dilema dos *free-riders*, como bem mostrou Olson (1965), afeta toda ação coletiva — não apenas religiosa. Na medida em que um grupo atrai pessoas que não colaboram, mas todavia participam dos bens coletivos, este se debilita.

Os grupos religiosos estritos eliminam o problema dos free-riders aumentando o compromisso requerido dos membros

Segundo Iannaccone, os grupos religiosos que logram contornar esse dilema são os que impõem um custo importante à participação grupal: dessa maneira conseguem que os que participam o façam plenamente, contribuindo assim para a produção do bem coletivo.³

“As exigências custosas mitigam, assim os problemas que os grupos religiosos enfrentam. Vestimentas, dietas, costumes sociais distintivos

(que os diferenciam da população em geral) limitam e freqüentemente estigmatizam os membros, tornando a participação nas atividades extragrupois mais onerosa. Os membros potenciais devem escolher entre participar plenamente ou não fazê-lo de modo absoluto. O termo médio é eliminado e paradoxalmente, os que permanecem descobrem que seu bem-estar aumentou. Dessa maneira, pessoas perfeitamente racionais podem decidir pertencer a grupos decididamente pouco convencionais” (Iannaccone, 1994:1188).

“Pode parecer paradoxal que quando aumentam os custos de ser membro, os ganhos líquidos decorrentes também o façam. Isso ocorre, todavia, quando o bem é coletivamente produzido, e quando os custos mais altos fazem com que se incrementem os níveis de participação na ação coletiva, já que isto resulta em uma maior produção de bens coletivos. [...] Quando cada membro individual paga os custos de altos níveis de compromisso, cada um por sua vez se beneficia com o nível mais alto de participação gerado pelo grupo. [...] Para muita gente, a participação em religiões estritas constitui um bom negócio em termos de uma análise convencional de custo-benefício” (Finke e Stark, 1992:255).

A *strictness* aumenta o compromisso, incrementa os níveis de participação e permite que um grupo ofereça maiores benefícios a seus membros efetivos e potenciais. Os grupos estritos, com membros comprometidos, logram por sua vez uma maior mobilização de recursos de seus fiéis — especialmente suas contribuições de tempo e dinheiro — o que leva a seu maior crescimento (Iannaccone, Olson e Stark, 1995).⁴

Existe, todavia, um nível ótimo de *strictness*, além do qual se produz uma diminuição dos retornos, na medida em que a possibilidade de aumentar os benefícios não é infinita. A *strictness* aumenta o atrativo de um grupo religioso para um indivíduo apenas na medida em que os benefícios que este recebe da participação sejam maiores que os custos de entrar ou permanecer no grupo. Os grupos que excedem o nível ótimo de *strictness* tenderão a rechaçar ou expulsar seus membros potenciais ou efetivos,

enquanto que os que se encontram abaixo deste nível enfrentarão o problema dos *free-riders* (Iannaccone, 1994:1202).⁵

A maior parte dos grupos religiosos, todavia, não aumenta progressivamente sua *strictness*, e sim, pelo contrário, a reduzem progressivamente.

O processo de transformação de "seita" em "igreja" é o principal motor da economia religiosa

Segundo Stark e Iannaccone (1993), os estigmas e os sacrifícios em que implica a participação em grupos estritos gera e reflete a tensão que existe entre esses grupos e a sociedade. Na medida em que um grupo se diferencia e separa de seu entorno (e deve fazê-lo, como vimos, para admitir apenas membros dedicados e aumentar sua produção de bens religiosos) produz-se uma tensão crescente entre este e a sociedade em que se insere.

O grau de tensão com a sociedade é o critério principal que esses autores utilizam para diferenciar entre *igrejas* e *seitas*:

"As firmas religiosas que se encontram em um estado relativamente baixo de tensão (religiões de 'baixo custo') podem ser identificadas como *igrejas*. As firmas religiosas em um estado relativamente alto de tensão (religiões de 'alto custo') podem ser identificadas como *seitas* e *cultos*" (Stark e Iannaccone, 1993:250).⁶

Os grupos religiosos bem-sucedidos tendem, com o tempo, a reduzir sua tensão com a sociedade circundante. Na medida em que logram atrair membros de estratos mais influentes, surgirão pressões para que diminuam suas demandas estritas e custosas sobre seus membros. A diminuição dos requisitos de pertencimento leva em geral a um aumento na quantidade de *free-riders*, e a uma conseqüente diminuição da geração de bens coletivos e do compromisso grupal. Cada vez que isso acontecer, ocorrerão divisões cismáticas de grupos que tentarão restaurar altos níveis de compromisso reli-

gioso e portanto de tensão com o mundo. Como mostraram Finke e Stark (1992), em sua análise do desenvolvimento dos grupos religiosos na América do Norte, são sempre as novas seitas, que demandam altos níveis de compromisso e geram maiores bens religiosos, que criam e dinamizam, portanto, a economia religiosa.

"Na medida em que as firmas religiosas maiores se acomodam à cultura secular (se secularizam) o crescimento se concentrará nas firmas menos acomodadas. Em termos econômicos, o crescimento ocorre em áreas com aberturas no mercado (*areas with market opening*)" (Finke, 1997a:54).

c) Secularização e Mobilização Religiosa

Até agora vimos que o novo paradigma se caracteriza — entre outros aportes — por enfatizar o livre-mercado como o estado natural da economia religiosa; por pensar que o pluralismo fortalece as economias religiosas; por conceber a atividade religiosa como fruto da escolha racional do indivíduo. Se distingue, também, do paradigma antigo, por sua diferente visão do processo de secularização, sobretudo quando este é considerado como um processo *crescente* de perda de importância da religião *para os indivíduos*.

Religiosidade pessoal e mobilização religiosa

Por pensar que os efeitos de um mercado regulado e de uma firma monopolista subsidiada pelo Estado são negativos para a dinâmica da economia religiosa, os proponentes do novo paradigma opõem-se a alguns postulados do paradigma tradicional da secularização. Especialmente, como mencionei, os que se referem à *necessária* diminuição da religiosidade subjetiva em uma sociedade moderna.

Para esses autores, os altos índices de crença em Deus que ainda se encontram nos países europeus considerados mais secularizados refletem a existência de uma demanda potencial de religião, e o que faltam são firmas religiosas vigorosas capazes de cana-

lizar essa demanda em direção à *mobilização religiosa* (Stark e Iannaccone, 1994). Como mostra o quadro abaixo, os níveis de religiosidade *pessoal* nessas sociedades são bastante altos, sobretudo se os comparamos com a participação ativa em grupos religiosos. O número de ateus, por sua vez, continua sendo muito baixo:

País	Missa semanal	Crêem em Deus	Ateus (%)
Islândia	2	75	2
Dinamarca	3	55	5
Noruega	5	68	3
Suécia	6	52	6
França	11	60	10
Inglaterra	14	74	4
Alemanha Ocidental	20	70	3

Fonte: *World Values Surveys*, realizado em 1981-1983 (Stark e Iannaccone, 1994:245).

Outros dados reportados por Stark e Iannaccone (1994) mostram que, a despeito do fato de que as economias religiosas europeias encontram-se ainda bastante reguladas, o crescimento recente de novos movimentos religiosos dentro delas é muito importante. As Testemunhas de Jeová, por exemplo, cresceram 72% por cento na Europa entre 1980 e 1992 (comparado com 59% nos Estados Unidos) e agora tem mais membros, em termos absolutos, na Europa que nos EUA. Os grupos evangélicos e pentecostais também se desenvolveram muito: as Assembléias de Deus, por exemplo, cresceram 333% na França entre 1980 e 1990. Considerando a quantidade de novos movimentos religiosos presentes em cada país (excetuados cristãos e muçulmanos), as nações europeias têm uma taxa de movimentos por habitante que duplica a dos Estados Unidos (Stark, 1993:392-393).

Para os autores, esses dados indicariam que, na presença de firmas vigorosas dis-

postas a oferecer ativamente seus produtos e na medida em que os mercados religiosos europeus vão se desregulando, é de se esperar que os indivíduos nesses países aumentem sua *participação* religiosa.

Secularização/dessacralização

Os autores afirmam que o processo que caracteriza a sociedade moderna não é o de secularização, e sim o de dessacralização da sociedade. Segundo Stark e Iannaccone:

“Na medida em que uma firma religiosa alcance o monopólio, tentará exercer sua influência sobre outras instituições e, dessa maneira, a sociedade se verá sacralizada. Por sacralizada entendemos que os aspectos principais da vida, da família à política, estarão imbuídos de símbolos, retórica e rituais religiosos [...] A sacralização da esfera política é o *quid pro quo* mediante o qual uma determinada firma religiosa recruta os poderes coercitivos do Estado contra firmas com as quais concorre. [...] Quando o Estado, pelo motivo que seja, já não reconhece as exigências de uma firma monopolista à legitimidade exclusiva, ocorre a dessacralização. Quando existe uma pluralidade de firmas religiosas, nenhuma tem poder suficiente para manter a sacralização” (Stark e Iannaccone, 1993:254).

Desta maneira, os autores se somam a outros estudiosos que, em trabalhos recentes, assinalaram ser necessário precisar o que se entende por secularização, que características assumiria esse processo e como ele operaria de maneira diversa nas distintas esferas e níveis de análise da atividade social (Dobbelaere, 1981; Tschannen, 1991, 1994; Chaves, 1994, 1997; Frigerio, 1995; Pierucci, 1997 e 1998; Yamane, 1997).

Para Stark, Iannaccone e Finke, embora se possa apreciar um declínio da influência da religião na esfera pública da vida moderna (dessacralização), isso não corresponde necessariamente a uma diminuição da importância da religião na vida dos indivíduos. O compromisso religioso individual, pelo contrário, na medida em que haja uma oferta religiosa mais vigorosa, deveria aumentar nas condições de livre-mercado.⁷

De qualquer maneira, é necessário enfatizar que o paradigma não prognostica nem o declínio nem o aumento *necessário* da religião, mas antes tenta *explicar as variações na atividade religiosa* em determinadas economias religiosas, considerando a concorrência um fator fundamental (Stark e Iannaccone, 1996:265). Afirmam Stark e Finke, em seu último livro:

“Vários de nossos críticos tentaram defender o paradigma antigo interpretando erroneamente nossa teoria como incompatível com qualquer diminuição importante da participação religiosa, deixando assim a secularização como a única explicação possível dessas situações. Isto não é assim. O que tentamos fazer é explicar as variações na religiosidade, e então deveremos poder explicar tanto os aumentos como as diminuições (assim como os períodos de estabilidade)” (Stark e Finke, 2000:369).

Alcances do Novo Paradigma

Como afirmam Stark e Finke (1993), grande parte dos estudos sobre religião parte da premissa da irracionalidade implícita do comportamento religioso. Em um nível micro de análise, essas teorias vão desde a psicologia, que considera a religião como sintoma de uma patologia ou como uma ilusão, até a concepção marxista da religião como falsa consciência, ou os trabalhos que vêem a sobrevivência da religião como produto da ignorância e da pouca cultura dos indivíduos que a praticam. Essas posições não parecem apoiadas por estudos empíricos, na medida em que a maior parte dos trabalhos publicados mostra uma relação positiva entre religião e saúde mental; que a religião pode apoiar tanto causas conservadoras como progressistas, ou que parece haver uma associação positiva entre compromisso religioso e classe social (Stark e Finke, 1993:111-112). Tampouco concordam com o que chamam “teorias irracionalistas macro”: a idéia de que “a religião aumenta e diminui como resposta a intensificações periódicas

de condições favoráveis — quando a miséria e o medo empurram as pessoas para a fé” (Stark e Finke, 1993:113). Por esse motivo, mostram como várias das “explosões” religiosas recentes (de novos movimentos religiosos, de cultos de origem oriental e de igrejas evangélicas durante os anos 60 e parte dos 70) são na realidade o resultado de processos que tomaram um certo tempo, logo catalisados por certas desregulações estratégicas em áreas da economia religiosa.

A explicação de que a religião aumenta em épocas de crise (econômicas, sociais, culturais, da modernidade etc.) é frequentemente aceita acriticamente em nosso meio, sem uma clara explicitação de em que consistiria a crise, de como mediríamos sua intensidade ou de quais seriam os mecanismos mediante os quais tal situação produziria atividade religiosa. Este argumento, sobretudo, não se mostra minimamente adequado para explicar por que *alguns grupos* crescem mais que outros, por que são sempre as religiões recentemente introduzidas ou desenvolvidas as que mais crescem, e por que os grupos bem-sucedidos tem certas características e não outras (Frigerio, 1999).

O novo paradigma, ainda que não contenha certamente todas as respostas a nossas perguntas, permite ao menos considerar os fatos de uma perspectiva distinta, oferecendo uma série de ferramentas conceituais particularmente apropriadas para analisar o *êxito diferencial* dos grupos assim como a escolha diferencial que os indivíduos realizam quanto a estes. Do ponto de vista da *demanda*, considera a atividade religiosa como fruto da escolha racional dos indivíduos — que avaliam custos e benefícios e tentam maximizar seus benefícios líquidos — e ajuda portanto a enfatizar mais o papel da agência humana nos processos religiosos.⁸ A mesma perspectiva, aplicada agora do ponto de vista da *oferta* religiosa, permite apreciar também quais seriam os

comportamentos maximizantes (*maximizing behaviors*) das firmas — que seriam beneficiadas pelas forças evolutivas ainda que os agentes religiosos não os tenham realizado com esta intenção (Iannaccone, 1997a:27). Por último, a teoria toma em especial consideração o *contexto*, especialmente o mercado religioso, examinando como seu grau de regulação “restringe a concorrência, mudando os incentivos e oportunidades para os produtores religiosos (igrejas, pregadores etc.) assim como as opções viáveis para os consumidores religiosos (membros dos grupos)” (Finke 1990:49). Em suma, a perspectiva trabalha principalmente com três níveis: o nível *individual* (como os indivíduos realizam comportamentos religiosos que maximizam seus benefícios), o *grupai* (como as instituições criam uma demanda ou se adaptam a um determinado nicho do mercado) e o *contextual* (o grau de regulação do mercado religioso). Os estudos específicos podem privilegiar um ou outro plano de análise.

O novo paradigma traz alguns benefícios para a sociologia da religião. Por um lado, porque permite ligar os estudos sobre religião aos realizados em outras áreas da vida humana, onde os trabalhos sobre *rational choice* têm sido particularmente frutíferos (Hechter e Kanazawa, 1997). Por outro lado, porque, como bem explica Stark (1997a) na história que traça do desenvolvimento dessa perspectiva, resulta de um esforço deliberado de trazer a teoria de volta para a sociologia da religião — o título de seu artigo é, precisamente, “Bringing back theory in”. Ao mesmo tempo, como afirma Iannaccone, “pressupõe um compromisso com os objetivos e os métodos da ciência em geral [...] uma busca das leis do comportamento que satisfaça os critérios de objetividade, reprodutibilidade e refutabilidade” (Iannaccone, 1997a:27).

O novo paradigma tem uma outra vantagem diante do antigo, a saber, a de que toma a situação atual da religião como uma

realidade em si mesma, e *não a compara* (implícita ou explicitamente) com uma suposta situação privilegiada anterior, em relação à qual a forma atual apareceria como uma degeneração. Rompe com o pressuposto durkheimiano — sustentado também por Berger — de que a religião *tinha* — e, portanto, *deve ter* — como função integrar moralmente a sociedade, e de que, se não o faz, é porque consiste em uma versão degenerada ou pouco importante da “verdadeira” religião.⁹ O novo paradigma parte da situação de mercado, e analisa as consequências da concorrência e da desregulação para a economia religiosa — sem comparar isso implicitamente com uma situação anterior de não-mercado.

Da mesma maneira, esse paradigma utiliza a teoria da escolha racional e o modelo do mercado como modelo teórico. Chamar à religião “produto” (*commodity*) e às igrejas “firmas religiosas” não implica um juízo de valor sobre a natureza da atividade religiosa assim qualificada, mas apenas aplica algumas das percepções (*insights*) da teoria econômica à explicação de comportamentos religiosos (Stark, 1997a:17)¹⁰. O paradigma anterior (tal como expresso por Berger), pelo contrário, realiza ele sim um juízo de valor, ao considerar que toda uma série de consequências negativas advêm do fato de que a atividade religiosa seja dominada pela “lógica” da economia de mercado — entre elas burocratização, ecumenização, possibilidade de mudança, modas religiosas etc. (Berger, 1971:169-186).¹¹

Por último, o novo paradigma não apenas põe uma ênfase inédita na *oferta* — no comportamento de firmas religiosas não subsidiadas que *devem criar* uma demanda, e *mobilizar* seus membros potenciais e efetivos — mas sim, sobretudo, postula mecanismos previsíveis pela teoria, e passíveis de serem refutados empiricamente. As análises que enfatizam principalmente variações na *demanda* (características socio-

econômicas ou psicológicas dos consumidores; ciclos culturais; crises econômicas) raramente apresentam dados empíricos que demonstrem as variações pressupostas, nem tampouco especificam quais são os mecanismos que levam de determinadas características pessoais a uma escolha religiosa.

A ênfase no grau de desregulação do mercado religioso (em termos operacionalizáveis) e na presença de firmas vigorosas não-subsidiadas, permite explicar variações na atividade religiosa, sem postular necessariamente a desaparecimento ou o crescimento da religião.

Para além do *status* que finalmente venha a adquirir o paradigma no estudo da religião (se realmente se consolidará como novo paradigma ou se permanecerá uma das tantas perspectivas teóricas possíveis), o certo é que este se converteu no centro da discussão acadêmica nas revistas e congressos de sociologia da religião nos Estados Unidos.¹²

Como mostrei em outro trabalho, mediante a análise de alguns desenvolvimentos recentes da economia religiosa argentina (Frigerio, 1998), o novo paradigma também pode ser utilizado com proveito para compreender a realidade latino-americana. Todavia, tanto alguns dos dados de nossa realidade religiosa como outros estudos que vêm sendo realizados na sociologia da religião e na dos movimentos sociais, revelam algumas falhas que deveriam ser somadas em conta.

As principais críticas que o modelo recebeu no nível conceitual referem-se às suas pressuposições acerca do comportamento dos indivíduos, especialmente a como e por que estes realizam determinada escolha religiosa. Mesmo autores que simpatizam com o modelo consideram que seu tratamento das escolhas individuais é insuficiente, pois não levaria em conta os valores dos indivíduos (Hechter, 1997), as influências sociais (Sherkat, 1997) e tampouco considerações

de *status*, mobilidade social e normas grupais (Shertak e Wilson, 1995) — críticas que são aplicáveis à teoria da *rational choice* em geral (Hechter e Kanazawa, 1997).

Ainda que isso não seja mencionado na bibliografia, seria necessário ajustar a idéia, proposta pelo novo paradigma, do indivíduo que escolhe seu grupo tentando maximizar seus benefícios, àquela que, surgindo dos estudos de conversão e afiliação a movimentos sociais, mostra um indivíduo realizando várias opções (de entrar e logo de permanecer) ao longo de sua carreira religiosa ou de compromisso com um grupo (Carozzi e Frigerio, 1994). Ainda que a noção de que o indivíduo procura maximizar seus benefícios com a participação religiosa não seja incompatível com essa idéia, é preciso considerar que não há *uma* opção em um momento determinado, e sim *várias* ao longo do tempo, com incentivos que vão se modificando conforme evolui a relação do indivíduo com o grupo (Zurcher e Snow, 1981; Mauss 1993; Frigerio, 1997, 1998, 1999).

Warner — que, como vimos, foi o primeiro a anunciar o desenvolvimento do novo paradigma (1993) — considera por sua vez uma abordagem algo unidimensional tomar a *strictness* como a chave da vitalidade dos grupos religiosos, sugerindo que outros fatores (como a adequação da mensagem religiosa às massas e não à elite) possam talvez ser ainda mais influentes (1997).¹³ Essa observação resulta principalmente relevante para nosso meio, onde podemos verificar que o crescimento dos grupos (neo)pentecostais se dá quando estes *reduzem* sua *strictness* — tal como definida por Iannaccone. Ou quiçá seja necessário considerar que os pentecostais clássicos haviam ultrapassado o nível ótimo de *strictness* e a versão neopentecostal fez com que se voltasse a aproximar-se dele.

Minha própria experiência também mostra ser necessário tomar em conta outras características que vão além da *strictness* e

da eliminação dos *free-riders*. Como argumentei em outros trabalhos, os grupos que crescem em nossa área geográfica parecem ter certas características em comum: 1) a oferta de compensadores específicos (serviços mágicos) e a capacidade de canalizar a demanda destes à de compensadores mais gerais (Frigerio, 1999); 2) logram um alinhamento bem-sucedido dos marcos interpretativos do grupo com os de seus potenciais membros (Frigerio, 1997); e 3) estimulam a

participação de seus membros *na medida de suas possibilidades* nas atividades grupais (Frigerio, 1995; Carozzi e Frigerio, 1997). Considerar essas características implica avançar na análise *a partir da oferta religiosa* e aprofundar nosso conhecimento dos mecanismos de criação de compromisso com os grupos religiosos.

(Recebido para publicação
em outubro de 2000)

Notas

1. Apoiando-se em trabalhos de vários historiadores, esses autores questionam a religiosidade supostamente homogênea característica da Idade Média — o ponto álgido a partir do qual a religião teria começado a declinar. A *participação religiosa* na época era provavelmente menor que a atual, dada a escassez de sacerdotes, sobretudo nas zonas rurais, onde vivia a maior parte da população. Segundo o historiador Delumeau (1977) e a antropóloga Schneider (1990), a religião na Europa medieval estava na realidade mais próxima do animismo, e os santos católicos constituíam apenas uma parte dos seres espirituais a que os camponeses recorriam em busca de proteção e ajuda.
2. Aqui reside outra diferença importante entre o paradigma de Stark, Iannaccone e Finke e o antigo, personificado por Berger. Para este, a religião se legitimava — social, mas também individualmente — na medida em que era praticada por todos os membros da sociedade — quanto mais ampla sua estrutura de plausibilidade, maior a legitimidade da religião, tanto objetiva quanto *subjetivamente*. Para aqueles que sustentam o novo paradigma, a legitimação *subjetiva* — ou seja, para o indivíduo — de uma religião se dá através da participação em um grupo religioso determinado. O grau de legitimação social de uma dada religião não afeta sua credibilidade para os membros. Esta ênfase maior no caráter grupal e interativo da legitimação religiosa encontra apoio na bibliografia atual sobre conversão religiosa (Carozzi e Frigerio, 1994).
3. Os autores *não* se referem aqui a custos monetários. Segundo Iannaccone e Stark, os custos seriam principalmente de dois tipos: estigmas e sacrifícios. Os *estigmas* abarcariam todos os aspectos socialmente desviantes dos quais um indivíduo participaria por formar parte de um grupo (não beber, não dançar, utilizar determinada vestimenta, raspar a cabeça etc.). Os sacrifícios seriam as inversões (materiais e humanas) e as oportunidades perdidas enfrentadas pelos indivíduos por formar parte de um grupo.
4. Através da análise dos dados do *General Social Survey* e do *Yearbook of the American and Canadian Churches*, Iannaccone, Olson e Stark (1995) mostram que as denominações estabelecidas têm pouco êxito na mobilização de recursos e um crescimento nulo, enquanto grupos sectários (estritos, segundo sua definição de seita) como os mórmons e testemunhas de Jeová mostram altos níveis de mobilização de recursos e crescimento.

Nesse trabalho realizam também uma comparação interessante: medem a “participação no mercado” [*market share*] religioso de quatro maneiras diferentes: 1) quantidade de membros; 2) quantidade dos que vão à missa aos domingos; 3) quantidade que comparece durante a semana, e 4) contribuições financeiras. Para tomar um só exemplo dos vários oferecidos: segundo o critério 1, as “seitas” (fundamentalistas, pentecostais, mórmons, testemunhas e outros) têm 12% do mercado; segundo o critério 2 (presença em missa dominical), sobem a 16%; segundo o critério 4 (contribuições financeiras), têm algo mais de 20%, e segundo o critério 3 (comparecimento semanal freqüente) detêm acima de um terço do mercado, mais que os católicos e os protestantes históricos juntos.

5. Para Iannaccone, “uma *strictness* bem-sucedida deve envolver o sacrifício de recursos e oportunidades externas que o grupo pode substituir [...] um grupo pode proibir ou dispensar apenas aquelas ‘mercadorias’ para as quais oferece um substituto parecido. Uma *strictness* arbitrária fracassará tanto quanto uma excessiva, já que ser estrito acerca dos objetos equivocados será percebido como ser excessivamente estrito”, (1994:1204). Para esse autor, a Igreja Católica, quando do Vaticano II, incorreu nesse erro, deixando de lado elementos que a distinguiam nas áreas da liturgia, teologia e formas de vida mas mantendo, ao mesmo tempo, as demandas que seus membros de potenciais sacerdotes e monjas parecem estar menos dispostos a aceitar — o celibato e o controle da reprodução.
6. A diferença entre estes últimos dois grupos residiria em que as *seitas* compartilhariam a mesma tradição religiosa que as igrejas de uma determinada sociedade — constituindo, de fato, cismas de alguma delas. Os cultos, pelo contrário, não compartilham a tradição religiosa das igrejas de uma sociedade por terem se originado em outra sociedade, ou por serem produto de inovação cultural (Stark e Iannaccone, 1993:251; Stark e Bainbridge, 1996:124).
7. A posição exata dos três principais expoentes do novo paradigma (Stark, Finke e Iannaccone) a respeito do paradigma tradicional da secularização é todavia difícil de precisar, já que exhibe algumas mudanças e matizes ao longo de seus numerosos artigos. No trabalho clássico de Stark e Bainbridge (1985), se considerava a secularização um processo autolimitante, na medida em que os grupos religiosos secularizados (igrejas) davam origem a seitas cismáticas não-secularizadas. Em um trabalho de 1993, Stark afirma que “um dos nossos primeiros resultados foi a tese de que a secularização é um processo autolimitante [*self-limiting*] que, entre outras coisas, estimula novos movimentos religiosos. Subseqüentemente, modifiquei essa formulação, *dispensando a noção de secularização* e postulando simplesmente que organizações religiosas desviantes irão prosperar na medida em que as organizações religiosas tradicionais sejam fracas” (1993:389). Em outro trabalho com Iannaccone nesse mesmo ano o autor distingue, como vimos, entre dessacralização e secularização, afirmando que “muitos estudiosos referem-se equivocadamente ao processo de dessacralização como de secularização, ligando assim o declínio da influência de uma firma antes monopólio a uma perda de influência religiosa em geral [...] Concordaríamos em empregar o termo secularização a um padrão geral de declínio religioso, uma rejeição genuína do sobrenatural e do outro-mundo [...]. Não detectamos nenhum padrão consistente de declínio religioso geral no mundo moderno” (Stark e Iannaccone, 1993:254). Em um livro a ser publicado em breve (assim como em Stark e Iannaccone 1996), Stark e Finke enfatizam que estão interessados em estudar as *variações*, tanto o

declínio como o aumento. De todas essas citações, parece depreender-se que os autores se mostram especialmente críticos de *alguns* dos conceitos do paradigma tradicional da secularização. Não parecem discordar de que existam diferenciação, racionalização e mundanização (aparentemente contemplados com seu conceito de “dessacralização da sociedade”). Todavia, não aparentam crer que esses processos levem ao “desencantamento do mundo”, nem ao “colapso da cosmovisão” e à “não-crença” (Tschannen, 1991). A diferença mais importante entre os vários autores que tratam o tema da secularização parece estar no nível de análise (social ou individual) priorizado para se detectar o grau de influência ou presença da religião.

8. Iannaccone assinala que a hipótese de que o comportamento que tenta maximizar os benefícios é uma *pressuposição* simplificadora, empregada e avaliada no contexto de modelos preditivos que são eles mesmos representações simplificadas da realidade. Em suas palavras, “é possível afirmar a utilidade desta premissa sem crer por um só momento que as pessoas sempre atuam logicamente, eficientemente ou segundo seu interesse próprio. Não pretendo *saber* que as pessoas são realmente racionais. Apenas sei que as pressuposições da teoria da escolha racional têm sido particularmente frutíferas para as ciências sociais (especialmente na economia); que a teoria da escolha racional é apropriada para a tarefa de construir e testar modelos formais de comportamento humano, e que esta teoria quase não foi utilizada na área da religião”. (Iannaccone, 1997a:26a).
9. Ver Collins (1997) para uma detalhada comparação das teorias de Durkheim, de Weber e de Stark e Bainbridge.
10. Ver a intervenção de Negrão (1994) no debate “As falácias religiosas do mercado”, para uma excelente discussão desse ponto.
11. Aqui vale introduzir duas observações. A primeira, de Warner, que assinala a inadequação da afirmação de Berger para a economia religiosa americana. Com efeito, dada a antiguidade do mercado religioso naquele país, poucas são as organizações religiosas que tiveram de se adaptar a essa nova situação, uma vez que a maior parte delas *já nasceu dentro de um mercado* (Warner, 1993:105). Por outro lado, Lie (1997:342) sublinha que, embora o “mercado” seja uma categoria central da economia, a maior parte dos trabalhos de teoria ou história da economia não discute o conceito em profundidade. De fato, segundo esse autor, “a própria abstração do mercado — sua indeterminação ontológica — permite sua aplicabilidade universal. A estrutura analítica desenvolvida para o mercado abstrato, em outras palavras, pode ser usada para esferas distintas do mercado precisamente porque não há nada particular sobre a instituição ou a estrutura do mercado abstrato” (Lie 1997:342). A “lógica” do mercado, portanto, não existe independentemente da teoria (econômica ou social) que se adote (implícita ou explicitamente) para analisá-lo.
12. Embora tenha colhido adesões (Hamberg e Pettersson, 1994, 1997; Pettersson e Hamberg, 1997) e críticas na Europa (Bruce, 1992, 1995), esta polêmica se deu principalmente através de revistas americanas.
13. Iannaccone, na realidade, *quer* ser unidimensional, já que para realizar uma análise formal deseja reduzir os traços das igrejas estritas a um único: “o grau em que um grupo limita e portanto incrementa o custo de atividades fora do grupo, como socializar com membros de outras denominações ou desfrutar de passatempos seculares” (Iannaccone, 1994:1182).

Bibliografía

Berger, Peter

- 1970 *A rumor of angels*. New York, Anchor.
1971 *El dosel sagrado*. Buenos Aires, Amorrortu.

Bruce, Steve

- 1992 "Pluralism and religious vitality". In: *Religion and modernization: Sociologists and historians debate the secularization thesis*. S. Bruce, ed. pags. 170-194. Oxford, Clarendon Press.
1995 "The truth about religion in Britain". *Journal for the Scientific Study of Religion* 34(4): 417-430.

Carozzi, María Julia e Frigerio, Alejandro

- 1994 "Los estudios de la conversión a nuevos movimientos religiosos: perspectivas, métodos y hallazgos". In: Frigerio e Carozzi, eds. *El estudio científico de la religión a fines del siglo XX*. Buenos Aires, CEAL.
1997 "Não se nasce batuqueiro: A conversão às religiões afro-brasileiras na Argentina". *Religião e Sociedade* 18(1): 71-94.

Chaves, Mark

- 1994 "Secularization as declining religious authority". *Social Forces* 72: 749-774.
1996 "On the rational choice approach to religion". *Journal for the Scientific Study of Religion* 34(1): 98-105.
1997 "Secularization: A Luhmannian reflection". *Soziale Systeme* 3: 439-449.

Chaves, Mark e David Cann

- 1992 "Regulation, pluralism and religious market structure: explaining religious vitality". *Rationality and Society* 4: 272-290.

Chaves, Mark e J. Montgomery

- 1996 "Rationality and the framing of religious choices". *Journal for the Scientific Study of Religion* 35(2): 128-144.

Chaves, Mark, Peter Schraeder e Mario Sprindys

- 1994 "State regulation of religion and Muslim religious vitality in the industrialized West". *Journal of Politics* 56(4): 1087-1097.

Collins, Randall

- 1997 "Stark and Bainbridge, Durkheim and Weber: Theoretical comparisons". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.

Delumeau, Jean

- 1977 *Catholicism between Luther and Voltaire*. Nova York, Harper and Row.

Dobbelaere, Karel

- 1981 "Secularization: a multi-dimensional concept". *Current Sociology* 29(2): 1-216.

Finke, Roger

- 1990 "Religious deregulation: Origins and consequences". *Journal of Church and State* 32: 609-626.

- 1997a "The consequences of religious competition: Supply side explanations for religious change". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
- 1997b "An Ordely Return to Tradition: Explaining the Recruitment of Members into Catholic Religious Orders". *Journal for the Scientific Study of Religion* 36 (2) 218-230.
- 1997c "The illusion of shifting demand: Supply-side interpretations of American religious history". In: *Retelling U. S. history*. Thomas Tweed, ed. pags. 108-124.
- Finke, Roger e Laurence Iannaccone
 1993 "Supply-side explanations for religious change" . *The Annals of the American Association of Political and Social Science* 527 (May): 27-39.
- Finke , Roger, Avery Guest e Rodney Stark
 1996 "Pluralism and religious participation". *American Sociological Review* 1855-1865.
- Finke, Roger e Rodney Stark
 1988 "Religious economies and sacred canopies: Religious mobilization in American cities, 1906". *American Sociological Review* 53: 41-49.
- 1989 "Evaluating the evidence: Religious economies and sacred canopies". *American Sociological Review* 54: 1054-1056.
- 1992 *The churching of America: 1776-1990* . New Brunswick, NJ, Rutgers UP.
- No prelo "Religious choices and competition". *American Sociological Review*.
- Frigerio, Alejandro
 1995 "Secularización y nuevos movimientos religiosos". *Lecturas Sociales y Económicas* 7: 43-48.
- 1997 Construyendo identidades: Problematizando la opción, la permanencia y el tránsito religioso. Comunicação apresentada nas VII Jornadas sobre Alternativas Religiosas en Latinoamérica. Buenos Aires, Museo Roca.
- 1998 Desregulación del mercado religioso y expansión de nuevas religiones: Una interpretación desde la oferta. Comunicação apresentada no XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, Brasil. 27-31 de octubre de 1998.
- 1999 "El futuro de las religiones mágicas en Latinoamérica". *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião* 1: 51-88.
- Gill, Anthony
 1994 "Rendering unto Caesar? Religious competition and Catholic political strategy in Latin America, 1962-1979". *American Journal of Political Science* 38(2): 403-425.
- 1996 "The institutional limitations of Catholic progressivism: An economic approach". *International Journal of Social Economics* 22: 135-148.
- 1998 *Rendering unto Caesar: The Catholic Church and the state in Latin America* . Chicago, University of Chicago Press.
- Hamberg, Eva e Thorleif Pettersson
 1994 "The religious market denominational competition and religious participation in contemporary Sweden". *Journal for the Scientific Study of Religion* 33: 205-216.
- 1997 "Short term changes in religious supply and church attendance in contemporary Sweden". *Research in the Social Scientific Study of Religion* 8: 35-51.

- Hechter, Michael
 1997 "Religion and rational choice theory". In: *Rational choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
- Hechter, Michael e Satoshi Kanazawa
 1997 "Sociological rational choice theory". *Annual Review of Sociology* 23: 191-214.
- Iannaccone, Laurence
 1988 "A formal model of church and sect". *American Journal of Sociology* 94: 241-268.
 1996 "Religious participation: A human capital approach". *Journal for the Scientific Study of Religion* 29(3): 297-314.
 1991 "The consequences of religious market structure: Adam Smith and the economics of religion". *Rationality and Society* 3: 156-177.
 1992a "Sacrifice and stigma: Reducing free-riding in cults, communes and other collectives". *Journal of Political Economy* 100: 271-292.
 1992b "Religious markets and the economics of religion". *Social Compass* 39(1): 123-131.
 1994 "Why strict churches are strong". *American Journal of Sociology* 99(5): 1180-1211.
 1995a "Voodoo economics? Defending the rational choice approach to religion". *Journal for the Scientific Study of Religion* 34(1): 76-88.
 1995b "Risk, rationality and religious portfolios". *Economic Inquiry* 33(32): 285-295.
 1996 "Reassessing Church Growth: Statistical pitfalls and their consequences". *Journal for the Scientific Study of Religion* 35(3): 197-216.
 1997a "Rational choice: Framework for the scientific study of religion". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
 1997b "Skewness explained: A rational choice model of religious giving". *Journal for the Scientific Study of Religion* 36 (2) 141-157. 1997.
 1998 "Introduction to the economics of religion: A survey of recent work". *Journal of Economic Literature* 36 (3): 1465-1496.
- Iannaccone, Laurence, Roger Finke e Rodney Stark
 1997 "Deregulating religion: The economics of church and state". *Economic Inquiry* 35: 350-364
- Iannaccone, Laurence, Daniel Olson e Rodney Stark
 1995 "Religious resources and church growth". *Social Forces* 74(2): 705-731.
- Lie, John
 1997 "Sociology of markets". *Annual Review of Sociology* 23: 341-360.
- Mauss, Armand
 1993 "Research in social movements and in new religious movements: The prospects for convergence". *Religion and the Social Order* 3A: 127-151.
- Negrão, Lísis Nogueira
 1994 "Intervenção". In: *Misticismo e novas religiões*. A. Moreira e R. Zicman, eds. pags. 130-135. Petrópolis, Vozes.
- Pettersson, Thorleif e Eva Hamberg
 1997 "Denominational pluralism and church membership in contemporary Sweden (1974-1995)". *Journal of Empirical Theology* 10: 61-78.

- Pierucci, Antônio Flávio
 1997 "Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião". *Novos Estudos CEBRAP* 49: 99-117.
- 1998 "Secularização em Max Weber". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 37: 43-73.
- Schneider, Jane
 1990 "Spirits and the spirit of capitalism". In: *Religious orthodoxy and popular faith in European Society*, Ellen Badone, ed. Princeton, Princeton University Press.
- Sherkat, Darren
 1997 "Embedding religious choices: Integrating preferences and social constraints into rational choice theories of religious behavior". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
- Sherkat, Darren e John Wilson
 1995 "Preferences, constraints and choices in religious markets: An examination of religious switching and apostasy". *Social Forces* 73(3): 993-1026.
- Spickard, James
 1998 "Rethinking religious social action: What is "rational" about rational choice theory?". *Sociology of Religion* 59(2): 99-116.
- Stark, Rodney
 1985 "From church-sect to religious economies". In: *The Sacred in a Post-Secular Age*. Philip Hammond, ed. Berkeley, UCP.
- 1992 "Do catholic societies really exist?". *Rationality and Society* 4: 261-271.
- 1993 "Europe's receptivity to new religious movements: round two". *Journal for the Scientific Study of Religion* 32(4): 389-397.
- 1995 "Reconstructing the rise of Christianity: The role of women". *Sociology of Religion* 56(3): 229-244.
- 1996a "Why religious movements succeed or fail: a revised general model". *Journal of Contemporary Religion* 11(2): 133-146.
- 1996b "So far, so good: A brief assessment of Mormon membership projections". *Review of Religious Research* 38(2).
- 1997a "Bringing theory back in". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
- 1997b "German and German American religiousness: Approximating a crucial experiment". *Journal for the Scientific Study of Religion* 36(2): 182-193.
- Stark, Rodney e William S. Bainbridge
 1985 *The future of religion*. Berkeley, University of California Press.
- 1996(1987) *A theory of religion*. New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.
- Stark, Rodney e Roger Finke
 1988 "American religion in 1776: A statistical portrait". *Sociological Analysis* 49: 39-51.
- 1993 "A rational approach to the history of American cults and sects". *Religion and the Social Order* 3A: 109-125.
- 2000 *Acts of faith: Explaining the human side of religion*. Berkeley, CA, University of California Press.

- Stark, Rodney e Laurence Iannaccone
- 1992 "Sociology of religion". *Encyclopedia of Sociology*, edited by E. Borgatta e Marie Borgatta. 2029-2037. NY, Macmillan.
- 1993 "Rational choice propositions about religious movements". *Religion and the Social Order* 3A: 241-261.
- 1994 "A supply-side reinterpretation of the "secularization" of Europe". *Journal for the Scientific Study of Religion* 33(3): 230-252.
- 1996 "Response to Lechner: Recent religious declines in Quebec, Poland and the Netherlands: A Theory vindicated". *Journal for the Scientific Study of Religion* 35(3): 265-271.
- Stark, Rodney e James McCann
- 1993 "Market forces and Catholic commitment: Exploring the new paradigm". *Journal for the Scientific Study of Religion* 32(2): 111-124.
- Stark, Rodney, Roger Finke e Laurence Iannaccone.
- 1995 "Pluralism and Piety: England and Wales, 1851". *Journal for the Scientific Study of Religion* 34(4): 431-444.
- Tschannen, Oliver
- 1991 "The secularization paradigm: a systematization". *Journal for the Scientific Study of Religion* 30(4): 395-415.
- 1994 "Sociological controversies in perspective". *Review of Religious Research* 36(1): 70-86.
- Warner, Stephen
- 1993 "Work in progress towards a new paradigm for the sociological study of religion in the United States". *American Journal of Sociology* 98: 1044-1093.
- 1997 "Convergence toward the new paradigm: A case of induction". In: *Rational Choice theory and religion*. Lawrence Young, ed. NY, Routledge.
- Yamane, David
- 1997 "Secularization on trial: In defense of a Neosecularization paradigm". *Journal for the Scientific Study of Religion* 36(1): 109-122.
- Zurcher, Louis e David Snow
- 1981 "Collective behavior: Social movements". In: *Social Psychology: Sociological perspectives*. M. Rosenberg e R. Turner, eds. pags. 447-482. New York, Basic Books.

Resumo

Teorias econômicas aplicadas ao estudo da religião: Em direção a um novo paradigma?

Nos últimos anos, a aplicação de modelos econômicos para o estudo dos fenômenos religiosos originou o desenvolvimento de um novo paradigma interpretativo na sociologia da religião norte-americana. Além da utilização explícita de conceitos econômicos, o modelo inclui pressupostos derivados da teoria da escolha racional (*rational choice*) e uma atenção focalizada mais na *oferta* religiosa do que na procura. O trabalho resenha as principais idéias do novo paradigma aportadas por Rodney Stark, Laurence Iannaccone e Roger Finke, e aponta seus elementos mais positivos. Sugere, finalmente, em que medida este pode ser melhorado à luz de outros aportes contemporâneos no estudo da religião.

Palavras-chave: religião; escolha racional; secularização

Abstract

Economic Theories Applied to the Study of Religion: towards a new paradigm?

In recent years, the application of economic models to the study of religious phenomena has led to the development of a new interpretative paradigm in North American sociology of religion. In addition to the explicit utilization of economic concepts, the model includes premises derived from the theory of rational choice and focuses more attention on the *supply* of religion than the *demand*. This article outlines the main ideas in the new paradigm provided by Rodney Stark, Laurence Iannaccone, and Roger Finke and highlights its more positive elements. Finally, the article suggests to what extent the paradigm can be improved in light of contemporary developments in the study of religion.

Keywords: religion; rational choice; secularization

Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França

Angela Xavier de Brito

Introdução

Descrever as características sociais dos estudantes brasileiros que vêm estudar na França é tarefa extremamente delicada e difícil. As estatísticas brasileiras sobre esse assunto são bastante falhas, as categorias adotadas pelas estatísticas francesas disponíveis nem sempre são adequadas e, "last but not least", praticamente não há pesquisas qualitativas.

Para remediar essa situação, utilizarei — como Thompson (1980, p. 250) diz que fazem os historiadores — "todas as fontes que pude descobrir, procurando tirar delas o melhor partido", mesmo sabendo que o grau de rigor pode deixar a desejar. Neste texto, apoiarei-me em minhas pesquisas sobre o assunto, feitas em dois períodos diferentes, sobre duas populações distintas, complementadas por vinte e cinco anos de observação das diversas vagas de estudantes brasileiros na França. Não se trata absolutamente de uma comparação, pois as fontes são de natureza muito diferente. Pretendo apenas esboçar alguns traços que contribuam para um melhor conhecimento em relação aos estudantes brasileiros matriculados nas universidades francesas. Levarei também em conta as transformações dos sistemas de ensino brasileiro e francês, as representações mútuas que esses dois países formam um do outro e as conseqüências desses fenômenos sobre quem vem estudar no exterior.

A primeira pesquisa (Xavier de Brito, 1991) associou uma coleta exaustiva das estatísticas disponíveis no Brasil e na França, um questionário aplicado a cerca de sessenta estudantes e vinte entrevistas em profundidade com doutorandos que permaneciam na França pelo menos por quatro anos. Esse trabalho me permitiu descobrir as várias modalidades de financiamento dos estudos no exterior, evitando a perigosa confusão entre "estudantes brasileiros" e "bolsistas" — termo este que se aplica à maioria deles, mas não à totalidade. É certo que grande parte dos estudantes brasileiros substituiu o pai carnal pelo Estado mecenas: aproximadamente 72% da amostra são bolsistas, enquanto os que utilizam recursos pessoais e/ou familiares para financiar seus estudos somam apenas 20%, dos quais as mulheres constituem a grande maioria.

A segunda pesquisa (Xavier de Brito, 1997) baseou-se em entrevistas qualitativas com 24 bolsistas sanduíche, cuja estada na França variava entre seis meses e dois anos.¹ Introduzidas nos anos 90, as bolsas sanduíche se tornaram progressivamente um importante instrumento do intercâmbio de pessoas entre os dois países. A implantação desse tipo de bolsa — que não substituiu as bolsas mais longas, mas reduziu sua importância — deixa entrever grandes modificações na estrutura do sistema de formação brasileiro: alteraram-se os objetivos para a con-

cessão de bolsas de estudo, com repercussões na população dos brasileiros no exterior.

Evocarei três aspectos principais para caracterizar as populações de estudantes: o lugar ocupado pelos estudos no exterior na trajetória dos estudantes brasileiros na França; suas características sociodemográficas, mais precisamente sua origem de classe e sua posição social antes e durante o período passado na França; e o tipo de estudos realizado, com sua localização no território francês.

Os Estudos no Exterior na Trajetória dos Estudantes Brasileiros na França

Os estudantes brasileiros em formação na França nos anos 80 se caracterizavam por um perfil de formação permanente. Matriculavam-se nas instituições francesas sobretudo estudantes com alguns anos de experiência profissional, em geral em cargos estáveis de professores nas universidades brasileiras. Por isso, eles eram mais velhos do que a média da população francesa que frequenta o mesmo nível de estudos: os que estavam inscritos em ciências humanas e sociais se situavam na faixa etária de 36-40 anos, alguns casos ultrapassando esse limite; os matriculados nas ciências exatas tinham, em geral, menos de 35 anos.

Esse perfil de formação permanente introduz uma dimensão que afeta de diferentes maneiras a população estudante até nossos dias: o status do estudante brasileiro na França. Pelo menos a metade desses estudantes já era professor universitário no Brasil; por isso gozavam, em seu país, de determinado status profissional. Durante o tempo de formação na França, viam-se rebaixados ao status de estudante, o que era problemático. Uma intelectual de renome no Brasil, que viveu essa situação, dá seu testemunho:

“Estudei dois anos e meio na França. Foi bastante complicado voltar à condição de estudante porque, por mais gentis que Goldsmith,

Deleuze ou Foucault tenham sido comigo, eu não passava de uma estudante brasileira que seguia os cursos deles. Ora, nessa época, eu já era professora, já tinha um mestrado e estava fazendo um doutorado...” (professora de filosofia, USP).

Uma rápida descrição das características sociais desses estudantes permite algumas considerações: em sua maioria, eles são produto de uma estratégia de manutenção do status ou de ascensão social pela via escolar; manifestam cedo sua vocação pela carreira docente, em função da qual tentam utilizar ao máximo as oportunidades institucionais de que podem dispor para aperfeiçoar sua formação; seu principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento científico do país, sem perder a perspectiva de construir uma carreira acadêmica que lhes confira, ao mesmo tempo, estabilidade e prestígio. Mas, simultaneamente, declaram, quase em uma só voz, que vieram para a França para “respirar”, ou seja, retomar fôlego, durante esses quatro anos. Desejam se afastar das condições de trabalho em vigor na “universidade em ritmo de barbárie” descrita por Gianotti (1986, p. 52) e, sobretudo, da absorvente prática política em vigor nos departamentos em que trabalham, própria aos países onde o campo intelectual está subordinado ao campo político (Bourdieu, 1971; Miceli, 1981). As dimensões pessoal e institucional ficam, assim, intimamente ligadas, na medida em que “a probabilidade de que o intelectual se comporte (desta ou daquela maneira) não depende apenas dos motivos de cada um deles, mas também da natureza das instituições e do contexto.” (Boudon e Bourricaud, 1982, p. 318).

Esses estudantes, portanto, não vêm para a França movidos por uma lógica cega de promoção profissional, simplesmente “para polir sua formação intelectual (ou) para somar pontos em uma carreira” (Gianotti, 1986, p. 57). Eles se insurgem contra as más condições de trabalho porque desejam, se-

gundo as palavras da maioria, “escapar da fossilização” (mulher, 44 anos, sociologia) ou “retomar fôlego” (mulher, 37 anos, sociologia), para exercer melhor sua profissão e levar a cabo um projeto intelectual preciso: “se consagrar à pesquisa”. É essa sua maneira de “contribuir para o desenvolvimento nacional”. Querem sobretudo tempo para amadurecer sua reflexão científica, para desenvolver livremente seu pensamento, para ler o que sempre desejaram, sem o peso das obrigações acadêmicas, em resumo, querem tempo para estudar. Por isso escolheram um país onde predomina uma concepção de pesquisa fundamental, onde são menos pesadas as prescrições da instituição acadêmica em termos de tempo (Verret, 1975). Esses estudantes podem ser assimilados aos “intelectuais por vocação” — mencionados por Weber (1919/1959), que aliam competência cognitiva a uma viva sensibilidade em relação aos valores centrais de sua sociedade — ou ainda aos “missionários”, de Wilensky (1968, p. 139).

O perfil dos bolsistas sanduíche é diferente. A análise de suas entrevistas mostra que a população de bolsistas brasileiros na França rejuvenesceu: dos 23 bolsistas entrevistados, doze têm menos de 35 anos. Contrariamente ao que se poderia esperar, esse rejuvenescimento global se deve à mudança de perfil das idades nas ciências humanas e sociais — fenômeno provavelmente ligado à redução dos prazos dos mestrados e doutorados e à possibilidade de passar diretamente ao nível de formação superior sem ter de fazer a dissertação. No que se refere à relação idade/disciplina, os bolsistas matriculados nas duas áreas de conhecimento diferem: enquanto todos os de ciências exatas se concentram na faixa etária de 31-35 anos,² os de ciências humanas e sociais continuam a se distribuir proporcionalmente entre as diversas faixas etárias.³ A população feminina também ficou bem mais jovem: contrariamente à população anterior, em

que as mulheres eram mais velhas do que os homens, concentrando-se na faixa etária de 35-45 anos, atualmente elas se encontram majoritariamente na faixa dos 30-40 anos; as duas bolsistas mais jovens entrevistadas foram 2 mulheres de menos de 30 anos, matriculadas em ciências humanas e sociais.

Tais dados poderiam fazer pensar que, atualmente, os estudos no exterior compõem um perfil de formação inicial. Há, na verdade, entre os bolsistas, alguns estudantes que nunca trabalharam — como essa jovem de 29 anos, matriculada em história (USP/EHESS), que declara “já é mais do que tempo de fazer um concurso” — e uma grande parte deles não tem um cargo universitário (um pouco mais de 4 sobre 10 bolsistas, todos com menos de 35 anos). Mas as entrevistas mostram que, apesar de jovens, quase todos já tiveram alguma experiência profissional, em empresas privadas ou estatais, em escritórios privados ou centros públicos de pesquisa, em universidades privadas (como professores visitantes).

“Esse troço ligado à poluição, etc... isso sempre me interessou, ao mesmo tempo em que trabalhava, eu continuei a estudar, tive a possibilidade de fazer alguns cursos... Mas daí eu me disse, bem, já está na hora de retomar no duro meus estudos porque, para começar verdadeiramente neste campo, não vai ser um cursinho aqui, um cursinho ali, que vão adiantar, preciso de uma base mais... mais profunda, né?” (homem, 31 anos, geologia, USP/Université de Paris VI).

De toda maneira, parece-me que, à diferença das bolsas integrais concedidas antes dos anos 90, que tinham sobretudo por objetivo a elevação da qualificação do corpo docente das universidades brasileiras — cerca de 40% dos bolsistas dessa época tinham um cargo universitário —, as bolsas sanduíche visam antes a criar uma reserva de pessoal qualificado que não se destina exclusivamente às universidades — 43,5% dos bolsistas não têm emprego fixo, e vários deles não vêem a universidade como princi-

pal carreira. A significação do trabalho de tese também mudou: enquanto, para a primeira população, marcava o ponto culminante de suas carreiras, para os bolsistas sanduíche, mesmo os universitários, a tese representa o começo de uma vida profissional.

Os professores que vêm com uma dessas bolsas — poucos das ciências exatas (apenas um caso), e bem mais numerosos nas ciências humanas e sociais, somando mais da metade dos matriculados nestas áreas — estão submetidos a condições de trabalho bastante parecidas às de seus colegas dos anos 80. No entanto, suas estratégias são bem diferentes, pois não desejam se afastar por muito tempo de seu país. Essa intenção, explícita na maior parte das entrevistas, ajuda a compreender o sucesso das bolsas sanduíche. Com efeito, em sua maioria, os estudantes preferem essa fórmula, que lhes permite conciliar vida privada e vida profissional. Os que não têm emprego fixo pensam que uma estada de quatro anos na França pode prejudicar suas oportunidades de conseguir um cargo, na medida em que os afasta por muito tempo dos meios acadêmicos e/ou profissionais. Os que, ao contrário, já têm um cargo universitário, não querem se ausentar muito tempo do diálogo com a comunidade científica brasileira, cujo caráter fortemente político exige sua presença física no Brasil, apesar do desenvolvimento dos sistemas de comunicação. Evocam também razões inspiradas em um princípio de justiça: não querem deixar desguarnecidos departamentos que, muitas das vezes, eles mesmos ajudaram a montar, nem privar os colegas da oportunidade de estudar no exterior.

“Não, nunca pensei em pedir bolsa integral. (...) Acho que a bolsa sanduíche é mais interessante, na medida em que não faz você perder pé em seu país e, também, você não entra demais no sistema francês... é mais uma troca. É assim que eu vejo as coisas, é preciso circular entre os dois... lugares, desse jeito” (mulher, 29 anos, história, Unicamp/EHESS).

“No Brasil, quer dizer, penso que já há uma camada média, onde acho que tenho meu lugar, que... enfim... não é brilhante mas enfim, são pessoas que sabem trabalhar, ler um texto, escrever um artigo e que chegam mesmo a entrar nos debates públicos de maneira não muito equivocada (risos). O que não é simples... A gente tem linhas de pesquisa, tem interlocutores (...) Acho que este período que você passa no exterior, a experiência que você adquire aqui, por exemplo, é preciso que você converta isso em uma inscrição no Brasil” (homem, 31 anos, filosofia, USP/ENS-Fontenay-Saint Cloud).

Os estudantes sanduíche que já têm um cargo universitário no Brasil vivem o mesmo problema de status anteriormente comentado para os que tinham bolsa integral. Mas recomendações das agências de financiamento — para que não façam a matrícula regular na universidade francesa — tornam seu status ainda menos definido. O caso dos bolsistas sanduíche sem emprego acadêmico é ainda mais delicado, pois a falta de um status oficial qualquer, até mesmo o de estudante, os priva de existência legal, deixando pesar inteiramente sobre seus ombros as estratégias de apresentação de si e a possibilidade de validar seus ganhos profissionais anteriores, na interação com os interlocutores franceses.

Outras Características Sociodemográficas dos Estudantes

Vimos, na primeira parte deste texto, algumas características da situação estudantil ligadas à distribuição dos bolsistas por idade e área de conhecimento, bem como os problemas de status que afetam sua vivência. O que se passa com relação às outras características sociodemográficas, como sexo, origem regional, origem social? Em que medida os bolsistas sanduíche diferem de seus colegas de quinze anos atrás?

Sexo

A grande feminização na população dos bolsistas brasileiros na França — provável

decorrência da crescente profissionalização das trajetórias femininas no Brasil — chama a atenção até mesmo de alguns diretores franceses.

“...tenho certeza de que há pelo menos sete ou oito (...) porque, finalmente, me dou conta de que todos os nomes que estou lendo agora são nomes femininos (risos), de jovens mulheres. (...) Verdade que é uma população extremamente feminizada” (diretora francesa, sociologia, EHESS).

As mulheres, de fato, constituem a maior parte dos bolsistas recém-chegados, mas continuam, como antes, majoritariamente inscritas nas ciências humanas e sociais, com presença ainda reduzida nas ciências exatas.

Um fato importante deve ser consignado: só as mulheres, que constituíam apenas quatro décimos dos bolsistas em 1986, ou savam vir para o exterior sem bolsa de estudos. Essa espécie de “coragem” que fazia com que as mulheres se expatriassem subvencionadas por magros recursos pessoais — atitude impensável para os homens, que dizem, em sua maioria, que jamais teriam vindo sem bolsa — se traduz de outra forma no caso dos bolsistas sanduíche. As mulheres vêm sozinhas para o exterior, acompanhadas apenas de seus filhos. Não encontrei um só caso de homem divorciado ou separado que tivesse vindo para a França com os filhos. A maioria deles vêm em companhia de suas esposas (6 casos em 10); enquanto bem mais de um terço das estudantes são separadas com um ou dois filhos (5 casos em 13).

“Eu conheço várias mulheres sozinhas, não sei se você vai verificar isso na sua pesquisa, mas há um perfil bastante comum de mulheres sozinhas com filhos... Homens sozinhos com filhos, nunca encontrei nenhum, não é?” (mulher, 41 anos, antropologia, PUC-SP/EHESS).

Essa situação pode explicar parcialmente as longas experiências de trabalho no setor privado de algumas mulheres sem emprego fixo, sobretudo quando se casam e têm filhos cedo, se separam e ficam com a res-

ponsabilidade dos filhos. Encontram-se neste caso uma estudante de filosofia das ciências, de 41 anos; uma de sociologia, de 43 anos; uma de etno-musicologia, de 39 anos; uma outra de antropologia, de 47 anos.

“Eu trabalho como consultora de pesquisa, sou autônoma (risos). Vários fatores me impediram de permanecer na universidade, eu me separei muito cedo, tinha filhos para criar, tudo isso... tinha que lutar para conseguir um lugar no mercado de trabalho, não é? Tenho duas filhas, uma ficou no Brasil, a outra está aqui comigo. É isso aí! Eu me casei muito cedo (risos), tive filhos muito cedo. Mas enfim... é isso aí!” (mulher, 43 anos, divorciada, dois filhos, sociologia, UnB/EHESS).

Origem Regional

A análise de vinte itinerários de estudantes brasileiros matriculados em doutorado⁴ na universidade francesa em meados dos anos 80 mostra claramente a dependência dos estudantes provenientes das regiões do Norte/Nordeste do país em relação às instituições de ensino do eixo Rio-São Paulo-Brasília. Por vezes, eles foram forçados a migrar com toda a família para encontrar escolas que lhes conviessem — como um estudante de física que foi de Alagoas para o Rio de Janeiro buscando um doutorado interessante em sua área; ou Tereza e Jayme, que deixaram sua cidade natal no Ceará para se matricular em um mestrado em Brasília. A CAPES leva em conta essa possibilidade quando recusa bolsas para o exterior aos estudantes do Nordeste:

“Com muito sacrifício, fui até Brasília ver meu dossiê e ele estava arquivado lá com uma nota que dizia que eu bem podia fazer a formação que desejava em um dos bons mestrados do Sul do país” (mulher, 46 anos, educação, Université Paris V).

Com efeito, a seqüência lógica do itinerário de formação dos estudantes dessa região bem poderia ser sua matrícula em uma das instituições de excelência do Sul. Mas será que, naquela época, essa saída era as-

sim tão simples como pareciam supor as agências de financiamento? Certamente não: tais centros de excelência não os aceitavam com facilidade. Tinham processos de recrutamento e exames de entrada bastante rigorosos, que deixavam a poucas pessoas do Nordeste oportunidade de passar — não só por sua formação ser considerada inferior, mas sobretudo em função dos critérios informais de seleção, que visavam a adequar o perfil dos candidatos às características de cada instituição (Hall, 1948), contribuindo para uma política de reforço dos centros de excelência entre si. Por exemplo, ao enumerar a origem dos estudantes do mestrado do IUPERJ, o então diretor desse Instituto falou de pessoas “do Rio, da USP, alguns da UFMG”. Não houve qualquer menção a estudantes do Norte/Nordeste. Além disso, os próprios estudantes dessas regiões hesitavam em migrar para o Sul do país, onde se sentiam alvo de um certo desprezo, alguns chegando mesmo a falar de espírito colonialista:

“Jamais pensei em fazer um curso no Rio ou em São Paulo. Em 1978, fiz um curso no Rio e senti que as pessoas nos olhavam, a nós, do Nordeste, como gente de um outro mundo. Tudo o que a gente dizia, eles pensavam que era coisa de subdesenvolvidos. Eu tive as melhores notas em matemática e eles todos me olharam: que estranho, ela existe, ela sabe coisas! Esta foi minha primeira percepção do Rio” (mulher, 52 anos, educação, Université de Paris VIII).

“Creio que existe uma discriminação, uma espécie de colonialismo bastante forte do Sul, ou de Brasília, com relação às pessoas do Nordeste do Brasil, eu senti isso de maneira bastante aguda... quando a gente examina de perto os professores da faculdade em Brasília, vê-se que são quase todos do Sul do país, há até mesmo alguns estrangeiros, mas muito poucos vêm do Nordeste. Sobretudo na área de ciências humanas. Em ciências exatas a gente ainda encontra alguns, mas nunca em ciências humanas... Estas pessoas tem maiores possibilidades de desenvolvimento intelectual, nem mesmo as

pessoas que freqüentaram as melhores universidades do Nordeste podem se comparar com eles” (homem, 35 anos, sociologia, Université de Paris I).

Essa situação preocupava tanto as agências de financiamento, que elas procuraram uma saída institucional através da assinatura do Acordo CAPES-COFECUB, em outubro de 1978. No início, o acordo se destinava sobretudo às instituições dos estados do Nordeste. Em estudo anterior (Xavier de Brito, 1991), levantei a hipótese de que a lógica de tais acordos obedecia, em larga medida, a três pressupostos. Em primeiro lugar, uma política de discriminação positiva para os estudantes do Nordeste, destinada a equilibrar as desigualdades da rede nacional de pós-graduação enviando-os ao exterior; em segundo, o reconhecimento implícito da relativa inferioridade da formação desses estudantes, na medida em que o Brasil faz pressão para que participantes de acordos tenham um acompanhamento mais rigoroso; em terceiro, a própria escolha da França, que se pauta no fato de o preço da escolaridade e as exigências de seleção deste país serem mais baixas. Esse último argumento é reforçado pelo fato de não ter havido acordo do mesmo tipo com os países anglo-saxões (Estados Unidos, Inglaterra), onde as melhores universidades são particulares, pagas e muito seletivas. Assim, a lógica que leva a CAPES a assinar tal acordo é afetada pelos próprios preconceitos que ela busca combater: estudos mais baratos e melhor acompanhados na França — mas não os estudos de maior prestígio, na medida em que, para esses estudantes originários das regiões menos favorecidas pela oferta brasileira de escolaridade no nível da pós-graduação, a participação das universidades parisienses é reduzida.

Quaisquer que sejam as críticas que se possa fazer a estes acordos, eles funcionam bem do ponto de vista dos dois países que os assinaram: para a França, aumentam o

conhecimento de seu potencial científico e técnico, contribuindo para a descentralização dos estudantes brasileiros em direção à província; para o Brasil, a melhor planificação da estada na França reduz o inevitável choque cultural dos estudantes e aumenta as taxas de sucesso. Além disso, a matrícula nas cidades provinciais elimina as “tentações da cidade-luz”, como dizia um diretor da CAPES.⁵ Mas a avaliação positiva do funcionamento desse sistema de cooperação fez com que os estados do sul do país reivindicassem também o direito de ter acesso a eles. Sua extensão às universidades dessa região, no início dos anos 80, teve como consequência o aumento da participação das universidades parisienses, sobretudo na área das ciências humanas e sociais: entre os 42 acordos assinados entre 1978-1980, a parte dessas disciplinas era de apenas 14,3%, enquanto, em 1982 e em 1984, era respectivamente de 38,9% e 50% (COFECUB, 1986). A análise dos itinerários dos bolsistas sanduíche confirma que, atualmente, os acordos CAPES-COFECUB são muito ativos na região Sul e que a participação das ciências humanas e sociais permanece elevada. Dos 12 estudantes que vieram para a França dentro desses acordos, metade estava matriculada no estado de São Paulo (entre os quais 3 em ciências humanas e sociais), quatro outros no Rio de Janeiro (2 em ciências humanas e sociais), um em Minas Gerais (em ciências

exatas) e um no Paraná (em ciências humanas e sociais). Os dados mostram que a maior parte destes acordos é feita com centros reconhecidos de excelência (Coppe/UFRJ, USP, UNICAMP, UFMG) e que um único acordo (com dois estudantes) foi assinado entre uma universidade do Nordeste e uma universidade de província, na área de ciências humanas e sociais, área disciplinar considerada inferior na França (UFRN/Caen, educação).

A vinda de vários estudantes brasileiros provenientes de regiões menos favorecidas pela oferta de escolaridade já se dera com base numa lógica diferente, relacionada a estratégias individuais desses atores: a utilização das brechas institucionais para a redução do tempo de qualificação acadêmica. Até um período recente, os diplomas brasileiros de graduação ainda podiam obter equivalência com a *maîtrise* nas universidades francesas, dando acesso direto ao DEA.⁶ Conhecedores desse fato, alguns estudantes do Norte/Nordeste buscam compensar as desigualdades nacionais em matéria de pós-graduação através de estudos na França. Com efeito, jamais poderiam inscrever-se em um doutorado qualquer, no Brasil ou em outro país estrangeiro, sem ter antes um diploma de mestrado. Conseguiam, dessa forma, cumprir as exigências cada vez maiores de diplomas de pós-graduação na sociedade brasileira em um tempo menor, como atestam seus itinerários de formação.

Itinerários de formação de alguns estudantes do Nordeste na França

Entrevista	Graduação no Brasil	Mestrado no Brasil	Estudos na França
Celina	UEC, pedagogia, 4 anos	não	3ème cycle, Paris X
Cecília	UEC, pedagogia, 4 anos	não	3ème cycle, Paris V
Jayme	UFAM, pedagogia, 4 anos	inscrito, não terminou	3ème cycle, Paris I
Tereza	UFCE, sociologia, 4 anos	inscrita, não terminou	3ème cycle, Paris I

Fonte: Xavier de Brito, 1991

O preço que pagam por isso é bastante alto, na medida em que, sem bolsas de estudos das agências brasileiras, eles são obrigados a recorrer a seus recursos pessoais, em sua busca de conhecimento, de qualificação e de prestígio. A ajuda familiar, que lhes é dada de diversas formas, é fundamental para a realização desse projeto, sobretudo a prestada pelos familiares que já se encontram no exterior. São os “parentes próximos” — no sentido goffmaniano (Goffman, 1968, p. 190), em que essa expressão ultrapassa a rede parental restrita, podendo se referir a amigos — que os deslumbram com as vantagens trazidas por uma estada na França, que os empurram a partir, que lhes abrem horizontes insuspeitados, que fornecem as condições para operacionalizar a estada no exterior. São eles que apóiam psicologicamente o estudante recém-chegado, ainda sem recursos próprios, e que colocam à sua disposição todas as facilidades materiais (habitação, alimentos, ajuda financeira, etc.).

Mas “esta transplantação do saber é acompanhada por transformações nas imagens recíprocas” (Carelli, 1993, p. 54). Na medida em que a circulação de estudantes brasileiros na França aumenta, os parceiros franceses se familiarizam com as especificidades e com as lógicas internas do sistema de formação brasileiro. Os orientadores aprendem a reconhecer a hierarquia das universidades, dos departamentos e dos diplomas brasileiros, sabem ler melhor o currículo dos candidatos. Hoje, um estudante brasileiro sem mestrado tem muito poucas oportunidades de se matricular em um doutorado francês. Atualmente, os estudantes do Norte/Nordeste são obrigados a fazer mestrado em sua região de origem ou em uma universidade do Sul do Brasil.

As trajetórias dos bolsistas sanduíche mostram isso claramente, deixando nítida a importância do estado de São Paulo, até mesmo para o eixo de formação Sul/Sudeste. Esse

estado concentra 61% das bolsas concedidas, e os outros 39% se dividem sobretudo entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília. As universidades paulistas acolhem boa proporção de estudantes originários de outros estados da federação, inclusive do Nordeste: entrevistei 8 estudantes provenientes de outros estados (2 do Rio de Janeiro; 2 de Goiás; 2 de Minas Gerais; 1 do Ceará; e 1 da Bahia) matriculados em mestrado em São Paulo, principalmente na USP ou na Unicamp. Talvez os estudantes do Nordeste estejam superando o medo dos preconceitos — ou, como diz um professor da USP, “o preconceito dos preconceitos” — para poderem se beneficiar da tradição intelectual acumulada por São Paulo. Mas os dois casos analisados são tão opostos que impedem qualquer tentativa de generalização: um estudante baiano, de 32 anos, inscrito em doutorado de filosofia na USP, estudando em São Paulo desde a graduação, cuja dissertação de mestrado foi publicada; e uma professora de 43 anos, originária do Ceará, onde fez seu mestrado, inscrita em doutorado de sociologia na USP. Se o primeiro caso pode reforçar a idéia de super-seleção, o segundo pode indicar, senão um certo laxismo do sistema de seleção, ao menos uma inadequação entre os dois sistemas de formação.

É bem verdade que o sistema de pós-graduação brasileiro se ampliou quantitativa e qualitativamente, pelo menos em nível de mestrado — hipótese corroborada pelo fato de quatro bolsistas sanduíche terem se formado inteiramente em seu estado de origem: 3 no Nordeste (dois em Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de educação; um em Salvador, Universidade Federal da Bahia, em medicina); e um em Belo Horizonte (Universidade Federal de Minas Gerais, em química).

Tudo indica que o estado de São Paulo exerce atualmente um papel de redistribuição de recursos humanos especializados que apresenta algumas afinidades com o caso de

Paris, após a política francesa de descentralização. Com efeito, as pessoas formadas em Paris encontram maiores facilidades de emprego e possibilidades de promoção mais rápidas na província. Dois jovens filósofos que entrevistei, originários de São Paulo e inteiramente formados nessa cidade, fizeram há três anos um concurso para o estado vizinho do Paraná; um estudante de geologia encara favoravelmente a idéia “de entrar em uma universidade fora de São Paulo”. Mas as resistências em abandonar essa cidade, sobretudo por parte de quem nela nasceu, são ainda muito grandes. A maior parte dos bolsistas brasileiros querem ficar nos grandes centros urbanos e só em última instância aceitam a hipótese de buscar emprego em outra parte, ainda que o preço a pagar seja freqüentemente muito alto.

“Eu não faço toda essa força para ficar em São Paulo, depende, um lugar que está começando a ficar interessante é Ponta Grossa, no Paraná, sei disso porque há muitos estudantes que vão trabalhar lá depois de formados, no Instituto Estadual de Ponta Grossa, acho que é assim que se chama, não tenho certeza. Mas se houver uma possibilidade de ficar em São Paulo, prefiro ficar” (homem, 30 anos, sem emprego fixo, química, UNESP/Université de Montpellier).

“Não, não tem concurso para a USP! O que a gente encontra é fora de São Paulo, sabe, no estado ou mesmo fora dele... e não quero me afastar de São Paulo, não é, daí fica difícil porque não há nenhum cargo mesmo. É um grande problema... Eu dou uns cursos aqui, outros acolá, em universidades privadas, faço traduções, etc” (mulher, 40 anos, sem emprego fixo, filosofia, USP/CNRS/Université de Paris VII).

Origem e Categorias Sociais

Na pesquisa por questionário feita em 1984, segundo as categorias do INSEE,⁷ cerca de 50% dos estudantes eram filhos ou filhas de funcionários ou de pais que ocupavam profissões intelectuais; 18% eram filhos de empresários e apenas cerca de 13% provinham de famílias de funcionários médios/

profissões intermediárias. Mas são bem conhecidas as armadilhas inerentes à aplicação de nomenclatura construída para certa realidade a respeito de pessoas de outro país. Tentei aplicar o que Thélot (1982) chama de “abordagem com lente de aumento” aos vinte estudantes entrevistados. Isso me permitiu distinguir dois itinerários, baseados no grau de apoio que os estudantes recebem de suas famílias, no tipo de escolarização que tiveram, nas informações de que dispunham (Becker e Strauss, 1956/1968) e na utilização de facilidades institucionais (bolsa de iniciação científica, de inserção, de recém-doutores, etc.) no desenvolvimento de seu projeto profissional. A bolsa de estudos no exterior é apenas um ponto adicional nessa trajetória, em coerência com os demais indicadores.

O primeiro itinerário — que chamei de itinerário de “herdeiro”, inspirando-me em Bourdieu e Passeron (1964) — refere-se a uma minoria de estudantes que têm sua linha de carreira claramente definida desde cedo. A família entra com todas as suas forças para atingir seus fins, e o ator acaba sendo socializado precocemente na profissão à qual se destina, até a universidade tomar o lugar da ação familiar. Há uma entropia em direção à profissão escolhida que determina todos os movimentos efetuados e que pode indicar a adesão dessa fração de estudantes ao projeto familiar, como sugerem Baudelot *et al.* (1981).

O Itinerário de “herdeiro”

a) *Os pais pertencem a classes sociais com um bom nível de vida* (um filho e uma filha de empresários, 4 filhos/filhas de professores universitários) e se empenham para que seus filhos recebam uma educação de elite. O nível de informação de que dispõem sobre o sistema escolar lhes permite manter seus filhos nas melhores escolas, mesmo em período de crise econômica; alguns chegam a financiar sua migração acadêmica para estados mais desenvolvidos.

b) *A socialização precoce na profissão* exige que estes estudantes só aceitem, mesmo no início da carreira, atividades em estreita relação com a profissão almejada, que os mergulham desde muito cedo nos meios que constituirão seu universo profissional. Hall (1948, p. 331) já comentava a importância “destes primeiros passos na carreira ulterior dos debutantes”.

c) *Sua familiaridade com a carreira acadêmica e com a formação no exterior* não apenas lhes é dada através dos pais, mas se estende a todo o círculo familiar (avós, tios, primos, etc.)

d) *Desfrutam de “sponsored mobility”* (Turner, 1960) no seio da instituição acadêmica e no momento de sua partida para o exterior, sobretudo através de seu orientador de mestrado.

e) *A partida para a França faz parte de uma estratégia de carreira profissional* pensada e planejada e se inscreve logicamente em um *continuum*. Para os filhos de professores universitários, um doutorado no exterior é algo quase natural, sobretudo quando se soma às exigências de um campo disciplinar.

O Itinerário de Ascensão Social pela Via Escolar

A outra fração dessa população põe em relevo o papel de canal de ascensão social que a universidade brasileira exerce para a maior parte dos estudantes brasileiros na França, mais no caso dos homens do que no das mulheres. Pode-se perceber aí uma das estratégias para ingressar na carreira acadêmica descritas por Riesman (1959) e utilizada por parte desses “jovens pertencentes às camadas inferiores ou mais modestas que aspiram a se tornar professores, de maneira a se fazer lentamente cooptar no seio desta elite fechada”. As características dos estudantes com esse percurso podem ser descritas da seguinte maneira:

a) *Suas famílias têm uma estratégia de as-*

cenção social pela via escolar, única brecha que lhes é deixada pelo sistema. Essas famílias de funcionários de escalão médio, de empregados e até mesmo de operários se dispõem a todos os sacrifícios para dar aos filhos a melhor educação possível a seu alcance e os apóiam na medida de suas possibilidades e de sua visão do mundo. Com frequência, a universidade não faz parte do horizonte familiar dos possíveis (Bourdieu, 1974), mas o fato de frequentar escolas de qualidade e o contato com os colegas despertam em seus filhos a aspiração de chegar até os estudos universitários. No caso dessa categoria indefinida, chamada de “classe média” no Brasil, que se compõe na França quase exclusivamente de empregados de escritório, a universidade era já o objetivo último: não qualquer universidade, mas as federais, o que subentendia uma escolaridade secundária impecável nas melhores escolas privadas e uma socialização em valores mais burgueses.

b) *Assalariados estudantes*: alguns deles chegam até o mestrado através de seus próprios esforços, porque não dispõem de muitas informações sobre a carreira universitária e não podem contar com o apoio financeiro da família. Eles se vêem obrigados a conciliar estudos e trabalho: quem tem menos recursos é obrigado a trabalhar durante o dia e frequentar cursos noturnos em universidades particulares. Seu percurso acadêmico sofre interrupções importantes, o que muitas vezes só lhes permite obter o mestrado bem mais tarde. As bolsas internas não são o único instrumento utilizado nesse percurso entrecortado, que avança segundo as oportunidades: eles utilizam igualmente bolsas de organizações internacionais (UNESCO, Rotary) ou de governos estrangeiros (França, Itália, Espanha, Estados Unidos).

c) *A partida para o exterior não é fruto de uma estratégia planejada anteriormente*, na medida em que o círculo familiar não lhes pode dar esse tipo de informação. Com bastante fre-

qüência, eles teriam preferido ficar no Brasil, se tivessem tido condições para isso.

Esses dois itinerários também aparecem entre os bolsistas sanduíche, nas mesmas proporções. Dos pais de bolsistas, um em quatro exerce profissão intelectual (jornalista, advogado, economista), e os outros são, ou funcionários subalternos, ou pequenos comerciantes, o que corrobora a tese de que a universidade continua a ser um instrumento de ascensão social, não apenas para os bolsistas entrevistados, mas para toda sua fratria. A realização “de estudos” permanece ainda um valor fundamental para muitas famílias.

“Eu venho de uma família bem pobre do interior do estado de Minas, não é... minha mãe era professora primária, foi ela quem me alfabetizou... meu pai, que já morreu, só fez até o quarto ano primário, não tinha nenhuma instrução. Mas havia em nossa família esse sentimento de que era preciso estudar. Hoje em dia, me dou conta de como esse sentimento foi importante em minha história. Sempre foi muito claro, ninguém falava em parar de estudar, era normal terminar o secundário e ir para a universidade, e a gente ia fazendo, hoje eu tenho uma irmã que é professora de química na UFMG, outra que fez psicologia, meu irmão está estudando também. Daí, é superinteressante, nós viemos de uma família bastante pobre e, se hoje em dia estamos em uma boa situação, é graças aos estudos” (mulher, 31 anos, solteira, sem emprego fixo, química, UFMG/ Institut National Polytechnique/Université de Grenoble).

“Meu pai é funcionário do Banco do Brasil, minha mãe sempre ficou em casa. Somos oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, todos nascidos em Fortaleza. E todos estudaram, porque papai dizia: “a única coisa que posso dar a vocês que ninguém pode roubar é a educação.” Ninguém nunca frequentou escola pública, sempre fomos para escolas particulares, não é mesmo? Papai pagava tudo, a escola, curso de pintura, curso de piano para quem quisesse. Somos a primeira geração que chegou até a universidade, papai não fez universidade. Mas ele sempre respondeu às minhas dúvidas, ele tinha um monte de livros, lá em casa havia

uma coleção de enciclopédias...” (mulher, 43 anos, divorciada, um filho, professora universitária, sociologia, USP/Université Paris V).

No entanto, e apesar de alguns deles apresentarem todas as características do itinerário de “herdeiro”, não encontrei entre esses estudantes nenhum cujos pais fossem professores universitários.⁸ Seu *habitus* acadêmico provém claramente da influência de outros membros da família: o padrasto, para um estudante de filosofia da USP; o avô, no caso de três mulheres, uma estudante de antropologia na PUC-SP, uma de filosofia na USP e a terceira de psicologia na Unicamp. É preciso também assinalar que a influência das migrações nas gerações precedentes contribui para construir a decisão de partir para o exterior — como já havia assinalado em meu primeiro trabalho (Xavier de Brito, 1991). Isso me levou a forjar a noção de “*habitus* de migrante” para examinar o caso de certos estudantes.

“Então, fui morar em Roma com minha mãe, que é italiana de verdade, ela veio para o Brasil quando tinha doze anos... é uma loucura! (risos). Ela sempre trabalhou e, num dado momento, foi obrigada a renunciar à nacionalidade italiana, que depois ela recuperou, para poder trabalhar como jornalista” (homem, 31 anos, professor universitário, filosofia, USP/ ENS Fontenay-Saint Cloud).

“...sou filha de um arquiteto, militante comunista desde os treze anos, que é filho de um pintor espanhol do grupo Santa Helena. Meu pai nasceu no Brasil de pais espanhóis, minha mãe é basca, ela vem de uma família de espanhóis de Bilbao...” (mulher, 40 anos, divorciada, dois filhos, sem emprego fixo, filosofia das ciências, USP/CNRS/Université Paris VII).

“Meus pais são imigrantes, não é? eu sou judia, meus pais são todos os dois judeus poloneses, que vieram... minha mãe antes da guerra, papai veio depois...” (mulher, 43 anos, divorciada, dois filhos, sem emprego fixo, sociologia, UnB/EHESS).

“...meu avô nasceu no Líbano mas veio morar no Brasil no início do século e não tenho

mais nada da tradição libanesa, é uma pena!” (mulher, 38 anos, solteira, professora universitária, psicologia, USP/Université de Lyon II).

A informação mais pertinente quanto ao capital cultural dos atuais bolsistas se refere à mudança de atividade profissional das mães. O questionário de 1984 informava que as mães com prendas domésticas eram bastante numerosas, sobretudo nos lares dos estudantes de sexo masculino; as mães das mulheres se dividiam de maneira quase idêntica entre as que trabalhavam fora e as que eram donas-de-casa. No caso dos bolsistas sanduíche, a mãe da maior parte dos homens (sete entre dez) não apenas trabalha, mas exerce profissão independente e tem carreira própria. Além disso, elas têm um nível de formação muito mais elevado, várias delas fizeram graduação e a mãe de um estudante em geologia estava mesmo inscrita em doutorado na USP.

Tipo de Estudos Realizados e Localização no Território Francês

A imagem da França no Brasil é ainda a de um país em que a cultura clássica predomina sobre qualquer outra forma de cultura. Não causa, então, espanto constatar que a maioria dos estudantes brasileiros sempre tem vindo para este país para cursar ciências humanas e sociais: por volta de 80% dos inscritos até o fim dos anos 70 (France, SEIS, 1978/79). Mas será que esse efeito não é induzido pela própria França? Talvez os estudantes venham buscar o que este país considerava o melhor que tinha para lhes oferecer. A redução dessa porcentagem para 60% (France, DPE, 1988/89) obedece a um duplo movimento: por um lado, o esforço francês para difundir seu potencial científico e técnico, através de acordos de cooperação com alguns países da América Latina, no Programa de Ação Prioritária n.º 9, estabelecido em janeiro de 1976 a partir das orientações do Sétimo Plano. Por outro lado, as necessidades

de formação de funcionários por parte dos países do continente americano — recém-industrializados (México, Brasil, Venezuela) e desejosos de fugir à pesada dependência dos Estados Unidos — acarretam uma política de reorientação das demandas de bolsas de estudo. No que se refere ao Brasil, foram assinados o Acordo CAPES-COFECUB em outubro de 1978 e o Acordo CNPq/CEFI, em janeiro de 1979.⁹

A pesquisa qualitativa realizada em 1986 (Xavier de Brito, 1991) mostrou melhor distribuição dos estudantes brasileiros nas duas áreas do conhecimento: entre os vinte entrevistados, onze (3 homens e 8 mulheres) estavam matriculados em ciências humanas e sociais, nove (6 homens e 3 mulheres) em ciências exatas. Tal tendência continua dez anos mais tarde (Xavier de Brito, 1997): um terço dos brasileiros com bolsa sanduíche está matriculado em ciências exatas.

A grande maioria dos estudantes brasileiros experimenta uma atração inegável por Paris — como acontece, de resto, com a maior parte dos estudantes estrangeiros, qualquer que seja sua nacionalidade: 71,5% dos brasileiros — 68,7% dos homens e 75% das mulheres — se concentram nessa cidade. Para eles, Paris é a mais sonhada, a mais familiar. É aí que se encontram os professores famosos cujos trabalhos eles conhecem, as universidades que consideram de maior prestígio, cujos diplomas são mais valorizados. A resposta que vem espontaneamente aos lábios da maior parte dos estudantes entrevistados é que “a França é Paris!” (homem, 38 anos, sociologia, Université de Paris V). As representações da França explicam parte dessa atração por Paris, mas há também razões institucionais. Com efeito, a ignorância dos organismos brasileiros quanto aos recursos de formação oferecidos pela França é flagrante, e as instituições francesas não contribuem para maior difusão dessas informações.

Os estudantes são obrigados a buscar por toda parte, em suas redes de relações

personais, as informações sobre os estudos na França.¹⁰ A metade dos entrevistados tinha se inscrito em uma universidade parisiense porque seus professores e/ou seus amigos tinham estudado aí: o efeito bola de neve tende a intensificar a influência desta cidade. As academias provinciais que ocupam o segundo lugar em ordem de preferência (Grenoble, Toulouse, Montpellier), com laços de cooperação com instituições brasileiras bastante antigos, têm uma certa dificuldade em ultrapassar 6% do número anual de brasileiros na França.¹¹

No entanto, um olhar mais atento para a evolução dos brasileiros matriculados em Paris mostra que esta cidade perde progressivamente importância. Eles eram 78% em 1975/76; são 69% em 1980/81; e apenas 58,6% em 1988/89. Creio que os acordos CAPES/COFECUB — em que a influência das universidades parisienses ainda é reduzida, apesar da mudança de orientação a partir de 1980 — contribuíram para essa redução. O financiamento dos estudos tem uma influência sensível sobre a localização dos estudantes brasileiros. Os que financiam seus estudos com recursos próprios ou familiares se concentram maciçamente (94%) em Paris. É entre eles — livres de qualquer constrangimento institucional — que o charme e o mito dessa cidade exercem plenamente seu efeito. Os bolsistas dos organismos brasileiros também se deixam seduzir por Paris, mas em menor proporção (65%); os que vêm através de acordos de cooperação universitária, ao contrário, se distribuem quase que igualmente entre Paris e a província, com uma pequena vantagem para a última (55%). Sua escolha é menos livre, na medida em que suas bolsas são resultado do encontro entre uma oferta e uma demanda institucionais.

A influência dos acordos CAPES-COFECUB sobre a localização dos bolsistas sanduíche é bastante clara: todos os que vieram fora dos acordos estão inscritos em Paris (com exceção de uma mulher, matriculada

na província, mas morando em Paris); os treze estudantes cuja bolsa dependia de um acordo CAPES-COFECUB se dividem entre Paris (4 casos) e a província (9 casos), com grande superioridade desta última. Mas é preciso não esquecer que tais acordos não são os únicos assinados entre o Brasil e a França: os acordos bilaterais entre universidades começam a se tornar frequentes. No entanto, o processo de descentralização da própria França não deixa de incidir sobre estes acordos: por exemplo, o que liga a USP à ENS de Fontenay-Saint Cloud, que trouxe dois bolsistas sanduíche a Paris, a partir deste ano deverá matricular seus estudantes em Lyon, para onde essa escola se mudou.

Conclusão

Para terminar, gostaria de introduzir alguns elementos para uma discussão mais ampla sobre o status de “elite”, atribuído com frequência aos estudantes brasileiros que vêm para o exterior.

Parece-me que o termo “elite” é empregado como solução de facilidade, no caso desses estudantes: ele se refere ao estatuto minoritário desse grupo de sobreviventes de um processo de seleção feroz. Nos países em desenvolvimento, a tentação de utilizar esse termo é ainda maior: nos anos 80, eles representavam apenas 0,003% da população brasileira global e cerca de 3% dos estudantes com um diploma de graduação. Essa questão é efetivamente mais vasta e remete ao problema geral do *status* atribuído aos estudos no exterior nos diferentes países. Em certos países africanos e asiáticos, sobretudo os que conservaram laços sólidos com as antigas metrópoles, “um diploma estrangeiro era considerado o mais importante fator de ascensão social, um passaporte para a entrada na elite” (Singh, 1967, p. 225). Isso aconteceu no Brasil até a Primeira República. A partir dos anos 30, a intervenção de um Estado nacional forte e centralizador no espaço de formação veio modificar considera-

velmente o cenário: são progressivamente criadas as condições para que os estudantes possam cada vez mais se formar no território nacional, através do desenvolvimento do sistema universitário, da criação de condições de financiamento do ensino e da pesquisa, de bolsas de estudo, etc.

Tais mecanismos abrem uma brecha nessa reserva da elite que era o ensino superior. A grande mudança aconteceu por volta dos anos 70, com o início do processo de democratização da universidade brasileira. A expansão desordenada desse segmento do espaço de formação, feita através da criação de escolas particulares sobretudo na área das ciências humanas e sociais, amplia o espectro social da universidade e obriga as frações da classe dominante a operar uma recomposição dos mecanismos de discriminação social (Cunha, 1975). A criação de níveis mais elevados de formação obedece paralelamente a uma lógica de modernização da sociedade e de profissionalização das ciências sociais no Brasil.

Não estou absolutamente convencida de que todos os brasileiros que se formam atualmente no exterior possam pertencer à elite ou mesmo constituir uma elite. As principais bases dessa discussão se encontram na distinção feita por Pareto entre elite dirigente e elites não-dirigentes, ou seja, na distinção entre elite (no singular) — elite de poder, segundo Mills — e elite funcional, segundo Carvalho.

Mills (1962) atribui à elite um grande poder de autonomia de decisão, no sentido de que seus membros não se submetem às contingências sociais; na verdade, eles participam de sua criação, graças ao poder que detêm nas esferas importantes de uma economia capitalista: no aparelho do Estado, nas grandes empresas, nas hierarquias militares. Embora estejam prioritariamente inseridos em uma ou outra esfera, seus laços são bastante sólidos para trazer-lhes um poder político sobre a sociedade em seu conjunto e justifi-

car sua posição de “classe governante”, no sentido que Pareto dá a essa expressão. Ora, o mero diploma obtido pela população de estudantes não autoriza o exercício do poder em nenhuma dessas esferas. Esses estudantes vão exercer um certo poder e ter uma certa parcela de prestígio no contexto de sua função social — o ensino, a pesquisa, a cultura. Nesse sentido, a noção de “elite funcional” utilizada por Carvalho (1980), semelhante à de “elite cultural” definida por Solari e Lipset (1967), parece mais apropriada. Certamente, alguns grupos de estudantes formados no exterior chegam a ocupar postos que lhes garantem o acesso à elite do poder, como é o caso dos economistas que participam da gestão da economia brasileira, formados, em sua maior parte, nos Estados Unidos. No entanto, o diploma — condição *sine qua non* para o exercício deste poder — não basta como elemento isolado.

Nenhum diploma superior — nem mesmo um diploma de pós-graduação obtido no exterior — é condição suficiente para que seu detentor tenha automaticamente acesso à condição de membro da elite, como acontecia em períodos anteriores da história do Brasil, quando “a formação superior era a marca distintiva de uma elite” (Carvalho, 1980). O processo de democratização da universidade certamente enfraqueceu o grau de homogeneidade desse grupo, introduzindo em seu âmago indivíduos cuja socialização era diferente. As novas tentativas de diferenciação — a hierarquização dos cursos de pós-graduação, a forte seleção no acesso aos centros de excelência por mérito ou por capital social ou sua política de auto-reprodução — não bastaram para reconstituir essa homogeneidade.

As duas trajetórias constatadas entre os estudantes definem frações claras, com status diferentes. Uma fração minoritária é dotada de relativa homogeneidade de formação, pois é formada nos centros de excelência, onde o contato com os países estrangei-

ros contribui para a formação de um *habitus* cosmopolita, através da mediação da formação dos professores, da literatura científica adotada ou da circulação de professores visitantes internacionais. Essa parcela se integra à comunidade científica internacional através da adoção de critérios internacionais de carreira ou da socialização nos modelos internacionais de ciência. Nesse sentido, ela pode ser identificada como “elite funcional”, como “fração não-dirigente da elite”, dotada de poder “simbólico, muito importante do ponto de vista da socialização dos indivíduos e da formação de uma cultura” (Debray, 1979, p. 45). A outra fração concentra a

maior parte dos estudantes, aqueles que se matriculam na universidade porque estão preocupados com sua qualificação, que recebem uma formação menos elaborada, em que o contato com o exterior não é tão cotidiano e a obtenção de um doutorado, mesmo no exterior, tem o sentido mais banal de rito de passagem, de certificação. Por essa razão, a significação dos estudos no exterior não é um fator independente, mas se soma às carreiras dos estudantes, mudando de sentido segundo as trajetórias sobre as quais se enxerta.

(Recebido para publicação
em outubro de 2000)

Notas

1. Além de entrevistas com os dois professores — o francês e o brasileiro — que simultaneamente orientavam suas teses.
2. À exceção de um caso excepcional, na faixa etária de 46-50, o único a ter um cargo universitário.
3. A distribuição dos bolsistas nas ciências humanas e sociais é a seguinte: 29-35 anos, 5 bolsistas; 36-40 anos, 5 bolsistas; 41-45 anos, 5 bolsistas; um caso excepcional, na faixa etária de 46-50 anos.
4. De “troisième cycle” ou de estado.
5. “MEC limita bolsas para a França”, entrevista de Cláudio de Moura Castro ao *Jornal do Brasil*, junho de 1982.
6. O nível de qualificação é medido na França pelo número de anos de estudos após o “Baccalauréat” (diploma que sanciona os exames de fim de curso secundário). A *maîtrise* corresponde ao quarto ano da graduação e o “Diplôme d’études approfondies” (DEA) corresponde ao primeiro ano de doutorado, quando se fazem os créditos.
7. INSEE: Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos.
8. A mãe de uma bolsista (39 anos, etno-musicologia) exerceu a profissão universitária durante algum tempo, mas a abandonou.
9. Esse acordo, que visa à formação anual de 30 engenheiros, permite aos estudantes brasileiros o acesso às Grandes Écoles.
10. Os entrevistados receberam suas informações, respectivamente, de seus orientadores de mestrado (3 casos), por meio de contatos profissionais com professores franceses (4 casos) ou através de colegas que tinham estudado na França (3 casos).
11. A proporção de estudantes brasileiros nessas três academias francesas, em 1980/81 e em 1988/89, é a seguinte: para Grenoble, 4,3 e 6,5%; para Toulouse, 4,8 e 6,3%; para Montpellier, 4,6 e 3,5%. Nancy aparece em 1988/89 com 5,2% dos estudantes, mas esta porcentagem se reduz a 1,8% em 1980/81.

Bibliografia

- Baudelot, C.; Establet, R.; Cucrowicz, M.
1981 *Les étudiants, l'emploi, la crise*. Paris, Maspéro.
- Becker, H. e Strauss, A.
1956/1968 "Careers, personality and adult socialization". Glaser, B.G. (ed.), *Organizational careers, a sourcebook for theory*. Chicago, Aldine Publishing Co.
- Boudon, R. e Bourricaud, F.
1982 *Dictionnaire critique de sociologie*. Paris, PUF.
- Bourdieu, P.
1974 "Avenir de classe et causalité du probable". *Revue Française de Sociologie* vol. XV, n°1.
- Bourdieu, P.
1971 "Champ de pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe". *Scolies* n° 1.
- Bourdieu, P. e Passeron, J. C.
1964 *Les héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris, Minuit.
- Carelli, M.
1993 *Cultures croisées. Histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil, de la découverte aux temps modernes*. Paris, Nathan.
- Carvalho, J. M.
1980 *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus.
- Cunha
1975 "Causas e conseqüências da expansão do ensino superior brasileiro". *Debate e crítica* n° 5, março.
- Debray, R.
1979 *Le pouvoir intellectuel en France*. Paris, Ramsay.
- France, Comité Français d'Évaluation de la Coopération avec les Universités Brésiliennes
1978 *Accord-cadre de coopération universitaire*. Créteil, Université de Paris XII/Créteil.
- France, Comité Français d'Évaluation de la Coopération avec les Universités Brésiliennes,
1985 *La coopération universitaire franco-brésilienne: les projets CAPES-COFECUB*. Créteil, COFECUB.
- France, Ministère des Universités, Service des Études Informatiques et Statistiques
1978/79 *Statistiques des étudiants inscrits dans les établissements universitaires. Enquête détaillée par fiches individuelles*. Paris, SEIS.
- France, Ministère des Universités, Direction de la Prospective et de l'Évaluation
1988/89 *Tabulations spéciales sur les étudiants brésiliens en France*. Paris, DPE.
- Gianotti, J. A.
1986 *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense.

- Goffman, E.
1968 *Asyles. Études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus.* Paris, Minuit.
- Hall, O.
1948 "The stages of a medical career". *American Journal of Sociology* n° 53, march.
- Miceli, S.
1981 *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945).* Paris; Grenoble, MSH/PUG.
- Mills, C. W.
1962 *A elite do poder.* Rio de Janeiro, Zahar (1^{re} ed., 1956)
- Riesman, D.
1959 "Recruitment to the academic career". *Daedalus*, vol. 88, n° 1, winter.
- Singh, A. K.
1967 "The impact of foreign study: the Indian experience". Shah, A.B. (ed.), *Education, scientific policy and developing societies.* Bombay, Manaktalas.
- Solari, A. e Lipset, S. M.
1967 *Elites y desarrollo en America Latina.* Buenos Aires, Paidós.
- Thélot, C.
1982 *Tel père, tel fils. Position sociale et origine familiale.* Paris, Dunod.
- Thompson, P.
1980 "Des récits de vie à l'analyse du changement social". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX. Numéro especial "Histoires de vie et vie sociale".
- Turner,
1960 "Sponsored and contest mobility and the school system". *American Sociological Review* n° 25.
- Verret, M.
1975 *Le temps des études.* Lille; Paris, Atelier de reprodução de teses, Université de Lille III/Honoré Champion. 2 vols.
- Weber, M.
1919/59 "Le métier et la vocation du savant". Weber, M., *Le savant et la politique.* Paris, Union Générale d'Édition.
- Wilensky, H. L.
1968 "Careers, life-style and social integration". Glaser, B.G. (ed.), *Organizational careers, a sourcebook for theory.* Chicago, Aldine Publishing Co.
- Xavier de Brito, A.
1991 *Construction de l'espace de formation brésilien et études à l'étranger. Stratégies et carrière morale des étudiants brésiliens dans l'Université française, 1960-1986.* Tese de doutorado em sociologia, Université René Descartes-Paris V. 2 vols.
- Xavier de Brito, A.
1997 *La France vaut-elle encore une messe? Uma pesquisa qualitativa sobre os bolsistas sanduíche na França.* Relatório de pesquisa, Brasília, CAPES.

Resumo

Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França

Este artigo, baseado em duas pesquisas qualitativas, visa descrever as populações de estudantes brasileiros em formação na França nos anos 80 e 90. A análise leva em conta as transformações no campo institucional e no campo das representações que as afetaram nesse período. Três aspectos principais serão evocados para caracterizá-las: o lugar ocupado pelos estudos no exterior na trajetória desses estudantes; suas características sociodemográficas, mais precisamente, sua origem de classe e sua posição social; o tipo de estudos realizados e sua localização no território francês.

Palavras-chave: estudantes no exterior, estratégias de carreira, elites funcionais, cooperação acadêmica

Abstract

Institutional Transformations and Social Characteristics of Brazilian Students in France

This article, based on two qualitative studies, aims to describe the groups of Brazilian students in training in France in the 1980s and 90s. The analysis considers transformations in the institutional field and in the field of representations that affected this period. The article draws on three main aspects to characterize these changes: the place occupied by studies abroad in these students' academic careers; their socio-demographic characteristics, more precisely their class origins and social position; and the types of courses and distribution in French territory.

Keywords: students abroad; career strategies; functional elites; academic cooperation

TRABALHOS PUBLICADOS PELO BIB – 1975-2000

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolivar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil.”

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e

Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lás Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990"; *Guita Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgar Leuenroth".

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB 38

Theodore Lowi, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

BIB 39

Marta T. S. Arretche, "Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas"; *Ronald H. Chilcote*, "Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

BIB 40

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Laís Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

BIB 41

Gustavo Sorá, "Os Livros do Brasil en-

tre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismos e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo)”; *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubin*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glauca Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”;

Carlos Pereira, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruschinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, ‘Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior’; *José Vicente Tavares dos Santos*, ‘A Construção da Universidade Autônoma’; *Gilberto Velho*, ‘Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica’; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, ‘A ANDIFES e a Autonomia’”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Ro-

berto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunica-

ção”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB
Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais
DISTRIBUIÇÃO E VENDA

RIO DE JANEIRO

Bookfast Editora Dist. e Repres. Ltda.

Av. Marechal Floriano, 38/Gr. 504
20071-004 – Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (021) 516-7126

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.

Travessa Juraci, 37 – Penha Circular
21020-220 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 564-6869 Fax: (021) 590-0135

Eldorado Sudeste Com. de Livros Ltda.

Rua Gastão Penalva, 10 – Andaraí
20540-220 – Rio de Janeiro – RJ
Tel./Fax: (021) 572-6593 / 572-8878 / 238-5542

ALAGOAS

Livraria Caetés Ltda.

Rua Cincinato Pinto, 143
57020-050 – Maceió – AL
Telefax: (082) 223-4063

BAHIA

Grandes Autores

Av. Adhemar de Barros, 88 – Ondina
40170-110 – Salvador – BA
Tel./Fax: (071) 331-2248

Chaves Comércio de Livros e Papelaria

Av. Dorival Caimmi, 1100
41636-150 – Salvador – BA
Tel./Fax: (071) 350-5775

BRASÍLIA

A Casa do Livro de Brasília Ltda.

Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS
70393-900 – Brasília – DF
Tel.: (061) 224-3472
Fax: (061) 224-3387

CEARÁ

Sérgio Braga Barbosa (Livr. Ao Livro Técnico)

Rua Dom Joaquim, 54 – Aldeota
60110-100 – Fortaleza – CE
Tel.: (085) 219-3111
Fax: (085) 219-3154

ESPÍRITO SANTO

Representação Paulista Ltda.

Av. Carlos Moreira Lima, 61
29052-111 – Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501
Fax: (027) 235-1760

GOIÁS

Gabriel Comercial de Livros Ltda. (Distr. Alternativa)

Rua 21, 25/sala 202 B
24030-070 – Goiânia – GO
Tel.: (062) 229-0260 / 229-0107
Fax: (062) 212-1035

MINAS GERAIS

Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Sergipe, 314
30130-170 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

JLM - Distribuidora de Livros Ltda.

Rua da Bahia, 478/Lj. 16 – Centro
30160-010 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 212-1655 Fax: (031) 271-6946

PARANÁ

Livraria do Chaim Editora

Rua General Carneiro, 441
80060-150 – Curitiba – PR
Tel.: (041) 264-3483 Fax: (041) 263-1693

Livraria e Distribuidora Curitiba

Av. Marechal Floriano, 1742
80230-110 – Curitiba – PR
Tel./Fax: (041) 322-5455

PERNAMBUCO

Berenstein Livraria Ltda.

Av. Agamenon Magalhães, 153/lj. 228
51300-480 – Recife – PE
Tel./Fax: (081) 421-6667

Poty Livros Distribuidora Ltda.

Av. Conde da Boa Vista, 1413 – Boa Vista
50060-003 – Recife – PE
Tel.: (081) 423-1100 Fax: (081) 423-5088

RIO GRANDE DO NORTE
Poty Livros Distribuidora Ltda.
Rua Felipe Camarão, 609
59025-200 – Natal – RN
Tel./Fax: (084) 211-2001 / 211-5068

RIO GRANDE DO SUL
Rogil Dist. de Livros Ltda.
Rua São Vicente, 67
90630-180 – Porto Alegre – RS
Tel./Fax: (051) 335-1069

Wilson – Wilson Dist. de Livros Ltda.
Rua Demétrio Ribeiro, 845
90010-310 – Porto Alegre – RS
Tel.: (051) 224-3655 Fax: (051) 221-5931

SANTA CATARINA
Livraria Livros e Livros
Rua Mal. Deodoro, 191/Sl. 2
88010-020 – Florianópolis – SC
Tel./Fax: (048) 222-1244

TodoLivro Ltda.
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro
89010-160 – Blumenau – SC
Tel./Fax: (047) 326-4558

SÃO PAULO
LCL Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Manuel Correia, 728 – Vila Palmeira
02728-050 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (011) 858-7270
Livrosul Distribuidora Ltda.
Rua Barão de Campinas, 755 – Campos Eliseos
01320-010 – São Paulo – SP
Tels.: 220-5895 / 222-2706 / 222-3107

Primeira Linha Distr. de Livros Ltda.
Rua Sabará, 483
01239-011 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (011) 255-3852

Pergaminho e Distribuição de Livros Ltda.
Av. Dr. Celso Silveira Resende, 496
13042-030 – Campinas – SP
Tel.: (0192) 36-3610
Fax: (0192) 36-2561

SERGIPE
Abel e Santos Ltda.
Av. Gov. João Alves Filho, 117
49100-000 – São Cristóvão – SE
Tel.: (079) 981-4025

impresso nas oficinas
da Imprinta Gráfica e Editora Ltda.,
à Rua João Romariz, 285 - Rio de Janeiro.

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116
05508-900 – São Paulo, SP